

**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**CÁTIA ZANEI BORSATTO**

**VISÃO SOBRE O PATENTEAMENTO DE GENE HUMANO NO BRASIL E A  
SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E LEIS  
INFRACONSTITUCIONAIS**

**RIO DE JANEIRO  
2013**

**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**CÁTIA ZANEI BORSATTO**

**VISÃO SOBRE O PATENTEAMENTO DE GENE HUMANO NO BRASIL E A  
SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E LEIS  
INFRACONSTITUCIONAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento – Coordenação de Programas de Pós Graduação e Pesquisa, Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Propriedade Intelectual e Inovação


**Orientador: Professor Doutor Celso Luiz Salgueiro Lage**  
**Coorientadora: Professora Doutora Adriana Diaféria.**


**RIO DE JANEIRO**

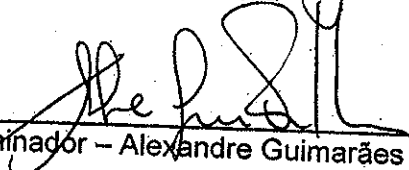
**2013**



Eu, Celso Luiz Salgueiro Lage, presidente desta banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Banca Examinadora.

  
\_\_\_\_\_  
Prof(a).Orientador(a) – Celso Luiz Salgueiro Lage

  
\_\_\_\_\_  
2º Orientador – Adriana Dias

  
\_\_\_\_\_  
1º Examinador – Alexandre Guimarães Vasconcellos

  
\_\_\_\_\_  
2º Examinador – Ana Paula Myszczyk



## AGRADECIMENTOS

Tudo o que conquistamos é resultado de uma união de esforços, pensamentos e atitudes das mais diversas pessoas que nos cercam (e até das que não nos cercam diretamente). Muitos sonhos, desejos, vontades, esperanças estão envolvidos para a realização das mais diversas aspirações.

Por isso, agradeço:

A Deus, pela vida, saúde e determinação que me proporciona a cada dia. Graças a essas benesses, consigo crescer. A Ele, toda a gratidão pelos anos de vida e também pelas pessoas abaixo relacionadas.

A meus pais, Maria Teresa Zanei Borsatto e Harle Borsatto, a quem amo profundamente e com toda a minha alma. Pessoas fortes, determinadas que acreditam que o amor, a educação, o estudo, a disciplina, a honestidade e a perseverança são a base de uma vida digna.

A meus irmãos Roberta, Alessandra e Renan Zanei Borsatto, e a meus sobrinhos, Mariana e Pedro Zanei Borsatto Mendes, que me incentivaram e torceram por mim. Faço uma menção honrosa a minha irmã Alessandra Zanei Borsatto, que reforçou comigo os estudos de biologia molecular e com quem chorei ao tentar entender a origem da vida!

A meu Alexandre Fernandes, queridíssimo amor que, desde minha admissão no processo seletivo para o presente curso, vem vivenciando comigo os mais diversos sentimentos: da aflição à alegria de cada conquista! A você, que me incentiva e ajuda com o seu exemplo de determinação, trabalho e vontade de vencer obstáculos, obrigada.

A meu orientador, Celso Luiz Salgueiro Lage, a minha gratidão por ter, desde o primeiro contato, se mostrado uma pessoa disponível e acessível. Pelo meio acadêmico já muito elogiado, não posso deixar de dizer que exerce a verdadeira missão de um professor, ensinando e incentivando os seus alunos, fazendo-os pensar e dando liberdade de criação, com a humildade dos verdadeiros pedagogos, exemplo que pretendo seguir.

A Adriana Diaféria, minha coorientadora, pessoa dócil e competente que, desde o primeiro contato, se propôs a me ajudar na tarefa de relacionar a questão do

patenteamento de genes com a nossa Constituição e a fazer a ligação inteligível de possíveis caminhos.

A meu amigo e advogado Janilson Pessoa Cabral, primeira pessoa que me incentivou a buscar a vaga na Academia do INPI, a quem agradeço todos os dias por ter acreditado e visto, em um momento meu de tristeza, a possibilidade de reacender a esperança através dos estudos.

A meus queridos tios Luzia e Ernesto Baccherinni e meu primo Ernesto Baccherinni Júnior por terem me acolhido em sua casa algumas noites para que eu pudesse, descansada, participar das atividades de estudo. A todo o carinho, respeito e dedicação que tiveram por mim.

A Kennedy, meu querido amigo de todas as horas, que desde o início de nossa amizade esteve presente nos momentos mais importantes da minha vida, rezando e me ajudando a superar as dificuldades.

A Cíntia Machado, minha amiga de infância e competente doutoranda que com todo o carinho fez questão de providenciar a revisão gramatical deste trabalho e cuja família eu amo. Obrigada, amiga, pela sua disponibilidade e pela sua vontade de me ver crescer!

A Doutor Nelson Brasil, presidente da ABIFINA, pelo ensinamento e à assessoria da deputada Jandira Feghali, pelo empenho em reunir textos importantes a este trabalho.

A todos os meus amigos, professores, colegas de turma e funcionários de diversas instituições, nomes que não vou citar temendo omitir alguém, agradeço imensamente pela torcida e por entenderem a minha ausência em alguns significativos momentos.

Muito obrigada!

## RESUMO

BORSATTO, Cátia Zanei. **Visão sobre o patenteamento de gene humano no Brasil e sua relação com a Constituição da República e leis infraconstitucionais.** Dissertação de Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro, 2013, 192p.

O presente trabalho aborda a questão atinente à patenteabilidade de genes humanos, expondo, ainda que de maneira perfunctória, o posicionamento europeu, através da Diretiva 98/44 - sobre proteção legal de patentes biotecnológicas – e o posicionamento dos Estados Unidos, através, principalmente, das decisões judiciais referentes ao pedido de patente e da sua concessão pelo USPTO ao gene BRCA1, responsável por uma considerável detecção de cânceres de mama e ovário. Analisará o impedimento de tal concessão no Brasil, de acordo com a Lei 9.279/96 e apresentará os projetos de mudança legal do inciso IX do artigo 10, insertos nos Projetos de Lei números 2.695/2003 (atualmente, arquivado) e 4.961/2005 (em trâmite), os quais objetivam permitir o patenteamento de sequência gênica em sua forma isolada. Será observado se a aprovação do último projeto de lei defrontaria a Lei de Transplantes, que impede a comercialização de órgãos e tecidos humanos e, ainda, o risco de tal alteração legal provocar a inconstitucionalidade da lei, uma vez que o patenteamento de genes humanos (e a sua consequente comercialização) confrontaria o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, observado a partir da finalidade da vida humana e da garantia do direito à saúde. Dentre algumas normas constitucionais citadas, destaca-se o § 4º do artigo 199 da Constituição da República de 1988 que proíbe a comercialização de sangue e derivados e, por consequência e analogia, proibiria da mesma forma, a comercialização de outras partes do corpo humano.

## ABSTRACT

**BORSATTO, Cátia Zanei. Visão sobre o patenteamento de gene humano no Brasil e sua relação com a Constituição da República e leis infraconstitucionais.** Dissertação de Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro, 2013, 192p.

This dissertation will approach the issue concerning the patentability of human genes, exposing, in a perfunctory way, the European position, through Directive 98/44 - on legal protection of biotechnological patents - and the position of the United States, primarily through the judgments concerning the patent application and the BRCA1 gene, granted by USPTO, responsible for a significant detection of breast and ovarian cancers. Will consider the impediment of such a concession in Brazil, according to Law Act 9.279/96 and will present the draft of legal change of the item IX of article 10, inserted in the Bills nos. 2.695/2003 (currently shelved) and 4.961/2005 (pending), which aim to allow the patenting of gene sequence in its isolated form. It will be noted that the approval of the final bill would violate the Law of Transplant, which prevents the sale of human organs and tissues and also the risk of such legal changes cause the unconstitutionality of the law, since the patenting of human genes (and its subsequent commercialization) confront the constitutional principle of human dignity, observed from purpose of human life and ensuring the right to healthcare. Among some mentioned constitutional provisions, we highlight the § 4 of Article 199 of the Constitution of 1988 which prohibits the sale of blood and blood products, and by consequence and analogy, in the same way would prohibit, the marketing of other body parts.

## SIGLAS E ABREVIACÕES

- CBMB- Centro Brasileiro de Materiais Biológicos
- CIP- Classificação Internacional de Patente
- CR/88- Constituição da República de 1988
- DNA – Ácido Desoxirribonucleico
- DPI- Direito de Propriedade Intelectual
- EPO- *European Patent Office*- Escritório de Patente Europeu
- EST- *Expressed Sequence Tags*
- FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- GATT- *General Agreement on Tariffs and Trade*
- HCGP - *Human Cancer Genome Project*
- HUGO - *Human Genome Organization*
- IDA- *International Depository Authority*
- INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- INCA- Instituto Nacional do Câncer
- INPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
- LPI- Lei da Propriedade Industrial
- PI- Propriedade Intelectual
- PL- Projeto de Lei
- Rede ONSA -*Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis- The Virtual Genomics Institute*
- OMC- Organização Mundial do Comércio
- OMPI- Organização Mundial da Propriedade Intelectual
- ONSA- *Organization for Nucleotide Sequencing and Analysing*
- OTA- Office Technology Assessment

PCT- *Patent Cooperation Treaty* -Tratado de Cooperação em Matéria de Patente

P&D- Pesquisa e Desenvolvimento

PGH- Projeto Genoma Humano

RNA- Ácido Ribonucleico

SUS- Sistema Único de Saúde

TIGR- *The Institute for Genomic Research*

TRIPS- *Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*

WIPO - *World Intellectual Property Organization*

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 MATERIAL GENÉTICO.....	23
2.1 O ácido desoxirribonucleico (DNA), o gene e o genoma.....	23
2.2 Sobre a biotecnologia.....	25
2.3 Classificação da biotecnologia.....	27
2.4 Patentes em biotecnologia: de Louis Pasteur ao Projeto Genoma Humano.....	30
2.5 Genoma humano.....	34
2.6 A posição brasileira frente ao Projeto Genoma Humano.....	37
2.7 A importância do câncer – A preocupação com o estudo do sequenciamento de genes em células tumorais e a situação do Brasil.....	38
3 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	43
3.1 A função social da propriedade e o Código Civil de 2002.....	47
3.2 Breves considerações acerca da propriedade intelectual.....	49
3.2.1 A propriedade intelectual e a Constituição brasileira de 1988: algumas considerações sobre a função social.....	53
3.2.2 A função social da propriedade e o sistema de patente no Brasil – Lei 9.279/96 (LPI).....	56
4 OS PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS CONCERNENTES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	62

EM	MATÉRIA	DE	PATENTE	E	A
BIOTECNOLOGIA.....					
4.1	A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).....				62
4.2	A Organização Mundial do Comércio (OMC).....				63
4.3	Os principais Acordos da OMPI e da OMC.....				65
4.3.1	Principais Acordos da OMPI.....				65
4.3.1.1	Convenção da União de Paris (CUP).....				66
4.3.1.2	Tratado de Cooperação em Matéria de Patente (PCT) <i>Patent Cooperation Treaty</i> .....				67
4.3.1.3	Acordo de Estrasburgo.....				68
4.3.1.4	Tratado de Budapeste.....				69
4.3.2	<i>TRIPS</i> - O principal Acordo da OMC.....				71
4.3.2.1	A patente e o Acordo <i>TRIPS</i> .....				74
4.3.2.2	O <i>TRIPS</i> e o Brasil.....				75
4.3.2.3	A adequação da lei 9.279.96 ao <i>TRIPS</i> e os requisitos de patenteabilidade.....				77
4.4	Descoberta e invenção – conceito e distinção.....				79
4.5	Os requisitos gerais para a concessão de patentes: <i>TRIPS</i> e LPI.....				80
4.6	Aspectos específicos da patente de material biológico.....				83
5	A PATENTEABILIDADE DE GENES HUMANOS.....				86
5.1	Os critérios de patenteabilidade e a sequência de genes.....				89
5.1.1	Os critérios da novidade e da atividade inventiva ou não obriedade em matéria de genes ou das sequências parciais de genes...				89
5.1.2	O critério da aplicação industrial e as patentes de sequências				90



gênicas.....	
5.1.3 Patente de genes humanos naturais e isolados e os critérios da moralidade e da ordem pública.....	94
5.1.3.1 A moralidade e a ordem pública.....	94
5.2 A dignidade da pessoa humana.....	96
5.2.1 A dignidade da pessoa humana e o corpo humano.....	98
5.3 Dois posicionamentos acerca do patenteamento de genes.....	100
5.3.1 Argumentos contrários ao patenteamento de genes humanos.....	101
5.3.2 Argumentos favoráveis ao patenteamento de genes humanos.....	104
5.4 Posicionamento recente das Côrtes Norte Americanas sobre o patenteamento de gene humano: os genes BRCA1 e BRCA2 atualmente em debate.....	107
5.5 O Brasil e as propostas de modificação legal sobre o patenteamento de gene (humano).....	110
5.5.1 Da possibilidade de mudança na legislação brasileira.....	123
5.5.2 No Brasil – o artigo 199, §4º da CR/88 e a lei 9.394/97.....	124
5.5.3 Risco de inconstitucionalidade do PL 4.961/2005, se aprovado como lei.....	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
7 REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS.....	142
8 ANEXO 1.....	158

## INTRODUÇÃO

A biologia molecular, como preceitua Carlos María Romeo Casabona (1999, p. 21), é a parte da ciência que se ocupa do estudo da forma, composição e função das biomoléculas. O ácido desoxirribonucleico (DNA), molécula que contém toda a informação genética do ser vivo e se encontra distribuída em diversos fragmentos ou cromossomos no núcleo das células, é de importância ímpar para o estudo do tema. O DNA tem sido objeto de intensas pesquisas em todo o mundo, principalmente e especificamente no que diz respeito aos seus fragmentos codificantes, denominados **genes**, cuja constituição revela a informação acerca das principais características do ser vivo. Além disso, é a partir da informação contida nos genes que as proteínas e outras moléculas são sintetizadas.

Tendo em vista a valorização científica da molécula de DNA e de seus fragmentos funcionais, o estudo da biotecnologia passou por transformações na linha do tempo até chegar ao processo de transferência de material genético entre organismos distintos na década 1970, sendo esse um dos marcos do início da biotecnologia moderna.

O interesse pelo aprofundamento de técnicas científicas e estudo de componentes celulares dos mais diversos organismos, na busca pelo desenvolvimento científico e tecnológico, gerou avanços em matéria de conhecimento de doenças, diagnósticos, terapias e curas para as mais diversas enfermidades.

Com esta transformação e na busca por novos conhecimentos, iniciou-se, na década de 1990, um projeto que prometeu revolucionar a ciência médica no mundo: o Projeto Genoma Humano (PGH), cuja finalidade imediata seria o mapeamento do código genético humano. A partir deste grande projeto surgiram algumas outras propostas tendo como pano de fundo a busca pela apropriação dos dados, dos elementos e das informações dos genes.

No tocante à normatização, salienta-se que a proteção imaterial de técnicas biotecnológicas não era palco de grandes discussões. A Convenção da União de Paris (1883) buscou a harmonização das leis sobre propriedade intelectual. Com o passar dos anos e com a transformação da ciência, as legislações foram sendo mais detalhadamente elaboradas. O *Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*, no Brasil, conhecido como *TRIPS*, elaborado pela OMC, em 1994, dentre outras determinações, traçou parâmetros de regulamentação sobre apropriação intelectual de material biológico. Este Acordo, como propulsor da globalização da propriedade intelectual, trouxe necessidade de criação de mecanismos de proteção intelectual envolvendo matéria viva, muito embora tenha apresentado a possibilidade de negação da concessão de privilégios por motivos de ordem moral e técnica.

A partir daí, os mais diversos países signatários deste Acordo, dos menos aos mais desenvolvidos procuraram adequar as legislações às normas internacionais para obterem os benefícios que melhor lhes aprouvessem.

A apropriação de matéria viva passou a ser disseminada nos meios científico, acadêmico, político, econômico e ético. Alguns questionamentos surgem, tais como: haveria possibilidade de apropriar-se de elementos da natureza? Os requisitos traçados pelo *TRIPS* seriam exaustivos para a titularidade da propriedade? A moral e a ordem públicas sugeridas teriam um paradigma? Quais seriam as normas em casos de patenteamento e comercialização de elementos ínsitos ao ser humano? Seria legalmente possível? Correria-se o risco de tornar o homem um objeto cuja finalidade seria um meio de se alcançar algo, ferindo sua dignidade?

Ora, com o sequenciamento do genoma humano e a possibilidade de, a partir destes novos conhecimentos, chegar-se a rumos antes desconhecidos, diversos atores sociais, como os cientistas, empresas privadas, universidades e entes públicos buscam a garantia da proteção

de suas possíveis invenções para, a partir daí, conquistarem fatia do mercado e promoverem o desenvolvimento científico e tecnológico (como finalidades do patenteamento).

Algumas questões legais e morais são imprescindíveis de serem observadas. Neste estudo, será dado enfoque a questões relacionadas ao pedido de patenteamento de genes **humanos**.

As opiniões acerca da proteção patentária de sequências de genes humanos são divergentes e a doutrina promove a diferenciação entre sequenciamento natural e isolado. Esta distinção deu início ao debate acerca da possibilidade de conferir propriedade industrial ao gene de forma isolada e, portanto, num primeiro momento, considerado como elemento artificial. Partindo desta propriedade e, sendo uma das finalidades da patente, como função social, a possibilidade de comercializar o produto ou processo (objeto patenteado), questiona-se se haveria vilipêndio à dignidade do ser humano, ao torná-lo e fazê-lo meio para um determinado fim.

A União Europeia, através de sua Diretiva para Invenções Biotecnológicas 44/98 (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998), permite o patenteamento de genes em sua forma isolada. Os Estados Unidos, considerando os precedentes das decisões dos processos de Chackrabart, Moore e, atualmente, o caso ainda judicial, envolvendo os genes BRCA1 e BRCA2, procuram analisar a matéria de forma a conferir a substâncias existentes no organismo humano, a condição de elementos químicos e, portanto, passíveis de serem apropriados.

O Brasil, apesar de signatário do Acordo *TRIPS*, não considera o gene, ainda que na sua forma isolada, invenção, impedindo, conseqüentemente, o seu patenteamento, como se observa pela análise do inciso IX, do artigo 10 da Lei 9.279/96 (BRASIL, 1996). Porém, dois deputados propuseram projetos de lei para a modificação deste inciso; o deputado Wilson

Santos, em 2003, com o projeto número 2.695 e o deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 2005, com o projeto número 4.961. O primeiro projeto encontra-se arquivado desde 06 de março de 2008<sup>1</sup> e o segundo encontra-se, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática<sup>2</sup>.

A partir daí, analisa-se se, em sendo modificado o artigo de lei acima referenciado, haverá uma possível inconstitucionalidade de lei, em observância tanto do princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III), quanto do artigo 199, § 4º da Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988) que impede a comercialização de sangue e derivados. Além disso, a Lei 9.434/97 (BRASIL, 1997), que trata dos transplantes de órgãos e tecidos, de mesma relevância hierárquica que a Lei 9.279/96 (BRASIL, 1996), admite somente a disposição a título gratuito de órgãos e tecidos humanos, impedindo, assim, a comercialização dos mesmos.

O objetivo deste trabalho é analisar a legislação brasileira no tocante à proibição do patenteamento de gene, especificamente o humano e a apresentação dos projetos de lei que preveem mudança no sentido de autorizar a apropriação deste material, na sua forma isolada; examinar se, ainda que aprovada a alteração proposta pelos PL's, haveria oposições legais constitucionais e infra-constitucionais; inferir se o patenteamento de genes humanos, se atendida a função social da propriedade, feriria o princípio da dignidade da pessoa humana; criar um protocolo que permita obter uma estimativa quantitativa no tocante ao patenteamento de genes humanos nos escritórios de patente europeu e norte-americano;

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProporiscacao=147657](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProporiscacao=147657)>. Acesso em: 02 mar. 2012.

<sup>2</sup> Desde 14 de abril de 2012. Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProporiscacao=279651](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProporiscacao=279651)>. Acesso em: 02 mar. 2012.

Para cumprir os objetivos propostos, utilizou-se pesquisa documental sobre conceitos próprios da biologia molecular, da propriedade intelectual e da sua função social, passando pelos Tratados Internacionais relacionados à propriedade intelectual em biotecnologia (com foco na análise do Acordo *TRIPS*). Além disso, ponderou-se o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e sua relação com a patenteabilidade de sequências gênicas humanas.

A busca bibliográfica serviu para descrever a função dos genes; a importância da biotecnologia e sua apropriação intelectual frente às normas constantes nos Tratados Internacionais; a importância do Projeto Genoma Humano como grande incentivador da apropriação imaterial de genes humanos e, ainda, a importância do estudo do sequenciamento de genes em células tumorais humanas.

Analisa-se o princípio da dignidade da pessoa humana e sua relação com a Lei da Propriedade Industrial frente à possibilidade da apropriação de material genético humano.

Além disso, destaca-se a decisão das Cortes norte americanas sobre o patenteamento do gene *BRCA1* e o posicionamento da Diretiva Europeia 44/98 quanto à concessão de patente às sequências de genes humanos, bem como o estudo do posicionamento brasileiro frente a estas questões.

Pesquisas através dos sítios da **wipo** e **patentlens** realizadas demonstram a avaliação quantitativa, ainda que por estimativa, da ordem de grandeza do número de depósitos de pedidos de patentes de sequência de genes entre os anos 2000 a 2011 no *USPTO* e no *EPO*, e através do *PCT*, bem como a análise sobre a possibilidade de se viabilizar mudanças quanto ao patenteamento destas substâncias na legislação brasileira.

Na primeira parte do trabalho apresentam-se os conceitos de material genético (DNA, gene e genoma), o conceito de biotecnologia, sua evolução, classificação e patenteamento e o

conceito de genoma humano. Também, o posicionamento do Brasil frente ao projeto Genoma Humano e a importância da análise do câncer ao estudo do sequenciamento de genes em células tumorais. Em seguida, estudado o conceito de propriedade com foco no estudo da propriedade intelectual e o princípio constitucional brasileiro da função social da propriedade relacionada a patentes. Em capítulo posterior, expõem-se os Tratados Internacionais de maior influência no setor biotecnológico, principalmente o alcance do *TRIPS*.

Por fim, tendo como base resultados iniciais obtidos, são expostas as vertentes e fundamentações acerca do patenteamento das sequências de genes humanos e o posicionamento pátrio frente a questões constitucionais relacionadas ao princípio da dignidade da pessoa humana e a análise do artigo 199, § 4º da CR/88 em comunhão com a Lei de Transplantes.

Após análise quantitativa estimada sobre pedidos de patentes envolvendo sequências gênicas nos escritórios europeu e norte-americano entre os anos 2000 e 2011, observa-se que a maioria destes pedidos referem-se a sequências de genes com alguma relação com o câncer.

Ao analisar os pedidos de patenteamento de genes humanos, primeiramente levanta-se o questionamento acerca da sua qualidade de descoberta (e com ela a impossibilidade de concessão do direito de exclusiva) ou de invenção. Caso sejam caracterizados como invenção, passa-se à avaliação, segundo o *TRIPS*,<sup>3</sup> sobre o atendimento de algumas condições subjetivas, como a moral, os bons costumes, a saúde e a segurança pública, podendo o país signatário negar patente aos pedidos que ofendam quaisquer destes requisitos. A pesquisa confirma que tanto o *EPO* quanto o *USPTO* estão concedendo patentes a sequências de genes

---

<sup>3</sup> Artigo 27 *TRIPS*. Matéria Patenteável. 2. Os Membros podem considerar como não patenteáveis invenções cuja exploração em seu território seja necessário evitar para proteger a ordem pública ou a moralidade, inclusive para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal ou para evitar sérios prejuízos ao meio ambiente, desde que esta determinação não seja feita apenas por que a exploração é proibida por sua legislação.

isolados da natureza. O Brasil, entretanto, apesar de signatário do Acordo *TRIPS*, negou a permissão ao patenteamento de sequência de genes, ainda que de forma isolada.

A possível mudança deste dispositivo legal é palco de análise, tendo em vista o impedimento de se comercializar elementos do corpo humano, tanto em conformidade com a Lei de Transplante, como com a Constituição da República.

As duas tentativas modificatórias da Lei 9.279/96 preveem a admissão como invento das: a) sequências totais ou parciais de DNA e materiais biológicos isolados de seu entorno natural ou obtidos por meios de procedimentos técnicos e aplicáveis industrialmente (projeto de lei 2.695/2003, do deputado Wilson Santos) e b) substâncias ou materiais extraídos do todo ou parte dos seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza ou dela extraídos, obtidos ou isoladas e que apresentem os requisitos previstos no art. 8º da Lei 9.279/96 (projeto de lei 4.961/2005, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame). O primeiro projeto encontra-se arquivado desde 2008 e o segundo ainda em trâmite, modificariam respectivamente o inciso IX do artigo 10 e os incisos IX do artigo 10 e III do artigo 18 da referida Lei.

A justificativa do projeto de lei em andamento, de nº 4.961/2005, propõe o patenteamento de substâncias ou materiais biológicos, uma vez que as restrições à patenteabilidade de inventos relacionados a usos e aplicações de matérias obtidas de organismos naturais desestimulariam os investimentos públicos e privados direcionados ao conhecimento e aproveitamento econômico da flora e da fauna brasileiras.

Passaria a constar na lei o seguinte:

“Art. 10 [...]

[...]

IX – o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza ou dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo



natural, exceto substâncias ou materiais deles extraídas, obtidas ou isoladas, as quais apresentem os requisitos previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.” (BRASIL, 2005)

O PL 2.695/2003, arquivado, considerava que a sequência de gene com aplicação industrial seria passível de ser patenteada, sob a justificativa de que a impossibilidade de patenteamento nestas áreas provocaria entraves ao desenvolvimento científico nacional na área biológica, além de o Brasil encontrar-se, segundo o relator, em desacordo com a postura adotada pela maioria dos países que já aceitam o patenteamento de material isolado. O projeto, se aprovado, segundo a concepção dos que o apoiam, incentivaria, ainda, a pesquisa brasileira em biotecnologia (BRASIL, 2003).

A resistência à mudança na LPI pode ser analisada à luz da Constituição da República de 1988, a qual defende a dignidade da pessoa humana, como princípio fundamental e o § 4º do artigo 199. Este, ao vedar a comercialização de sangue e seus derivados, por analogia e coesão das normas, poderia ser um impeditivo ao patenteamento das sequências de genes humanos, já que uma das finalidades da expedição de carta patente é a exploração comercial e licenciamento do invento, além da promoção do desenvolvimento tecnológico e social.

Uma questão que se tem em mente é se o patenteamento de gene humano instrumentalizaria o ser humano e, em instrumentalizando, haveria violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Afora isso, a Lei 9.434/97 também respeita a dignidade da pessoa humana no tocante às partes de seu corpo, impedindo sua comercialização. Esta relação também será analisada.

Ao final, pretende-se levar o leitor a debater se a mudança da sociedade e da ciência deveria levar o legislador a alterar as normas no tocante à apropriação de matéria viva,

especificamente, de gene humano e, se esta mudança poderia gerar, no Brasil, discussões sobre sua inconstitucionalidade.

## 2 MATERIAL GENÉTICO

### 2.1 O ácido desoxirribonucleico (DNA), o gene e o genoma

O ácido desoxirribonucleico, conhecido pela sigla DNA, é uma molécula de ácido nucleico polimérica, responsável pelo armazenamento das informações genéticas de um organismo, desde a modulação dos acontecimentos biológicos relativos ao desenvolvimento embrionário até as que governam o crescimento, diferenciação, feitura, estrutura e funções, inclusive a predisposição ou imunidade a determinadas enfermidades.

Os ácidos nucleicos são compostos orgânicos formados pela polimerização de nucleotídeos (estes, compostos por uma **pentose - ribose ou desoxirribose-**, uma **base nitrogenada** e um radical **fosfato**). Numa molécula de ácido nucleico, centenas ou até milhares de nucleotídeos se encadeiam, formando um longo filamento simples ou duplo. Os que apresentam **um** único filamento, geralmente, pertencem ao grupo dos ácidos ribonucleicos (RNA), enquanto os que possuem **duplo** filamento, geralmente, pertencem ao grupo dos ácidos desoxirribonucleicos (DNA). As bases nitrogenadas encontradas nos ácidos nucleicos compreendem dois tipos: as purínicas adenina (A) e guanina (G)- e pirimidínicas- citosina (C) e timina (T)- presentes nos nucleotídeos de DNA, e citosina (C) e uracila (U), nos nucleotídeos de RNA.

O DNA possui uma estrutura helicoidal, na qual as fitas de polinucleotídios apresentam-se em direções contrárias e mantêm-se unidas por ligações de hidrogênio entre os pares de bases purínicas de uma e pirimidínicas da outra, observando a combinação T-A, C-G.

A região codificante de um DNA cromossômico denomina-se **gene**, o qual contém informações necessárias que serão copiadas para uma molécula de RNA, conhecido como RNA mensageiro. Esse terá sua informação utilizada na produção de uma proteína. Os genes encontram-se em uma região especial do cromossomo (*locus*). Na espécie humana, estima-se

a quantidade de cerca de 100.000 *locus* gênicos, os quais abrangem menos de 10% do DNA, sabendo-se muito pouco sobre o significado do DNA restante. (DE ROBERTIS, 2003, p.268)

Os genes podem ser materialmente definidos como segmentos de DNA encontrados na estrutura dos cromossomos, que contêm a informação para a confecção de moléculas proteicas. Além disso, constituem entidades biológicas mediante as quais os caracteres físicos são transmitidos através dos processos reprodutivos. Ao longo do tempo, os genes tendem a acumular mutações, que podem ser benéficas ou prejudiciais ao organismo portador.

Cada molécula de DNA contém, ao longo do seu comprimento, uma sequência de bases nitrogenadas que lhes são características. Cada nucleotídeo contém uma base nitrogenada.

A função da célula está determinada pelos genes que estão ativos, ou seja, que são transcritos como RNAs mensageiros, os quais passam ao citoplasma, sendo traduzidos como proteínas específicas, que serão responsáveis pela atividade biológica codificada na estrutura do DNA.

A síntese do RNA, a partir do DNA, é realizada por enzimas denominadas transcriptases. Nesse processo, as duas cadeias do DNA se separam temporariamente numa determinada extensão. No espaço de separação, sob o controle enzimático das transcriptases, os nucleotídeos do RNA nascente são pareados com uma das fitas do DNA, fazendo uma cópia equivalente em RNA da sequência de nucleotídeos contida no gene.

As proteínas que se formam na célula são sintetizadas a partir da informação contida nos genes. Esta programação depende do “código genético” estabelecido pela sequência de bases nitrogenadas do DNA. A síntese proteica consiste num mecanismo intracelular de

importância fundamental para a vida, pelos papéis imprescindíveis que exercem na atividade celular e orgânica de todos os seres vivos.

Apesar de todas as células do corpo possuírem a mesma informação genética, as reações químicas se diferenciam, fazendo com que proteínas específicas sejam produzidas para desempenhar funções diferenciadas no organismo. Isso implica dizer que cada tipo de célula tem genes ativos que variam de acordo com a função a ser executada.

A sequência de bases que compõe os genes permite determinar o seu posicionamento ao longo da cadeia do DNA. Além disso, localiza, delimita a distância entre os genes e permite diagnosticar enfermidades genéticas de relevância médica (DIAFÉRIA, 2007, p.19). Ademais, permite 1) a identificação exata do posicionamento das bases de DNA (T, A, C, G), 2) sequenciamento, possibilitando a compreensão da evolução humana e sua interação com os fatores ambientais e as susceptibilidades a determinadas doenças (VENTER, 2001).

A todas as informações genéticas depositadas numa molécula de DNA dá-se o nome de **genoma**. Diversos estudos foram realizados para sequenciar o genoma de alguns seres, obtendo-se resultados satisfatórios e conclusivos, porém o grande marco na ciência deu-se com o sequenciamento do genoma humano, iniciado em 1990.

Estas novas tecnologias despertam algumas discussões éticas e jurídicas que serão devidamente analisadas. Para tanto, inicialmente, cabe conceituar e classificar a biotecnologia, tendo em vista a sua importância tecnológica e social.

## **2.2 Sobre a biotecnologia**

A necessidade de desenvolver novos e úteis produtos ou processos levou o homem a caminhar a passos largos no campo da ciência. O estudo da utilização de processos biológicos para a produção industrial de alimentos, bebidas, materiais e substâncias, e ainda a

manipulação do material genético têm sido objeto de discussão permanente no meio acadêmico, científico e econômico, face à alta relevância para a evolução social e econômica.

As práticas biotecnológicas datam da Antiguidade. Os anos 6.000 a.C e 4.000 a.C representam, respectivamente, a época em que os babilônios e egípcios empregavam a fermentação para produzir bebidas alcoólicas e aumento da massa do pão, através da utilização de células de levedura. Usavam, portanto, técnicas a partir de agentes biológicos para a produção de vinho, cerveja, pão, iogurte, alguns queijos e ainda praticavam o cruzamento de animais para obtenção de raças superiores.

Com o passar do tempo, estes conhecimentos aprimoraram-se até que em 1673, Anton Van Leeuwenhoek descreveu bactérias e protozoários, microorganismos que seriam identificados por Louis Paster dois séculos depois, como causadores do processo fermentativo (ARAÚJO et al., 2010). Em 1865, Gregor Mendel descobriu a transmissão hereditária, a partir da pesquisa com ervilhas, desencadeando o estudo da genética. Em 1953, uma grande revolução surgiu na ciência com a publicação histórica da descrição estrutural do DNA, realizada pelo americano James Watson e pelo inglês, Francis Crick, cientistas da Universidade de Cambridge, desvendando e esclarecendo a estrutura do DNA, bem como a transmissão genética.

Rocha et al (2003, 4,5) apresentam uma retrospectiva dos principais marcos históricos relacionados ao desenvolvimento da biotecnologia, o que permite o estudo do início até a identificação da sequência de bases que compõem o código genético humano realizado pelo projeto genoma humano:

[...]

1961, os franceses François Jacob e Jacques Monod descobriram o RNA-mensageiro, uma molécula que atua como intermediária na síntese de proteínas comandada pelos genes;

[...]

1963, equipes independentes, lideradas por Nirenberg e pelo indiano Har Gobind Khoranna, ampliaram a decifração do código genético, ou seja, as sequências de bases químicas do DNA que codificam cada tipo de aminoácido, unidade estrutural da proteína;

1967, os americanos Arthur Kornberg, Mehran Goulian e Robert Louis Sinsheimer sintetizaram em laboratório o DNA de um vírus;

1973, os americanos Stanley Cohen e H. Boyer criaram uma técnica para introduzir um gene estranho no DNA de uma bactéria, dando início aos organismos manipulados geneticamente;

1976, cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA) anunciaram a construção de um gene sintético funcional completo, incluindo mecanismos de regulação;

1977, os americanos Walter Gilbert e A.M. Maxam criaram uma técnica de leitura da informação contida no DNA das bactérias o que acelerou a clonagem (reprodução de organismos com material genético modificado);

1978, cientistas clonaram gene para produção de insulina humana;

1982, os americanos Richard Palmiter e Ralph Brinster “criaram” o primeiro animal por manipulação genética: um rato que contém o gene do hormônio de crescimento humano;

[...]

1990: começa o Projeto Genoma: cientistas americanos, europeus e japoneses trabalham sob a direção de James Watson, o descobridor da estrutura da molécula de DNA EM 1953;

-equipe do National Institute of Health (NIH), EUA, liderada por French Anderson, Kenneth Culver e Michael Blaese, realiza o primeiro implante genético em humano; a paciente é uma menina de 4 anos vítima de uma deficiência imunológica hereditária; [...]

Pela análise histórica, o marco científico ocorrido em 1973 restou demonstrado pela possibilidade de se manipular moléculas de DNA, a partir da introdução, alteração e/ou transferência de genes de interesse entre organismos diversos, conferindo-lhes características específicas e determinadas, procedimento conhecido pela denominação DNA recombinante.

## 2.3 Classificação da biotecnologia

A biotecnologia é permeada por técnicas que utilizam organismos vivos para o fabrico de produtos com fins específicos e valor de mercado. Para Serafini et al (2002), trata-se de um

ramo da ciência que utiliza seres vivos para o desenvolvimento de processos e produtos de interesse econômico e/ou social. Bunders (1996) a descreve como utilizadora de técnicas exploratórias das diversas potencialidades de organismos, consistente na aplicação do conhecimento para gerenciamento de microorganismos ou de células e tecidos de organismos superiores. Maria de Fátima Freire de Sá (2002, p.388) cita o entendimento de José Carlos Tinoco Soares (1998, p.592) o qual a define em consonância com *Office Technology Assessement* (OTA) do Congresso dos Estados Unidos, como sendo o “conjunto de técnicas que utilizam organismos vivos (ou parte deles) para fabricar ou modificar produtos, melhorar plantas ou animais, ou desenvolver microorganismos para usos específicos”. Del Nero (2004) termina por afirmar que trata-se de qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados para a fabricação ou modificação de produtos para a utilização específica no processo de produção industrial.

Denis Barbosa (2002) salienta a dificuldade, em termos legais, para definir biotecnologia, mas, pautando-se nos termos sustentados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na 1ª Sessão do Comitê de Peritos em Invenções Biotecnológicas e Propriedade Intelectual para efeitos de Propriedade Industrial, realizada em novembro de 1984, revela ter sido conceituada como “todos os desenvolvimentos tecnológicos referentes a organismos vivos (o que inclui animais, plantas e microorganismos) e outros materiais biológicos”.

O conceito legal desta ciência no Brasil encontra-se no artigo 2º da Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada em 05 de junho de 1992 e ratificada pelo Decreto nº. 2.519, de 16 de março de 1998. De acordo com as normas nacionais, a biotecnologia é caracterizada como “qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou



seus derivados para fabricar ou modificar produtos ou processos para a utilização específica.” (BRASIL, 1998).

O uso de técnicas biotecnológicas modernas tem atribuído características naturais antes impossíveis de serem alcançadas. Com seu uso, alguns organismos passaram a obter características específicas naturais de espécies distintas, o que possibilitou o surgimento de produtos de ponta (como, por exemplo, plantas geneticamente modificadas, vacinas, medicamentos, anticorpos, enzimas e hormônios<sup>4</sup>).

Consiste em um ramo da ciência criado pelo homem que continuará evoluindo ao longo dos tempos, em virtude da produção acumulada de conhecimento, como aponta Del Nero, (2008, p.60), cujo aprimoramento se dará na medida em que as pesquisas forem se intensificando.

Didaticamente, a biotecnologia divide-se em tradicional (ou clássica) e moderna (ou de fronteira).

A **tradicional** utiliza técnicas de seleção, isolamento e cruzamento natural controlados entre espécies compatíveis sexualmente (CARVALHO, 1996; SILVEIRA, 2002). Além disso, emprega a fermentação, procedimento utilizado para a produção de pães, vinhos e cervejas. As ações são demoradas, considerando a intensa dependência de tentativas até a produção de culturas desejadas.

Com o advento da manipulação de seres vivos ou de suas partes para a produção de bens e serviços, a partir de técnicas de transferência de genes de um organismo para outro, surgiu, na década de 1970, a **biotecnologia moderna**, ramo da ciência que revolucionou os conhecimentos e práticas preponderantes (OSELKA; OLIVEIRA, 2005).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.cib.org.br/mostra\\_glossario.php?i=5&letra=b](http://www.cib.org.br/mostra_glossario.php?i=5&letra=b)>. Acesso em: 13 dez 2010.

Diversas são as técnicas de manipulação e controle da molécula de DNA capazes de realizar trocas genéticas, a partir da modificação do elenco de reações químicas, de forma a criar, introduzir, alterar e atribuir especificidades a determinados organismos vivos (OLIVEIRA, 2010).

O isolamento de um gene de uma molécula combinado com outro de diferente espécie transfere a este último as características desejadas. A alteração, a nível molecular, obtida a partir da engenharia genética, passou a criar novos seres dotados de características não encontradas na natureza. Como preleciona Silveira et al (2004), as técnicas advindas deste novo ramo da ciência são importantes meios de aplicação no âmbito biotecnológico moderno por impulsionar a produção de biofármacos (como por exemplo a insulina e hormônio do crescimento), vacinas (vacinas recombinantes contra a hepatite B) e estudos genômicos para a prevenção e cura de diversas doenças (terapia gênica e farmacogênica).

A melhoria dos métodos de produção e processo tem impulsionado, principalmente, o progresso científico atinente à saúde humana. A maior pesquisa biológica realizada para obter informações sobre o corpo humano nos últimos tempos se deu com o sequenciamento do DNA humano, através do denominado **Projeto Genoma Humano**, também conhecido como PGH, cujo objetivo era o de mapear e sequenciar os genes de nossa espécie, a fim de facilitar a criação de novas técnicas para prevenção, diagnósticos e tratamentos de doenças.

## **2.4 Patentes em biotecnologia: de Louis Pasteur ao Projeto Genoma Humano**

A proteção intelectual, antes conferida somente a invenções com práticas industriais materializadas em algum objeto inanimado, a partir da metade do século XIX, passou a ser conferida, nas áreas química e biológica, à matéria viva ou animada, como os genes, por exemplo.



O primeiro caso que tomou proporções mundiais no tocante ao patenteamento de material genético humano ficou conhecido como “o caso Moore”, ocorrido também nos EUA.

Segundo Myszczyk e Meirelles (2010) relatam que John Moore era portador de um tipo raro de leucemia. A Universidade da Califórnia diagnosticou seu caso e em 1976 tornou-se paciente do Centro Médico de UCLA. Seu médico, Dr. David E. Golde, sugeriu a retirada do baço para prolongamento da vida do paciente. O procedimento foi realizado e o seu estado de saúde estabilizado. Moore submeteu-se a consultas de acompanhamento periódicas entre os anos de 1976 e 1983, nas quais eram colhidas amostras de sangue, soro sanguíneo, pele, medula óssea e espermatozoides, sob a justificativa de que interessavam à ciência e à humanidade. Em 1983, recebeu um contrato no qual ficava estabelecida a cessão de direito da linhagem de suas células e de seus produtos corpóreos para fins de pesquisa. Em 1984, iniciou-se o patenteamento de subprodutos da linhagem de células do paciente. O médico David Golde tornou-se consultor remunerado do Instituto de Genética; recebia ações e benefícios em troca do acesso exclusivo desta empresa aos resultados de suas pesquisas. Ao promover uma ação judicial, Moore alegou a apropriação indevida de suas células. A Universidade obteve êxito na decisão de primeira instância, sob o argumento de que Moore havia consentido com o estudo e pesquisa. No entanto, em sede de recurso, inverteu-se a decisão, sob o fundamento de que o material genético de Moore era propriedade privada dele. A Suprema Corte fundamentou sua decisão baseada não no consentimento ou na responsabilidade dos profissionais de saúde por apropriarem-se indevidamente do material genético para fins de pesquisa, mas na possibilidade de se determinar a titularidade do genoma humano. Se entendesse pela apropriação indevida, daria a Moore a titularidade de um material genético cuja constituição química é a mesma em todos os seres humanos. Como o material havia sido retirado e descartado do paciente, a Corte entendeu ter-se tornado coisa sem dono (*res nullis*). Desta forma, indeferiu o pedido de Moore, mas responsabilizou o médico por desrespeitar o direito

de sigilo do paciente e o acionou por abuso de confiança fiduciária. Berlinguer e Garrafa (2001, p.106) entendem que Moore “também ganhou alguma coisa”, como indenização pela violação dos deveres profissionais médicos por não o terem avisado sobre o uso de suas células. E concluem que, a partir desta decisão, a Suprema Corte passou a permitir a apropriação das células “desde que se diga claramente”.

Estas decisões promoveram debates acerca da possibilidade de se apropriar de matéria viva e, por consequência, patenteá-la. A partir de então, iniciaram-se argumentações desafiadoras e intensos debates ainda não pacificados no meio científico, político, jurídico e econômico.

Os críticos ao patenteamento de matéria viva procuram argumentar que os processos biológicos e naturais têm caráter essencialmente público, o que impossibilitaria sua apropriação. Maria Tereza Leopardi Melo (1998, p.73) traduz esta preocupação ao especificar que

na biotecnologia existiria um componente público da geração do conhecimento tecnológico, o que torna difícil e complexa a separação nítida entre aquilo que pode/deve ser apropriável privadamente, e aquilo que deve ser mantido como conhecimento comum, de modo que não impeça futuros desenvolvimentos numa área tecnológica cumulativa - *i.e.*, em que as invenções provêm não apenas novos ou melhores produtos ou processos, mas também lançam os alicerces para futuras inovações. Se muito ampla, a patente em biotecnologia poderia resultar no domínio excessivo de seu titular sobre toda uma área de oportunidades, excluindo concorrentes futuros, impedindo a difusão e retardando o progresso tecnológico.

Para o material genético humano especificamente, Lacerda (2002) diz tratar-se de patrimônio da humanidade, cujas informações devem ser disponibilizadas como garantia de uma melhor qualidade de vida.

Mello (1998, p. 73), por sua vez, aponta a necessidade do patenteamento proveniente da biotecnologia, focando a questão econômica:

[...] por ser uma tecnologia de ponta, muito próxima da ciência, com ainda poucos e incertos resultados comerciais finais, essa área necessitaria ainda mais da proteção jurídica a fim de incentivar os vultosos investimentos provados em Pesquisa & Desenvolvimento, para que empresas possam ter a perspectiva de se apropriar dos eventuais lucros decorrentes de seus resultados de pesquisa, e que essa forma de apropriabilidade incida também sobre resultados intermediários que se destinam a outras pesquisas.

Pereira (2001) entende que é necessária uma forma de controle com eficácia, considerando o desenvolvimento científico atingido, sobretudo envolvendo o genoma humano. E acrescenta que este controle não poderia obstruir a evolução científica, mas monitorá-la a partir de suportes ético, jurídico, político, econômico e social.

Verificadas algumas manifestações acerca do patenteamento de material genético e observadas as possibilidades de promoção do bem estar coletivo e do progresso científico, passa-se à necessidade de melhor entender a abrangência para que, ao fim e ao cabo, sejam apreciados os argumentos favoráveis e contrários à apropriabilidade, principalmente de material genético humano.

## 2.5 Genoma humano

Como anteriormente apresentado, a molécula de DNA abriga todas as informações genéticas de um indivíduo através da sequência linear de nucleotídeos. Sua função primordial é portar os genes (unidades funcionais da hereditariedade organizadas nos cromossomos) que contêm instruções para a síntese de proteínas no organismo, apesar de nem toda informação contida na molécula de DNA ser codificadora de proteínas. As regiões codificantes recebem o nome de *éxons* e as localizadas entre eles, situadas em um mesmo *locus* gênico são chamadas de *introns*. (ALBERTS et. al., 2004).

Segundo Alberts et al. (2004, p. 202)

a maioria dos genes humanos consiste de longos segmentos de *éxons* e *introns* alternados [...] Além dos *éxons* e dos *introns*, cada gene está associado com as *sequências de DNA reguladoras*, as quais são responsáveis por garantir que o gene seja expresso nos níveis, no momento e no tipo celular adequados.

A busca pela decodificação da funcionalidade dos genes teve início a partir da descoberta da estrutura de dupla hélice da molécula de DNA, em 1953. Em 1980, o estudo do genoma humano entrou na pauta das discussões internacionais, culminando com o Projeto Genoma Humano (PGH), que teve início no ano de 1990 desencadeando, além de pesquisas científicas, cujas informações não tinham precedentes na história da biologia, um relevante papel sócio- econômico.

Tendo como grande financiador do projeto o governo norte-americano, James Watson foi convidado a assumir o cargo de direção do PGH, iniciando os trabalhos em outubro de 1990 (MYSZCZUK, 2008, p. 36). O objetivo principal desta etapa era identificar o posicionamento exato das bases componentes do DNA (timina, adenina, citosina e guanina) e, a partir daí, analisar a posição e distância entre os genes nos cromossomos, identificar a sequência de genes, espaçamento, mapeamento e função para decifrar doenças decorrentes da hereditariedade e apresentar um possível desenvolvimento de tratamentos, melhora das condições de vida e cura de enfermidades (LIEDKE, 2009).

Diaféria (2007, p. 14) menciona que tal projeto procurava estudar a genômica estrutural e funcional. Quanto à genômica estrutural, o projeto buscava mapear e sequenciar a estrutura completa do genoma “mediante a obtenção da ordenação espacial dos genes, para a definição dos mapas genéticos e a caracterização das sequências de bases do DNA que compõem o genoma humano” e com base nestas informações seriam abertas possibilidades de se identificar a genômica funcional, responsável pela “identificação da informação que caracteriza a função desempenhada pelos genes”, através do uso de computadores capazes de

fazer a leitura, decodificação e armazenamento de dados que, posteriormente, identificariam as funções dos genes e a sua expressão no organismo.

Para coordenar, em nível internacional, o mapeamento, o sequenciamento, a funcionalidade e a aplicação destes conhecimentos, foi criada a *Human Genome Organization* (HUGO) - Organização do Genoma Humano, responsável pelo incentivo à cooperação científica para a divulgação e disseminação da análise funcional do genoma humano, bem como as possíveis aplicações de terapias genéticas, diagnósticos e curas de algumas doenças.

Segundo Mysczuk (2008), a HUGO tinha quatro princípios norteadores: o reconhecimento de que o genoma humano é patrimônio comum da humanidade; a adesão às normas internacionais sobre direitos humanos; o respeito pelos valores, tradições, cultura e integridade dos participantes do estudo e a defesa da dignidade da pessoa humana e da liberdade.

A corrida por este sequenciamento não tinha apenas caráter científico, mas econômico. Craig Venter, cientista norte-americano e pesquisador dissidente da HUGO, após lançar seu projeto individual de sequenciamento do genoma humano com a fundação do Instituto de Pesquisa Genômica (TIGR - *The Institute for Genomic Research*), sequenciou o primeiro genoma de um ser vivo, em 1995: a bactéria *Haemophilus influenzae*. Resolveu, então, fundar a empresa *Celera Genomics Corporation*, com capital particular, cujo objetivo principal era o de sequenciar o genoma humano com fins eminentemente comerciais para a indústria farmacêutica, a qual visava retorno dos investimentos realizados em pesquisa. Por isso, a tentativa de patenteamento para garantir a exclusividade comercial sobre a manipulação do genoma humano.

O término do sequenciamento do genoma foi atribuído tanto ao consórcio público – PGH - quanto à empresa privada - *Celera Genomics* -, em junho de 2000 (DAVIES, 2001).



A partir destes estudos, constatou-se que o genoma humano constitui a essência de cada indivíduo, na medida em que todos os seres humanos possuem essa codificação, o que torna as pessoas semelhantes e diferentes umas das outras. Descobriram que os seres humanos têm 99,9% das sequências de DNA idênticas entre si, podendo haver diferenciação genética de grandes segmentos de DNA ou de apenas um nucleotídeo (LIEDKE, 2009) e, apesar de semelhante, o ser humano possui individualização a partir da disposição das bases nitrogenadas (*timina, adenina, citosina e guanina*), responsáveis pelas diferentes características como a cor dos olhos, dos cabelos, estatura, etc.

## **2.6 A posição brasileira frente ao Projeto Genoma Humano**

O Brasil aderiu ao PGH em 1997, ao lado de outros dezessete países, dando início ao programa Genoma - FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do qual fazem parte as instituições nacionais: UNICAMP, UNESP, USP, UFRJ, UNIVAP, UNIMOGI/UFPE, UFSCARLOS, INSTITUTO BUTANTAN, INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS e INSTITUTO BIOLÓGICO (SP). As pesquisas se ativeram ao sequenciamento do genoma da bactéria *Xantomonas citri*, causadora do câncer cítrico; da *Xilela fastidiosa*, causadora da doença “amarelinho” (nos laranjais) e o sequenciamento aleatório de diversos tecidos da cana-de-açúcar (LIEDKE, 2009, p. 31).

Nos últimos anos, o país vem investindo no projeto genoma humano do câncer, já que, em 1999, a *Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis - The Virtual Genomics Institute* (Rede ONSA) - disseminada em 1997 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, lançou o *Human Cancer Genome Project* (HCGP) - Projeto Genoma Humano do Câncer, com o objetivo inicial de produzir meio milhão de sequências de

genes (*EST*<sup>7</sup>) de tecido tumoral humano. O projeto “Cooperação para a Análise dos Genes e sua Expressão no Câncer”, realizado pelo Instituto de Química da USP, procura analisar o sequenciamento de genes em células normais e tumorais de tecido de próstata e pulmão, a fim de identificar novos marcadores genéticos de detecção para prognóstico da doença. Além deste, outros projetos envolvendo estudos de sequenciamento de genes tumorais de diversos órgãos do corpo humano, como a tireóide, o estômago, o esôfago, o intestino, cabeça e pescoço, têm sido realizados com o intuito de comparar as sequências de genes provenientes de células saudáveis e tumorais, para se tornarem ferramenta importante ao auxílio de diagnósticos precoces e evolução de doenças (KIMURA; BAÍA, 2002).

## **2.7 A importância do câncer - A preocupação com o estudo do sequenciamento de genes em células tumorais e a situação no Brasil**

Os fatores impactantes no custo de tratamento do câncer no Brasil são apontados com a chegada de novas terapias, equipamentos, medicamentos e envelhecimento da população. Estudos revelam que a prevenção a esta doença seria capaz de impactar positivamente a economia dos setores público e privado, ocasionando reduções em tratamento na ordem de até 14,28% (BRASIL, 2007).

Genericamente conhecida como câncer, esta doença representa um conjunto de mais de 100 denominações, sendo de crucial importância o controle e o “conhecimento dos complexos mecanismos de regulação molecular intracelular” e além das escolhas individuais

---

<sup>7</sup> *EST (expressed sequence tag)*: Um estiramento de DNA no interior de uma região codificadora, útil para identificar os genes. É um local de sequência de marcadores. (Disponível em: < <http://www.medterms.com/script/main/art.asp?articlekey=3328>>. Acesso em: 01 nov. 2012). São fragmentos de DNA que embora contenham apenas entre cento e cinquenta e quatrocentos pares de base, cada sequência é única e serve para identificar o gene em que está contido, segundo Myszczyk (2012).

do estilo de vida, já que os gastos do governo federal com assistência oncológica entre os anos de 2000 a 2005 tiveram um acréscimo de 103% (BRASIL, 2007).

No Brasil, assim como no mundo, as doenças crônicas não transmissíveis são responsáveis por 72% das causas de mortes, sendo o câncer a segunda delas, com percentual de 16,3%, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório (31,3%). Atinge indivíduos de todas as camadas socioeconômicas, de maneira mais intensa os idosos e os de baixa escolaridade e renda (BRASIL, 2011a).

O câncer foi responsável por 7 milhões de mortes anuais ou 12% das causas de óbito no mundo (FIOCRUZ, 2006). De acordo com pesquisa realizada pelo INCA em 2009, o impacto global da doença mais que dobrou em 30 anos, causa não somente proveniente do crescimento populacional, mas do seu envelhecimento. Em 2004, foi responsável por 13,7% dos óbitos no Brasil e em 2005, 423 mil internações hospitalares por este mesmo motivo ocorreram no SUS; 1,6 milhão de consultas oncológicas foram registradas, além do tratamento mensal de 128 mil pacientes em quimioterapia e 98 mil em radioterapia ambulatorial (FIOCRUZ, 2006).

Em 2011, o INCA publicou as estimativas para os anos de 2012 e 2013 que demonstram a ocorrência de 518.510 casos novos de câncer, incluindo os casos de pele não melanoma (ou 385 mil, se excluídos esse tipo). Os mais incidentes serão os cânceres de pele não melanoma, próstata, pulmão, cólon e reto e estômago para os homens e pele não melanoma, mama, colo do útero, cólon e reto e tireoide para as mulheres (BRASIL, 2011b).

Diversas são as causas do aumento percentual de pessoas atingidas por esta doença, dentre eles a exposição a fatores de risco como a nutrição, fatores ambientais, exposição a agentes químicos, físicos e biológicos. Estudos revelam que a genética está intimamente associada ao seu desenvolvimento. O câncer de mama é um exemplo: “Mulheres que apresentam mutação nos genes *BRCA1* e *BRCA2* oferecem 85% de chance de desenvolver

câncer de mama antes dos 70 anos de idade” (BRASIL, 2009, p. 29). O câncer de pulmão também pode estar relacionado a fatores hereditários, além de estar ligado à exposição ao tabagismo, à poluição do ar, à radiação e a doenças específicas (BRASIL, 2009). Além disso, “a predisposição genética ao desenvolvimento de doenças crônicas do intestino (como as poliposes adenomatosas) configura o mais importante fator de risco” do câncer de cólon e reto (BRASIL, 2009, p. 35-36).

Os números revelam o aumento da incidência da doença e a consequente necessidade e importância do desenvolvimento de políticas voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e cura, obtidos a partir de investimentos voltados à pesquisa e qualificação profissional, além da assistência efetiva dos pacientes na rede pública, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Os tumores se desenvolvem quando células anormais deixam de seguir o processo natural de existência (divisão, amadurecimento e morte) e sofrem mutações capazes de gerar lesões em um ou mais genes. Como os genes controlam as funções celulares, se danificados, provocam uma divisão desregulada das células que se multiplicam, formando novas cópias anormais. Os sistemas de defesa do organismo devem impedir o processo de replicação desregulada; caso contrário, estas células “defeituosas” podem produzir células cancerosas malignas, as quais, ao se dividirem mais rapidamente do que as normais, podem, com o tempo, acumular-se umas sobre as outras, desenvolvendo os tumores (FIOCRUZ, 2006).

Alberts et al. (2004) explicam que as sequências gênicas sofrem mutações naturalmente e, se apresentarem um aumento significativo, podem provocar um desastroso aumento na incidência de câncer devido à aceleração da taxa de surgimento de células variantes.

O organismo procura estes descontroles realizando um processo denominado **reparo de DNA**, procedimento que procura a retomada do *status quo* da molécula. Menos de uma em

mil alterações acidentais de bases no DNA resultam em uma mutação permanente, sendo o restante eliminado com eficiência por este sistema.

Por isso, o câncer pode ser proveniente de defeitos em um gene humano ou em uma sequência de genes resultante de erros na replicação, refletindo uma taxa de mutação aumentada e a consequente malformação das células. Se não corrigidas, estas alterações se propagam às gerações subsequentes de células, levando a consequências desastrosas no organismo. (ALBERTS et. al., 2004).

O estudo do sequenciamento dos genes – processo de identificação da combinação de pares de bases numa amostra de DNA (MARQUES, 2001) - permite compreender as informações constantes nos genes humanos, consistindo em um grande aliado na busca da determinação de variações genéticas pertinentes a algum tipo de câncer. Compreende, portanto, uma ferramenta importante para o controle da doença (FIOCRUZ, 2006). Seu papel tem sido predominante na detecção a predisposições para este mal, a fim de identificar em qual sequência o gene defeituoso se encontra). O objetivo inicial é o diagnóstico precoce para uma consequente terapia, monitoramento e cura.

A sequência de DNA codifica informações necessárias para a sobrevivência e reprodução do ser vivo e, quando armazenada em banco de dados, pode ser utilizada para a sua própria síntese artificial, procedimento que enseja um novo universo de investigação científica com o desenvolvimento de tecnologias capazes de detectar enfermidades genéticas.

Se isolada, esta sequência permanece com sua identidade química capaz de fornecer a informação da proteína que codifica e o controle das funções, como o desenvolvimento, crescimento, reprodução e metabolismo do corpo humano.

O isolamento do gene, segundo Diaféria (2007, p. 21) abre as possibilidades de serem identificadas as potenciais aplicações industriais decorrentes do complexo genético, principalmente se forem dissociados os conceitos relativos aos genes e à sua informação

genética. Marques (2001) leciona que o sentido informativo do gene restringe-se ao seu conhecimento genético e é na informação genética que reside o interesse de apropriação.

A discussão acerca da apropriabilidade deste material genético será melhor conduzida nos capítulos seguintes, principalmente após o estudo dos requisitos de patenteabilidade, momento posterior à análise do direito de propriedade e direito de propriedade intelectual.

### 3 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Considerando a tendência atual de patentear produtos advindos da biotecnologia, será feita uma abordagem inicial sobre a função social da propriedade a nível constitucional e infraconstitucional e sua relação com o sistema de patenteamento no Brasil. Tem-se a finalidade de abordar posteriormente a função social do patenteamento de material genético humano, em especial, a sequência de genes humanos.

No Brasil, o direito de propriedade é tratado de maneira limitada no tocante à adequação às necessidades da sociedade em geral. Por isso, o titular encontra limites à sua destinação, devendo adequar-se aos interesses coletivos. Apesar de possuir características de plenitude, exclusividade e irrevogabilidade, sua aplicação é restrita, observado o instituto da função social - conceito jurídico indeterminado que proporciona ao intérprete e julgador a possibilidade de estabelecer seu alcance.

De acordo com Mathias e Rocha (s/d) a propriedade representa uma posição jurídica em relação a um bem, com forma própria de aquisição, modo de uso, gozo e disposição, deveres e limitações definidos por lei. O artigo 1.228 do Código Civil Brasileiro fixa parâmetros ao direito de propriedade, conferindo ao proprietário direito real *erga omnes*, como se observa:

Artigo 1228 – O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la de quem quer que a possua ou detenha.

1º - O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

2º - São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

Araújo (1977) ensina que a função social da propriedade, apesar de recente no ordenamento jurídico brasileiro, recebeu relevantes contribuições da Igreja medieval e sua doutrina, pois desde aquela época propugnava pela propriedade comum como forma de conferir à sociedade uma convivência mais igualitária e justa. Cita a visão condenatória de Santo Agostinho (nascido em 354 e falecido no ano 430) ao abuso do homem com relação aos bens dados por Deus e, ainda, que Santo Tomás de Aquino (nascido 1222 e falecido em 1274) encontrava na propriedade um direito natural que deveria ser exercido com vistas ao bem comum. Além disso, sumos pontífices estabeleceram diretrizes do pensamento católico sobre a propriedade para humanizar seu tratamento legislativo.

O Papa Leão XIII discorreu sobre o uso da propriedade como bem comum no documento da igreja católica denominado “Encíclica *Rerum Novarum*”, em 1891, discutindo questões éticas e morais acerca do seu uso, com a finalidade da busca da justiça social<sup>8</sup>.

México e Alemanha foram os pioneiros a atribuírem finalidade social à propriedade, nas Constituições de 1917 e 1919, respectivamente. No Brasil, a Constituição de 1934, conhecida como a Primeira Carta Social, introduziu a função social da propriedade ao ordenamento jurídico, ao estabelecer em seu artigo 113, § 17<sup>9</sup>, a sobreposição do interesse social ao individual, conferindo necessidade do comprometimento social. (FONSECA, 1998).

---

<sup>8</sup>Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html)>. Acesso em: fev 2011.

<sup>9</sup>“Art 113. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes [...] 17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.



Com o advento do Estado Novo e o consequente regime ditatorial, a visão social da propriedade foi suprimida da norma nacional e retomada na Carta de 1946, como se observa pela análise dos §§ 16 e 17 dos artigos 141 e 147, cujo regramento quanto à propriedade e sua relação com os inventos industriais teve como foco a prevalência da visão coletiva<sup>10</sup>.

A Constituição Brasileira em vigor, promulgada em 1988, consagrou a função social da propriedade como **princípio constitucional**, incluindo-a no rol dos direitos e garantias individuais e de ordem econômica<sup>11</sup>.

Esta inserção abarcou as propriedades materiais (móveis, imóveis) e imateriais, provocando a desfeudalização do conhecimento, como bem acentua Faria (1988), pois a divisão do estudo e da aplicação do Direito, de natureza predominantemente ideológica, vinha ao longo das últimas décadas

feudalizando o conhecimento do direito em rígidos campos de especializações e transformando civilistas, comercialistas, tributaristas, penalistas, administrativistas e outros em verdadeiros donatários de capitâneas hereditárias nas escolas de direito. (FARIA, 1988, p. 8)

---

<sup>10</sup> “Art. 141 (*omissis*): [...]”

“§16 É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior;

§ 17 Os inventos industriais pertencem a seus autores, aos quais a lei garantirá privilégio temporário ou, se a vulgarização convier à coletividade, concederá justo prêmio.

[...]

Art. 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

<sup>11</sup> Princípio constitucional é o mandamento nuclear de um sistema que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico (MELLO, 2010, p 52).

Com o advento do princípio da função social, o interesse coletivo passou a se tornar prioritário, sem perder o seu caráter individual.

O artigo 5º, *caput in fine*<sup>12</sup> da Carta de 1988, eleva a propriedade ao patamar de garantia fundamental e inviolável; o inciso XXII<sup>13</sup> declara a garantia do direito de propriedade; o inciso XXIX<sup>14</sup> estabelece a garantia do direito de propriedade intelectual e, finalmente, o inciso XXIII<sup>15</sup> dispõe sobre a função social da propriedade.

Segundo Carvalho (2001), o legislador, ao estabelecer o princípio da função social da propriedade, determinou ao titular do direito fazer e valer-se de seus poderes e faculdades no sentido do bem comum, em uma concepção ativa, comissiva do uso da propriedade.

O artigo 170 da mesma Carta reafirma a importância de seguir os ditames, observado o interesse coletivo:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - *omissis*

II - propriedade privada;

**III - função social da propriedade;**

[...] (grifado) (BRASIL, 1988)

<sup>12</sup>Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

<sup>13</sup>Art. 5º, inciso XXII da CF/88: é garantido o direito de propriedade.

<sup>14</sup>Art. 5º, inciso XXIX da CF/88: a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

<sup>15</sup> Art. 5º, XXIII da CF/88: a propriedade atenderá a sua função social.

Portanto, qualquer tentativa de utilização da propriedade para fins egoísticos e danosos à coletividade deve ser cerceada em virtude da supressão dos seus aspectos anteriormente ilimitados, absolutos e plenos, frente às características limitadas da nova ordem.

Tal princípio não suprime a propriedade privada, mas condiciona-a ao bem estar social. Desta forma, um embate entre os princípios constitucionais da propriedade privada e da função social revelam a prevalência deste último face aos interesses garantidores da existência digna, conforme os ditames da justiça social. (PORTELLA, 2006).

Apesar de consagrado, o princípio da função social da propriedade encontra-se em transformação e seu conceito, ainda inacabado, revela a necessidade de adequação das normas frente ao avanço social, binômio que promove a evolução do Direito.

### **3.1 A função social da propriedade e o Código Civil de 2002**

Seguindo o modelo de hierarquização, as normas infraconstitucionais devem adequar-se aos artigos e princípios insertos na Constituição.

No Brasil, tanto a Constituição como o Código Civil de 2002 - Lei nº 10.406/2002 - limitam o direito de propriedade, condicionando-o à função social. Sua disciplina encontra-se no Título III, Capítulo I e Título II, Capítulo IV, ao revés do Código Civil anterior (Lei nº 3.071/1916), cuja concepção era individualista. Del Nero (2008) atribui o novo foco legal da disciplina jurídica à finalidade econômico-social.

De fato, o Novo Código Civil dedicou diversos dispositivos ao tratamento do tema, especialmente os artigos 421, 1.228 e 2.035, parágrafo único, cujas previsões revelam a utilidade social da propriedade e sua adequação ao princípio constitucional em comento (BRASIL, 2002).

Rezam os mencionados artigos:

Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

[...]

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas. (grifo nosso)

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

[...]

Art. 2.035. A validade dos negócios e demais atos jurídicos, constituídos antes da entrada em vigor deste Código, obedece ao disposto nas leis anteriores, referidas no art. 2.045, mas os seus efeitos, produzidos após a vigência deste Código, aos preceitos dele se subordinam, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução.

Parágrafo único. Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos.

Silva (1999, p. 286) expõe que “a função social se manifesta na própria configuração estrutural do direito de propriedade, pondo-se concretamente como elemento qualificante na predeterminação dos modos de aquisição, gozo e utilização dos bens”. Além disso, tem a característica de transformar a propriedade capitalista sem socializá-la, tendo como garantia legal a aquisição de bens, mas com certos tipos de restrição, a fim de conservar o instituto da propriedade privada, socializando-a quando for necessária sobreposição a um interesse individual.

O legislador superou o caráter individualista, primando pela predominância do social a ponto de direcionar a propriedade para o bem comum. Fez do individualismo acentuado, exercido em tempos pretéritos, característica ultrapassada frente à finalidade social moderna.

Desta forma, o direito de propriedade não se reveste mais de carácter absoluto e, se descumprida sua função social, o Estado é o ente legitimado para intervir na relação, já que, ao proprietário, cabe a exploração adequada do bem e o cumprimento das obrigações que lhes são inerentes. Dentre elas, segundo o relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.213/2000, Ministro Celso de Mello (BRASIL, 2000), a de favorecer o bem-estar dos que labutam, manter níveis satisfatórios de produtividade e observar as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho.

### **3.2 Breves considerações acerca da propriedade intelectual**

Desde o período iluminista europeu, no século XVIII, o conhecimento tornou-se apropriável. A ligação entre ideias e propriedade assumiu cunho legal, apesar de se tratar de direitos exclusivos sobre um bem intangível (HESSE, 2002). Além de o homem passar a apropriar-se de suas criações, o Estado iniciou a regulamentação das relações entre proprietários e terceiros.

Com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII e o início do avanço tecnológico, foram iniciados movimentos como o fordismo e o taylorismo, os quais ensejaram o processo de divisão do trabalho desencadeador da diferenciação e valorização da mão-de-obra intelectual e operacional.

A *World Intellectual Property Organization (WIPO)*, em português, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), refere-se à propriedade intelectual como a criação da mente humana subdividindo-a em duas categorias: a) propriedade industrial (que

inclui invenções - patentes), marcas, desenhos industriais, indicações geográficas; e b) direitos autorais e conexos<sup>16</sup> (OMPI, 2012).

Uchôa (2009) expõe tratar-se da somatória dos direitos de propriedade associada à proteção de atos criativos e inventivos do homem, dispostos, necessariamente, em meios materializáveis (físico, magnético ou digital). Del Nero (2008) endossa o entendimento e exemplifica que, para sua caracterização, não bastaria ao homem somente imaginar um quadro ou um poema para obter direitos de propriedade, tornando-se indispensável a externalização e materialização de sua concepção imaterial na forma pintada e escrita.

Por isso, a propriedade intelectual é um ramo do direito privado que confere proteção a criações intangíveis relacionadas à existência de bens tangíveis. Para tanto, os sistemas legais criaram certos direitos aos mentores e deveres a terceiros, como, por exemplo, a impossibilidade de utilização ou cópia da invenção sem autorização do proprietário durante determinado lapso temporal (direito de exclusiva). Assim, segundo Diaféria (2007), certos privilégios de uso, gozo e disposição dos bens ficam assegurados por um período, de forma a compensar os investimentos realizados. Caso contrário, o inventor estaria vulnerável à atuação ilegal ou clandestina de terceiros intencionados a explorar economicamente sua invenção, copiando idéias e produzindo bens passíveis de proporcionar benefícios econômicos, sem a justa remuneração ao mentor.

A propriedade industrial tem seu foco na proteção às patentes (de invenções e modelo de utilidade), marcas, indicações de procedência ou denominações de origem (indicação geográfica), desenhos industriais e segredos de negócios; já o direito de autor regulamenta as relações advindas da criação e utilização de obras intelectuais compreendidas na arte, na literatura e nas ciências.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.wipo.int/about-ip/en/iprm/>. Acesso em: 19 set. 2012.

Para justificar a apropriação das ideias, foram desenvolvidas três correntes relativas aos bens intelectuais as quais, de forma sucinta são assim nomeadas: *lockiana*, *hegeliana* e *econômica* (MAY, 2000).

A corrente *lockiana*, de John Locke, destaca que o trabalho exercido pelo homem sobre um determinado bem lhe garante a propriedade que é valorizada economicamente (BOBBIO, 1997). Para esta corrente, o homem, ao retirar o elemento do estado comum em que a natureza o colocou, agregando valor com seu trabalho, exclui este bem do direito comum dos outros homens. O trabalho confere propriedade exclusiva ao trabalhador e agrega algo ao objeto proveniente da natureza, garantindo a propriedade e promovendo o estímulo à atividade intelectual, além de convertê-la em recompensa pecuniária.

Cruz (2008), ao estudar esta corrente, entende que um bem não representa necessariamente a sua subtração da sociedade, visto que a ação do agente sobre o objeto tende a torná-lo mais produtivo do que o encontrado no seu estado natural. Seu uso e fruição ocorrem com a prática comercial. A mesma autora deduz que esse argumento é utilizado como justificativa para os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI), a fim de colocar a PI como resultado do trabalho intelectual, sem levar em consideração o bem que está sendo produzido, ou seja, o bem que está sendo modificado pelo trabalho. Segundo a justificativa *lockiana*, portanto, o inventor somente se sentirá estimulado a produzir e publicar sua criação se tiver garantida sua recompensa na forma de propriedade, já que a PI pode ser convertida em recompensa pecuniária no mercado.

A corrente *hegeliana* ou autodesenvolvimentista, por sua vez, destaca que as ideias do homem são expressões de sua identidade, sendo a propriedade o reconhecimento da soberania do indivíduo sobre seus pensamentos. Além disso, o indivíduo controla sua relação com a natureza, constituindo o objeto de propriedade a expressão mais clara deste controle e o

direito de propriedade o meio de proteção do indivíduo diante dos interesses de terceiros e da intervenção estatal (CRUZ, 2008).

E, finalmente, a corrente *econômica* defende que a criação de um regime de proteção à propriedade intelectual garante retorno de capital e incentivo a investimentos em atividades inovadoras. Neste sentido, para Cruz (2008), um regime forte de proteção à PI é necessário para incentivar empresários a investirem em atividades inovadoras, ao passo que a sua ausência provocaria a diminuição dos fluxos tecnológicos e o consequente prejuízo da sociedade.

A propriedade industrial, como espécie da propriedade intelectual, consiste no “conjunto de direitos resultantes das concepções da inteligência humana que se manifesta ou produz na esfera da indústria”, como afirma Martins (1996, p. 451). É, portanto, a concessão de direitos que incide sobre bens incorpóreos, frutos da elaboração da mente humana, destinados à aplicação industrial e que confere ao criador intelectual um direito sobre suas obras e a recompensa por sua criatividade.

Uma das formas de sua proteção se dá pela concessão de patente, instituto jurídico que confere ao inventor privilégio temporário sobre o produto ou processo proveniente de suas pesquisas, devidamente materializadas.

Cruz (2008) cita Penrose (1974), para quem a criação de patentes foi justificada pela economia, a fim de que os segredos industriais fossem divulgados e, por consequência, houvesse estímulo a novas invenções, já que a ausência de proteção poderia ocasionar entraves ao progresso industrial e à inovação.



### 3.2.1 A propriedade intelectual e a Constituição brasileira de 1988: algumas considerações sobre a função social

A propriedade privada encontra-se, em tese, no mesmo patamar constitucional de diversos outros direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade e à segurança, disciplinados no Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” e Capítulo I: “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” (artigo 5º da CR/88<sup>17</sup>). Segundo o professor Bulos (2001), esses direitos são absolutos, intransferíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis, nascem com a pessoa. Surgiram em decorrência da história, das necessidades e dos reclamos humanos. Para Mendes (1999), eles constituem a base de nosso ordenamento jurídico e se traduzem como peça fundamental para a democracia, pois que os direitos fundamentais são direitos subjetivos e elementos fundamentais da ordem constitucional objetiva, que garantem aos seus titulares a imposição de seus interesses, formando a base do ordenamentos jurídico de um Estado de Direito Democrático.

Em caso de conflito entre estes direitos, soluciona-se a situação fática com o olhar ponderado e harmonioso. Em se tratando do direito de propriedade, considerando a eficácia limitada da norma, o seu exercício encontra-se condicionado à função social.

Comumente conhecido como limitador da propriedade material, a função social também abarca os direitos imateriais provenientes do intelecto humano, consagrados pela Constituição de 1988, no título dos direitos fundamentais. Contudo, para a maioria da doutrina, trata-se de um direito vinculado a um regramento infraconstitucional e flagrantemente condicionado a alguns objetivos, uma vez que o artigo 5º, inciso XXIX da CR/88 estabelece o privilégio à propriedade intelectual, condicionando sua proteção às

---

<sup>17</sup> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] grifo nosso.

criações que atendam o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, reservando ao legislador ordinário a importante missão de direcionar os privilégios aos inventores em norma ulterior (SILVA, 2007).

Abaixo, a transcrição do artigo e inciso em comento:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

*[...] omissis*

XXIX a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País (grifo nosso).

Ferraz Júnior (1994) e Silva (1999) entendem que o legislador constituinte foi inábil ao inserir a propriedade intelectual no patamar dos direitos fundamentais, já que o inciso XXIX do artigo 5º determina a elaboração de normas acerca da matéria ao legislador ordinário, fazendo com que estas normas sejam instituídas e não declaradas, como devem ser aquelas atinentes aos direitos básicos constitucionais. Por isso, entendem que o direito de propriedade intelectual deveria ser tratado como direito de ordem econômica e não como direito fundamental.

Decerto que este inciso estabelece os parâmetros para a concessão do privilégio de propriedade intelectual. A interpretação constitucional determina ao legislador ordinário formular normas acerca desta propriedade e de suas finalidades ao se ler no inciso supramencionado que “a lei assegurará” e “tendo em vista”. Desta forma, gozarão de constitucionalidade as leis que atingirem os seguintes fins: busca do interesse social, do desenvolvimento tecnológico nacional e do desenvolvimento econômico do país.

Barbosa (2002b) entende que esta norma aponta para elementos que caracterizam a busca pelo equilíbrio de objetivos simultâneos e deve estar atrelada aos artigos 218 e 219<sup>18</sup> da Carta, os quais compreendem a regulação da ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Os objetivos são claros e devem estar equilibrados, pois a cláusula finalística do inciso XXIX *in fine* “particulariza para tais direitos o compromisso geral com o uso social da propriedade - num vínculo teleológico destinado a perpassar todo o texto constitucional” (BARBOSA, 2007, xxiii).

Reservar privilégio a um inventor para lhe garantir o direito contra terceiros não parece ser a única intenção do legislador. Faz-se necessário, além disso, alcançar os fins sociais e econômicos para os quais o invento foi criado.

Neste passo, a análise do artigo 2º da Lei 9.279/96<sup>19</sup> ratifica o compromisso constitucional com o desenvolvimento do país e sua evolução econômica e social.

O órgão responsável por analisar os pedidos de patentes e atentar para o cumprimento dos requisitos apostos, tanto na Carta de 1988 quanto na Lei nº 9.279/96, é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o qual tem como atribuição, dentre outras, a de verificar a possibilidade de concessão de patentes a segmentos tecnológicos diversos, a transferência e a difusão tecnológica em conformidade com o estabelecido pelo Acordo

---

<sup>18</sup> Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas [...]. Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

<sup>19</sup> Art. 2º. A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o **seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País**, efetua-se mediante: [...] (grifo nosso)

*TRIPS*, como ensinam Paranaguá e Reis (2009), de forma a proteger os interesses públicos, sociais e promover a inovação.

A CR/88 em nada se opôs ou limitou diretamente a concessão de patentes de ordem biotecnológica, porém, Barbosa (2007, xxix) deixa claro que é na Lei de Propriedade Industrial (LPI) e não na esfera constitucional que se discute a possibilidade e conveniência de patentear cada setor da tecnologia, obedecido o balanceamento constitucional de interesses.

### **3.2.2 A função social da propriedade e o sistema de patentes no Brasil - Lei 9.279/96 (LPI)**

O direito de propriedade, antes individualista e absoluto, afastou-se de sua concepção tradicionalista e procurou atender ao princípio limitador da função social. A Constituição da República de 1988, bem como o Código Civil, subordinaram a este princípio não somente os bens corpóreos, mas os incorpóreos passíveis de proteção intelectual.

Para Portella (2006), o direito de propriedade intelectual está indissociavelmente subordinado à sua função social, porque revela o cumprimento de comportamentos positivos do proprietário em prol da coletividade. Acrescenta-se a este posicionamento a visão de Vaz (1993, p.420) segundo o qual

a propriedade intelectual cria, para o seu titular, através dos instrumentos da patente e do registro, direitos morais e patrimoniais exclusivos, que funcionam como recompensa pecuniária. Mas a utilização dos bens produzidos pela criatividade humana vincula-se à observância dos interesses sociais, à necessidade de capacitação tecnológica nacional, ao progresso e ao bem-estar de toda comunidade. Aí vemos a conveniência de conciliar-se o legítimo interesse do inventor ou do autor, enquanto criador de um bem socialmente útil e economicamente valorável, com a necessidade de torná-lo acessível à sociedade (grifo nosso).

A LPI assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para a utilização de suas criações, com a percepção de lucros proporcionais como recompensa da sua atividade inventiva. O que se espera é que a receita advinda da remuneração pela exploração de sua obra provoque impulsos ao investimento em pesquisa e desenvolvimento e fomenta a criação, produção e disseminação do conhecimento e progresso científico.

No caso específico da concessão de patente, além de beneficiar o inventor, conferindo-lhe direito de exclusividade e contraprestação pecuniária, este direito deve proporcionar o desenvolvimento tecnológico e a divulgação de informações, garantindo sua finalidade social, sem as quais o Direito seria ferido (BARBOSA, 2003). Ademais, como o mesmo autor adverte, “o que caracteriza a patente como uma forma de *uso social da propriedade* é o fato de que é um direito limitado por sua função: ele existe enquanto socialmente útil”. O uso contrário ao fim para o qual se propõe é contra o direito (BARBOSA, 2001, p. 1).

Em conformidade com o artigo 2º da Lei 9.279/96<sup>20</sup>, a patente deve resguardar os direitos de propriedade industrial, garantidos **o interesse social e o desenvolvimento tecnológico do país**. Desta feita, o legislador, ao estipular os casos de privilegiabilidade temporária, atentou para a garantia do interesse dos investidores em pesquisas e a proteção ao patrimônio, estimulando o retorno do investimento.

Uma das formas caracterizadoras da função social, segundo Pimentel (1999), se traduz pela divulgação das informações tecnológicas que geram reflexos imediatos na sociedade, ao permitir e facilitar que empresas tenham acesso aos relatórios descritivos das invenções. Esta dinâmica acarreta o desenvolvimento da ciência aplicada e da tecnologia através dos centros de pesquisas. A garantia do direito ao privilégio temporário em troca da divulgação e o

---

<sup>20</sup> Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, **considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País**, efetua-se mediante: [...].

consequente benefício econômico também caracterizam a função social da patente, proporcionando o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento das criações.

A função social da propriedade intelectual ainda é estabelecida quando da delimitação da matéria patenteável. Isso porque os critérios legais procuram atingir a garantia da ordem social, tendo em vista a observância das normas morais, dos bons costumes, da segurança, da ordem e saúde públicas<sup>21</sup>.

Desta forma, há que atentar para a negativa das invenções avessas aos cultos religiosos e ao sentimento de respeito e veneração (que caracterizam as invenções contrárias à moral); contra aquelas que sejam contrárias à lei, à segurança e saúde pública. Além disso, os incisos II e III do artigo 18 da supracitada lei também garantem a destinação social da norma<sup>22</sup>.

Outra forma encontrada pelo legislador para garantir a função social da patente é a denominada “licença compulsória”, instituto que confere ao Estado a determinação de que terceiro explore determinada patente sem o consentimento de seu titular (CORREA, 2007). A função social, neste caso, se caracteriza pelo fato de ser instrumento de salvaguarda que busca incentivar a exploração da patente por quem de direito (titular ou terceiro licenciado) desde que propicie o desenvolvimento econômico, tecnológico, industrial e social do país. Para Denis Barbosa (2002), seguindo os parâmetros constitucionais, este instituto não pode exceder a extensão, a duração e a forma indispensáveis para suprir o interesse público ou para reprimir o abuso da patente ou do poder econômico.

---

<sup>21</sup> Art. 18. Não são patenteáveis: I - o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas; II - as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e III - o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.

<sup>22</sup> [https://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/perguntas-frequentes/pasta\\_protecao-new-version/artigo18\\_html/](https://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/perguntas-frequentes/pasta_protecao-new-version/artigo18_html/). Acesso em: 15 fev. 2011.

Pela LPI, a licença compulsória poderá ser decretada em caso de abuso de direitos, abuso de poder econômico, comprovado por decisões administrativas ou judiciais; pela falta de exploração da patente no território nacional e pela comercialização sem satisfazer as necessidades do mercado, atendidos os prazos e requisitos para sua concessão<sup>23</sup>. De acordo com Pimentel (1999), trata-se de um remédio para corrigir distorções às patentes mal exploradas. Seus efeitos são capazes de gerar aumento da concorrência e acesso da população aos produtos ou processos.

Como se observa, o sistema de patente busca garantir moral e materialmente os inventores através da concessão de direitos temporários sobre o uso e venda de seus produtos ou processos. A titularidade de uma invenção proporciona segurança tanto ao inventor quanto à sociedade de que as relações provenientes daquela invenção são munidas de amparo estatal (artigo 42 da Lei 9.279/96)<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Lei 9.279/96. Art. 68. O titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial. §1º. Ensejam, igualmente, licença compulsória: I - a não exploração do objeto da patente no território brasileiro por falta de fabricação ou fabricação incompleta do produto, ou, ainda, a falta de uso integral do processo patenteado, ressalvados os casos de inviabilidade econômica, quando será admitida a importação; ou II - a comercialização que não satisfizer às necessidades do mercado. §2º.- A licença só poderá ser requerida por pessoa com legítimo interesse e que tenha capacidade técnica e econômica para realizar a exploração eficiente do objeto da patente, que deverá destinar-se, predominantemente, ao mercado interno, extinguindo-se nesse caso a excepcionalidade prevista no inciso I do parágrafo anterior. §3º.- No caso de a licença compulsória ser concedida em razão de abuso de poder econômico, ao licenciado, que propõe fabricação local, será garantido um prazo, limitado ao estabelecido no art. 74, para proceder à importação do objeto da licença, desde que tenha sido colocado no mercado diretamente pelo titular ou com o seu consentimento. § 4º.- No caso de importação para exploração de patente e no caso da importação prevista no parágrafo anterior, será igualmente admitida a importação por terceiros de produto fabricado de acordo com patente de processo ou de produto, desde que tenha sido colocado no mercado diretamente pelo titular ou com o seu consentimento. §5º.- A licença compulsória de que trata o Parágrafo 1o. somente será requerida após decorridos 3 (três) anos da concessão da patente.

<sup>24</sup> Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos: I - produto objeto de patente; II - processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

Por todo o exposto, avalia-se que as normas atinentes à propriedade passaram por uma transformação cujo caráter individualista passou a dar espaço ao bem coletivo, de maneira que princípios e normas, apesar de relativamente incipientes, passaram a nortear as relações sociais para regulamentar o direito de propriedade exclusivo sobre determinado bem, garantindo a paz social.

A concessão de patente a material biológico humano infringiria o princípio da função social, ao privilegiar os depositários inventores do pedido em detrimento de outros (sociedade em geral), por se tratar de material genético? Ou a sua concessão caracterizaria avanço social, ao beneficiar a sociedade com a busca por pesquisa e desenvolvimento (P&D) e consequentes terapias específicas ou, ainda, produção de medicamentos ou diagnósticos dela proveniente?

Patentear sequências de genes humanos significa apropriar-se de matéria ou informações específicas do ser humano. Quais são os limitadores para esta concessão? O Brasil a admite? Os países que autorizam sua concessão aderem ao patenteamento de genes em sua forma natural ou artificial? A partir deste enfoque, admitindo o patenteamento em alguma de suas formas, o princípio da função social da propriedade seria respeitado? Neste diapasão, a propriedade de um bem proveniente do corpo humano e detentor de toda a informação genética humana seria legalmente apropriável, ainda que presentes os requisitos para concessão da carta patente? Enfim, a sociedade, em geral, seria respeitada, caso o direito de propriedade privada sobre um gene ou uma sequência de genes fosse concedido?

Os países buscam adequação para a concessão de patentes. As regras oriundas de Acordos e Tratados de cunho internacional externalizam a intenção de promover critérios para sua concessão. O próximo capítulo trará informações acerca do marco jurídico regulatório do sistema de patente em alguns países, para que num momento posterior seja realizado um



estudo mais aprofundado a respeito da questão do patenteamento de genes ou sequências gênicas no Brasil, comparada sua posição com a União Européia e EUA.

## **4 OS PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS INTERNACIONAIS CONCERNENTES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL EM MATÉRIA DE PATENTE E A BIOTECNOLOGIA**

A necessidade de proteger objetos advindos do intelecto humano remonta da Antiguidade, mas apenas no século XIX, mais precisamente em 1883, foi realizado o primeiro Tratado Internacional em matéria de propriedade industrial, denominado Convenção da União de Paris, com o objetivo de promover a conciliação normativa internacional dos diversos sistemas nacionais de propriedade industrial.

O desenvolvimento da propriedade intelectual gerou aos países signatários de Acordos, Convenções e Tratados Internacionais adequação às regras, diretrizes, normas e parâmetros neles estabelecidos e a promoção da harmonia internacional. Duas instituições internacionais foram criadas, uma com objetivo de organizar, controlar e supervisionar as legislações sobre propriedade intelectual: a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e outra, que após o GATT, foi criada para regular o comércio internacional: a Organização Mundial do Comércio (OMC).

### **4.1 A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**

A OMPI (ou *WIPO*), instituída pela Convenção de Estocolmo, em 1967, e incorporada à Organização das Nações Unidas (ONU) em 1974, conta atualmente com 185 países e é responsável pela administração de 25 tratados<sup>25</sup>, dentre os quais, citam-se os que

---

<sup>25</sup> Brene Convention; Brussels Convention; Madrid Agreement; Nairobi Treaty; Paris Convention; Patent Law Treaty; Phonograms Convention; Rome Convention; Singapore Treaty on the Law of Trademarks; Trademark Law Treaty; Washington Treaty; Wipo Copyright Treaty (WCT); Wipo Performances and Phonograms Treaty

mais se destacam: a Convenção da União de Paris (CUP), o Tratado de Cooperação em Matéria de Patente (PCT), o Acordo de Estrasburgo e o Tratado de Budapeste.

Esta Organização dedica-se à promoção do acesso e à difusão internacional da propriedade intelectual através da exploração de atividades criadoras, estimulando a busca pela inovação e desenvolvimento econômico por meio de Acordos de cooperação internacionais.

#### 4.2 A Organização Mundial do Comércio (OMC)

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada no final da Rodada Uruguai (1989/1993) do GATT (1956 a 1995), em inglês: *General Agreement on Tariffs and Trade* – Acordo Geral de Tarifas de Comércio - surgido no período pós- Segunda Grande Guerra - momento de criação de diversos organismos internacionais<sup>26</sup>. Instituída em 1995, ela surge quando os principais blocos comerciais mundiais decidem criar uma instituição responsável pela condução das negociações comerciais em escala mundial (JORGE, 2003). É uma organização internacional cujas principais funções são gerenciar acordos multilaterais e plurilaterais de comércio, particularmente sobre bens, serviços e direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio; resolver diferenças comerciais; servir de fórum para negociações; supervisionar as políticas comerciais nacionais; cooperar com o Banco Mundial e com o FMI na adoção de políticas econômicas a nível mundial (RÊGO, s.d).

---

(WPPT); Budapest Treaty; Hague Agreement; Lisbon Agreement; Madrid Agreement; Madrid Protocol; Patent Cooperation Treaty (PCT); Locarno Agreement; Nice Agreement; Strasbourg Agreement; Vienna Agreement (<http://www.wipo.int/treaties/en/>. Acesso em: 13 fev. 2013).

<sup>26</sup> Como a ONU, o FMI e o BIRD.

A OMC foi criada num cenário de superação do modelo bipolar sob a liderança hegemônica dos Estados Unidos, com a formação de blocos regionais de comércio, sob influência direta das organizações transnacionais e o fenômeno da globalização. Para Guaracy (2003), esta Organização procura garantir a aplicação de regras comerciais, com o objetivo de promover o crescimento do fluxo comercial internacional e o desenvolvimento econômico. Este regramento comercial é balizado por acordos multilaterais elaborados a partir do conceito de “justiça comercial”, envolvendo melhoria dos padrões de vida, segurança de trabalho pleno, crescimento da renda nacional e otimização do uso dos recursos naturais de cada país.

É a única organização internacional global que trata das regras do comércio entre as nações. O paradigma atual de produção e comércio exige novo comportamento dos governos em matéria de política industrial e de comércio internacional, com a definição de estratégias para desenvolver vantagens competitivas para a indústria nacional. Há cada vez mais efeitos cruzados entre as decisões tomadas no âmbito nacional sobre as atividades internacionais, e de decisões tomadas no âmbito internacional sobre as atividades nacionais. Na sua essência, os acordos da OMC são negociados e assinados pela maioria das nações comerciais do mundo, com a finalidade de ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores a regularizarem seus negócios<sup>27</sup>.

Busca-se a aprovação de normas sobre o comportamento do comércio internacional através da negociação de acordos para redução ou eliminação de obstáculos, de tarifas de importação ou outras barreiras relacionadas ao comércio. Atua-se, também, na resolução de

---

<sup>27</sup>WTO. *About the WTO- a statement by the Director-General*. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/wto\\_dg\\_stat\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/wto_dg_stat_e.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2012.

litígios entre os países membros quanto à interpretação e aplicação dos acordos, garantindo condições equitativas e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico<sup>28</sup>.

Atualmente, possui 158 Estados membros<sup>29</sup> e conta com 60 acordos e decisões<sup>30</sup>, geralmente tomada por consenso de todos os membros. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, conhecido como TRIPS (do inglês, *Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*) é o principal deles.

#### 4.3 Os principais Acordos da OMPI e da OMC

Em uma breve análise explicativa, serão abordados os principais Acordos Internacionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual e da Organização Mundial do Comércio, a fim de que se tenha uma visão geral e didática acerca dos princípios e normas que regem a propriedade intelectual a nível internacional.

##### 4.3.1 Principais Acordos da OMPI

Considera-se como principais Acordos da OMPI:

4.3.1.1 Convenção da União de Paris- CUP;

4.3.1.2 Tratado de Cooperação em Matéria de Patente- PCT;

---

<sup>28</sup>WTO. *What we do*. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/what\\_we\\_do\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/what_we_do_e.htm)>. Acesso em: 22 set. 2012.

<sup>29</sup>WTO. *Members and Observers*. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/org6\\_e.htm](http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm)> Acesso em: 13 fev. 2013.

<sup>30</sup> WTO. *WTO Legal texts*. Disponível em : <[http://www.wto.org/english/docs\\_e/legal\\_e/legal\\_e.htm](http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/legal_e.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2013.

4.3.1.3 Acordo de Estrasburgo;

4.3.1.4 Tratado de Budapeste;

#### 4.3.1.1 A Convenção da União de Paris (CUP)

Formada em 1883 por 11 países, incluindo o Brasil, a Convenção da União de Paris possui atualmente 174 países membros<sup>31</sup>, tendo passado por diversas revisões<sup>32</sup>. Foi o primeiro instrumento normativo destinado a harmonizar leis sobre propriedade intelectual e é considerado um marco jurídico de caráter internacional que possibilitou a construção e a institucionalização da OMPI (DEL NERO, 2008).

Estabeleceu quatro princípios ao sistema de proteção patentária<sup>33</sup>: **Tratamento Nacional**, que prevê a liberdade legislativa aos países membros e a paridade de tratamento entre os nacionais e estrangeiros; **Direito de Prioridade Unionista**, segundo o qual o país que primeiro depositar o pedido de patente garante a prioridade da proteção<sup>34</sup>; o **Princípio da Independência das Patentes** que estabelece a autonomia dos países para normatizar e decidir

<sup>31</sup>WIPO. *Contracting Parties*. Disponível em: <[http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty\\_id=2](http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty_id=2)>. Acesso em: 13. fev. 2013.

<sup>32</sup> Revisões em Bruxelas (1990), Washington (1911), Haia (1925), Londres (1934), Lisboa (1958), Estocolmo (1967) e uma emenda, em 1979. Disponível em: <[http://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/summary\\_paris.html](http://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/summary_paris.html)>. Acesso em: 23 fev. 2011.

<sup>33</sup> WIPO. *Paris Convention for the Protection of Industrial Property*. Disponível em: <[http://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/trtdocs\\_wo020.html#P113\\_13775](http://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/trtdocs_wo020.html#P113_13775)> . Acesso em: 23 set. 2012.

<sup>34</sup> O solicitante goza do prazo de 12 meses para requerer a patente em qualquer outro país signatário, sendo certo que a data do pedido é a da primeira solicitação. O art.4, item C 1, da Convenção da União de Paris com revisão de Estocolmo estabelece: “Os prazos de prioridade acima mencionados serão de 12 meses para as invenções e modelos de utilidade e de seis meses para os desenhos ou modelos industriais e para as marcas de fábrica ou de comércio”. Disponível em: [http://www.inpi.gov.br/menu-superior/legislacao/dirma\\_legislacao/oculto/CUP.pdf/view](http://www.inpi.gov.br/menu-superior/legislacao/dirma_legislacao/oculto/CUP.pdf/view). Acesso: 22 jun. 2011.

sobre a concessão de patentes em seu território e o **Princípio da Territorialidade**, que estabelece que a patente é válida apenas nos limites territoriais do país que a concede.

Em se tratando de criações biotecnológicas, segundo lição de Barbosa (2003), este Acordo não restringiu a proteção de criações biotecnológicas e também não determinou que os países signatários concedessem patentes nesta área.

#### 4.3.1.2 Tratado de Cooperação em Matéria de Patente (PCT) *Patent Cooperation Treaty*

Conhecido internacionalmente como *Patent Cooperation Treaty*, este Tratado foi concluído em 1970, tendo passado por três alterações até o ano de 2001. Acessível a todos os membros da CUP, conta atualmente com a adesão de 146 países<sup>35</sup>. Propõe a simplificação e o desenvolvimento do sistema de patente e incentiva a transferência de tecnologia e o intercâmbio de informações técnicas entre os países, o que facilita a apresentação dos pedidos de depósitos de patentes no âmbito internacional e revela a probabilidade de maior eficácia e economia do sistema, de acordo com entendimento de Uchôa (2009) e Del Nero (2008). O depósito de um pedido realizado em um país acarreta o efeito simultâneo do depósito em todos os países membros (MACEDO et al., 2001).

O Brasil assinou em 1970 e ratificou os termos do PCT, em 1978, introduzindo-o no ordenamento jurídico com a promulgação do Decreto nº. 81.742, de 31 de maio de 1978. O INPI recebia depósitos de pedidos de patentes via PCT desde a assinatura do referido Tratado,

---

<sup>35</sup>WIPO. *Contracting Parties. Patent Cooperation Treaty* Disponível em: <[http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty\\_id=6](http://www.wipo.int/treaties/en/ShowResults.jsp?lang=en&treaty_id=6)>. Acesso em: 13 fev. 2013.

contudo, a partir de 1997 foi emitido pela sua presidência o Ato Normativo nº. 128<sup>36</sup> que dispõe sobre a adequação do Órgão às disposições contidas no Tratado e na Lei de Propriedade Industrial enquanto responsável pelo depósito e processamento do pedido de patente a nível nacional<sup>37</sup>.

Moreira et al (s.d.) esclarecem que este Tratado é usualmente utilizado no Brasil para fins de depósito de pedidos de patentes biotecnológicas, muito embora o número de concessões ainda seja bastante reduzido.

#### 4.3.1.3 O Acordo de Estrasburgo

Firmado em 1971 e tendo como optantes os países membros da CUP, o acordo de Estrasburgo instituiu a Classificação Internacional de Patentes (CIP) utilizada para organizar a indexação dos pedidos de patentes através de seus compostos tecnológicos e facilitar a busca, o acesso, o armazenamento e a recuperação destes documentos, como ensina Uchôa (2009), além de servir como ferramenta de pesquisa para a recuperação de documentos por usuários do sistema de proteção patentária (JANNUZZI, et al., 2005)<sup>38</sup>.

As tecnologias dividem-se em 8 (oito) seções principais que se fragmentam em cerca de 70 (setenta) mil subdivisões por classes, subclasses, grupos principais e subgrupos, cada qual com um símbolo composto por algarismos arábicos e letras do alfabeto latino<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup>INPI. Ato Normativo 128/97. Disponível em: <[http://pesquisa.inpi.gov.br/legislacao/atos\\_normativos/ato\\_128\\_97.htm?tr2](http://pesquisa.inpi.gov.br/legislacao/atos_normativos/ato_128_97.htm?tr2)> . Acesso em: 24 set. 2012

<sup>37</sup> Uma vez que, de acordo com este Tratado, o depósito do pedido de patente passa por duas fases: a internacional e a nacional.

<sup>38</sup> O Brasil aprovou o texto do Acordo com a promulgação do Decreto Legislativo nº 59, em 30 de agosto de 1974.

<sup>39</sup>As divisões são as seguintes: Necessidades Humanas; Operações de Processamento; Transporte; Química e Metalurgia; Têxteis e Papel; Construções Fixas; Engenharia Mecânica, Iluminação, Aquecimento; Física e Eletricidade. Disponível em: <<http://pesquisa.inpi.gov.br/ipc/index.php>>. Acesso em: 26 abr. 2011.



A aplicação da classificação é uma das obrigações a que os países membros se submetem. O símbolo adequado da categoria à qual pertence a patente consta no documento publicado pelo respectivo órgão, facilitando o entendimento entre os países.

Diversas são as classificações apresentadas que tem relação com a biotecnologia, como a classe A01, que se refere ao setor agrícola; a A61 que representa a ciência médica ou veterinária; a C07, atinente à química orgânica; e o C12, relacionada à microbiologia e engenharia genética. A subclasse C12N é utilizada pela biotecnologia moderna, por abranger as tecnologias relativas a microrganismos ou enzimas, suas composições, propagação, preservação ou manutenção de microrganismos ou tecidos; a engenharia genética ou de mutações e meios de cultura (VASCONCELLOS et. al., 2001 *apud* FORTES; LAGE, 2006). Além desta, a classificação no grupo C07H21/04 (relacionada à química orgânica) é de extrema importância, por englobar as tecnologias relacionadas a compostos contendo sequência gênica (duas ou mais unidades de mononucleotídeos com desoxirribosila como radical sacarídeo).

#### 4.3.1.4 O Tratado de Budapeste

O Tratado de Budapeste, firmado em 28 de abril de 1977 e modificado em 26 de setembro de 1980 versa sobre o reconhecimento internacional do depósito de microorganismos para efeitos do procedimento em matéria de patentes. Sua adesão é franqueada somente aos países membros da CUP e conta, atualmente, com 78 deles, de cujo rol o Brasil encontra-se excluído<sup>40</sup>.

Este Tratado organiza burocraticamente algumas questões concernentes a pedido de patente de matéria viva que apresentam certo grau de dificuldade quanto à descrição. Também

---

<sup>40</sup>WTO. *Partes Contratantes> Tratado de Budapeste.* Disponível em: <[www.wipo.int/treaties/es/ShowResults.jsp?country\\_id=ALL&start\\_year=ANY&end\\_year=AN&search\\_what=C&treaty\\_id=7](http://www.wipo.int/treaties/es/ShowResults.jsp?country_id=ALL&start_year=ANY&end_year=AN&search_what=C&treaty_id=7)>. Acesso em: 13 fev. 2013

regulamenta os pedidos de patentes que utilizam materiais biológicos inacessíveis ao público, de forma a substituir ou complementar o requisito legal de plena descrição e publicação do invento, possibilitando ao técnico no assunto reproduzir a invenção (MELLO, 1998).

Existem autoridades internacionais, conhecidas como *IDAs (International Depository Authority)*, imprescindíveis para o recebimento dos depósitos de microorganismos. Este procedimento torna o objeto do pedido de patente acessível ao público, além de assegurar a suficiência descritiva (DEL NERO, 2008).

Apesar de o Brasil não ser signatário deste Acordo, o artigo 24 da LPI<sup>41</sup> reconhece o depósito de microorganismos efetuado nas instituições internacionais credenciadas ou nas autorizadas pelo INPI nos casos de impossibilidade de atendimento à descrição clara e suficiente do objeto ou dificuldade de acesso público ao material biológico que seja objeto do pedido de patente. Todavia, em dezembro de 2010, através do Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) deu início à construção do Centro Brasileiro de Materiais Biológicos (CBMB)<sup>42</sup> com a finalidade de melhorar a acessibilidade do depósito de microorganismos.

Importante observar que se houver interesse de proteção do material em outro país, o depósito do material biológico realizado no CBMB não eximirá o cumprimento das normas inscritas no Acordo, devendo ser depositado em alguma *IDA* de país signatário, apesar de atuar o CBMB como facilitador aos depositantes que pretenderem a proteção patentária

---

<sup>41</sup> Art. 24. “O relatório deverá descrever clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e indicar, quando for o caso, a melhor forma de execução. Parágrafo único. No caso de material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido, que não possa ser descrito na forma deste artigo e que não estiver acessível ao público, o relatório será suplementado por depósito do material em instituição autorizada pelo INPI ou indicada em acordo internacional.”

<sup>42</sup> Localizado no município de Xerém (RJ)

biotecnológica no limite territorial brasileiro. Sendo assim, Wolff (2006) defende a assinatura do Tratado pelo Brasil, evitando dispêndios desnecessários.

#### 4.3.2 *TRIPS*- O principal Acordo da OMC

De acordo com a lição de Barbosa (1994), a reunião do GATT deslanchou a Rodada Uruguai que desencadeou um grupo de negociação quanto aos ‘aspectos dos direitos de propriedade intelectual que afetam o comércio internacional’. Foi daí que se assinou, em 1994, após longas discussões, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual, o *TRIPS*.

Este Acordo encontra-se no Anexo 1C do Tratado de Marraqueche e foi ratificado pelo Brasil através do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

Estabelece um quadro de referências normativas do direito de propriedade intelectual para as negociações multilaterais, evitando o estabelecimento de barreiras ao livre comércio (artigo 7º)<sup>43</sup>.

Tendo em vista a busca dos países desenvolvidos pela inovação e transferência de tecnologia e dos menos desenvolvidos pela participação na difusão tecnológica, alguns princípios foram instituídos com a finalidade de promover o equilíbrio das suas relações (DEL NERO, 2008). Barbosa (s.d.) explica que, sem dúvida, o *TRIPS* herdou a) o Princípio do Tratamento Nacional, que estabelece a igualdade dos procedimentos a todos os países, ainda que os requerentes sejam estrangeiros (artigo 3º)<sup>44</sup>; b) o Princípio do Tratamento da Nação

<sup>43</sup> *TRIPS*. “Art. 7º. A proteção e a aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual devem contribuir para a promoção da inovação tecnológica e para a transferência e difusão da tecnologia, em benefício mútuo de produtores e usuários de conhecimento tecnológico e de uma forma conducente ao bem-estar social e econômico e a um equilíbrio entre direitos e obrigações.”

<sup>44</sup> Para que gozem da mesma proteção atribuída aos nacionais. Artigo 3º do *TRIPS*. Tratamento Nacional - “1 - Cada Membro concederá aos nacionais dos demais Membros tratamento não menos favorável que o outorgado a seus próprios nacionais com relação à proteção da propriedade intelectual, salvo as exceções já previstas, respectivamente, na Convenção de Paris (1967), na Convenção de Berna (1971), na Convenção de Roma e no Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados. No que concerne a artistas-

mais Favorecida, segundo o qual as vantagens, favorecimentos, privilégios ou imunidades concedidas aos nacionais deverão ser estendidas aos demais membros (artigo 4º)<sup>45</sup>. Ensina, ainda, seguido por Del Nero (2008), a existência c) do Princípio da Compatibilidade da Legislação Interna, o qual estabelece que os países legislem de maneira compatível com as normas estabelecidas pelo Acordo; d) do Princípio da Transparência, que é a publicização do material produzido em forma de lei, ato administrativo ou decisão administrativa, a fim de revelar a transparência dos atos aos demais membros (artigo 63)<sup>46</sup>. Esta autora descreve,

---

intérpretes, produtores de fonogramas e organizações de radiodifusão, essa obrigação se aplica apenas aos direitos previstos neste Acordo. Todo Membro que faça uso das possibilidades previstas no art.6 da Convenção de Berna e no parágrafo 1.b, do art.16 da Convenção de Roma fará uma notificação, de acordo com aquelas disposições, ao Conselho para TRIPS. (3) *Para os efeitos dos Artigos 3 e 4 deste Acordo, a "proteção" compreenderá aspectos que afetem a existência, obtenção, abrangência, manutenção e aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual, bem como os aspectos relativos ao exercício dos direitos de propriedade intelectual de que trata especificamente este Acordo.* 2 - Os Membros poderão fazer uso das exceções permitidas no parágrafo 1º em relação a procedimentos judiciais e administrativos, inclusive a designação de um endereço de serviço ou a nomeação de um agente em sua área de jurisdição, somente quando tais exceções sejam necessárias para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos que não sejam incompatíveis com as disposições deste Acordo e quando tais práticas não sejam aplicadas de maneira que poderiam constituir restrição disfarçada ao comércio.”

<sup>45</sup> TRIPS. Artigo 4º. Tratamento de Nação Mais Favorecida. “Com relação à proteção da propriedade intelectual, toda vantagem, favorecimento, privilégio ou imunidade que um Membro conceda aos nacionais de qualquer outro país será outorgada imediata e incondicionalmente aos nacionais de todos os demais Membros. Está isenta desta obrigação toda vantagem, favorecimento, privilégio ou imunidade concedida por um Membro que: a) resulte de acordos internacionais sobre assistência judicial ou sobre aplicação em geral da lei e não limitados em particular à proteção da propriedade intelectual; b) tenha sido outorgada em conformidade com as disposições da Convenção de Berna (1971) ou da Convenção de Roma que autorizam a concessão tratamento em função do tratamento concedido em outro país e não do tratamento nacional; c) seja relativa aos direitos de artistas-intérpretes, produtores de fonogramas e organizações de radiodifusão não previstos neste Acordo; d) resultem de acordos internacionais relativos à proteção da propriedade intelectual que tenham entrado em vigor antes da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, desde que esses acordos sejam notificados ao Conselho para TRIPS e não constituam discriminação arbitrária ou injustificável contra os nacionais dos demais Membros.”

<sup>46</sup>TRIPS. Artigo 63. Transparência. “1- As leis e regulamentos e as decisões judiciais e administrativas finais de aplicação geral, relativas à matéria objeto deste Acordo (existência, abrangência, obtenção, aplicação de normas de proteção e prevenção de abuso de direitos de propriedade intelectual) que forem colocadas em vigor por um Membro serão publicadas ou, quando essa publicação não for conveniente, serão tornadas públicas, num idioma nacional, de modo a permitir que Governos e titulares de direitos delas tomem conhecimento. Os Acordos relativos a matéria objeto deste Acordo que estejam em vigor entre o Governo ou uma Agência Governamental de um Membro e o Governo ou uma Agência Governamental de um outro Membro também serão publicados. 2 - Os Membros notificarão o Conselho para TRIPS das leis e regulamentos a que se refere o parágrafo 1º, de forma a assistir aquele Conselho em sua revisão da operação deste Acordo. O Conselho tentará minimizar o ônus dos Membros em dar cumprimento a esta obrigação e pode decidir dispensá-los da obrigação de notificar diretamente o Conselho sobre tais leis e regulamentos se conseguir concluir com a OMPI entendimento sobre o estabelecimento de um registro comum contendo essas leis e regulamentos. Nesse sentido, o Conselho também considerará qualquer ação exigida a respeito das notificações originadas das obrigações deste Acordo derivadas das disposições do art.6 da Convenção de Paris (1967). 3 - Cada Membro estará preparado a suprir informações do tipo referido no parágrafo 1º, em resposta a um requerimento por escrito de outro Membro. Um Membro que tenha razão para acreditar que uma decisão judicial ou administrativa específica ou um determinado acordo

ainda, o Princípio da Cooperação Técnica, inscrito no artigo 67<sup>47</sup>, o qual almeja que os países desenvolvidos cooperem com os em desenvolvimento ou com os menos desenvolvidos; além do Princípio da Interação entre os Tratados Internacionais sobre Propriedade Intelectual, estabelecido pelo artigo 2º<sup>48</sup>.

Seguindo estes parâmetros, os padrões mínimos de proteção aos direitos de propriedade intelectual foram sendo internalizados pelas legislações nacionais, facilitando o comércio internacional, como leciona Del Nero (2008) e possibilitando o ajustamento de vontade entre os países, o que, segundo Basso (2005), caracteriza o tratado-contrato.

As duas maiores preocupações deste Tratado são as de impedir que países com maior poder econômico imponham sanções unilaterais aos menos desenvolvidos ou em desenvolvimento e buscar a uniformização das legislações nacionais (artigos 9º ao 26 e 35 ao 40 do *TRIPS*).

Não há dúvidas de que o *TRIPS* foi o propulsor do processo de globalização da propriedade intelectual, ao garantir normas para patenteamento em novos setores, como a química fina, alimentos e biotecnologia. Ele determina os requisitos formais de patenteabilidade

---

bilateral na área de direitos de propriedade intelectual afete seus direitos, como previstos neste Acordo, também poderá requerer por escrito permissão de consultar ou de ser informado, com suficiente detalhe, dessas decisões judiciais ou administrativas específicas ou desse determinado acordo bilateral. 4 - Nada do disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º exigirá que os Membros divulguem informação confidencial que impediria a execução da lei ou que seria contrária ao interesse público ou que prejudicaria os interesses comerciais legítimos de determinadas empresas, públicas ou privadas.”

<sup>47</sup> *TRIPS*. Artigo 67. **Cooperação Técnica**- “A fim de facilitar a aplicação do presente Acordo, os países desenvolvidos Membros, a pedido, e em termos e condições mutuamente acordadas, prestarão cooperação técnica e financeira aos países em desenvolvimento Membros e de menor desenvolvimento relativo Membros. Essa cooperação incluirá assistência na elaboração de leis e regulamentos sobre proteção e aplicação de normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual, bem como sobre a prevenção de seu abuso, e incluirá apoio ao estabelecimento e fortalecimento dos escritórios e agências nacionais competentes nesses assuntos, inclusive na formação de pessoal.

<sup>48</sup> *TRIPS* Artigo 2º. “Convenções sobre Propriedade Intelectual. 1 - Com relação às Partes II, III e IV deste Acordo, os Membros cumprirão o disposto nos Artigos 1 a 12 e 19, da Convenção de Paris (1967). 2 - Nada nas Partes I a IV deste Acordo derrogará as obrigações existentes que os Membros possam ter entre si, em virtude da Convenção de Paris, da Convenção de Berna, da Convenção de Roma e do Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados”.

e a necessidade de que a invenção garanta a ordem pública e a moralidade, servindo de parâmetro mínimo para as legislações nacionais.

#### 4.3.2.1 A patente e o Acordo *TRIPS*

A previsão sobre patenteamento no Acordo *TRIPS* encontra-se na Parte II, item V, mais especificamente no artigo 27<sup>49</sup>. O parágrafo 1º estabelece os requisitos obrigatórios do pedido de patente: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial; afasta privilégios aos países depositantes; impede a distinção entre bens produzidos em sede nacional ou internacional e refuta a discriminação à proteção de setores tecnológicos. Os parágrafos 2º e 3º traduzem as exceções ao patenteamento e determina que os pedidos devam atender à ordem pública, à moralidade, à vida, à saúde, estabelecendo, inclusive, as matérias não patenteáveis.

Os artigos 28 e 29<sup>50</sup> tratam dos direitos e das condições para o requerimento da patente, da concessão de exclusividade ao seu titular, da divulgação e da publicação da

---

<sup>49</sup>“*TRIPS*. Artigo 27. Matéria Patenteável. 1 - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2º e 3º abaixo, qualquer invenção, de produto ou de processo, em todos os setores tecnológicos, será patenteável, desde que seja nova, envolva um passo inventivo e seja passível de aplicação industrial. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 4º do art.65, no parágrafo 8º do art.70 e no parágrafo 3º deste Artigo, as patentes serão disponíveis e os direitos patentários serão usufruíveis sem discriminação quanto ao local de invenção, quanto a seu setor tecnológico e quanto ao fato de os bens serem importados ou produzidos localmente. (5) *Para os fins deste Artigo, os termos "passo inventivo" "passível de aplicação industrial" podem ser considerados por um Membro como sinônimos aos termos "não óbvio" e "utilizável"*. 2 - Os Membros podem considerar como não patenteáveis invenções cuja exploração em seu território seja necessário evitar para proteger a ordem pública ou a moralidade, inclusive para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal ou para evitar sérios prejuízos ao meio ambiente, desde que esta determinação não seja feita apenas por que a exploração é proibida por sua legislação. 3 - Os Membros também podem considerar como não patenteáveis: a) métodos diagnósticos, terapêuticos e cirúrgicos para o tratamento de seres humanos ou de animais; b) plantas e animais, exceto microorganismos e processos essencialmente biológicos para a produção de plantas ou animais, excetuando-se os processos não biológicos e microbiológicos. Não obstante, os Membros concederão proteção a variedades vegetais, seja por meio de patentes, seja por meio de um sistema "sui generis" eficaz, seja por uma combinação de ambos. O disposto neste subparágrafo será revisto quatro anos após a entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.”

<sup>50</sup>“*TRIPS*. Artigo 28. Direitos Conferidos. 1 - Uma patente conferirá a seu titular os seguintes direitos exclusivos: a) quando o objeto da patente for um produto, o de evitar que terceiros sem seu consentimento produzam, usem, coloquem à venda, vendam, ou importem(6) com esses propósitos aqueles bens; (6) *Esse direito, como todos os demais direitos conferidos por esse Acordo relativos ao uso, venda, importação e outra distribuição de bens, está sujeito ao disposto no art.6.* b) quando o objeto da patente for um processo, o de evitar que terceiros sem seu consentimento usem o processo, coloquem à venda, vendam, ou importem com esses propósitos pelo menos

invenção, tendo em vista o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação e o consequente fomento à economia e ao desenvolvimento das nações.

As criações biotecnológicas ficam protegidas, excetuando-se aquelas que contrariem o artigo 27. Segundo Barbosa (1995), as matérias vivas tornaram-se passíveis de proteção patentária, como os microorganismos, métodos ou processos de obtenção, processos industriais nos quais microorganismos são utilizados e os produtos nos quais são incorporados.

Em se tratando de material biotecnológico, o *TRIPS* permite a exclusão do patenteamento de animais e de plantas, apesar da garantia de proteção desta última, por sistema *sui generis*, no Brasil, denominado pela **lei de cultivares** (Lei nº 9.456/1997).

Dal Poz (2006, iv) conclui que, no ambiente regulatório do *TRIPS*, os países em desenvolvimento dependem de um ambiente de inovação articulador de políticas de ciência e tecnologia e organização de pesquisas para a apropriação de invenções biotecnológicas.

#### 4.3.2.2 O *TRIPS* e o Brasil

O ingresso no sistema multilateral de comércio e a busca pela garantia ao acesso à tecnologia, amparados pelo direito de propriedade intelectual fizeram com que o Brasil assinasse o Acordo *TRIPS*, como já exposto, ratificando-o em 1994 com a promulgação do

---

o produto obtido diretamente por aquele processo. 2 - Os titulares de patente terão também o direito de cedê-la ou transferi-la por sucessão e o de efetuar contratos de licença. Artigo 29 do *Trips*. Condições para os Requerentes de Patente 1 - Os Membros exigirão que um requerente de uma patente divulgue a invenção de modo suficientemente claro e completo para permitir que um técnico habilitado possa realizá-la e podem exigir que o requerente indique o melhor método de realizar a invenção que seja de seu conhecimento no dia do pedido ou, quando for requerida prioridade, na data prioritária do pedido. 2 - Os Membros podem exigir que o requerente de uma patente forneça informações relativas a seus pedidos correspondentes de patente e às concessões no exterior.”

Decreto Legislativo nº. 1.355, em 30 de dezembro, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995 (SOARES, 1998, p. 661).

O país pretendeu inserir-se na era da economia globalizada, sendo necessário harmonizar sua legislação no sentido de diminuir o *gap* tecnológico frente aos países desenvolvidos. Para tanto, ab-rogou<sup>51</sup> a Lei nº 5.772/71, conhecida como Código de Propriedade Industrial ao publicar a Lei nº 9.279/96, nomeada por LPI. No tocante à patente, esta lei definiu critérios caracterizadores da invenção; estabeleceu as matérias consideradas não patenteáveis e constituiu prazos para sua concessão; determinou os elementos caracterizadores para a licença compulsória e tipificou condutas delituosas e cominações legais pertinentes (detenção e multa), como preveem os artigos 183, 184, 185, 187 e 196<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Ab-rogção é o termo jurídico utilizado quando entra em vigor nova lei, revogando a lei anterior que regia a matéria, por completo.

<sup>52</sup> “Art. 183. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem: I - fabrica produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, sem autorização do titular; ou II - usa meio ou processo que seja objeto de patente de invenção, sem autorização do titular.

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Art. 184. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem: I - exporta, vende, expõe ou oferece à venda, tem em estoque, oculta ou recebe, para utilização com fins econômicos, produto fabricado com violação de patente de invenção ou de modelo de utilidade, ou obtido por meio ou processo patenteado; ou II - importa produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade ou obtido por meio ou processo patenteado no País, para os fins previstos no inciso anterior, e que não tenha sido colocado no mercado externo diretamente pelo titular da patente ou com seu consentimento.

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

Art. 185. Fornecer componente de um produto patenteado, ou material ou equipamento para realizar um processo patenteado, desde que a aplicação final do componente, material ou equipamento induza, necessariamente, à exploração do objeto da patente.

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

Art. 186. Os crimes deste Capítulo caracterizam-se ainda que a violação não atinja todas as reivindicações da patente ou se restrinja à utilização de meios equivalentes ao objeto da patente.

Art. 187. Fabricar, sem autorização do titular, produto que incorpore desenho industrial registrado, ou imitação substancial que possa induzir em erro ou confusão.



A atribuição de execução das normas regulamentadoras da propriedade intelectual foi conferida ao INPI, Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, cujo objetivo, no que tange à patente, é o de garantir agilidade nas avaliações dos pedidos, informatização do sistema e capacitação de funcionários e base de dados, segundo Cruz (2008), além de analisar a adequação dos pedidos aos critérios estabelecidos pela Lei nº 9.279/96 e às formalidades insertas no Ato Normativo 127/97<sup>53</sup>.

#### 4.3.2.3 A adequação da lei nº 9.279/96 ao *TRIPS* e os requisitos de patenteabilidade

O Acordo *TRIPS* estabelece parâmetros mínimos de proteção para a concessão de patente a todos os campos da tecnologia de produtos e processos e possibilitou a formação de proteção das obtenções vegetais por meio de um sistema *sui generis*. Influenciada pelo *TRIPS*, a LPI incluiu à proteção patentária substâncias, matérias ou produtos químicos, farmacêuticos, medicamentos, bem como seus processos de obtenção ou modificação, antes vedados pela Lei nº 5.772/71.

Seguindo entendimento do artigo 27 do *TRIPS*, o legislador pátrio delimitou as matérias inventivas e estabeleceu critérios de patenteabilidade, como se observa da análise dos artigos 8º, 10 e 18 da LPI, *verbis*:

Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (BRASIL, 1996)

“Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade:

---

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. Art. 196. As penas de detenção previstas nos Capítulos I, II e III deste Título serão aumentadas de um terço à metade se: I - o agente é ou foi representante, mandatário, preposto, sócio ou empregado do titular da patente ou do registro, ou, ainda, do seu licenciado; ou II - a marca alterada, reproduzida ou imitada for de alto renome, notoriamente conhecida, de certificação ou coletiva.

<sup>53</sup>Disponível em: < [http://www.inpi.gov.br/menu-superior/legislacao/pasta\\_legislacao/ato\\_127\\_97\\_html](http://www.inpi.gov.br/menu-superior/legislacao/pasta_legislacao/ato_127_97_html)>. Acesso em: 15 mai. 2011.

I - descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos;

II - concepções puramente abstratas;

III - esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização;

IV - as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética;

V - programas de computador em si;

VI - apresentação de informações;

VII - regras de jogo;

VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal; e

IX - o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.(BRASIL, 1996)

Art. 18. Não são patenteáveis:

I - o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;

II - as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e

III - o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, microorganismos transgênicos são organismos, exceto o todo ou parte de plantas ou de animais, que expressem, mediante intervenção humana direta em sua composição genética, uma característica normalmente não alcançável pela espécie em condições naturais.(BRASIL, 1996)

Estes artigos traçam o padrão de análise da concessão de patente e seu estudo será direcionado a uma abordagem específica de produtos e processos provenientes da biotecnologia. Para tanto, imprescindível a definição e distinção entre os termos invenção e descoberta presentes nos artigos 8º e 10, inciso I acima transcritos.

#### **4.4 Descoberta e invenção - conceito e distinção**

A descoberta é caracterizada como algo que se acha ou se passa a conhecer, cuja existência se tem por desconhecida. Revela um fenômeno existente na natureza que se expõe pela observação do homem, como as leis da natureza e das teorias. Para Vasconcellos (2003, p. 49), a descoberta “pode ser definida como a revelação ocasional, deducional ou induzida através de observação, busca ou pesquisa de uma entidade física ou fenômeno natural até então desconhecido pelo homem.” Miranda (1983) afirma que a descoberta revela apenas o que ainda não era conhecido e Boff (2006) acrescenta que é uma manifestação de algo já existente na natureza.

Douglas Gabriel Domingues (1980, p. 31) endossa tais posicionamentos e alega tratar-se da revelação de algo já existente e segue dizendo que a descoberta resulta do “espírito especulativo do homem, na investigação dos fenômenos e leis naturais”, donde se conclui que apenas aumenta os conhecimentos sobre o mundo físico, não saciando necessidades de ordem prática ou técnica.

A invenção, por seu turno, aborda o novo e distingue-se da descoberta pela sua artificialidade, já que busca novas formas de solucionar problemas técnicos dentro de um determinado campo científico. Para sua caracterização faz-se indispensável a transformação de algo encontrado na natureza por intermédio do trabalho intelectual humano (DEL NERO, 2008). É imprescindível a criação de algo novo. Para Santos (1987, p. 13), a “invenção de um novo produto ou processo se dá no momento em que se cria um bem de consumo final ou uma técnica de produção que não eram óbvios para o nível de conhecimento até então existente”.

Analisando os artigos 8º e 10 da LPI, observa-se que, de fato, as descobertas e as formas de criação não industriais estão excluídas da proteção patentária por serem atos de conhecimento, como as técnicas operatórias, de diagnóstico e quaisquer outras sem aplicação

industrial. A invenção, apesar de não possuir definição legislativa específica, é interpretada pelo critério da exclusão. Vasconcellos (2003, p. 49) aponta que as definições de descoberta e invenção não estão presentes na CUP, no *TRIPS*, na Convenção Europeia de Patentes ou na LPI, sendo certo que a delimitação do que não é considerado invenção tem o “propósito de permitir ao executor da norma legal decidir, de maneira não restritiva, sobre a pertinência do enquadramento de novas criações no conceito de invenção”.

#### 4.5 Os requisitos gerais para a concessão de patente: *TRIPS* e LPI

A patente é um título de propriedade temporária outorgada pelo Estado para inventores (pessoas físicas ou jurídicas) que passam a se tornar detentores de direitos sobre o objeto de sua criação - monopólio legal temporário. Para tanto, o inventor torna-se obrigado a publicar detalhadamente a técnica utilizada, revelando a matéria protegida e goza dos benefícios para obter direitos exclusivos, como o de evitar que terceiros, sem o seu consentimento, produzam, coloquem à venda, vendam ou importem produtos ou processos que gozem da proteção conferida<sup>54</sup>.

Para a concessão deste direito, é indispensável que os produtos ou processos sejam novos, envolvam um passo inventivo e sejam passíveis de produção industrial. A ausência de um só deles acarreta a negação do pedido<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup>“*TRIPS*. Art. 28. 1. Uma patente conferirá a seu titular os seguintes direitos exclusivos:

(a) quando o objeto da patente for um produto, o de evitar que terceiros sem seu consentimento produzam, usem, coloquem a venda, vendam, ou importem<sup>6</sup> com esses propósitos aqueles bens;

(b) quando o objeto da patente for um processo, o de evitar que terceiros sem seu consentimento usem o processo e usem, coloquem a venda, vendam, ou importem com esses propósitos pelo menos o produto obtido diretamente por aquele processo.

2. Os titulares de patente terão também o direito de cedê-la ou transferi-la por sucessão e o de efetuar contratos de licença.

<sup>55</sup> “*TRIPS*- Art. 27. Matéria Patenteável 1 - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 2º e 3º abaixo, qualquer invenção, de produto ou de processo, em todos os setores tecnológicos, será patenteável, desde que seja nova,

A **novidade** (artigo 11 da LPI<sup>56</sup>) relaciona-se ao ineditismo, a tudo o que não estiver compreendido no estado da técnica ou acessível ao público antes da data do depósito do pedido de patente, de forma escrita, oral ou por qualquer outro meio, ressalvado o estabelecido no artigo 12 da LPI<sup>57</sup>, que prevê o período de graça.

Para Dennis Borges Barbosa (1998), a matéria é nova quando não tornada acessível ao público de forma que o técnico dela, tendo conhecimento, seja capaz de reproduzi-la. Se não for nova, a tecnologia não tem o que ensinar e, por consequência, não deve gozar da proteção legal.

A **atividade inventiva**, também conhecida como “não obviedade”, é o requisito que, quando positivo, analisa a impossibilidade de um técnico no assunto decorrer de maneira óbvia dos conhecimentos já existentes na técnica ou no campo do conhecimento (estado da técnica). Wolff (1997, p. 25-26) esclarece que o técnico do assunto deve ser um profissional que domine a técnica e possua formação global no assunto, além de ser conhecedor dos

---

envolva um passo inventivo e seja passível de aplicação industrial.(5) Sem prejuízo do disposto no parágrafo 4º do art.65, no parágrafo 8º do art.70 e no parágrafo 3º deste Artigo, as patentes serão disponíveis e os direitos patentários serão usufruíveis sem discriminação quanto ao local de invenção, quanto a seu setor tecnológico e quanto ao fato de os bens serem importados ou produzidos localmente.

<sup>56</sup>“Art. 11. A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando não compreendidos no estado da técnica. § 1º O estado da técnica é constituído por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior, ressalvado o disposto nos arts. 12, 16 e 17. § 2º Para fins de aferição da novidade, o conteúdo completo de pedido depositado no Brasil, e ainda não publicado, será considerado estado da técnica a partir da data de depósito, ou da prioridade reivindicada, desde que venha a ser publicado, mesmo que subsequentemente. § 3º O disposto no parágrafo anterior será aplicado ao pedido internacional de patente depositado segundo tratado ou convenção em vigor no Brasil, desde que haja processamento nacional”.

<sup>57</sup>“Art. 12. Não será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 (doze) meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente, se promovida: I - pelo inventor; II - pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, através de publicação oficial do pedido de patente depositado sem o consentimento do inventor, baseado em informações deste obtidas ou em decorrência de atos por ele realizados; ou III - por terceiros, com base em informações obtidas direta ou indiretamente do inventor ou em decorrência de atos por este realizados. Parágrafo único. O INPI poderá exigir do inventor declaração relativa à divulgação, acompanhada ou não de provas, nas condições estabelecidas em regulamento”.

princípios gerais das indústrias análogas às suas atividades, capacitado, habilitado e, além de tudo, um profissional experiente.

Cada sistema jurídico goza de liberdade para caracterizar este requisito (no Brasil, pelo artigo 13 da LPI<sup>58</sup>), porém a intenção do *TRIPS* é a de adequar os parâmetros no âmbito da concorrência, além de observar a necessidade de proteger novas técnicas como as das invenções biotecnológicas, evitar a concessão de patente a trivialidades e impedir a proteção a reproduções do óbvio ou de algo existente na natureza.

O produto ou o processo deve ser original, passível de resolver um determinado problema e seu inventor deve disponibilizar os meios empregados ou os resultados obtidos para sua confecção estando a patente limitada ao estrito escopo da invenção. (SILVEIRA, 2000).

A **aplicação industrial** é interpretada de forma abrangente segundo a normatização inserta no *TRIPS*, já que, segundo as regras deste Acordo, basta que o produto ou processo seja útil para ser patenteado. Os EUA, por exemplo, posicionam-se no sentido de conferir o direito de patente a invenções basicamente executáveis e utilizáveis e que não precisem necessariamente ser produzidas em escala industrial, o que garante a concessão a invenções puramente experimentais não empregadas na indústria<sup>59</sup> (CORREA, 2007).

O legislador brasileiro elegeu o direito de patente a invenções que satisfaçam às necessidades humanas, tenham utilidade para um determinado fim e sejam necessariamente

---

<sup>58</sup>“Art. 13 da LPI: A invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica”.

<sup>59</sup> A utilidade é mais abrangente do que a aplicação industrial.

aplicáveis na indústria de sua área específica, evitando a concessão para invenções inúteis (COELHO, 2002)<sup>60</sup>.

A **suficiência descritiva** é uma condição que revela a obrigatoriedade da descrição clara, inequívoca e completa do pedido de patente, de forma a possibilitar que um técnico no assunto o reproduza fielmente, como preceitua o artigo 24 da LPI<sup>61</sup>.

Existem alguns impedimentos legais à concessão de patentes, ainda que presentes as condições gerais acima expostas. A combinação dos artigos 10 e 18 da LPI estabelece restrições ao patenteamento de alguns temas e levanta a discussão acerca da possibilidade de concessão de direito de exclusiva a invenções que utilizem matéria viva.

#### **4.6 Aspectos específicos da patente de material biológico**

A biotecnologia moderna tem despertado nos meios científico, acadêmico, político e social interesses no desenvolvimento de patentes de produtos e processos provenientes de material biológico. Uma das questões que merece atenção quando se trata do patenteamento de matéria viva (organismo vivo ou substância dele derivada como a sequência de genes, por exemplo) é a delimitação do que deve ser interpretado como descoberta ou invenção, a observância dos requisitos de novidade, atividade inventiva, aplicação industrial e outras de cunho subjetivo (como as relacionadas a questões morais e de ordem pública).

---

<sup>60</sup> “Art. 15. A invenção e o modelo de utilidade são considerados suscetíveis de aplicação industrial quando possam ser utilizados ou produzidos em qualquer tipo de indústria.”

<sup>61</sup> Art. 24. O relatório deverá descrever clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e indicar, quando for o caso, a melhor forma de execução. Parágrafo único. No caso de material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido, que não possa ser descrito na forma deste artigo e que não estiver acessível ao público, o relatório será suplementado por depósito do material em instituição autorizada pelo INPI ou indicada em acordo internacional.

Marques (2001) aborda que, segundo interpretação da Diretiva Europeia 98/44<sup>62</sup>, a preexistência do estado natural da matéria biológica impossibilita o seu patenteamento, mas que um produto biotecnológico (e, portanto, formado por matéria biológica) pode ser objeto de invenção, desde que *isolado* do seu ambiente natural ou produzido com base num processo técnico (artigo 3º, inciso II da Diretiva), discutível.

O artigo 5º, inciso II da referida Diretiva corrobora o entendimento ao determinar que **qualquer elemento isolado do corpo humano** ou produzido de outra forma por um processo técnico, incluindo a **sequência** ou a **sequência parcial de um gene** pode constituir uma invenção patenteável, mesmo que a estrutura desse elemento seja idêntica à de um elemento natural (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998).

A atividade inventiva dificilmente será um requisito de fácil caracterização porque envolve a necessidade de ultrapassar o conhecimento do estado da técnica, no sentido de que um técnico no assunto não seja capaz de concluir de maneira óbvia e previsível a resolução da matéria.

A aplicação industrial também é controversa, visto que para caracterizá-la, faz-se necessária a garantia de repetibilidade e reprodutibilidade, obtendo sempre o mesmo produto em escala industrial. Ocorre que, por ser o material biológico passível de mudanças e inconstâncias naturais próprias, a sua reprodução inalterada pode se tornar inviável. Além disso, tem-se a dificuldade de prever os resultados da utilização industrial devido à possibilidade de desconhecer-se a utilidade das substâncias biológicas que se pretende patentear (BOFF, 2006).

---

<sup>62</sup> A Comunidade Europeia promulgou, no âmbito de seus países membros, em 1988, uma Diretiva com a finalidade de harmonizar o tratamento conferido às patentes sobre matéria viva.



Considerando a necessidade da descrição clara e completa de um pedido de patente, alguns países depositam o material biológico em instituições designadas no Tratado de Budapeste ou naquelas designadas nas legislações nacionais dos países não signatários.

Face à inconstância natural dos materiais biológicos que, por consequência, causam dificuldades de reprodução do invento, Diaféria (2007, p.54) conclui que

talvez, quando o acervo de conhecimentos científicos e tecnológicos nos campos da biologia molecular e da genética estiver mais ampliado, mais aprimorado, seja possível alcançar a almejada constância ou, ao menos, uma certa margem de previsibilidade na reprodução das idéias inventivas industriais relativas à biotecnologia moderna, de forma que sejam atendidos os propósitos elementares do direito de patentes. Por hora, muitas dúvidas e incertezas ainda permeiam a efetiva caracterização dos requisitos de patenteabilidade, sobretudo das invenções que envolvem sequências parciais ou totais de genes humanos.

## 5 A PATENTEABILIDADE DE GENES HUMANOS

Os processos e produtos provenientes das técnicas que envolvem matéria viva, bem como a possibilidade de proteção patrimonial, têm sido palco de discussões no cenário mundial e têm estimulado o crescimento econômico, social e político, à medida que promovem o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Com o advento da biotecnologia molecular, os genes tornaram-se matéria-prima altamente lucrativa, principalmente após o sequenciamento do genoma humano, ocorrido no final do século XX. Isso porque, com ele, surgiu a esperança da descoberta de procedimentos diagnósticos, terapêuticos e curativos de doenças.

Para organizar o crescimento, o desenvolvimento e uma relação cordial entre os países, regras de adequação à nova realidade tornaram-se necessárias. Dos Tratados Internacionais, o *TRIPS* se destacou ao conduzir os signatários à delimitação de condições mínimas para a proteção das mais diversas invenções, inclusive das que contivessem matéria viva.

Dos países desenvolvidos e signatários do *TRIPS*, os EUA se destacam pela ampliação do escopo de patenteamento de matéria viva, conduzindo a discussão acerca da apropriabilidade da vida, principalmente após a concessão de patentes a sequências gênicas relacionadas a seres humanos.

A Europa tem-se mantido cautelosa neste cenário, apesar de anuir legalmente com o patenteamento de genes de forma isolada, após publicação da Diretiva (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998).

O Brasil, muito embora acate o patenteamento de formas específicas e delimitadas de microorganismos e organismos geneticamente modificados, impede a propriedade privada dos genes nas suas formas natural ou isolada, de acordo com o artigo 10, IX da LPI.

O caso Chakrabarty, sem dúvida, fomentou o debate a respeito do patenteamento de matéria viva, muito embora, desde 1871, tenha sido concedida a primeira patente de um organismo vivo a Louis Pasteur, na França. Além disso, o já relatado caso “John Moore”, iniciado na década de 1980, levantou o questionamento sobre a apropriabilidade de células humanas quando do patenteamento da “linhagem Mo” para o desenvolvimento de técnicas terapêuticas contra o câncer. Posteriormente, o primeiro animal geneticamente modificado com capacidade de desenvolver o câncer de mama, conhecido como *oncomouse* foi patenteado nos EUA, patente n°. 4.763.866. (SÁLVI, 2001).

O Projeto Genoma Humano, iniciado nos anos 1990, foi um grande propulsor da corrida pela patrimonialidade dos genes humanos, apesar de seu objetivo ter sido o mapeamento e sequenciamento dos genes, com a identificação dos pares de bases e proteínas deles provenientes.

Uma intensa discussão bioética e legal sobre a concessão de patente de genes humanos aflorou-se, sendo certo que a Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos<sup>63</sup> refutou a possibilidade de obtenção de ganhos financeiros provenientes do genoma **em seu estado natural**<sup>64</sup>, por ser a base da unidade fundamental de todos os membros da família humana e patrimônio da humanidade - artigos 4º c/c artigo 1º. Sob esta

---

<sup>63</sup> Declaração Universal do Genoma Humano e os Direitos Humanos foi aprovada na 29ª Assembleia Geral, em 11 de novembro de 1997, e adotada pela ONU em 1998.

<sup>64</sup> sendo considerado a base da unidade fundamental de todos os membros da família humana e patrimônio da humanidade e, por isso, de ninguém especificamente.

perspectiva direta, os genes e suas sequências **naturais** estariam impedidos de serem patenteados (UNESCO, 1997).

Mas já em 1993, como leciona Casabona (1999), a Declaração de Bilbao, fruto da Reunião internacional sobre “O Direito ante o Projeto Genoma Humano”, promovida pela *Fundación Banco Bilbao Vizcaya*, apesar de não ter natureza jurídica, foi o primeiro texto internacional a abordar diversos aspectos relacionados ao genoma humano. Suas linhas revelaram a importância de os juristas atentarem para os reflexos de seu estudo, no sentido de respeitar a dignidade da pessoa humana, no que concerne à sua intimidade (através do consentimento informado) e a impossibilidade de comercializar o corpo humano. Dessa forma, os conhecimentos genéticos, por serem patrimônio da humanidade, deveriam comunicar-se livremente.

Em termos técnico-científico, as experiências científicas revelam a possibilidade de localizar genes - e com isso, identificar a/as proteína(s) sintetizada(s) -, isolá-los para realização de estudos e tratamento gênico (repondo no organismo um gene modificado e saudável, por exemplo) ou para produzir drogas e/ou medicamentos a fim de prevenir doenças ou promover o desenvolvimento de um processo curativo.

Ainda não se conhece a funcionalidade de todo o material genético humano e de suas proteínas. Entre o marco do sequenciamento e o desenvolvimento de diagnósticos ou tratamentos, a partir de informações genéticas, há uma longa via, com a ajuda da bioinformática, que desempenha um papel de fundamental importância ao proporcionar agilidade e assertividade ao processo de sequenciamento.

Todavia, as controvérsias acerca da patenteabilidade das sequências de gene tiveram início quando Craig Venter, cientista do *National Institute of Health (NIH)*, em 1991, apresentou o pedido de patenteamento de 337 fragmentos de genes humanos - *EST*- ao

escritório de patente norte-americano (USPTO). Em 1992, já havia 2.375 pedidos e em 1994, 7.000 deles. **Apesar de nenhuma das sequências apresentarem funções conhecidas**, havia a probabilidade de estarem relacionadas ao mal de alzheimer, diabetes, esquizofrenia e diversas outras doenças. Mesmo após abandonar o *NIH* e fundar a *Celera Genomics*, Craig Venter ainda buscava uma forma de se apropriar do sequenciamento de genes para levá-los ao comércio. Como o *USPTO* não deferia os pedidos, o cientista decidiu guardar as informações acerca dos sequenciamentos a ponto de, em 2000, o presidente dos EUA, Bill Clinton, e o primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, decidirem ajustar a obrigatoriedade de publicação das informações primárias sobre as sequências de DNA humano. Apesar disso, Craig Venter continuava a busca pela proteção patentária das sequências identificadas por sua empresa. (FERNANDEZ, 2004).

## 5.1 Os critérios de patenteabilidade e a sequência de genes

Independente do tipo de invenção, os países signatários do *TRIPS* devem adequar-se a alguns requisitos básicos de patenteabilidade, tais como a novidade, a atividade inventiva e a aplicação industrial. Além disso, é imperiosa a consonância com as normas atinentes à moralidade e à ordem pública. A partir destes pressupostos, adentra-se ao questionamento se a sequência de genes pode ser considerada invenção ou descoberta, e ainda se, a partir desta análise, no caso de constituir uma invenção, estaria enquadrada nos requisitos estipulados.

### 5.1.1 Os critérios da *novidade* e da *atividade inventiva ou não obviedade* em matéria de genes ou das sequências parciais de genes

Para Marques (2001), o critério da novidade na estrutura dos genes ou das sequências de genes compreende o desconhecimento público daquela matéria antes da data do depósito, pois embora a estrutura destas substâncias seja idêntica a daquelas existentes na natureza, o

seu isolamento e caracterização<sup>65</sup> (através de parâmetros estruturais ou funcionais) é o *quid*<sup>66</sup> desconhecido entre o gene natural e o isolado. É por isso que, segundo ele, a sequência gênica encontrada em uma biblioteca genômica, caso não esteja isolada ou caracterizada, não se encontra no **estado da técnica**<sup>67</sup>. Além disso, outro requisito que caracteriza a novidade é a impossibilidade de reconhecimento ou previsão de sua existência por um *expert*.

A atividade inventiva ou não obviedade, intimamente ligadas à novidade, revela algo que vai além do que um perito seja capaz de realizar, a partir de conhecimentos disponíveis pela arte. Fernández (2004) destaca a importância de que a invenção tenha identidade, relevância e aplicabilidade industrial. Para o *USPTO*, o teste de não obviedade pode ser caracterizado como resultado de um procedimento complexo que não seria previsível, mas que possa ter se tornado trivial, familiar (NUFFIELD COUNCIL ON BIOETHICS, 2002, p. 44)<sup>68</sup>. É por isso que, para o referido escritório, a atividade inventiva não é diretamente proporcional ao esforço ou quantidade de trabalho desenvolvido para a caracterização da sequência de DNA, mas sim pela tecnicidade de isolamento e reprodução da sequência por meios artificiais.

### 5.1.2 O critério da aplicação industrial e as patentes de sequências gênicas

A patente tem que identificar uma aplicação industrial para uso definido.

---

<sup>65</sup> Para isolar a substância, são necessárias operações complexas que não resultam evidentes aos *experts* na matéria (tradução livre de Pedro Talavera Fernández (2004).

<sup>66</sup> “*quid*”, do latim: “o que”. Disponível em: <<http://translate.google.com.br/?hl=en&tab=wT#la/pt/quid>>. Acesso em: 28 set. 2012.

<sup>67</sup> ou seja, acessível ao público por qualquer meio ou lugar de acesso.

<sup>68</sup> item 3.34.

O uso, na prática, está relacionado à suficiência descritiva, tendo em vista a necessidade de informação clara, precisa e suficiente para a reprodução do invento. As invenções biotecnológicas não deixam de seguir esta regra e, até pela especificidade recorrente, toma-se como praxe o depósito do material biológico em instituições credenciadas.

Ainda que o material seja depositado, outros pontos devem ser observados. Marques (2001) relata questões relacionadas às invenções biotecnológicas, cujo objeto seja as sequências parciais ou totais de genes e que seriam motivos de impedimento à concessão do privilégio, tais como a imprescindibilidade de reprodução do material; o risco de o alcance das reivindicações abrangerem coisas ou processos biológicos muito amplos e a dificuldade quanto à identificação clara da invenção, como os parâmetros químicos e físicos (peso molecular, variações alélicas, localização e dimensão da sequência de nucleotídeos) dos ácidos nucleicos reivindicados.

Estas questões têm sido observadas tanto na Europa quanto nos EUA, tendo em vista a preocupação com o excesso de pedidos de patenteamento de sequências de genes sem especificação de aplicabilidade industrial. Por isto, a necessidade de se apresentar a proposta quanto à função para a patente de gene. Na Europa, entende-se que, quando reivindicada uma patente de sequência gênica que produza uma proteína, a aplicação deve identificar quais proteínas são produzidas ou quais as suas funções. O USPTO, desde 2001, através do *guideline*<sup>69</sup> determina que a utilidade deve ser específica, substancial e credível. Isso implica dizer que determinada sequência de gene pode ser usada para a produção de uma proteína útil ou sirva como marcador para que o gene de uma doença específica, apresente um benefício ao mundo real e seja analisada por um técnico no assunto como algo que efetivamente esteja disponível para o uso requerido (MYSZCZUC, 2012).

---

<sup>69</sup>Disponível em:< [www.uspto.gov/news/pr/2001/01-01.jsp](http://www.uspto.gov/news/pr/2001/01-01.jsp)> e  
<<http://www.uspto.gov/web/offices/com/sol/notices/utilexmguide.pdf>>. Acesso em: 07 jan.2011.

A aplicabilidade industrial se tornou decisiva aos pedidos de patentes de sequência gênica, principalmente após a primeira concessão deste privilégio pelo USPTO ao *Incyte Pharmaceuticals*, em 06 de outubro de 1998. Fernández (2004) comenta que, desde então, este critério tornou-se decisivo como ferramenta de investigação, como produto terapêutico ou como teste diagnóstico. Além disso, o USPTO publicou normas acerca da necessidade de utilidade específica e substancial dos pedidos excluindo os pouco importantes ou inespecíficos, tornando os requerimentos de patentes sobre fragmentos de DNA de utilidade difusa impossibilitados de receberem proteção.

A Diretiva Europeia 98/44 (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998), de forma semelhante, introduziu em seu artigo 5º, nº 3, a necessidade de que, no pedido de patente, a aplicação industrial de uma sequência seja exposta<sup>70</sup>. Além disso, determina nos **Considerandos** números 22 a 24<sup>71</sup>, exigências sobre a necessidade de as reivindicações de sequências totais ou parciais de genes indicarem a aplicação industrial, a função biológica e a(s) proteína(s) codificada(s). Este posicionamento foi pacificado após a concessão de patente pelo EPO, em 18 de janeiro de 1995, à *relaxina*, proteína de origem humana codificada por uma sequência de DNA (FERNÁNDEZ, 2004).

---

<sup>70</sup> Diretiva 98/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho de 1998, relativa à Proteção Jurídica das invenções biotecnológicas: Artigo 5º, 3. “A aplicação industrial de uma sequência ou de uma sequência parcial de um gene deve ser concretamente exposta no pedido de patente.”

<sup>71</sup> Diretiva 98/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho de 1998, relativa à Proteção Jurídica das invenções biotecnológicas: Considerandos (22): Considerando que o debate sobre a patenteabilidade de sequências ou sequências parciais de genes é fonte de controvérsia; que, nos termos da presente directiva, a concessão de uma patente a invenções que se relacionem com essas sequências ou sequências parciais deve obedecer aos mesmos critérios de patenteabilidade aplicados a todos os outros domínios tecnológicos: novidade, actividade inventiva e aplicação industrial; que a aplicação industrial de uma sequência ou de uma sequência parcial deve ser exposta de forma concreta no pedido da patente tal como foi depositado;

(23) Considerando que uma mera sequência de ADN sem indicação de uma função biológica não contém quaisquer ensinamentos de natureza técnica, pelo que não poderá constituir uma invenção patenteável;

(24) Considerando que, para que o critério da aplicação industrial seja respeitado, no caso de uma sequência parcial de um gene ser utilizada para a produção de uma proteína ou proteína parcial, é necessária a especificação da proteína ou proteína parcial produzida ou da função assegurada.



O mesmo autor descreve que o *Nuffield Concil of Bioethics* apresenta quatro aplicações das sequências de DNA, cujas utilidade e aplicabilidade estariam presentes:

- 1) Diagnóstico de Enfermidades: realizado através de técnicas embasadas no conhecimento da estrutura do gene que poderia detectar o gene defeituoso;
- 2) Ferramentas de Investigação: uma sequência de DNA pode ter aplicabilidade para uma ampla categoria de invenções científicas sem aplicação comercial imediata, mas passível de investigações científicas futuras. É o caso do gene receptor CCR5<sup>72</sup>, que pode ajudar na busca por novos medicamentos ou vacinas contra a AIDS, segundo entendimento de Fernández (2004). Além disso, segundo entendimento do *Nuffield Council of Bioethics* (2002, p.74)<sup>73</sup>, a recomendação é de desobrigar a licença em casos de pesquisa;
- 3) Terapia Gênica: o conhecimento da sequência de um gene pode ajudar a identificar os genes defeituosos e substituí-los por genes saudáveis. Essa técnica tem sido implantada para o tratamento da fibrose cística, alguns tipos de câncer e desordens do sistema imunológico;
- 4) Produção de Proteínas para uso Terapêutico: Consiste na identificação da sequência de DNA que codifica determinada proteína para produzi-la e utilizá-la em terapias regenerativas. Atualmente, as proteínas mais conhecidas são a insulina humana e a *eritropoietina*.

Existe a preocupação com a extensão dos direitos de patentes a efeitos desconhecidos e com o abuso mercantil que possa ser gerado a partir daí. Por isso, a preocupação de Marques

---

<sup>72</sup> Gene CCR5: pode ser um receptor para a entrada do vírus HIV na célula.

<sup>73</sup> item 5.42

(2001), para quem a patente de uma sequência gênica abrange a delimitação determinada pelo critério de aplicação industrial/utilidade devidamente exposto no pedido, já que qualquer outra nova aplicabilidade poderá ser objeto de pedido de patente por um terceiro, ou ainda, poderá ser requerida licença ao titular da primeira patente concedida.

### **5.1.3 Patente de genes humanos naturais e isolados e os critérios da moralidade e da ordem pública**

Atualmente, o critério utilizado tanto pela Diretiva Europeia 98/44, quanto pelo USPTO, revelam que a descrição de uma sequência de bases do gene humano **em seu estado natural** é considerada descoberta, sem aplicabilidade industrial direta (e, por consequência, impossibilitada de ser patenteada) (FERNÁNDEZ, 2004). O **Considerandos** nº 20 e 21 e o artigo 5º, nº2 e nº3 da referida Diretiva autoriza o patenteamento de sequência gênica, desde que isolada por procedimento técnico<sup>74</sup> e aplicável industrialmente, tendo em vista que a mera existência de um gene não isolado não configuraria o estado da técnica.

Porém, há que observar se o patenteamento de sequência de genes feriria a ordem moral e pública, critérios elencados nas diretrizes do Acordo *TRIPS*, fonte de debate ético e jurídico.

#### **5.1.3.1 A moralidade e a ordem pública**

Outros critérios, que não os requisitos objetivos já destacados, devem ser analisados para a concessão de patentes, como a moral, a ordem pública, os bons costumes e a saúde

---

<sup>74</sup> O gene isolado, em tese, seria obtido por procedimento técnico, produzido por intermédio da mente humana, diferente do gene natural, encontrado na natureza.

pública. Estão impedidas de serem patenteadas quaisquer invenções que os contrariem. No Brasil, ainda existem outros impedimentos, insertos no artigo 18 da LPI, como se observa:

Art.18. Não são patenteáveis:

[...]

**II- as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e**

**III - o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.**

[...] (grifos nossos)

As legislações não definiram juridicamente os conceitos de moralidade e ordem pública expressamente, apesar de a legislação europeia, diferentemente da norte-americana e japonesa, apresentar componentes éticos (FERNÁNDEZ,2004).

O mesmo autor relata que se trata de conceitos jurídicos indeterminados e evolutivos por serem caracterizados por culturas locais distintas, mas que não prescindem de uma certa uniformidade internacional, entendimento ratificado por Prada (1995), para quem a ordem pública é um conjunto de valores admitido pelo corpo social em geral.

Pode-se analisar a proteção à ordem pública e à moralidade no *TRIPS* ao observar o impedimento de procedimentos referentes à clonagem humana, modificação de identidade germinal humana, utilização de embriões para fins comerciais/industriais<sup>75</sup>, que encontraram adesão na Diretiva Europeia 98/44 e da LPI.

A ordem pública, apesar de subjetiva, é normatizada em regras de proteção social e observância dos preceitos morais, denominado bons costumes. Para atingi-la, é imprescindível

---

<sup>75</sup> Artigo 27, III *TRIPS*, artigo 6º Diretiva 98/44.

a integração entre as práticas sociais e o ordenamento jurídico com a finalidade de harmonia e paz social, uma vez que a moral e a lei devem se entrecruzar.

O Direito, por ordenar uma sociedade, deve pautar-se em princípios morais, como preceitua Casabona (1999), segundo o qual há necessidade da intervenção do Direito no convívio social. No sistema normativo, encontram-se as funções de permitir e garantir a convivência e a paz, a resolução de conflitos e a proteção dos valores individuais e coletivos mais importantes e merecedores de proteção.

Decerto que a moralidade e a ordem pública estão intimamente relacionadas à dignidade da pessoa humana, principalmente quando se trata de apropriabilidade de material genético humano, visto que este ato poderia reduzir o homem à condição de objeto ou coisa. Esta é a questão que se discute mundialmente.

## **5.2 A dignidade da pessoa humana**

Camargo (2007) esclarece que a doutrina cristã foi a responsável pelo nascimento, no ocidente, da noção de dignidade da pessoa humana. Depois, com a mudança de paradigma do Direito divino para o racional, Immanuel Kant formulou a concepção moderna da dignidade humana, segundo a qual todos os seres humanos são igualmente dignos de respeito, dentro de uma visão antropocentrismo.

Para Kant (1980), a pessoa humana constitui um fim em si mesma, sendo vedada a sua utilização como mero instrumento de vontade própria ou alheia, não devendo ser tratada como coisa, objeto, instrumento, meio para se chegar a um determinado fim.

O constitucionalista Silva (1998) discorre que a dignidade da pessoa humana não se trata de uma criação constitucional porque preexiste, assim como a própria pessoa humana.

Camargo (2007) endossa esta opinião ao conferir à dignidade significados de “valor intrínseco”, “estima”, “nobreza”, não **concedidos** pelo ordenamento jurídico, mas atribuídos por serem inerentes a cada ser humano. A partir desta premissa, Canotilho (2000) alega que a normatização deste direito é decorrente do dever de proteção do Estado à pessoa, porque ele existe para o homem e não o contrário.

Para Sarlet (2001), a dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor de respeito e consideração do Estado e da comunidade, o que implica um complexo de direitos e deveres fundamentais asseguradores da pessoa contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano. Para tanto, devem ser garantidas as condições mínimas de existência para uma vida saudável e a promoção da participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

A Constituição brasileira tratou a “dignidade da pessoa humana”, pela primeira vez, em 1988, conferindo-lhe patamar de princípio fundamental de valor supremo, como se observa pela leitura do artigo 1º, III, *verbis*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana. (BRASIL, 1988)

Esta tutela visa proteger a pessoa humana contra ofensas advindas principalmente dos poderes públicos e do progresso técnico científico. Por isso, a necessidade de respeito, proteção e promoção dos meios necessários para o alcance das condições mínimas indispensáveis a uma vida digna e ao pleno desenvolvimento da personalidade (CAMARGO, 2007).



Myszczuk (2012) interpretou a dignidade da pessoa humana como o valor guia e norma cogente da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Genoma Humano, que define o fundamento das diretrizes sobre os direitos e garantias fundamentais da humanidade e os deveres do Estado. Entende que o olhar da dignidade deve servir como parâmetro para aplicação, interpretação e integração com outras normas legais, limitando a atuação e tarefas tanto do Estado, quanto das empresas (biotecnológicas, por exemplo), da comunidade em geral e da própria pessoa, pois deve haver a preocupação de proteger o ser humano. Este parâmetro serve como guia e como condição limite das atividades que envolvam o genoma humano, de sorte a impossibilitar seu uso como “objeto” apropriável sem qualquer limitação.

### **5.2.1 A dignidade da pessoa humana e o corpo humano**

A utilização do corpo humano e de suas partes exige meticulosa atenção e, por isso, a sua normatização depende de legisladores atentos aos princípios norteadores e inseridos na Lei Maior.

Segundo entendimento de Leite (2000), o corpo humano é considerado um bem da personalidade que deve ser tutelado pelo Direito; representa a integridade física de uma pessoa, constituída por órgãos, tecidos, músculos, nervos, células. Desse modo, não pode ser considerado como coisa, mas um suporte necessário para a existência humana. Para ele, o Direito alcança não só a forma plástica, mas as partes destacáveis do corpo, sejam elas renováveis ou não (cabeça, tronco, membros, órgãos, cabelos, sangue, sêmen). A partir daí, pergunta-se: por que não, os genes?

O Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), no Título I, Capítulo II dispõe sobre os direitos da personalidade, os quais compõem o núcleo fundamental da subjetividade dentro da

perspectiva de que a pessoa não pode ser considerada como **objeto** de direitos, mas **sujeito** de direitos.

Os direitos da personalidade têm como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana, núcleo necessário ao desenvolvimento da personalidade e a proteção do ser humano.

Construiu-se um rol exemplificativo dos direitos da personalidade, como o direito à privacidade, à honra, à imagem, à vida, ao corpo. O artigo 11 do CC/2002 deixa claro a impossibilidade de a pessoa humana renunciar ou limitar esses direitos, quando estabelece que “com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” (BRASIL, 2002).

Porém, em que pese a legislação ordinária inadmitir a renúncia ao direito da personalidade, na prática, algumas exceções são aceitas, como a liberdade de dispor do próprio corpo em casos de transplantes, por exemplo. O artigo 13 do CC/2002 evidencia esta variação (do direito à liberdade e à autodeterminação):

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

Assim, observa-se o parâmetro relativo à disposição do próprio corpo, proibindo-a caso provoque diminuição permanente da integridade física ou contrarie os bons costumes. Isso porque a pessoa não é somente um ser biológico; é um ser social que deve se adequar às normas éticas e jurídicas.

Utilizar o todo ou parte do corpo humano com finalidade de apropriar-se do material ou de informações seria um argumento relevante que identificaria a proibição estabelecida no



artigo supracitado, ainda que esta disposição não gere diminuição permanente da integridade física, mas pelo fato de contrariar normas e condutas éticas e morais estabelecidas socialmente: os bons costumes.

O olhar criterioso da Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos, da UNESCO, revela que em 09 de seus 25 artigos, a palavra “dignidade” foi utilizada para o genoma humano, ratificando a importância deste “valor-chave” quando se trata também de partes ou derivados do corpo humano. (SANTOS, 2000).

Desta forma, o corpo humano e suas partes são tratados como um bem guardado pelo direito da personalidade e que deve ser resguardado como garantia da dignidade da pessoa humana, proibida a implementação de qualquer tipo de ideia que a diminua (FAGUNDES JÚNIOR, 2011).

### **5.3 Dois posicionamentos acerca do patenteamento de genes**

Diversos debates têm acalorado as discussões a nível mundial acerca da apropriabilidade de material genético, mais especificamente o material genético humano, consubstanciado no gene humano, o que revela a importância do tema proposto neste trabalho.

Não há um consenso acerca do patenteamento de genes humanos e esta questão ainda está longe de ser resolvida. Europa e EUA têm discutido já em sede judicial a questão. O Brasil, apesar de proibir expressamente em sua legislação a apropriação de material genético, avança possibilidades de mudança legal.

Trata-se de assunto relevante a todo ser humano *per si* e não somente a determinados atores sociais, como indústrias, universidades, laboratórios de pesquisas e empresas (cuja

matéria prima seja material biológico- biotecnológico). A apropriação de gene (humano ou não, embora se trate, aqui, apenas de genes humanos) e a exclusividade deferida a uma pessoa (física ou jurídica) por determinado lapso temporal, gera consequências ao ser humano em geral, independente de raça, cor, língua ou classe social.

Ter o direito de exclusividade e gozar dos benefícios comerciais da patente sobre genes, sobre sequência (s) gênica (s), ainda que de forma isolada, significa apropriar-se de informações presentes em todo e cada ser humano, com pequenas ou nenhuma alteração substancial.

Existem, basicamente, dois posicionamentos preponderantes sobre o patenteamento de genes humanos.

### **5.3.1 Argumentos contrários ao patenteamento de genes humanos**

A corrente contrária ao patenteamento de genes justifica que estes elementos não são invenções do intelecto humano, mas produtos diretos da natureza, caracterizados como descobertas (MYSZCZUK; MEIRELLES, 2010), afora o fato de que apenas o conhecimento da sequência gênica não seja capaz de esclarecer automaticamente a função a que o gene está associado (MYSZCZUK, 2012).

Há que a apropriação do genoma humano feriria a dignidade da pessoa por ser considerado, segundo a Declaração Universal do Genoma Humano, patrimônio comum da humanidade (UNESCO, 1997). Há ainda, a possibilidade de o patenteamento ocasionar óbices, desincentivo à pesquisa e entraves econômicos com consequentes perdas sociais, inviabilizando o avanço da ciência e o tratamento das mais diversas doenças. A isso se soma o

fato de haver questionamentos acerca dos critérios da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, especificamente no caso deste tipo de patente.

Um dos opositores ao patenteamento de organismos naturais ou sistemas regulatórios bioquímicos e moléculas como encontradas na natureza é Goldstein (1995). Para ele, os mesmos critérios utilizados para analisar os pedidos de patentes de objetos inanimados devem ser utilizados para a matéria viva, quais sejam a novidade, a atividade inventiva e a aplicação industrial. Assim como a ninguém seria concedida patente sobre objetos da natureza, como a composição química de algum elemento natural, leis e teorias, da mesma forma não poderia ser concedido direito de exclusividade sobre organismos biológicos naturais, sistemas de regulação gênica e bioquímica, partes ou moléculas constituintes, **inclusive os ácidos nucleicos, genes** e proteínas, tais como se encontram na natureza. Poderia haver exceção em casos de modificação da composição ou da localização com a finalidade de otimizar o funcionamento dos genes nos sistemas, desde que inventados, inéditos e úteis.

Segundo esta corrente, os critérios de patenteabilidade estariam prejudicados, quanto à:

a) **atividade inventiva**, pois, segundo Bergel (1997) os homens da ciência destacam não mais existir atividade inventiva no processo de isolamento de gene, já que o gene é um produto obtido de uma maneira cada vez mais automática através de procedimentos já bem estabelecidos no estado da técnica e conhecidos há muito tempo por determinada sociedade científica. Além disso, não haveria atividade inventiva, caso se não determinasse a função específica da sequência de gene.

b) **aplicação industrial**, que se caracterizaria pela possibilidade do uso prático pela indústria. Assim, caso não haja identificação da função da sequência de gene, a sua caracterização prática definitiva estaria prejudicada.

Na presente dissertação, levanta-se a questão de que a patenteabilidade de genes humanos pode caracterizar comercialização do corpo humano (ou de suas partes), vinculando-a a questões acerca do afrontamento à dignidade da pessoa humana.

Bergel (1997) salienta que a proteção das etapas embrionárias de investigação pode impedir o alcance do êxito de uma concreta utilidade industrial, criando barreiras para investigação de novas funções. Há que se destacar, também, que um mesmo gene poderia corresponder a mais de uma dezena de sequências parciais. Se cada uma delas for patenteada por um sujeito diferente, por exemplo, inviabilizaria, em termos práticos, as investigações e comercialização dos produtos no mercado, além acarretar intermináveis processos administrativos ou judiciais sobre o direito de exclusividade e obrigatoriedade de pagamento de *royalties*. Caulfield, Gold & Cho (2000) destacam, inclusive, que os detentores dessas patentes se valeriam de acordos de licença para formalizar o direito de exploração com os interessados.

Gold, Caulfield & Ray (2002) demonstram sua preocupação, exemplificando a questão de patentes de genes humanos nos casos dos testes genéticos para identificar a pré-disposição de mulheres desenvolverem câncer de seio e ovário, conhecidos como BRCA1 e BRCA2, uma vez que analisam que a patente a) permite ao seu detentor recompensa financeira e b) permite que o titular da patente imponha condições adicionais para que o teste seja feito (como condição pecuniária, por exemplo). Dentre outras consequências, o patenteamento geraria: a) impedimento ao crescimento e desenvolvimento de testes de diagnóstico em outros laboratórios; b) questões de saúde pública, pois o detentor da patente pode não possuir o teste mais apropriado a determinado paciente, dificultando que outros possíveis testes sejam utilizados; c) o preço alto cobrado pelos testes (a empresa *Myriad in Salt Lake City* cobrava pelo teste BRCA1 e BRCA2 em torno de U\$2500), dificultando o acesso ao diagnóstico preciso para algumas camadas sociais.

Para o *Greenpeace*, esse tipo de patente suscita consequências negativas, como a privatização do patrimônio genético, a criação de direitos privativos de alcance ainda desconhecido e as possíveis violações ao direito de patente (Editorial *Nature Biotechnology*, 2010).

### 5.3.2 Argumentos favoráveis ao patenteamento de genes humanos

A corrente favorável ao patenteamento de genes humanos pauta-se no fato de estes elementos serem analisados como meras moléculas, uma vez que sua formação seria obtida a partir de uma sequência de nucleotídeos equiparáveis a quaisquer compostos químicos (patenteáveis) que, isolados, seriam caracterizados como coisa e não como parte integrante da natureza. Os genes isolados, obtidos pelo trabalho humano, e não o natural é que seriam objeto de patente. Eles seriam genes manipulados e incapazes de se reproduzirem sem a ajuda de uma célula (BAQUERO, 2008). Por este motivo, atenderiam ao critério da novidade, ainda que a informação genética do gene isolado fosse exatamente a mesma do gene natural. Além disso, a atividade inventiva se alcançaria com a realização da prática do **isolamento**.

Os defensores desta corrente, segundo Fernández (2004), atentam para o fato de que os genes, por mais essenciais que sejam para a vida, não são vida, pois, ainda que todos juntos em uma proveta, nunca constituiriam um ser humano ou uma célula humana. Além disso, refletem que não podem ser qualificados como exclusivos do ser humano, já que podem ser comuns a outras espécies.

O NUFFIELD COUNCIL ON BIOETHICS (2002), em seu item 3.14, destaca que, em 1988, o EPO, o USPTO e o escritório de patente japonês emitiram um comunicado

conjunto justificando que o produto isolado<sup>76</sup> não seria considerado como produto da natureza ou descoberta, porque não existiria naturalmente e seria considerado patenteável como substância ativa biologicamente ou como composição química.

Importante atentar para o fato de que o isolamento reflete, na verdade, uma etapa química realizada em laboratório de clonagem das informações existentes em um determinado gene, **produzindo** um gene idêntico ao natural.

Esta é uma questão extremamente relevante porque patentear um gene, ainda que de forma isolada, é apropriar-se das informações contidas nele, ou seja, da informação dos segmentos de bases nitrogenadas que sintetizarão uma proteína (no caso deste estudo, uma proteína contida no organismo humano).

Esta reflexão foi levantada pelo NUFFIELD COUNCIL ON BIOETHICS (2002) apontando em seu item 3.19, uma das críticas à corrente da aceitação do patenteamento da sequência de DNA, já que é sobre esta informação que a sequência é construída e, por isso, não poderia ser patenteada. Ocorre que os defensores do patenteamento entendem que a extração da informação genética codificada por uma sequência de DNA não significa apenas uma obtenção de conhecimento, mas uso de técnicas específicas para criação de moléculas artificiais, já que a identificação da sequência de bases passaria, necessariamente, pelo processo de isolamento ou clonagem de um gene.

Decerto que os primeiros trabalhos de isolamento de genes demandaram grandes esforços científicos. Porém, atualmente, os cientistas contam com sofisticados equipamentos

---

<sup>76</sup>Item 3.14: "Purified natural products are not regarded under any of the three laws as products of nature or discoveries because they do not in fact exist in nature in an isolated form. Rather, they are regarded for patent purposes as biologically active substances or chemical compounds and eligible for patenting on the same basis as other chemical compounds". (Quoted in Crespi RS. *Patents on genes: can the issues be clarified?* (coloquei em itálico) Bio-Science Law Review 1999/2000; 3 (5): 199-204.)

que agregam alta tecnologia computacional, capazes de identificar uma sequência de gene em apenas algumas horas (CYRANOSKI, 2010). Neste sentido, questiona-se a presença do requisito essencial da inventividade:

1- haveria passo inventivo?;

2- a aplicação é óbvia a um perito para o qual o seu conhecimento seria capaz de chegar à mesma conclusão?

Para o USPTO, sequenciar o DNA por meio eletrônico, apesar de estar se tornando um processo trivial, não exclui o requisito da não obviedade, pois ainda que julgados familiares, os testes podem ser inventivos. (NUFFIELD COUNCIL ON BIOETHICS, 2002).

A Diretiva Europeia 98/44 trouxe, também, a autorização, em seu artigo 5º, ao patenteamento de elemento isolado do corpo humano ou produzido através de processo tecnológico, incluindo uma sequência parcial ou total de gene (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998).

Este posicionamento, diferente do anterior, respalda-se em argumentos tendenciosos a questões comerciais. Há uma convergência, segundo Bergel (1997), de que principalmente os países industrializados admitam referida proteção ao material genético humano e vislumbrem a necessidade de o pesquisador gozar de benefícios financeiros após intensa pesquisa para a criação do **objeto** inventado. Muitas universidades, inclusive, visualizam as patentes como meios de obtenção de receitas seguras capazes de gerar mais receitas (CARBORE, et al., 2010).





O *site* da empresa expõe informações que estimulam pacientes a submeterem-se aos testes- diagnóstico ao destacar que 7% dos casos de câncer de mama e 11 a 15% dos casos de câncer de ovário seriam causados pelas mutações dos genes BRCA1 e BRCA2, respectivamente, os quais, se detectados precocemente, poderiam proporcionar melhor qualidade de vida à paciente<sup>78</sup>.

A *American Civil Liberties Union* (ACLU) e outros ingressaram com uma ação contra a empresa *Myriad Genetics Inc* e o *USPTO* (USDC SDNY 09 Civ. 4515, 2010) a fim de impedir o patenteamento dos referidos genes (CARBORE, et.al., 2010). Uma decisão do juiz Robert Sweet, da Cômte Distrital de Nova York (EUA), negou o pedido de patenteamento dos genes BRCA1 e BRCA2 e os métodos para sua utilização na avaliação do risco de câncer de mama e de ovário, ainda que de forma isolada. A decisão concluiu que a existência do DNA em uma forma isolada não seria capaz de alterar sua qualidade fundamental, considerando sua existência no corpo humano e que o isolamento não alteraria a qualidade fundamental da molécula, sendo, portanto, um fenômeno da natureza, impossível de ser patenteado (HOFFENBERG, 2010).

O recurso da decisão acarretou entendimento diverso do anterior pela Cômte de Recurso do Circuito Federal dos EUA (*United States Court of Appeals for the Federal Circuit*), em julho de 2011, cuja reforma concedeu a patente aos genes à empresa apelante, sem, contudo, aceitar o patenteamento de métodos que comparassem as sequências

---

DNA genômico isolado a partir de amplificação de uma amostra obtida de um paciente humano; o ácido nucleico isolado da reivindicação 1, em que o referido ácido nucleico isolado é um ácido nucleico de BRCA1 que compreende a sequência nº 6.

<sup>78</sup> Disponível em: < <http://www.myriad.com/treating-diseases/hereditary-breast-cancer/> > . Acesso em: 05 nov. 2012

genéticas<sup>79</sup>. Porém, inconformados com tal decisão, a parte adversa interpôs recurso para a Suprema Corte Norte Americana, buscando negativa ao pedido de patente daqueles genes.

Esta Corte, em março de 2012, decidiu devolver a matéria à Corte de Recurso do Circuito Federal dos EUA para reavaliação do caso à luz de uma decisão de março de 2012<sup>80</sup>, conhecida como *Mayo versus Prometheus Laboratories*. O objetivo era o de conceder patente a um método relacionado à dosagem de drogas em um paciente, baseando-se na quantidade de componentes em seu sangue, tendo sido negado sob alegação de que não poderia patentear observações sobre fenômenos naturais, já que o teste se tratava de uma reiteração existente na lei da natureza<sup>81</sup>.

Sendo assim, em 16 de agosto de 2012, a Corte Distrital concluiu pela aceitabilidade do patenteamento do método criado pela *Myriad Genetics Inc.* direcionado à comparação e análise das sequências gênicas e revogou a patenteabilidade ao método reivindicado que blindasse a potencial terapia para o câncer, confirmando e revogando em parte a decisão proferida em 2011.

Em 13 de junho de 2013, a Suprema Corte, através da decisão do juiz Clarence Thomas, finalmente decidiu pela proibição do patenteamento de genes humanos, alegando que a *Myriad Genetics Inc.* não criou ou alterou as informações genéticas codificadas nos genes (BRCA1 e BRCA2) e que os nucleotídeos já existiam na natureza em sua ordem antes de a empresa os encontrar. Para ele, uma descoberta brilhante por si só não é capaz de ser

---

<sup>79</sup> Disponível em: <<http://www.cafc.uscourts.gov/images/stories/opinions-orders/10-1406.pdf>>. Acesso em: 12 nov 2012.

<sup>80</sup> Disponível em: <<http://www.cafc.uscourts.gov/images/stories/opinions-orders/10-1406.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://www.nature.com/news/the-great-gene-patent-debate-1.11044>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

objeto de patente. Porém, entende que a manipulação de um gene que cria algo não encontrado na natureza pode ser uma invenção passível de proteção, assim como o processo de isolamento do gene, além de haver possibilidade de obter-se patente em novas aplicações do conhecimento obtido a partir de pesquisa genética<sup>82</sup>.

Os segmentos da sociedade dividiram suas opiniões. Para a *American Civil Liberties Union* (ACLU), esta decisão caracteriza a restrição de livre troca de ensinamentos entre médicos e cientistas, pois o DNA não poderia pertencer a nenhuma empresa, tendo em vista a sua condição de entidade natural, como o ar e a água, por exemplo. Já as indústrias biotecnológicas e farmacêuticas, que possuem milhares de informações acerca de sequências gênicas, beneficiaram-se com a decisão, levando em conta a possibilidade de, segundo elas, promoverem a inovação para testes diagnósticos e outras ferramentas, possibilitando o avanço da medicina especializada<sup>83</sup>.

## **5.5 O Brasil e as propostas de modificação legal sobre o patenteamento de gene (humano)**

Como já exposto, o artigo 10, inciso IX da LPI, não considera invenção o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais. O artigo 18, I e III do mesmo diploma legal não considera patenteável o que for contrário à moral, aos bons costumes, à segurança, à ordem e a saúde pública e a parte ou o todo dos seres vivos que não atendam os requisitos da novidade, atividade inventiva e

---

<sup>82</sup> Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/06/14/us/supreme-court-rules-human-genes-may-not-be-patented.html>>. Acesso em: 13 jun 2013.

<sup>83</sup> Disponível em: <<http://blogs.nature.com/news/2012/08/us-court-sides-with-gene-patents.html>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

aplicação industrial. Por isso, a impossibilidade de patentear gene de qualquer ser vivo no Brasil. Diante disso, pretende-se, com este trabalho, discorrer acerca especificamente do gene humano.

A redação da LPI foi fruto de intenso debate legislativo. Recebeu na Câmara dos Deputados o número de Projeto de Lei (PL) 824, apresentado em 08 de maio de 1991, cujo objetivo era o de regulamentar direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, revisando o Código de Propriedade Industrial anterior (Lei 5.772/71).

A exposição interministerial sobre a proposta de criação da referida Lei<sup>84</sup> revelou a disponibilidade e interesse de o Brasil figurar como agente de política externa em matéria de propriedade intelectual. Apresentou, ainda, a necessidade da criação de um ambiente favorável a investimentos e de harmonização da legislação às normas estabelecidas nos Acordos Internacionais já consagradas em países cujo envolvimento com o tema da propriedade industrial se encontrasse mais difundido.

O PL nº 824 propôs a possibilidade de admitirem-se a patenteabilidade de produtos químicos, alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos, antes proibidos pela Lei 5.772/71. Ao observar a necessidade de debater a respeito da patenteabilidade envolvendo **seres vivos**, a Câmara convidou para participar do debate, em 12/11/1991, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Em 10/12/1991, a Comissão Especial reuniu-se para debate, estando presentes representantes de diversos segmentos, dentre outros: a ora diretora de patente do INPI, Dra. Maria Margarida Rodrigues Mittellbach; o Vice-Presidente Executivo da Associação das Indústrias Farmacêuticas do Brasil (Interfarma), Sr. Francisco Teixeira e o

---

<sup>84</sup> Exposição de Motivos Interministerial nº 00179, em 22 de abril de 1991, assinada pelo Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, Ministra da Economia, Zélia Maria Cardoso de Mello, pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezac e pelo Secretário da Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, publicada no Diário do Congresso Nacional do dia 25 de junho de 1993, seção II, p.5907.

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (Abifina), Dr. Nelson Brasil de Oliveira<sup>85</sup>.

Em abril de 1992, em sua décima primeira reunião, a Comissão Especial confirmou o comparecimento de membros da Associação Industrial de Laboratórios Farmacêuticos do Chile e da Argentina, além dos dirigentes da Associação Brasileira de Propriedade Industrial (ABPI). Em 13 de abril de 1993, a Comissão Geral para Discussão do referido PL, teve como participantes os representantes do conselho de biotecnologia, da indústria farmacêutica, de laboratórios farmacêuticos nacionais, dentre diversos outros.

Cumpre mencionar o posicionamento expresso de alguns deputados na discussão sobre o PL 824, publicada em 03 de junho de 1993, dentre eles o deputado Giovanni Queiróz (PDT-PA), tendo proferido seu voto contra o patenteamento de seres vivos e microorganismos, temendo a **perda** da riqueza brasileira para países mais desenvolvidos e experientes nesta matéria. Além disso, citou a preocupação do cientista Dr. David Hathaway com o patenteamento de seres humanos (BRASIL, 1993). Contrários ao entendimento de Giovanni Queiróz foram os então deputados, Nelson Proença, do PMDB-RS, endossados por Aldo Rebelo do PCdo B – SP e Sérgio Arouca, do PPS- RJ. Para o primeiro, o patenteamento de seres vivos estaria impedido pela pretensa lei, com exceção dos microorganismos engenheirados pelo intelecto humano, para o segundo deputado, o microorganismo não poderia ser patenteado se dele não adviessem processos industriais (BRASIL, 1993).

Finalmente, em 14 de maio de 1996, o PL foi transformado na Lei 9.279/96 (BRASIL, 1996), após o trâmite legislativo também realizado pelo Senado, através do PL número 115, de 1993<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup>Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp?idProposicao=183001&ord=1&...](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=183001&ord=1&...)>. Acesso em: 02 out.2012.

<sup>86</sup>idem.

Observa-se a preocupação do Congresso Nacional em buscar posicionamentos de diversos atores sociais para discutir questões relacionadas ao patenteamento que envolvesse matéria viva, obtendo êxito em alguns produtos da indústria química, alimentícia e farmacêutica.

Sete anos após a publicação da LPI, considerando a tendência europeia e norte-americana de inovar o escopo sobre patenteamento de matéria viva e admitir a apropriabilidade de sequências isoladas de genes, houve a tentativa de modificação legislativa proposta pelo deputado Wilson Santos, a fim de que o Brasil passasse a aceitar o patenteamento de sequências totais ou parciais de DNA e materiais biológicos isolados de seu entorno natural ou obtidos por meios de procedimentos técnicos e aplicáveis industrialmente, através do Projeto de Lei nº 2.695/2003<sup>87</sup>. Apesar de arquivado em 2008, tal projeto teve como justificativa o contexto histórico sobre o patenteamento de matéria viva ao remeter a questão à Rodada Uruguai e a consequente aprovação do Acordo *TRIPS*. Tendo em vista a negativa de admissão destas patentes no Brasil, o deputado também a justificou citando os avanços alcançados na ciência biológica, principalmente após aplicação dos conhecimentos na produção de bens e serviços. Expôs, ainda, a importância do aspecto econômico avaliado a partir do número considerável de patentes concedidas entre os anos de 1995 a 1999, nos EUA, na área biotecnológica, e mencionou a presença de diversas empresas voltadas à biotecnologia, além de universidades e núcleos de pesquisa que obtiveram patentes voltadas a este segmento naquele país. Outro ponto de extrema importância referido na justificativa do projeto de lei relatou a impossibilidade de o Brasil desenvolver a ciência nacional, caso

---

<sup>87</sup> “Art.1º O inciso IX do art. 10 da Lei nº 9.279/96, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“IX- o todo ou parte de seres vivos naturais, os materiais biológicos encontrados na natureza e os processos biológicos naturais, exceto sequências totais ou parciais de ácido desoxirribonucleico e materiais biológicos isolados de seu entorno natural ou obtidos por meio de procedimento técnico, cujas aplicações industriais sejam comprovadas clara e suficientemente no pedido de patente.”

permanecesse impedindo o patenteamento de material biológico. O deputado almejou a sintonia legislativa brasileira com outros países (que admitiam a patenteabilidade dos elementos isolados), e o consequente incentivo ao patenteamento dos atos inventivos provenientes dos pesquisadores, instituições e empresas nacionais em biotecnologia (BRASIL, 2003).

Em 2005, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame também propôs mudança na LPI, através do Projeto de Lei nº 4.961/2005, cuja intenção era a de admitir que substâncias ou materiais extraídos do todo ou parte dos seres vivos naturais e materiais biológicos, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural encontrado na natureza ou dela extraído, obtido ou isolado, e que apresentasse os requisitos previstos no art. 8º da Lei 9.279/96, fosse considerado invenção<sup>88</sup>. Encerrado o prazo para apresentação de emendas ao projeto, sem havê-las, foi arquivado em 31 de janeiro de 2011. Porém, em 08 de fevereiro do mesmo ano, foi desarquivado após requerimento do deputado proponente da mudança e encontra-se, atualmente, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.<sup>89</sup> (BRASIL, 2005).

Segundo o deputado proponente da mudança, a justificativa do seu projeto baseia-se na existência de artigos da LPI que dificultam ou impedem a proteção patentária de inventos

---

<sup>88</sup>PL 4.961/2005: “Art 1º- A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direito e obrigações relativos à propriedade industrial, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- I- “Art 10.....  
IX- o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza ou dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural, exceto substâncias ou materiais deles extraídas, obtidas ou isoladas, as quais apresentem os requisitos previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta”.
- II- “Art. 18.....
- III- O todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos e as substâncias e matérias previstas no inciso IX do art. 10, que atendam aos requisitos de patenteabilidade previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta”.

<sup>89</sup> Disponível em: <[www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=PL+4961/2005](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=PL+4961/2005)>. Acesso em: 15 nov.2012.

relacionados a organismos vivos, ainda que haja aplicação de técnicas complexas de manipulação, desestimulando investimentos públicos e privados direcionados ao conhecimento e aproveitamento econômico da flora e da fauna brasileiras. Segundo ele, tal inviabilização não ocorre na maioria dos demais países, os quais estimulam o estudo da botânica e da biologia exógena e os resultados tecnológicos e práticas aplicadas passíveis de patenteamento<sup>90</sup>.

Observa-se a preocupação com o debate acerca da possibilidade de mudança legal, ainda que a passos demorados, provavelmente pela instabilidade internacional vivida na Europa e nos EUA. De toda sorte, é importante atentar para o debate iniciado, cuja tendência natural acalora-se, tendo em vista a pressão econômica mundial das indústrias dos mais diversos segmentos, principalmente dos que utilizariam os genes humanos para a manipulação de diagnósticos, fármacos e medicamentos.

Esta tendência ao pedido de patenteamento envolvendo gene humano é observada a partir de estudo realizado nos *sites* da Organização Mundial da Propriedade Intelectual - **WIPO** - e do **patentlens**, no sentido de demonstrar, ainda que por estimativa, a quantidade de pedidos nos escritórios de patente europeu e norte americano, via PCT e via EPO (*European Patent Office*- Escritório de Patente Europeu).

Para tanto, foram pesquisados depósitos de pedidos de patente via PCT entre janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2011, utilizando a palavra **câncer** no quadro reivindicatório, seguindo os passos a seguir demonstrados, obtendo **um total de 35.726 resultados**.

---

<sup>90</sup> Disponível em: < [www.camara.gov.br/prop\\_mostraintegra?codteor=28905&filename=PL+4961/2005](http://www.camara.gov.br/prop_mostraintegra?codteor=28905&filename=PL+4961/2005)>. Acesso em: 15 nov. 2012.



WIPO PATENTSCOPE  
Search International and National Patent Collections

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION

Search Browse Translate Options News Login Help

Home > IP Services > PATENTSCOPE

Field Combination

Fields

Front Page

AND Publication Date 01.01.2000 to 31.12.2011

AND English Claims cancer

AND Publication Date

AND English Title

AND English Abstract

AND Applicant Name

AND International Class

AND Inventor Name

AND Office Code

AND English Description

AND English Claims

35726 results

WIPO PATENTSCOPE  
Search International and National Patent Collections

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION

Search Browse Translate Options News Login Help

Home > IP Services > PATENTSCOPE

Field Combination

Fields

AND Applicant Name

AND International Class

AND Inventor Name

AND Office Code

AND English Description

AND English Claims

AND Licensing availability

AND Inventor Name

Is Empty: ☐ N/A ☐ Yes ☐ No

Language: English Stem ☒

Office

☒ PCT ☐ Costa Rica ☐ Guatemala ☐ Kenya ☐ Peru ☐ South Africa ☐ EPO

☐ Argentina ☐ Cuba ☐ Honduras ☐ Mexico ☐ Republic of Korea ☐ Spain ☐ LATIPAT

☐ Brazil ☐ Dominican Rep. ☐ Israel ☐ Morocco ☐ Russian Federation ☐ Uruguay ☐ All

☐ Chile ☐ Ecuador ☐ Japan ☐ Nicaragua ☐ Russian Federation (USSR data) ☐ Viet Nam

☐ Colombia ☐ El Salvador ☐ Jordan ☐ Panama ☐ Singapore ☐ ARIPO

35726 results

Search Reset

Ao acrescentar a informação acerca da classificação internacional sobre sequenciamento de gene: **C07H21/04**, chegou-se ao número de 663 resultados.

WIPO PATENTSCOPE  
Search International and National Patent Collections

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION

Search Browse Translate Options News Login Help

Home PATENTSCOPE

Field Combination

AND	Field	Value
	Front Page	
AND	Publication Date	[01.01.2000 to 31.12.2011]
AND	English Claims	cancer
AND	International Class	C07H21/04
AND	English Title	
AND	English Abstract	
AND	Applicant Name	
AND	International Class	
AND	Inventor Name	
AND	Office Code	
AND	English Description	
AND	English Claims	

WIPO PATENTSCOPE

Search Browse Translate Options News Login Help

Home PATENTSCOPE

Field Combination

AND	Field	Value
AND	Applicant Name	
AND	International Class	
AND	Inventor Name	
AND	Office Code	
AND	English Description	
AND	English Claims	
AND	Licensing availability	
AND	Inventor Name	

Is Empty: ☐ N/A ☐ Yes ☐ No

Language: English ☒ Stern ☐

Office

<input checked="" type="checkbox"/> PCT	<input type="checkbox"/> Costa Rica	<input type="checkbox"/> Guatemala	<input type="checkbox"/> Kenya	<input type="checkbox"/> Peru	<input type="checkbox"/> South Africa	<input type="checkbox"/> EPO
<input type="checkbox"/> Argentina	<input type="checkbox"/> Cuba	<input type="checkbox"/> Honduras	<input type="checkbox"/> Mexico	<input type="checkbox"/> Republic of Korea	<input type="checkbox"/> Spain	<input type="checkbox"/> LATIPAT
<input type="checkbox"/> Brazil	<input type="checkbox"/> Dominican Rep.	<input type="checkbox"/> Israel	<input type="checkbox"/> Morocco	<input type="checkbox"/> Russian Federation	<input type="checkbox"/> Uruguay	<input type="checkbox"/> All
<input type="checkbox"/> Chile	<input type="checkbox"/> Ecuador	<input type="checkbox"/> Japan	<input type="checkbox"/> Nicaragua	<input type="checkbox"/> Russian Federation (USSR data)	<input type="checkbox"/> Viet Nam	
<input type="checkbox"/> Colombia	<input type="checkbox"/> El Salvador	<input type="checkbox"/> Jordan	<input type="checkbox"/> Panama	<input type="checkbox"/> Singapore	<input type="checkbox"/> ARIPO	

(+) Add another search field | (-) Reset search fields | Tooltip Help

663 results Search Reset

Delimitando ainda mais o escopo dos depósitos realizados somente pelos EUA, chegou-se ao resultado de 613 depósitos dos 663 encontrados, o que demonstra a

preponderância deste país no cenário mundial, via PCT, buscando a liderança no mercado internacional relacionado a patente envolvendo gene humano:

The screenshot shows the WIPO Patentscope search interface. The browser address bar displays <http://patentscope.wipo.int/search/en/structuredSearch.jsf>. The page title is "WIPO PATENTSCOPE" with the subtitle "Search International and National Patent Collections". The navigation menu includes "Search", "Browse", "Translate", "Options", "News", "Login", and "Help". The "Field Combination" section is active, showing a list of fields with their respective values:

Field	Value
Publication Date	[01.01.2000 to 31.12.2011]
English Claims	cancer
International Class	C07H21/04
Applicant Address Country	US
English Abstract	
Applicant Name	
International Class	
Inventor Name	
Office Code	
English Description	
English Claims	

The screenshot shows the WIPO Patentscope search results page. The browser address bar displays <http://patentscope.wipo.int/search/en/structuredSearch.jsf>. The page title is "WIPO - Search International...". The search criteria are displayed as follows:

Field	Value
Applicant Name	
International Class	
Inventor Name	
Office Code	
English Description	
English Claims	
Licensing availability	
Inventor Name	Is Empty: <input type="radio"/> N/A <input type="radio"/> Yes <input type="radio"/> No

Language: English ☒ Stem ☒

Office:

<input checked="" type="checkbox"/> PCT	<input type="checkbox"/> Costa Rica	<input type="checkbox"/> Guatemala	<input type="checkbox"/> Kenya	<input type="checkbox"/> Peru	<input type="checkbox"/> South Africa	<input type="checkbox"/> EPO
<input type="checkbox"/> Argentina	<input type="checkbox"/> Cuba	<input type="checkbox"/> Honduras	<input type="checkbox"/> Mexico	<input type="checkbox"/> Republic of Korea	<input type="checkbox"/> Spain	<input type="checkbox"/> LATIPAT
<input type="checkbox"/> Brazil	<input type="checkbox"/> Dominican Rep.	<input type="checkbox"/> Israel	<input type="checkbox"/> Morocco	<input type="checkbox"/> Russian Federation	<input type="checkbox"/> Uruguay	<input type="checkbox"/> All
<input type="checkbox"/> Chile	<input type="checkbox"/> Ecuador	<input type="checkbox"/> Japan	<input type="checkbox"/> Nicaragua	<input type="checkbox"/> Russian Federation (USSR data)	<input type="checkbox"/> Viet Nam	
<input type="checkbox"/> Colombia	<input type="checkbox"/> El Salvador	<input type="checkbox"/> Jordan	<input type="checkbox"/> Panama	<input type="checkbox"/> Singapore	<input type="checkbox"/> ARIPO	

613 results

(\*) Add another search field | (-) Reset search fields | Tooltip Help

Os pedidos de depósitos de patente via EPO no mesmo período, e utilizando a mesma palavra chave e classificação internacional trouxeram 261 resultados.

The screenshot shows the WIPO PATENTSCOPE search interface. The browser address bar displays the URL: <http://patentscope.wipo.int/search/en/structuredSearch.jsf>. The page title is "WIPO PATENTSCOPE" and the subtitle is "Search International and National Patent Collections". The interface includes a navigation bar with links: Search, Browse, Translate, Options, News, Login, and Help. Below the navigation bar, there is a section for "Field Combination" with a table of search fields and their values.

Field	Value
Publication Date	[01.01.2000 to 31.12.2011]
English Claims	cancer
International Class	C07H21/04
Applicant Address Country	
English Abstract	
Applicant Name	
International Class	
Inventor Name	
Office Code	
English Description	
English Claims	

The screenshot shows the WIPO PATENTSCOPE search interface with the search results page. The browser address bar displays the URL: <http://patentscope.wipo.int/search/en/structuredSearch.jsf>. The page title is "WIPO PATENTSCOPE" and the subtitle is "Search International and National Patent Collections". The interface includes a navigation bar with links: Search, Browse, Translate, Options, News, Login, and Help. Below the navigation bar, there is a section for "Field Combination" with a table of search fields and their values.

Field	Value
Applicant Name	
International Class	
Inventor Name	
Office Code	
English Description	
English Claims	
Licensing availability	<input type="checkbox"/>
Inventor Name	Is Empty: <input type="checkbox"/> N/A <input type="checkbox"/> Yes <input type="checkbox"/> No

Language: English Stem: ☒

Office:

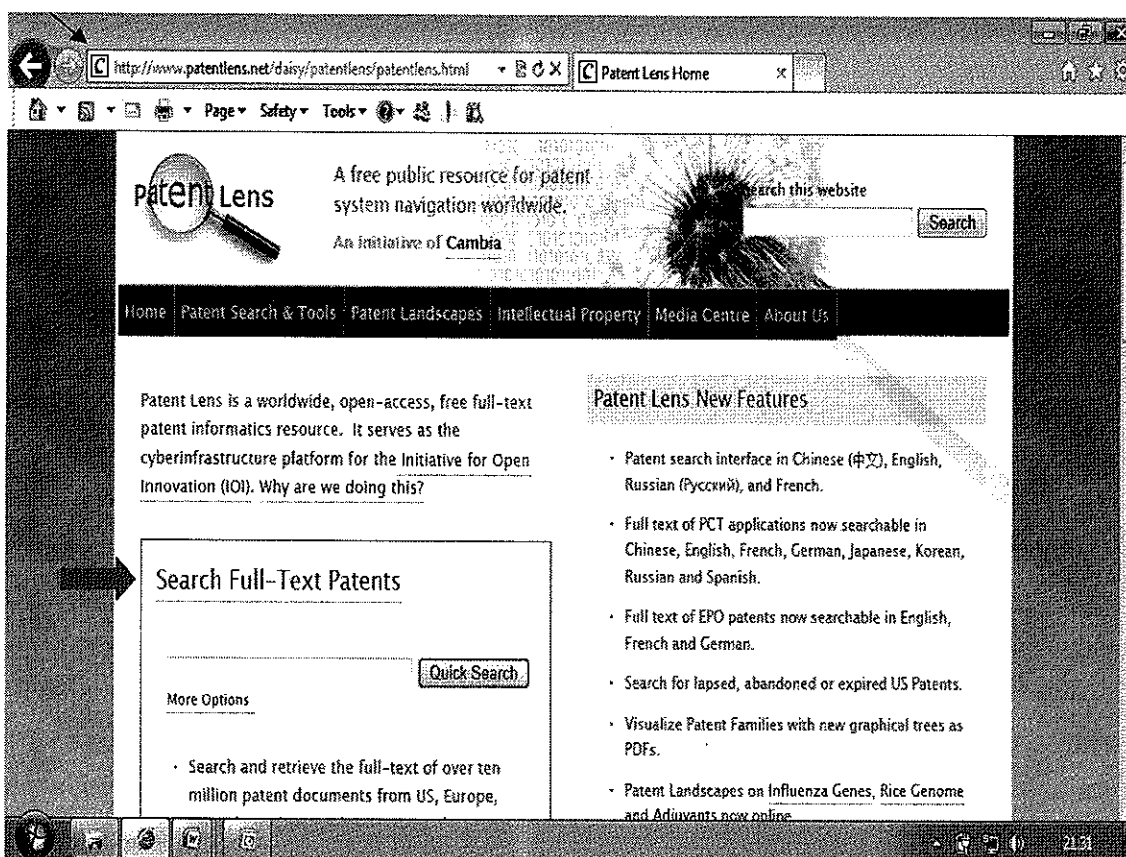
<input type="checkbox"/> PCT	<input type="checkbox"/> Costa Rica	<input type="checkbox"/> Guatemala	<input type="checkbox"/> Kenya	<input type="checkbox"/> Peru	<input type="checkbox"/> South Africa	<input checked="" type="checkbox"/> EPO
<input type="checkbox"/> Argentina	<input type="checkbox"/> Cuba	<input type="checkbox"/> Honduras	<input type="checkbox"/> Mexico	<input type="checkbox"/> Republic of Korea	<input type="checkbox"/> Spain	<input type="checkbox"/> LATIPAT
<input type="checkbox"/> Brazil	<input type="checkbox"/> Dominican Rep.	<input type="checkbox"/> Israel	<input type="checkbox"/> Morocco	<input type="checkbox"/> Russian Federation	<input type="checkbox"/> Uruguay	<input type="checkbox"/> All
<input type="checkbox"/> Chile	<input type="checkbox"/> Ecuador	<input type="checkbox"/> Japan	<input type="checkbox"/> Nicaragua	<input type="checkbox"/> Russian Federation (USSR data)	<input type="checkbox"/> Viet Nam	
<input type="checkbox"/> Colombia	<input type="checkbox"/> El Salvador	<input type="checkbox"/> Jordan	<input type="checkbox"/> Panama	<input type="checkbox"/> Singapore	<input type="checkbox"/> ARIPO	

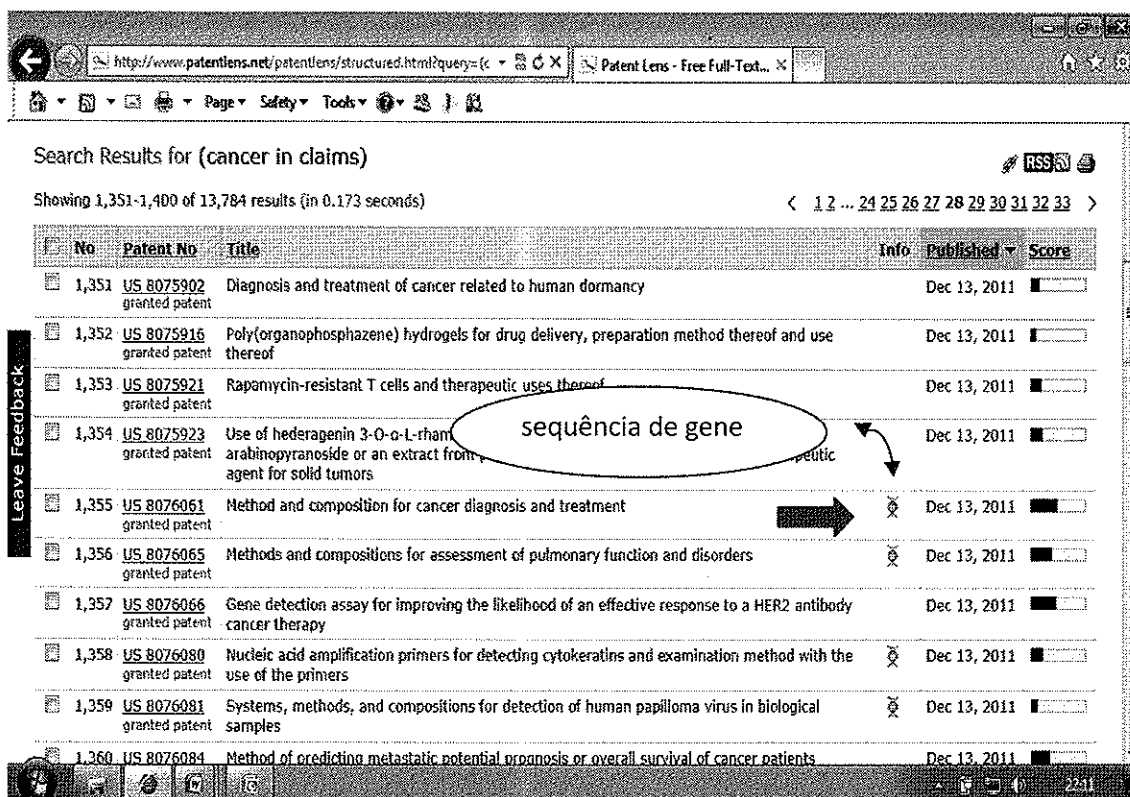
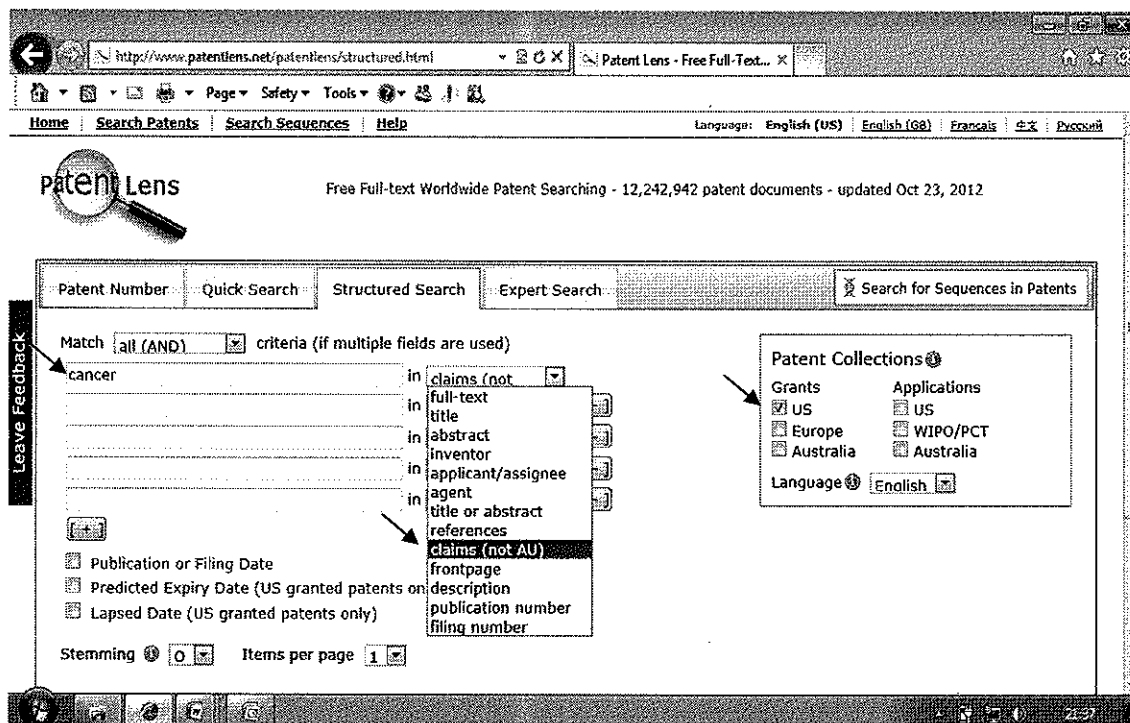
(+) Add another search field (-) Reset search fields Tooltip Help

261 results Search Reset

Pelo exposto, observa-se a hegemonia dos EUA em realizar a maioria dos depósitos de pedidos de patente relacionados a sequências gênicas envolvendo humanos, via PCT, em face dos depósitos realizados via EPO, na base de dados fornecida pelo *site* da **WIPO** (<http://patentscope.wipo.int/search/en/structuredSearch.jsf>).

Quanto à pesquisa realizada a partir da base de dados *Patent Lens*, através do *site* <http://www.patentlens.net/daisy/patentlens/patentlens.html>, utilizou-se a palavra **câncer** no quadro reivindicatório, entre os anos 2000 e 2011, realizado pelos EUA, o que demonstra o aumento do número de pedidos de patentes contendo sequência de genes humanos. Os quadros a seguir mostram o passo a passo para a realização da pesquisa:





Observa-se que, no decorrer de 11 anos, houve crescimento variável, mas com tendência ao aumento dos pedidos de depósito de patentes contendo sequência de gene humano realizado pelos EUA:





### 5.5.1 Da possibilidade de mudança na legislação brasileira.

Observar o aumento dos pedidos de patente envolvendo gene humano e mesmo a busca por sua obtenção ainda que em sede judicial, como no caso da *Myriad*, demonstra a tendência ao patenteamento de matéria viva humana. Muito embora a questão sobre o patenteamento do gene BRCA1 ainda esteja sob litígio na justiça Norte-Americana e, portanto, sem decisão final, ainda não há consenso e provavelmente não o haverá, haja vista a existência de visões antagônicas que provocam o aquecimento do debate. Grupos relacionados a movimentos religiosos e humanistas normalmente se opõem ao posicionamento de indústrias / empresas farmacêuticas e biotecnológicas neste debate.

Os defensores do patenteamento buscam, nestes elementos do corpo humano, ensejo para movimentar um possível ou provável mercado consumidor de produtos e processos, o que motiva o depósito de pedidos de patente envolvendo gene humano, ainda que como reserva de mercado.

O desarquivamento do PL 4.961/2005, em fevereiro de 2011 e, desde 14 de abril de 2011 na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Legislativa<sup>91</sup>, revela a importância do debate e de posicionamentos dos mais diversos atores sociais acerca da intenção de mudança de um inciso de lei federal que, decerto, acarretará polêmicas humanistas e econômicas, já enfrentadas pelos EUA e por países europeus.

Neste sentido, é importante observar que da dignidade da pessoa humana (e também da moral e dos bons costumes- artigo 18, I da LPI) se desdobram algumas questões legais importantes de serem comentadas, como, por exemplo, a proibição da comercialização de

---

<sup>91</sup> Arquivado em 31 de janeiro de 2011. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp?idProposicao=279651&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=279651&ord=1&tp=completa)>. Acesso em: 02 jan.2013.



sangue e hemoderivados e de órgãos e tecidos humanos, presente na Carta de 1988 e na Lei que 9.394, de 1997, respectivamente.

### 5.5.2 No Brasil - o artigo 199, §4º da CR/88 e a lei 9.394/97

A CR/88, no artigo 1º, inciso III instituiu a dignidade da pessoa humana como valor fundamental tutelado (BRASIL, 1988). Dessa forma e, segundo a doutrina kantiana, o ser humano é um fim em si mesmo e não um meio para se atingir qualquer outro fim. Sendo a dignidade da pessoa humana o princípio-base que deve fundamentar todo posicionamento legal, dele deve partir a formação da exegese acerca das normas nacionais.

Por isso, uma das discussões que, a princípio, poderia gerar controvérsias acerca da mudança proposta pelos Projetos de Lei destacados, está relacionada ao PL em trâmite na Câmara Legislativa (nº 4.961/2005) e seu enfrentamento com a CR/88 e a Lei dos Transplantes de Órgãos e Tecidos Humanos.

A CR/88 protege a dignidade da pessoa humana que se desdobra em vários aspectos práticos relacionados. No caso específico deste estudo, aventa-se a análise do artigo 199, §4º<sup>92</sup>, que impede a comercialização de sangue e substâncias derivadas, com consequentes ganhos financeiros, a partir de práticas negociais com o ser humano. Neste sentido:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

[...]

§4º- A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, **sendo vedado todo tipo de comercialização.** (grifos nossos)

<sup>92</sup> Encontra-se na seção II do capítulo II, que trata da saúde.

Além disso, a Lei 10.205/2001 (BRASIL, 2001), ao regulamentar o § 4º do artigo 199 da CR/88, em seus artigos 1º e 14, III e IV, reforça o impedimento à compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente<sup>93</sup>.

Importante, também, observar que a Lei 9.434/97 (BRASIL, 1997) prevê a possibilidade de disposição **gratuita** do corpo humano em vida ou após a morte, estabelecendo a **proibição de comercialização de qualquer órgão, tecido ou parte de corpo humano em vida ou mesmo após a morte**. Esta lei dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. A justificativa do legislador ao propô-la baseou-se no princípio da precedência do direito público (social) sobre o privado, impedindo o comércio de partes do corpo humano (órgãos e derivados) principalmente devido à preocupação latente com o tráfico de órgãos ou derivados ou mesmo a venda aquiescida de partes do corpo humano (BRASIL, 1995).

Assim, ao verificar o artigo da Constituição que proíbe a comercialização de substâncias humanas, como o sangue ou derivados e, com ele fazendo analogia ao gene (humano) como substância do corpo humano, por ser a unidade fundamental da vida e, ainda

---

<sup>93</sup> Lei 10.205/2001. “Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados, vedada a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue. Componentes e hemoderivados, em todo o território nacional, seja por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente, que estejam em desacordo com o ordenamento institucional estabelecido nesta Lei.”

[...]

“Art. 14. A Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I [...];

III- proibição de remuneração ao doador pela doação de sangue;

IV- proibição da comercialização da coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, componentes e hemoderivados

V – [...]” (BRASIL, 2001).

tendo em vista as legislações acima destacadas, se estaria diante de um confronto entre a possível norma federal e a Constituição. Este enfrentamento seria capaz de levar a questão da apropriação de sequências de genes humanos ao nível mais elevado de jurisdição no Brasil, como está ocorrendo nos EUA.

Por isso que quaisquer modificações porventura existentes na Lei 9.279/96, no que concerne à patenteabilidade que envolva gene humano, deverão ser analisadas à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, já que o alto grau de complexidade do tema requer um olhar minucioso frente a questões legais, morais e econômicas. Há que se observar que tanto a proibição direta (não se considera invenção o gene, ainda que isolado), quanto a indireta (relacionada à moral, aos bons costumes, à segurança e à saúde pública), aliada às disposições legais acima citadas, poderiam ser utilizadas como fundamento para os debates frente à tentativa de mudança nas normas nacionais.

Sendo a Lei o instrumento privilegiado para orientar o desenvolvimento das ciências da vida (BRAUNER, 2003), é importante que qualquer mudança que a afete seja criteriosamente discutida.

Dessa maneira, ainda que o artigo de lei seja, de fato, modificado pelo Projeto de Lei mencionado, é importante tecer algumas possíveis consequências legais:

- 1) o patenteamento de gene humano levantaria a discussão acerca da possível inconstitucionalidade da Lei, tendo em vista a desobediência à determinação constitucional quanto à vedação ao comércio de sangue e derivados;
- 2) além disso, haveria utilização de informações do corpo humano para realização de pesquisas, diagnósticos e/ou tratamentos **com finalidade comercial**, já que uma das funções sociais da patente é a sua colocação no mercado;

3) o patenteamento aleatório de sequência de genes (humanos) e sem função definida, acarretaria dificuldades para o desenvolvimento de invenções importantes para a vida e saúde humanas, uma vez estas sequências gerariam a necessidade de pagamento de *royalties* aos seus **inventores**;

4) a apropriação de partes do corpo humano objetivando o lucro geraria debates acerca da ofensa à dignidade da pessoa humana, eis que o ser humano seria utilizado como meio para se atingir um determinado fim e não um fim em si mesmo;

5) a exclusividade e a comercialização seriam passíveis de serem caracterizadas, assim como Newman analisou no artigo publicado em 2005 (no *site* <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A19781-2005Feb12.html>)- ao tratar do patenteamento de seres híbridos), como tratamento análogo à condição de escravo, ainda que de forma indireta.

### **5.5.3 Risco de inconstitucionalidade do PL 4.961/2005, se aprovado como lei**

A parte final do § 4º do artigo 199 da CR/88 veda **qualquer** tipo de comercialização de sangue e derivados. Desta forma, a mudança trazida pelo PL 4.961/2005 poderá acarretar controle de constitucionalidade preventivo ou repressivo.

Como Barroso (2007) deixa claro, a proteção dos direitos fundamentais deve ser alicerce para o controle de constitucionalidade. Neste sentido, em havendo criação de normas que firam princípios ou regras constitucionais, é importante a análise e, se necessário, o

exercício do **controle preventivo**<sup>94</sup>, vedando a norma antes de sua promulgação ou vigência, ou através do **controle repressivo** de constitucionalidade, após a promulgação da lei<sup>95</sup>.

Importante observar o artigo 1º, III da CR/88 (Título I – Dos Princípios Fundamentais), que trata a dignidade pessoa humana como princípio constitucional do Estado Democrático de Direito, cumulado com o direito social (Capítulo II), espécie do gênero Direitos e Garantias Fundamentais (Título II da CR/88).

Dentre os direitos sociais, encontra-se o direito à saúde (artigo 6º da CR/88<sup>96</sup>), intimamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana e imprescindível à vida em sociedade.

Decerto que os direitos e garantias individuais e coletivos estão resguardados na Constituição de 1988, não somente em seu Título II. Ao longo do texto, encontram-se alguns artigos que revelam a preocupação do constituinte em resguardar a dignidade da pessoa humana em diversos aspectos. E, em se tratando de direito à saúde, pode-se observar seu resguardo pela análise do artigo 6º, combinado com os artigos 7º, incisos XXII, XXIII, XXXIII<sup>97</sup>, 196 a 200<sup>98</sup>, 227<sup>99</sup>, 230<sup>100</sup> (BRASIL, 1988).

---

<sup>94</sup> Pela Comissão de Constituição e Justiça das Casas Legislativas ou com o veto pelo Executivo (art.66, §1º da CR/88).

<sup>95</sup> Pelo STF, como determina a Lei 9.868/99.

<sup>96</sup> Art. 6 º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

<sup>97</sup> Art 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

[...]

---

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1988).

<sup>98</sup> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I - os percentuais de que trata o § 2º;

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias,

competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (BRASIL, 1988).

99 Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

Se o direito à saúde for analisado sob a ótica dos Direitos e Garantias Individuais<sup>101</sup>, sendo o artigo 199, § 4º uma de suas variantes, estariar-se-ia diante de uma das matérias elencadas no artigo 60, § 4º, IV da CR/88<sup>102</sup>, e, portanto caracterizada como cláusula pétrea<sup>103</sup>. Por certo que a Carta de 1988 procura proteger os princípios de núcleo essencial para o Estado, sendo assim, Machado Horta (2003) explicita o direito à saúde como limitador material da Carta.

Destarte, quaisquer modificações porventura propostas deverão passar pelo crivo deste controle material, cuja validade e eficácia serão condicionadas à legitimação constitucional

---

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988).

<sup>100</sup> Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

<sup>101</sup> Ingo Wolfgang Sarlet entende que os direitos sociais estão assegurados como cláusula pétrea. E afirma: “todos os direitos fundamentais consagrados em nossa Constituição (mesmo os que não integram o Título II) são, na verdade e em última análise, direitos de titularidade individual, ainda que alguns sejam de expressão coletiva. É o indivíduo que tem assegurado o direito de voto, assim como é o indivíduo que tem direito à saúde, assistência social, aposentadoria, etc.” (SARLET, 2005, p. 404). Para Paulo Bonavides: “Em obediência aos princípios fundamentais que emergem do Título II da Lei Maior, faz-se mister, em boa doutrina, interpretar a garantia dos direitos sociais, como cláusulas pétreas e matéria que requer, ao mesmo passo, um entendimento adequado dos direitos e garantias individuais do art. 60 (...) os direitos sociais recebem em nosso direito constitucional positivo uma garantia tão elevada e reforçada que lhes faz legítima a inserção no mesmo âmbito conceitual da expressão *direitos e garantias individuais* do art. 60. Fruem, por conseguinte, uma intangibilidade que os coloca inteiramente além do alcance do poder constituinte ordinário” (BONAVIDES, 2004, p. 642).

<sup>102</sup> Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

[...]

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

[...]

IV - os direitos e garantias individuais.

<sup>103</sup> Cláusulas pétreas são aquelas que formam o núcleo intangível da Constituição, segundo Moraes (2007)



que recebem. Ainda que haja tentativa de modificação pelo **poder reformador**, por exemplo, o §4º do artigo 199 da CR/88, estaria limitado<sup>104</sup>, sob pena de ferir cláusula imodificável.

Ora, se a Constituição de 1988 tem como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III), todos os direitos que atribuem dignidade à pessoa humana devem usufruir da proteção estabelecida por seu artigo 60, § 4º, inciso IV. Com isso, facilita-se alcançar os objetivos fundamentais do Estado (artigo 3º, incisos I, II, III, IV da CR/88), quais sejam: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais; promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Por ser uma norma jurídica imperativa e suprema, a Constituição torna inevitável a discussão acerca dos comandos a serem seguidos e atendidos pelas normas hierarquicamente inferiores. Por isso, importante a proposição de leis que observem e atendam os princípios constitucionais, sob pena de se movimentar todo um aparato judicial, desnecessariamente.

No caso em estudo, tem-se o PL 4.961/2005, que pretende a modificação do inciso IX do artigo 10 da LPI para que se admita como invenção ou modelo de utilidade as substâncias ou materiais extraídos dos seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza ou isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural, obtidos ou isolados e que apresentem os requisitos previstos no artigo 8º da LPI.

Dessa forma, em se admitindo como **invenção** as substâncias ou materiais extraídos dos seres vivos, inclusive humanos, ainda que de forma isolada, seriam passíveis de serem

---

<sup>104</sup> Neste sentido a ADI 939, Relator Sydney Sanches, julgamento em 15 de dezembro de 1993, no Plenário e publicado no DJ em 18 de março de 1994: “Uma emenda constitucional emanada pelo constituinte derivado incidindo em violação à Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional, pelo STF, cuja função precípua é a guarda da Constituição”.

**patenteadas** (se também atendessem os requisitos do artigo 8º da LPI) e, portanto, **comercializadas**. Em sendo assim, se forem perpassadas as etapas de invenção e patenteabilidade, o gene humano (de forma isolada) poderia ser patenteado e, por fim, colocado no mercado.

Ora, a partir daí, poderia haver conflito da norma proposta com a Constituição de 1988, que inadmite a comercialização de sangue e derivados. É certo que o gene não se encontra somente no sangue (mas também), no entanto, quando a legislação aborda a palavra **derivados**, desperta a questão de que os outros elementos compostos do corpo humano da mesma forma seriam passíveis de proteção, assim como o sangue e, por isso, a percepção de que o gene seria equiparado a este último, protegido constitucionalmente da comercialização.

A proteção contra a comercialização dos genes sob este aspecto protege a dignidade da pessoa humana, no sentido de não tornar o ser humano, ou suas partes, como fonte de lucro.

Além desta questão constitucional direta, a própria Lei 9.434/97, ao proibir a comercialização de órgãos e tecidos humanos, encontra-se em consonância com a Lei Maior, tanto no que se refere à dignidade da pessoa humana, quanto com a proibição da comercialização de sangue e derivados. O que se observa, após análise da referida lei, é a preocupação em proteger o ser humano e seu corpo como asilo inviolável, independente da manifestação de vontade da própria pessoa. Ou seja, ainda que uma pessoa tenha interesse de vender ou colocar à venda órgãos ou parte de seu corpo, o ordenamento jurídico tanto federal quando constitucional vedaria.

Por isso a importância de se verificar que a apropriação das sequências de genes através do patenteamento provocaria dificuldades em universalizar o acesso, conferindo a poucos o direito de usufruir dos benefícios da patente e inviabilizando, ainda que num último momento (com a produção de medicamentos, acesso a diagnósticos e curas de doenças), o

acesso à saúde, que é direito inerente a todo ser humano e corolário da dignidade insculpida na Carta de 1988.

Fernández (2004) entende que o DNA do ser humano deve gozar da mesma proteção jurídica conferida a qualquer outro material biológico (células, tecidos ou órgãos que formem parte integridade corporal do ser humano) e, por fazer parte da estrutura corporal do sujeito, participa da dignidade própria do indivíduo. Não se trata somente de um suporte de aminoácidos, mas de um elemento portador de códigos que contêm informações específicas determinantes de cada ser humano. E estas informações devem ser protegidas juridicamente. Por isso a proteção à dignidade vinculada ao direito que envolve o ser humano e suas partes, visto que a pessoa humana engloba o corpo que é a forma ou potência de sua manifestação. É certo que a pessoa não é separada de seu corpo, além de também não ser somente o seu corpo; este é parte constitutiva da pessoa humana. Por isso que tanto o corpo quanto suas partes devem gozar de proteção como **alguém** e não como **algo** (pois a pessoa não **tem** um corpo, mas está em seu corpo).

E é neste entendimento que se exclui do âmbito mercantil quaisquer partes do corpo humano, sendo ilícito comerciar órgãos ou substâncias humanas.

É também o que entende o NUFFIELD COUNCIL ON BIOETHICS (2002), no item 3.7, ao justificar a não comercialização do corpo humano ou seus elementos e a impossibilidade de as pessoas serem donas umas das outras, o que ocorria no tempo da escravidão. Por analogia, ninguém poderia ser dono ou ter direito de propriedade sobre os genes de outrem, em conformidade com o artigo 5º, item 1<sup>105</sup>, da Diretiva 98/44, sendo, o homem, portanto, inalienável.

---

<sup>105</sup> Diretiva 98/44. “Artigo 5º. 1. O corpo humano, nos vários estádios da sua constituição e do seu desenvolvimento, bem como a simples descoberta de um dos seus elementos, incluindo a sequência ou a sequência parcial de um gene, não podem constituir invenções patenteáveis.”

Apesar desta interpretação, a referida Diretiva autoriza o patenteamento de elementos isolados do corpo humano, mesmo que sua estrutura seja idêntica à de um elemento natural (artigo 5º, item 2<sup>106</sup> da mesma Diretiva) e que no pedido haja indicação da função biológica de natureza técnica, de acordo com os Considerandos 22 e 23<sup>107</sup> (COMISSAO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998).

Esta exceção é de extrema importância, pois que as células do corpo são formadas por proteínas, as quais formam e dirigem a formação e o funcionamento do organismo (PEREIRA, 2001); e estas proteínas, por sua vez, desenvolvem-se a partir da informação levada pelos genes. Patentear genes ou sequências de genes, equivaleria a patentear a formação do organismo e o próprio organismo, por consequência.

Estas, portanto, são as questões entendidas como importantes para serem debatidas e observadas. O patenteamento de gene humano está sendo analisado por diversos países e sendo palco de discussões acadêmicas e jurídicas, tanto no tocante ao aspecto econômico, como pessoal, no sentido de proteção aos direitos personalíssimos. Assim, o patenteamento de gene, especialmente o humano, gera conflitos e divisões entre os mais diversos atores sociais. Uns entendem que são elementos químicos e que, por este motivo, poderiam ser apropriados; outros argumentam que apesar de químicos, os genes são parte do corpo (humano) e por isso seu estudo deve ser abordado de forma a respeitar a dignidade da pessoa humana.

---

<sup>106</sup> Diretiva 98/44. “Artigo 5º. 2. Qualquer elemento isolado do corpo humano ou produzido de outra forma por um processo técnico, incluindo a sequência ou a sequência parcial de um gene, pode constituir uma invenção patenteável, mesmo que a estrutura desse elemento seja idêntica à de um elemento natural.”

<sup>107</sup> Diretiva 98/44. “Considerando 22: Considerando que o debate sobre a patenteabilidade de sequências ou sequências parciais de genes é fonte de controvérsia; que, nos termos da presente diretiva, a concessão de uma patente a invenções que se relacionem com essas sequências ou sequências parciais deve obedecer aos mesmos critérios de patenteabilidade aplicados a todos os outros domínios tecnológicos: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial; que a aplicação industrial de uma sequência ou de uma sequência parcial deve ser exposta de forma concreta no pedido da patente tal como foi depositado;

Considerando 23: Considerando que uma mera sequência de DNA sem indicação de uma função biológica não contém quaisquer ensinamentos de natureza técnica, pelo que não poderá constituir uma invenção patenteável.” (COMISSAO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aperfeiçoamento de técnicas que envolvem organismos vivos para o fabrico de produtos com fins específicos e valor de mercado conduziu à promoção de técnicas capazes de isolar a região codificante do DNA e determinar a sequência de base que a compõe. O Projeto Genoma Humano, que teve como objetivo o mapeamento e sequenciamento dos genes da espécie humana, facilitou a criação de novas técnicas para prevenção, diagnósticos e tratamentos de doenças e é considerado um marco na história da biotecnologia moderna.

Importante observar que desde 1883, a Convenção da União de Paris, segundo Barbosa (2003), estabeleceu a não restrição à proteção imaterial das invenções biotecnológicas. Demais Tratados e Acordos posteriores determinaram regras mínimas de conduta entre os países signatários, dentre os quais se destaca o Acordo *TRIPS* cujas regras estabeleceram aspectos de direitos de propriedade intelectual afetos ao comércio internacional. Normatizaram, também, com o patenteamento de matéria viva, delimitando a proteção de patentes que as contenham (BARBOSA, 1995).

O Brasil buscou inserção no campo da propriedade intelectual dentro da economia mundial e, em 1996, ao publicar a nova lei que trata da propriedade industrial, estabeleceu critérios de patenteabilidade, seguindo as regras do Acordo *TRIPS*. No que pertine à matéria viva, o legislador pátrio, no artigo 10, inciso IX, não considerou invenção, e, portanto, impediu o patenteamento do todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais. Além disso, estabeleceu como não patenteável, no artigo 18, incisos I e III, as invenções contrárias à moral, aos bons

costumes e à segurança, ordem e saúde públicas e o todo ou parte dos seres vivos (BRASIL, 1996).

Como uma das finalidades pátrias da propriedade em geral (e, portanto, também da intelectual) é atingir a função social, a patente deve buscar o desenvolvimento tecnológico do país e o interesse da sociedade em geral e não somente de uma determinada classe. Neste sentido, a patente como forma de uso social da propriedade, segundo Barbosa (2003), deve estar limitada por uma função e existir enquanto socialmente útil.

E para que exerça esta função, primeiramente faz-se necessário verificar até que ponto o material biotecnológico caracteriza-se como simples descoberta ou invenção. Existem divergências nas legislações internas de cada país. A Diretiva Europeia 98/44, por exemplo, em seus artigos 3º, inciso II e 5º, inciso II, estabelece que um produto biotecnológico pode ser objeto de invenção, desde que **isolado** de seu ambiente natural ou produzido com base em um processo técnico, inclusive as sequências de genes humanos. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1998), enquanto que o Brasil impede tal patenteamento, como já analisado. Estes posicionamentos geram debates, já que alguns entendem tratar-se de ofensa à dignidade humana, à moral, à saúde pública, enquanto outros atribuem caráter objetivo por tratar-se de patenteamento de elemento químico.

Como os genes tornaram-se matéria-prima lucrativa, principalmente após o sequenciamento do genoma humano, ocorrido no final do século XX, as comunidades científicas imergiram no estudo acerca da descoberta de procedimentos diagnósticos, terapêuticos e curativos de doenças, como o câncer, por exemplo, responsável - dentre as doenças crônicas não transmissíveis - por um alto índice de mortes no mundo, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório (BRASIL, 2011a).

De acordo com a estimativa de um estudo realizado pelo INCA, em 2011, sobre a expectativa do índice de câncer no Brasil, nos anos de 2012 e 2013, concluiu-se pela possível ocorrência de 518.510 casos novos, incluindo os de pele não melanoma (BRASIL, 2011, b), o que demonstra um número significativo de pessoas com este mal e leva os estudiosos a preocuparem-se na busca do seu controle.

Se a mutação ocorrida nos genes pode provocar a progressão e crescimento desordenado das células, culminando com o surgimento do câncer, o sequenciamento destas pequenas regiões codificantes é realizado para descobrir se a desordem de algum sequenciamento de suas bases é responsável por este mal, e, a partir daí, buscar mecanismos de diagnóstico ou cura da doença, para correção das disfunções.

A prática do sequenciamento de genes já se tornou usual. No entanto, surgem discussões acerca da apropriação das informações nele contidas. A pesquisa do presente no trabalho demonstrou a estimativa de crescimento dos depósitos dos pedidos de patente contendo genes humanos nos escritórios europeu e americano, entre os anos 2000 e 2011, o que ratifica a procura pela apropriação destes materiais biológicos.

De acordo com o *TRIPS*, a delimitação da patenteabilidade de matéria viva está condicionada ao preenchimento dos requisitos da novidade, da atividade inventiva e da aplicação industrial, além dos critérios da moralidade, da ordem e saúde públicas. A Europa, através de sua Diretiva 98/44, admite o patenteamento de genes, desde que em sua forma isolada. Nos EUA, observa-se o debate acerca do tema que repercute ao mundo após a Cômite Suprema determinar que a Cômite de Recurso do Circuito Federal reavaliasse seu posicionamento tendo em agosto de 2012 aceitado a patenteabilidade do método criado pela empresa *Myriad Genetics Inc.* direcionado à comparação e análise das sequências gênicas e revogado a patenteabilidade ao método que impedisse a potencial terapia contra o câncer.

Decerto que a preocupação também gira em torno de conceder patente a uma determinada sequência de gene cuja proteína que sintetiza sequer é conhecida, o que poderia ocasionar entraves ao desenvolvimento científico e econômico devido ao pagamento de direito de uso aos que tiverem obtido a concessão da patente sem que para isso conheçam efetivamente a função que exerce. Essa dinâmica poderia suscitar uma tendência a apropriar-se de algo que não se sabe ao certo o que é ou não se sabe sua função somente para obter o título de proprietário e valer-se dele financeiramente, se porventura objeto patenteado for utilizado.

Apesar de o Brasil impedir o patenteamento de gene, ainda que isolado, em 2003, houve tentativa de mudança pelo então deputado Wilson Santos, ao propor o projeto de lei número 2.695, hoje arquivado, cujo objetivo era a mudança do inciso IX do artigo 10 da Lei 9.279/96, com a aceitação, no Brasil, do patenteamento de sequências totais ou parciais de DNA e materiais biológicos isolados de seu entorno natural ou obtidos por meios de procedimentos técnicos e aplicáveis industrialmente. Porém, poucos anos depois, em 2005, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame, através do projeto 4.961, ainda em trâmite na Câmara dos Deputados, ainda pretende a aprovação para que as substâncias ou materiais extraídos do todo ou parte dos seres vivos naturais e materiais biológicos, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural encontrado na natureza ou dela extraído, obtido ou isolado e que apresente os requisitos previstos no art. 8º da Lei 9.279/96 sejam considerados invenção. Estes são inegavelmente posicionamentos contrários ao do legislador de 1996 e tendenciosos a abrir o mercado brasileiro à competitividade do mercado internacional.

Se analisados os referidos projetos de lei com base na Carta Maior de 1988, pois que paradigma a toda norma que lhe seja hierarquicamente inferior, patentear gene humano, ainda que de forma isolada, poderia ferir o princípio da dignidade da pessoa humana, inserto



principalmente no artigo 1º, inciso III da CR/88. Este princípio que fundamenta o Estado Democrático de Direito está presente, ainda que de forma tácita, em diversos artigos da Carta, e procura fazer do homem um meio para se chegar a determinado fim e não um fim em si mesmo (KANT, 1980).

Isso porque patentear gene humano significa a intenção de levá-lo ao mercado e, para garantia da função social da propriedade, comercializá-lo. Ora, se a CR/88 além de proteger a dignidade da pessoa humana e a saúde humana em diversos de seus artigos, garante, ainda, o impedimento da comercialização de sangue e derivados, de acordo com o §4º do artigo 199, aprovar a mudança legal, geraria um risco de que referida lei passasse pelo crivo do controle de constitucionalidade preventivo ou, numa última análise, repressivo.

Um dos fundamentos seria a proteção ao princípio da dignidade da pessoa humana, não permitindo que o ser humano seja utilizado como meio ou objeto para se atingir a um determinado fim, mas também a preocupação com a universalidade do acesso à saúde, garantida também pela Carta Maior, uma vez que o diagnóstico e cura de doenças deve ser acessível a todos.

Ora, se o ser humano deve ser protegido, Fernández (2004) descreve e entende que o seu DNA deve gozar da mesma proteção jurídica conferida a qualquer outro material biológico (células, tecidos ou órgãos que formem parte integridade corporal do ser humano) e, por fazer parte da estrutura corporal do sujeito, participa da dignidade própria do indivíduo. Desta forma, segundo ele, não se trata somente de um suporte de aminoácidos, mas de um elemento portador de códigos que contém informações específicas determinantes de cada ser humano, que devem ser protegidas pelo Estado.

É por isso que o mesmo autor infere a necessidade de proteger-se a dignidade vinculada ao ser humano e suas partes, uma vez que a pessoa humana engloba o corpo que é a

forma ou potência de sua manifestação. É certo que a pessoa não é separada de seu corpo, além de também não ser somente o seu corpo; este é parte constitutiva da pessoa humana. Por isso que tanto o corpo quanto suas partes devem gozar de proteção como **alguém** e não como **algo** (pois a pessoa não **tem** um corpo, mas está em seu corpo).

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERTS, Bruce; JOHNSON, Alexander; LEWIS, Julian, RAFF; Martin; ROBERTS Keith; WALTER, Peter. **Biologia molecular da célula**; trad. Ana Beatriz Gorini da Veiga et. al.- 4<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ARAÚJO, Telga de. Função Social da Propriedade. In: FRANCA, R. Limongi (coord.) **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977.

AURORA, A. GAMBARDILLA, A. Complementarity and external linkages: the strategies of the large firms in biotechnology. **The journal of industrial economics**, v.38, n.4, p. 361-379, 1990.

BAQUERO, Pablo. Propriedade Intelectual em Questão: entre a ética e o utilitarismo. O caso da patenteabilidade dos genes humanos. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n.7, p.145-175, 2008.

BARBOSA, Denis Borges. **Biotecnologia e propriedade intelectual**, 2002. Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/81.doc>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **Biotecnologia e propriedade industrial**. Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/propriedade/80.doc>>, 1995. Acesso em: 03 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **Direito constitucional da propriedade intelectual**. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/paginas/apostilas/apostilas.html#uerj>>, 2002b. Acesso em: 11 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **Patentes de invenção- licenças compulsórias**. Disponível em: <[denisbarbosa.addr.com/101.rtf](http://denisbarbosa.addr.com/101.rtf)>, 2002a. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual. Biotecnologia e propriedade intelectual, know how e segredos industriais. Anotações à Lei 9.456, de 25 de abril de 1997 (Lei de Proteção a Cultivares)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998;

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: Lumen Iures, 2003.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **Valor político e social da patente de invenção**. Anais do III Encontro de Propriedade Intelectual e comercial de tecnologia, Rio de Janeiro, 24 a 26 julho 2000. Disponível em: <[denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/economia/39.rtf](http://denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/economia/39.rtf)>. Acesso em: 11 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. In: DIAFÉRIA, Adriana. **Patente de genes humanos e a tutela dos interesses difusos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

\_\_\_\_\_. Denis Borges. **O acordo Trips da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <[denisbarbosa.addr.com/65.rtf](http://denisbarbosa.addr.com/65.rtf)>, sd. Acesso em: 29 set. 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2 ed., 2007)

BASSO, Maristela. **Propriedade Intelectual na era pós-OMC**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

BASTOS, Aurélio Wander. **Dicionário brasileiro de propriedade industrial e assuntos conexos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

BERGEL, Salvador Dario. Patentes de Genes: Implicancias Éticas Y Jurídicas, **Revista Bioética**, vol. 5, n.2, 1997. Disponível em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/viewArticle/387](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewArticle/387). Acesso em: 13 out 2012.

BERLINGUER, Giovanni; GARRAFA, Volnei. **O mercado humano**. Tradução de: La mercê finale. Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1997.

BOFF, Salete Oro. **Patentes na biotecnologia- invenção versus descoberta in Direito da Propriedade Intelectual**. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 25 de setembro de 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 25 mai 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 02 maio 2012.

BRASIL. **Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994**. Promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm)>. Acesso em: 15 set. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 2.519**, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica assinada no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2012.

BRASIL. **Decreto nº. 81.742**, de 31 de maio de 1978. Promulga o Tratado de Cooperação em Matéria de Patente.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, 03 de junho de 1993, p. 11578.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Seção II, 17 de fevereiro de 1995.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Ações Estratégicas, Coordenação de Prevenção e Vigilância**. Rio de Janeiro: Inca, 2011b. Disponível em <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2012/estimativa20122111.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.** Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9456.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9456.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997.** Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9434.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9434.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001.** Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10205.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10205.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Estimativa 2010: incidência de câncer no Brasil/ Instituto Nacional de Câncer.** Rio de Janeiro: INCA, 2009. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br/estimativa/2010/estimativa20091201.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **A situação do câncer no Brasil.** Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Custo de tratamento do câncer aumentará oito vezes nos próximos dois anos e sairá sete vezes mais caro que ações de prevenção,** 2007. Disponível em: <[http://www.inca.gov.br/releases/press\\_real.se.view\\_.asp?ID=1600](http://www.inca.gov.br/releases/press_real.se.view_.asp?ID=1600)>. Acesso em 03 ago 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**, Brasília: Ministério da Saúde, 2011a. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha\\_plano.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_plano.pdf). Acesso em: 08 jul. 2012.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.695, de 09 de dezembro de 2003**. Dá nova redação ao inciso IX do art. 10 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=147657>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.961, de 29 de março de 2005**. Altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Estabelece que as substâncias ou materiais extraídos de seres vivos naturais e materiais biológicos serão considerados invenção ou modelo de utilidade, podendo ser patenteados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=279651>>. Acesso em: 07 ago. 2011

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Ação **Direta de Inconstitucionalidade**, n. 2.213/2000, MC. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&sl=2213&processo=2213>>. Acesso: 12 mar. 2011.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **Clonagem humana: algumas premissas para o debate jurídico**. 2003. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/clobrau.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRODY, D. E; BRODY, A.R. **As sete maiores descobertas científicas da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BUNDERS, J., In Haverkort, W; Hiemstra, W. **Biotechnology: Building on farmer's knowledge**. Macmillan Education, Ltd, 1996.

BULUS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 2001.

CAMARGO, Marcelo Novelino. O conteúdo jurídico da dignidade da pessoa humana. In: CAMARGO, Marcelo Novelino (org.). *Leituras complementares do Direito Constitucional: Direitos Fundamentais*. 2ª ed, Salvador: **Juspodivm**, p. 113-35, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4. ed, Coimbra: Almedina, 2000.

CARBORE, Julia; GOLD, E Richard; SAMPAT, Bhaven; CHANDRASEKHARAN, Subhashini; KNOWLES, Lori; ANGRIST, Misha; DEEGAN, Robert Cook. DNA patents and diagnostics: not a pretty picture. **Nature Biotechnology**, vol. 28, nº 8, ago. 2010. Disponível em: <[http://www.nature.com/nbt/journal/v28/n8/full/nbt0810-784.html?type=access\\_denied](http://www.nature.com/nbt/journal/v28/n8/full/nbt0810-784.html?type=access_denied)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito constitucional didático**. 7.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CARVALHO, A.P Biotecnologia. In. SCHWARTZMAN, S. **Ciência e Tecnologia no Brasil: capacitação brasileira para a pesquisa tecnológica e científica**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CASABONA, Carlos María Romeo. **Do gene ao direito: sobre as implicações jurídicas do conhecimento e intervenção no genoma humano**. São Paulo: IBCCrim, 1999.

CAUKFIELD, Timothy; GOLD, E. Richard; CHO, Mildred K. Patenting human genetic material: refocusing the debate. **Nat Rev Genet**, December, 1 (3):227-231.

CHACKABART A., **Microorganisms having multiple compatible degradative energy-generating plasmids and preparation thereof**. Patente nº4,259,444. USPTO, 1981. Disponível em: <<http://patft.uspto.gov/netacgi/nph-Parser?Sect1=PTO1&Sect2=HITOFF&d=PALL&p=1&u=%2Fnethtml%2FPTO%2Fsrchnu.htm&r=1&f=G&l=50&s1=4259444.PN.&OS=PN/4259444&RS=PN/4259444>> Acesso em: 29 set. 2012.

CYRANOSKI, David. The sequence factory. **Nature**, vol.464, 4 mar. 2010.

COMISSAO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Diretiva 98/44/CE**. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=226524:cs&lang=pt&list=236984:cs,330258:cs,226524:cs,2185>>



42:cs,344391:cs,172971:cs,161261:cs,&pos=3&page=2&nbl=17&pgs=10&hwords=44~&checktext=checkbox&visu=#texte>. Acesso em: 22 jun. 2011.

CORREA, Carlos M. **Propriedade intelectual e saúde pública**. Tradução: Fabíola Wüst Zibetti; Revisão técnica Carolina Pancotto Boher Munhoz. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

CRUZ da, Lilian Ane Cavaliere. **O Regime Global da Propriedade Intelectual e a questão do desenvolvimento: o poder dos países em desenvolvimento no campo multilateral**. Dissertação de Mestrado em filosofia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP, agosto de 2008.

DAL POZ, Maria Ester Soares. **Redes de inovação em biotecnologia: genômica e direitos de propriedade industrial**. Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, Campinas, agosto, 2006.

DAVIES, Kevin. **Decifrando o genoma: A corrida para desvendar o DNA humano**. Tradução de Rosaura Eicheberg; revisão técnica Diogo Meyer. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

DE ROBERTIS, Eduardo D.P. **Biologia celular e molecular**. Tradução: Antonio Francisco Dieb Paulo, João Gabriel Garcia Alves, Juvenal Guimarães e Ricardo Ilerusalimschy. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2003.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Propriedade Intelectual: A tutela jurídica da biotecnologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

DEL NERO, Patrícia Aurélia. **Biotecnologia. Análise crítica do marco jurídico regulatório**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DIAFÉRIA, Adriana. **Patente de genes humanos e a tutela dos interesses difusos. O direito ao progresso econômico, científico e tecnológico**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

DOMINGUES, Douglas Daniel. **Direito industrial - patentes**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

Editorial Nature Biotechnology. Sitting up and taking notice nature biotechnology. **Nature Biotechnology**, vol. 28 n° 5, p. 381, maio, 2010.

FAGUNDES JÚNIOR, J. C. P. Limites da ciência e o respeito à dignidade humana. In: SANTOS, M. C. C. L. (org.). **Biodireito: ciência da vida, os novos desafios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FARIA, José Eduardo. **A constituinte e suas condições de eficácia**. In: A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: UnB, 1988.

FEDERAL REGISTER, Vol. 66, nº4. Friday, January 5, 2001. Disponível em: <<http://www.uspto.gov/web/offices/com/sol/notices/utilexmguide.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2012.

FERNÁNDEZ, Pedro Talavera. Patentes sobre genes humanos: entre el derecho, el mercado y La ética. **Revista Cuadernos de Bioética**, vol.15, n.54, p.213-256, mai-ago. Valencia: 2004. Disponível em: <[http://garritz.com/andoni\\_garritz\\_ruiz/documentos/Lecturas.CS.%20Garritz/PGH.Bioetica/Patente.genes.humanos.pdf](http://garritz.com/andoni_garritz_ruiz/documentos/Lecturas.CS.%20Garritz/PGH.Bioetica/Patente.genes.humanos.pdf)>. Acesso em: 07 out 2011.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Propriedade Industrial e defesa da concorrência**. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; HUCK, Hermes Marcelo; CASELLA, Paulo Barbosa (Orgs). **Direito e comércio internacional: tendências e perspectivas**. São Paulo: LTr, 1994.

FERREIRA, Waldemar. **Tratado de direito comercial**. Volume 6. São Paulo: Saraiva, 1962.

FIOCRUZ. Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Situação do câncer no Brasil: Um balanço da doença que a globalização expandiu. **Revista RADIS**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 8-17, 2006.

FORTES, Maria Hercília Paim; LAGE, Celso Luiz Salgueiro. Depósitos nacionais de patentes em biotecnologia, subclasse C12N, no Brasil de 1998 a 2000. **Biotemas**, 19 (1): 7-12, março de 2006. Disponível em: <http://www.biotemas.ufsc.br/volumes/pdf/volume191/p7a12.pdf>. Acesso: 03 mar. 2012.

FURTADO, Lucas Rocha. **Sistema de propriedade industrial no direito brasileiro: comentários à nova legislação sobre marcas e patentes: lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.

GATTI, Edmundo. **El cuerpo humano, el cadáver y los derechos reales**, Revista La Ley, T. 1977-C, Seção Doutrina, Buenos Aires, 1977.

GOLD, Richard, CAULFIELD, Timothy A., RAY, Peter N. Gene patents and the standard of care. **Jamc**. 6 out, 2002, vol.167, nº3. Disponível em:

<[www.canadianmedicaljournal.ca/content/167/3/256.full.pdf=html](http://www.canadianmedicaljournal.ca/content/167/3/256.full.pdf=html)>. Acesso em: 10 ago 2012.

GOLDSTEIM, Daniel. Entrevista apresentada em: Biotecnologias de terceira geração. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos** (online), Rio de Janeiro, 1995, v. 1, n. 2, pp. 101-106. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701995000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 set. 2012.

GUARACY, B.E.A. **Organização Mundial do Comércio. Possibilidades e Limites** (2003). Disponível em [http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20060515182155.pdf?PHPSESSID=ae17a53dcea284c6387e9c36770a3d99](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060515182155.pdf?PHPSESSID=ae17a53dcea284c6387e9c36770a3d99). Acesso em: 4 nov. de 2010.

HESSE, Carla. The rise of intellectual property, 700 B.C. – A.D. 2000: an idea in the balance **Daedalus Journal of the American Academy of Arts & Sciences**. Spring, 2002.

HOFFENBERG, Howard Leslie. Will the patentability of genes survive? **Nature Biotechnology**, vol. 28, nº9, set. 2010. Disponível em: <<http://www.nature.com/nbt/journal/v28/n9/abs/nbt0910-925.html>>. Acesso em: 13 set 2011.

PRADA, Juan Luis Iglesias. **La protección jurídica de los descubrimientos genéticos y el protecto genoma humano**. Madrid: Ed.Civitas, 1995.

JANNUZZI, Anna Haydée Lanzillotti; AMORIM, Rita de Cássia Rocha; SOUZA, Cristina Gomes de; NEVES, Antônio Maurício Castanheira. Recuperação da informação tecnológica: a questão do indexador na classificação internacional de patentes. **XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005**. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2005\\_Enegep0904\\_1534.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2005_Enegep0904_1534.pdf); Acesso em 03 out. 2011.

JORGE, Nuno Batista. **Elementos históricos que conduziram à OMC (2003)**. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/89651843/0-Elementos-que-Conduziram-a-Criacao-da-OMC>>. Acesso em: 22 de set. de 2012.

KANT, Immanuel **Fundamentos da metafísica dos costumes**. In: Os pensadores – Kant (II), tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KIMURA, Edna T.; BAÍA, Gilson S. Rede Onsa e o Projeto Genoma humano do câncer: contribuição ao genoma humano. **Arq. Bras. Endocrinol Metab** vol 46, n.4, agosto de 2002.

LACERDA, Nizete. **Patenteamento de material genético humano**. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de. Biodireito. Coordenadora. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

LEITE, Rita de Cassia Curvo. **Transplantes de órgãos e tecidos e os direitos da personalidade**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 10.ed. São Paulo: Método, 2006.

LIEDKE, Mônica Souza. **Proteção do genoma humano e socioambientalismo: aspectos bioéticos e jurídicos**. Dissertação de mestrado em direito- Universidade de Caxias do Sul, 2009. Disponível em: < [http://tede.ucs.br/tde\\_arquivos/2/TDE-2010-01-25T131147Z-335/Publico/Dissertacao%20Monica%20Souza%20Liedke.pdf](http://tede.ucs.br/tde_arquivos/2/TDE-2010-01-25T131147Z-335/Publico/Dissertacao%20Monica%20Souza%20Liedke.pdf)> . Acesso em: 23 fev. 2011.

MACEDO, M.F.G; MULLER, A.C.A; MOREIRA, A.C. **Patenteamento em biotecnologia: um guia prático para os elaboradores de pedidos de patente**. Brasília: Embrapa, 2001.

MACHADO HORTA, Raul. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MARQUES, João Paulo Remédio. **Patentes de genes humanos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**, 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MATIAS, João Luis Nogueira; ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro. **Repensando o Direito de Propriedade**. Disponível em: < [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/reconst\\_da\\_dogmatica\\_joao\\_luis\\_matias\\_e\\_afonso\\_rocha.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/reconst_da_dogmatica_joao_luis_matias_e_afonso_rocha.pdf)> . Acesso em: 25 março 2013.

MAY, Christopher. **A global political economy of intellectual property rights: the new enclosures?** London and New York: Routledge, 2000.



MYSZCZUK, Ana Paula. **Genoma humano: limites jurídicos à sua manipulação**. Curitiba: Juruá, 2008.

\_\_\_\_\_. Ana Paula; MEIRELLES, Jussara Maria Leal. Bioethics, Biolaw, (Bio) Constitutional interpretation and Biopatents under the light of Brazilian Law. **Revista de Derecho y Genoma Humano**, n. 33, p. 65 – 91, 2010.

\_\_\_\_\_. Ana Paula. **Biopatentes, desenvolvimento e sociedade: da patenteabilidade de genes humanos**. Tese de doutorado em direito da PUC do Paraná, Curitiba, 2012.

NUFFIELD COUNCIL ON BIOETHICS. **The ethics of patenting DNA: A discussion paper**. London: Nuffield Council on Bioethics, 2002. Disponível em: <<http://www.nuffieldbioethics.org/sites/default/files/The%20ethics%20of%20patenting%20DNA%20a%20discussion%20paper.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2011.

OLIVEIRA, Claudia Assis de. Ensino de biotecnologia. **Proposta de atividades na área de química**. Dissertação de mestrado em biotecnologia- Universidade de Mogi das Cruzes 2010. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp/38556pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp/38556pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2010.

WIPO. WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI). **What is Intellectual Property**. [Genebra]: WIPO. Disponível em: <<http://www.wipo.int/about-ip/en/>>. Acesso em: 10 out. 2012.

OSELKA, Gabriel Wolf; OLIVEIRA, Reinaldo Ayer. Doente terminal. Destino pré embriões. Clonagem. Meio Ambiente, **Caderno de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo**, 2005.

OLIVEIRA, Claudia Assis de. Ensino de biotecnologia. **Proposta de atividades na área de química**. Dissertação de mestrado em biotecnologia- Universidade de Mogi das Cruzes 2010. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp/38556pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp/38556pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2010.

PARANAGUÁ, Pedro; REIS, Renata. **Patentes e criações industriais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2755/Patentes%20e%20cria%203%a7%20c3%b5es\\_net.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2755/Patentes%20e%20cria%203%a7%20c3%b5es_net.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 07 ago. 2011.

PEREIRA, Marcos Roberto. **A possibilidade e a necessidade de resgate da perspectiva ético-científica**. In: SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite (org.). *Biodireito: ciência da vida, os novos desafios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PENROSE, Edith T. **La Economia del Sistema Internacional de Patentes**. México D.F.: Siglo Vintuno Editores, 1974.

PEREIRA, Lygia da Veiga. **Sequenciaram o Genoma Humano... e agora?** São Paulo: Ed. Moderna, 2001.

PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Fundamentos da Bioética**. Paulus, 1996.

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Direito industrial: as funções do direito de patentes**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. 4.ed. São Paulo: RT, 1983.

PORTELLA, Ana Carolina Lamego Balbino. A função social e a propriedade industrial. **Revista de Direito da ADVOCEF**, ano II, nº 3, ago. 2006.

RÊGO, Elba Cristina Lima. **Do Gatt à OMC: O que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral do comércio**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7123103/Do-GATT-a-OMC>>. Acesso em: 22 set. 2012.

ROCHA, Anderson de Rezende; CARVALHO, Adriano Arlei de; REZENDE, Antonio Galvão de; ALVES, Júlio César. **Computação baseada em DNA**. Disponível em: <<http://www.ic.unicamp.br/~rocha/college/src/dnaComputing.pdf>>, 2003. Acesso em: 03 out. 2011.

SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Biodireito**. Coordenadora. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SÁLVI, Maurizio. Transforming animal species: the case of 'oncomouse'. **Science and Engineering Ethics**, vol. 7, Issue 1, 2001. Disponível em:

<<http://www.springerlink.com/content/86173422924127u3/fulltext.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Invenção, descoberta e dignidade humana. In: Carneiro F. & Emerick (Orgs) **Limite- A ética e o debate jurídico sobre o acesso e uso do genoma humano**, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. **Revolução científico-tecnológica e acumulação de capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2005.

\_\_\_\_\_. Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SENNES, Ricardo. **Inovação no Brasil: políticas públicas e estratégias empresariais**. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Brazil Institute. Disponível em: <<http://www.interfarma.org.br/site2/images/Site%20Interfarma/Informacoesdosetor/Publicacoes/ProspectivainovacaoEstrategiasPublicasePrivadas.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2011.

SERAFINI, L.A., BARROS, N.M, AZEVEDO, J.L. **Biotecnologia: avanços na agricultura e na agroindústria**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, v. 212, p. 84-94, abr./jun. 1998.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVEIRA, J.M.J; FUTINO , A.M.; OLALDE , A.R. Biotecnologia: Corporações, financiamento da inovação e novas formas organizacionais. **Revista Economia e Sociedade** n.18. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.



SILVEIRA, José Maria F. J. da; DAL POZ, Maria Ester; FONSECA, Maria da Graça D.; BORGES, Izaias C.; MELO, Marcelo Francisco. **Evolução recente da biotecnologia no Brasil**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 114, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto114.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

SILVEIRA, Newton. **A propriedade intelectual e a nova lei de propriedade industrial**. São Paulo: RT, 2000.

SOARES, José Carlos Tinoco. **Tratado da propriedade industrial: patentes e seus sucedâneos**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998.

SOARES, Guido F.S. **O tratamento da propriedade intelectual no sistema da organização mundial do comércio: uma descrição geral do acordo TRIPS**. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.) *Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio?: a OMC e o Brasil*. São Paulo: Ltr, 1998.

UCHÔA, Nathaly Nunes. **O cenário das atividades de ciência e tecnologia em genômica no Brasil e a perspectiva de alteração na lei de propriedade industrial**. Tese de doutorado em biotecnologia vegetal da UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 2009.

ULHÔA COELHO, Fábio. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2002.

UNESCO. **Declaração universal sobre o genoma humano e dos direitos humanos**. 29ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, de 21 de outubro a 12 de novembro de 1997. Disponível em: <[http://www.ghente.org/doc\\_juridicos/dechumana.htm](http://www.ghente.org/doc_juridicos/dechumana.htm)>. Acesso em 03 fev. 2011.

VASCONCELLOS, A. G.; Silva, R. G. M.; Esquibel, M. A.; Lage, C. L. S. 2001. Importância da capacitação de pesquisadores nacionais em propriedade industrial para utilização e proteção adequada dos recursos da biodiversidade brasileira. **Reunião Especial da SBPC, VII**, Manaus, Brasil, CD Rom.

VASCONCELLOS, Alexandre Guimarães. **Propriedade Intelectual dos conhecimentos associados à biodiversidade, com ênfase nos derivados de plantas medicinais- desafio para inovação biotecnológica no Brasil**. Tese de Doutorado do programa de pós- graduação em biotecnologia vegetal da UFRJ para a obtenção d grau de doutor em biotecnologia vegetal. Rio de Janeiro, 2003.

VAZ, Isabel. **Direito econômico das propriedades**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

VENTER, Craig et. al. The sequence of human genome. **Science**, v.291, 2001. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/291/5507/1304>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

WOLFF, Maria Thereza. Matéria óbvia e suficiência descritiva em invenções biotecnológicas. **Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual**. São Paulo, n.26, p.25-6, jan-fev, 1997.

WOLFF, Maria Thereza. Opinião - Os centros depositários de microorganismos. **Valor Econômico**. Resenha eletrônica, 2006. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=29773>>.

Acesso em: 25 set. 2012.

**ANEXO 1**

Projeto de Lei nº 824-C, de 1991 (do Poder Executivo)

— Nêto do Conto — Maurício Campos — Félix Mendonça — Adylson Motta — Zuca Moreira — Nelson Morro — Ronaldo Caiado — Olavo Calheiros — Reditário Cassol — Maurício Calixto — João Alves — José Carlos Sabóia — Jones Santos Neves — Annibal Teixeira — José Dutra — Átila Lins — Fernando Freire — Nobel Moura — Fábio Meirelles — Pratini de Moraes — Fernando Diniz — Antônio Morimoto — Fátima Pelaes — Joaquim Sucena — Luís Roberto Ponte — Mussa Demes — Armando Pinheiro — Paulo Romano — Jorge Khoury — Waldir Guerra — Vivaldo Barbosa — Osmário Pereira — Wilson Campos — Edésio Frias — Dércio Knop — Beto Mansur — Laerte Bastos — Marino Clinger — Aldo Pinto — Clóvis Assis — Amaury Müller — Wilson Müller — Paulo Portugal — Márcia Cibília Viana — Liberato Caboclo — Edson Silva — Junot Abi-Ramla — Eduardo Mascarenhas — Eden Pedroso — Valdomiro Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) — Trata-se de um acordo dos líderes para votar a urgência. Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) — Sobre a mesa requerimento nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicitamos a retirada dos itens 2, 3, 4 e 5 da pauta de hoje. Sala das Sessões, 2 de junho de 1993.”

Assina Roberto Freire, Líder do Governo.  
Em votação o requerimento. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) — Vou submeter a votos o seguinte:

RECURSO Nº 106, DE 1993

(Contra Decisão Conclusiva de Comissão)  
(Do Sr. Fernando Carrion e outros)

Senhor Presidente

O Deputado abaixo-assinado, com base no art. 132, § 2º, do Regimento Interno, recorre ao Plenário contra a rejeição do Projeto de Lei nº 2.536/92, que “dispõe sobre a redução de alíquotas e de impostos incidentes sobre veículos automotores”, pelas seguintes razões:

a) permitir atender à faixa de poder aquisitivo médio da população;

b) como consequência, forçar a indústria automotora nacional a praticar preços mais acessíveis à população, diminuindo seus exagerados lucros.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) — Com a palavra os Srs. Líderes para encaminharem.

**O SR. JOSÉ ABRÃO** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, levando em consideração a posição da Comissão de Finanças e a política adotada pelo Governo após a proposição original, o PSDB vota pela rejeição do recurso.

**O SR. EDÉSIO PASSOS** (PT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota pela rejeição do recurso também.

**O SR. GERMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB é pela rejeição do recurso.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco Parlamentar — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB apóia o recurso.

**O SR. NEY LOPES** (Bloco Parlamentar — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco vota “sim”.

**O SR. CARLOS LUPI** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) — Os Srs. Líderes encaminharam a matéria, mas o Plenário é quem vota.

Em votação o recurso.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Os que são contrários levantem os braços. (Pausa.)

Vamos fazer o contrário: os que aprovam o requerimento levantem os braços. Os que são contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) —

— 1 —

PROJETO DE LEI Nº 824-C, DE 1991  
(Do Poder Executivo)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 824-B, de 1991, que regula direito e obrigações relativos à propriedade industrial; tendo parecer da Comissão Especial, ao projeto e às emendas, pela aprovação, com Substitutivo (Relator: Sr. Ney Lopes).

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) — Passa-se à votação dos destaques. Antes, esta Presidência informa que recebeu comunicação dos Srs. Líderes de um acordo geral sobre este projeto.

Concedo a palavra ao ilustre Relator Ney Lopes.

**O SR. NEY LOPES** (Bloco Parlamentar — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados conforme já anunciado por essa Presidência, houve um entendimento no sentido da apreciação, por esta Relatoria, dos destaques das emendas oferecidas em bloco. Apreciando, Sr. Presidente, as 144 emendas em tramitação, os destaques apresentados, chegamos à conclusão de que o entendimento ocorrido para a votação do substitutivo já abrange todas as questões objeto desse destaque.

Por outro lado, Sr. Presidente, também no mérito chegaram a Comissão e as Lideranças a um acordo para a elaboração do texto do substitutivo, reservando-se aos discordantes o oferecimento de destaques de plenário. Porém, em nome do entendimento, e para evitar a procrastinação de uma matéria de tamanha relevância para o País, que deve ser submetida à apreciação do Senado Federal, também esse ponto foi acordado pelas lideranças, no sentido de que esses destaques não fossem apresentados.

Dessa forma, Sr. Presidente, o nosso parecer é contrário ao acolhimento das emendas dos destaques referenciados, mantido assim o texto substitutivo e a emenda aglutinativa, já aprovados em sessão anterior.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O Sr. Nelson Marquizezelli** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco Parlamentar — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, falo em nome do PTB. O meu partido não aceitou esse acordo. O acordo feito foi o de que votaríamos o projeto e de que viriam à votação, no plenário, três destaques. O destaque da retaliação é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Nobre Deputado, a Presidência informa que, da maneira como foi feito o acordo, a emenda aglutinativa de V. Exª será submetida à votação. Então, V. Exª se priva de fazer um protesto contra os Srs. Líderes, está certo? O acordo foi para rejeitar todos os destaques e para manter o texto básico.

**O Sr. Vivaldo Barbosa** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. VIVALDO BARBOSA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desse acordo não participaram todas as Lideranças. O acordo feito por todas as Lideranças, em reunião realizada para esse fim, foi o de se votar a emenda aglutinativa, com exceção de três destaques, que seriam votados de maneira separada.

Reivindicamos o cumprimento desse acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — V. Exª tem razão. Recebi, agora, a comunicação. Estamos formalizando esses três destaques. Devem ser votados a emenda aglutinativa e os três destaques. V. Exª tem toda a razão, e vamos rejeitar os demais, em bloco. Quero também dizer ao Plenário que esta Presidência foi informada agora dessa decisão dos Srs. Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Atenção! A Presidência tem uma comunicação importante a fazer ao Plenário: em reunião realizada hoje, o Presidente da Câmara dos Deputados entrou em acordo com o ilustre Presidente do Senado Federal, no sentido de que vamos ter o recesso do mês de julho. (Palmas.)

Faz três anos que a Câmara dos Deputados não tem recesso. E, como em dezembro, janeiro e fevereiro do próximo ano possivelmente não teremos recesso, esta seria a última oportunidade de os Srs. Parlamentares visitarem suas bases eleitorais.

Então, o Presidente combinou com o Presidente do Senado que em julho vamos ter recesso. Para isso é preciso que trabalhe mais ainda. É preciso que a Comissão de Orçamento, a ser instalada possivelmente amanhã, vote a LDO até o dia 30 de junho próximo, e que votemos todas as matérias pendentes.

Gostaria de dizer também à Casa que, pela primeira vez na história da Câmara, sobre a mesa não existe nenhum projeto. A Presidência limpou toda a pauta. Temos agora os projetos do plano de do Governo e alguns projetos que estão chegando dos órgãos técnicos da casa. Mas, graças a Deus, a Câmara cumpriu o seu papel. Gostaria, nesta hora, de agradecer aos nobres pares a sua maneira de se conduzirem e o seu comparecimento. Numa terça-feira, como ontem, tivemos mais de 420 Srs. Deputados na casa.

Temos tido, em todas as terças, quartas e quintas-feiras, *quoruns* altos, e assim temos podido decidir matérias impor-

tantes. Podemos realizar esse trabalho, graças, sobretudo, ao esforço desenvolvido pelos Srs. Deputados.

A presidência agradece aos Srs. Deputados, que cumpriram rigorosamente o seu dever perante o País num momento de alta conturbação da vida nacional. Portanto, a Presidência sente-se feliz por dirigir uma casa composta de homens públicos dessa natureza.

**O Sr. Ney Lopes** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. NEY LOPES** (Bloco Parlamentar — RN. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o parecer que proferi há pouco abrange a apreciação em bloco das emendas em tramitação.

Acredito que V. Exª cometeu um equívoco. O acordo havido com a maioria dos partidos — não com a unanimidade deles — foi no sentido de que nos despojássemos de quaisquer vaidades ou posições sectárias e votássemos em bloco, em defesa do interesse do País, todas as emendas, sem nenhum destaque. Porém, regimentalmente, se algum partido deseja apresentar o requerimento para o destaque, *data venia* de V. Exª, deve fazê-lo. Vamos votar o requerimento. Se não lograr êxito, apreciaremos as emendas em bloco.

É esse o entendimento do parecer e das conversações havidas com a maioria dos partidos desta casa.

**O Sr. Luiz Salomão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUIZ SALOMÃO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, consideramos que a proposta do nobre relator, Deputado Ney Lopes, tem fundamento e procedência. Mas gostaria de recordar que, pelo menos em relação a quatro pontos firmados na mesa de negociação, não temos como recuar.

O primeiro ponto diz respeito ao prazo de vigência das patentes; o segundo, ao prazo de carência para a entrada em vigor da lei; o terceiro, à emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural, que não pertence a nenhum partido isoladamente, sendo defendida por representantes de todos os partidos, inclusive o PFL, do nobre relator Ney Lopes; e o quarto ponto, à emenda da contra-retaliação. Portanto, o PDT considera indispensáveis serem votados estes quatro pontos, coerentes com o acordo que celebramos na sessão de negociação no colégio de líderes.

Sr. presidente, acolhemos a proposta do Deputado Ney Lopes de retirar todos os demais destaques relativos ao texto, disputando no voto esses quatro pontos a que me referi: o prazo de vigência das patentes, o prazo de carência para entrada em vigor da lei, a emenda da contra-retaliação e a da comissão de agricultura, porque não posso responder pelos membros da comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco e do PFL, ilustre Deputado Luís Eduardo.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na verdade, estou votando essa matéria muito a contragosto. Quero deixar mais uma vez assinalada a posição do meu partido. A minha posição

continua em defesa do substitutivo inicial do Deputado Ney Lopes, muito mais amplo e completo. Na medida em que se evolui para um acordo, que os deputados querem votar os seus destaques individualmente e não aceitam que o partido da frente liberal vote os seus, não me resta outra posição a não ser ficar contra.

O meu partido votará contra os requerimentos de destaques porque, na verdade, achamos que o texto, como está, não atende às necessidades do País. Estamos transigindo para que a matéria vá ao Senado Federal e volte, para que possamos estabelecer uma nova discussão. Entretanto, com a insistência de se votar mais quatro ou cinco destaques, ou terei que ficar contra todos eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Com a palavra o ilustre Deputado Germano Rigotto, líder do PMDB.

**O SR. GEMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tentando preservar o acordo hoje feito, em que os Srs. Líderes que participaram dessa negociação cederam muito em suas posições e tentaram chegar a um entendimento agora à tarde, nós vamos votar, para possibilitar o entendimento, contra os destaques, exatamente na linha do que foi acertado nesta manhã.

Votaremos contra os destaques, Sr. Presidente.

**O Sr. João Teixeira** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — tem a palavra o nobre Deputado João Teixeira.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (Bloco Parlamentar — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, enquanto se define a reunião sobre o assunto de patentes, faço breve comentário sobre notícias que circulam na Câmara dos Deputados e na imprensa, de que o Presidente da República está criando mais um Ministério Extraordinário dos Remédios — o “ministério da aspirina”.

Sr. Presidente, na manhã de hoje, o Ministro da Fazenda veio a esta Casa falar em cortes no Orçamento da União, S Ex<sup>a</sup> diz que o aumento dos servidores tem que ser tratado com carinho, mas só concede 85%. De repente, cria um ministério para aglutinar partidos políticos. É inadmissível!

Esse Presidente tem que ser analisado agora com mais carinho, acho que por uma junta médica, porque é inadmissível que se crie mais um ministério, na situação em que o País se encontra. Deixo claro que os Parlamentares têm que se manifestar quanto a este assunto.

Era o que tinha a dizer.

**Sr. Paulo Paim** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, registro com satisfação, que esta Casa, há poucos minutos, aprovou, com apoio de todos os partidos políticos, o regime de urgência urgentíssima para o projeto de política salarial. Acho importante esta aprovação, que demonstra que o Congresso Nacional está disposto a buscar uma saída para a política salarial.

Cumprimento todos os partidos e tenho certeza de que o reajuste será aprovado o mais rápido possível, garantindo ao servidor público, ao aposentado e ao pensionista da área privada uma política salarial.

Enfatizo que esta aprovação teve entendimento de todos os partidos na busca de uma saída para a política salarial negociada. Estão de parabéns o Congresso Nacional e todos os trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

**O Sr. Ernesto Gradella** — Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ERNESTO GRADELLA** ( — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, discute-se um novo acordo para a questão da Lei de Patentes. Nós, da bancada do PST Unificado, eu e o companheiro Cyro Garcia, e mais três deputados desta Casa — a Deputada Maria Luíza Fontenele, o Deputado Valdir Colatto e acredito que o Deputado Jorge Uequed — votamos contra o Projeto de Lei de Patentes. Não aceitamos novo acordo em relação à questão da Lei de Patentes porque não vai resolver e vai fazer com que esse projeto, que é ruim, fique pior ainda. Na verdade, só atenderá aos interesses norte-americanos, que diariamente têm pressionados autoridades deste País, querendo uma lei para atender a seus interesses econômicos, aos interesses de suas indústrias farmacêuticas, e não dos interesses da população e dos trabalhadores brasileiros.

A Lei de Patentes é contrária aos interesses nacionais, e é uma pena que esta Casa, o Congresso Nacional, se disponha a aprová-la, rendendo-se e colocando-se de maneira subserviente aos interesses imperialistas em nosso País. Nós, do PST Unificado, somos contra esse Projeto da Lei de Patentes.

**O Sr. João Teixeira** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**JOÃO TEIXEIRA** (Bloco Parlamentar — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista que foram retiradas três matérias pelo Executivo e ainda não há acordo, para adiantar os trabalhos desta Casa, poderíamos fazer a inversão da pauta e sobrestar esta matéria até que haja acordo em plenário.

**O Sr. José Lourenço** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente o requerimento de urgência do PDT já foi votado?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Nobre Deputado José Lourenço, sobre a mesa não há requerimento algum. Apenas o Líder do PDT informou que seriam votados quatro destaques. Posteriormente, o nobre Deputado Ney Lopes, ilustre Relator da matéria — a que nesta hora a Presidência, em nome da Casa, rende suas homenagens, pelo excelente trabalho que vem realizando sobre o assunto — comunicou que havia um acordo de não votar destaque algum. Em seguida, o Líder do Bloco e do PFL, Luís Eduardo, veio dizer que, caso fosse apresentado algum requerimento de destaque, o seu partido e os que compõem esta coligação votariam também contra esse requerimento.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** — Sr. Presidente, se houver algum requerimento, o PDS também votará contra.

**O Sr. Chico Vigilante** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V Exª a palavra.

**O SR. CHICO VIGILANTE** (PDT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para convidar todos os Parlamentares desta Casa para uma reunião, amanhã às 10 horas, da Comissão de Acompanhamento da Seca, que será presidida por V. Exª, aqui, no Centro Cultural da Câmara dos Deputados. É importante que os Parlamentares de todos os partidos, de todas as regiões do País, compareçam a essa importante reunião, pois ela vai discutir as medidas a serem aplicadas na região da seca. Precisamos da presença dos Srs. Parlamentares, principalmente os da região Sul do País, para verificarem o que está acontecendo no Nordeste.

A reunião contará, também, com a presença de Governadores do Nordeste, de representantes da Sudene e de Parlamentares integrantes da Comissão de Acompanhamento da Seca.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência reitera a informação fornecida pelo ilustre Deputado Chico Vigilante da reunião da Comissão de Acompanhamento da Seca, amanhã, com a presença do Ministro da Integração Regional, dos Governadores dos Estados do Nordeste, do Superintendente da Sudene, do Presidente da Contag e de várias outras autoridades, para tratar da situação existente em nossa região, sobre a possibilidade de ampliação das frentes produtivas, prorrogação do prazo de trabalho dessas frentes de junho, para continuarem em julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, uma vez que a previsão dos institutos de meteorologia do País é de que as chuvas naquela região iniciam-se apenas em janeiro do próximo ano. Trata-se, sem dúvida nenhuma, nobre Deputado Chico Vigilante, de uma reunião das mais importantes. E, nesta hora, convido os ilustres pares a comparecerem no espaço cultural da Câmara dos Deputados às 10 horas da manhã.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, informo o Deputado Roberto Freire de que acabamos de firmar acordo sobre procedimentos. Parece-me que votaremos a emenda aglutinativa, de autoria do nobre Deputado Nelson Marquizezelli, de nº 144. Posteriormente, votaremos em bloco e, ao final, decidiremos sobre uma outra emenda, de alguns membros da Comissão de Agricultura e Política Rural. Desta forma, cumpriremos esse acordo.

Reafirmo, mais uma vez, a minha posição: ao retorno do projeto do Senado Federal, marcaremos a posição do Partido da Frente Liberal, que continua sendo de apoio ao substitutivo inicial, do nobre Deputado Ney Lopes.

**A Srª Irma Passoni** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, parece-me que o procedimento caminha na seguinte direção: retirariamos todos os destaques dos DVS e das emendas, ficando para a votação essa emenda apresentada do nobre Deputado Nelson Marquizezelli. As outras seriam de iniciativas individuais de cada bancada. O acordo seria esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — E uma haveira uma emenda também, segundo comunicou o Líder Luís Eduardo, da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

A Presidência informa ao Plenário que na próxima semana teremos Ordem do Dia na terça e na quarta-feira. Deveremos votar, naqueles dias, o Plano de Metas do Governo. A Presidência não terá outro prazo, vez que as matérias foram retiradas hoje. Então, na próxima semana, terça e quarta-feira, haverá Ordem do Dia normal. Para que tenhamos o recesso de julho, é necessário que a Câmara dos Deputados trabalhe e vote todas as proposições existentes.

**O Sr. José Abrão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ ABRÃO** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB acompanha o acordo para a votação da emenda aglutinativa aditiva, com a retirada das demais.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece que o espírito que presidiu o da discussão dessa matéria, quando da elaboração do acordo, foi o de fazermos um novo acordo, acordo de procedimento. Todas as Lideranças concordaram em retirar todos os destaques, salvo uma emenda aglutinativa, que trata do processo de retaliação, de autoria do Deputado Nelson Marquizezelli. Haverá, por conta de apoio regimental fora do acordo, um outro destaque que me parece que vem da Comissão de Agricultura. Então, apenas as duas; o restante seria retirado. Assim a Mesa poderia colocar em votação a retirada de todos os destaques em bloco.

**O Sr. Odelmo Leão** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao Deputado Odelmo Leão, pela Liderança do PRN.

**O SR. ODELMO LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — O PRN vota a favor da emenda aglutinativa e da retirada dos demais destaques.

É o voto do PRN, Sr. Presidente.

**O Sr. Germano Rigotto** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Com a palavra o nobre Deputado Germano Rigotto, pela Liderança do PMDB.

**O SR. GERMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o acordo que foi feito

determina a votação nominal da emenda aglutinativa do Deputado Nelson Marquizezelli e a votação simbólica de uma outra emenda. Nós, Sr. Presidente, atendendo ao acordo feito, vamos votar nominalmente esta emenda aglutinativa do Deputado Nelson Marquizezelli, mas nosso encaminhamento é contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Atenção, a Presidência considera retirados todos os destaques, com exceção da emenda aglutinativa aditiva do nobre Deputado Nelson Marquizezelli e do Destaque nº 21. Há divergência de algum Sr. Deputado presente no plenário? (Pausa.)

Então, a Presidência considera retirados todos os destaques, com exceção dos dois que foram anunciados.

**O Sr. Aldo Rebelo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Rebelo.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaríamos de registrar que foi uma vitória importante o fato de o acordo ter sido mantido, em face do recuo daqueles que estiveram a pique de rompê-lo na noite de ontem. É saudável quando se volta atrás para se respeitar acordos que, de fato, haviam sido feitos.

Gostaríamos, desde já, de adiantar que o PC do B se soma a essa emenda patriótica e corajosa do Deputado Nelson Marquizezelli, subscrita por mais de 300 Deputados nesta Casa, a qual será vitoriosa neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Emenda aglutinativa aditiva subscrita pelo nobre Deputado Nelson Marquizezelli, no seguinte teor:

“Acrescente-se às disposições finais e transitórias do substitutivo do Relator ao PL nº 824-A/91, onde couber:

Art... Os contratos de transferência de tecnologia, as licenças de propriedade industrial e as patentes já concedidas não gerarão pagamento, crédito ou remessas, bem como ficará suspensa temporariamente a tramitação de pedidos de registros sempre que o país de origem da concedente ou das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas houver aplicado aos produtos brasileiros exportados quaisquer medidas discriminatórias prejudiciais ou similares.

§ 1º Aplica-se a mesma restrição, se a concedente possuir direta ou indiretamente participação acionária na empresa concessionária com base nas disposições desta.

§ 2º Os efeitos deste artigo serão aplicáveis enquanto estiverem vigentes as medidas contrárias aos interesses comerciais do Brasil.”

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marquizezelli, autor da emenda, por cinco minutos, e, em seguida, ao Relator da matéria, o Deputado Ney Lopes.

Antes, a Presidência informa, para que fique registrado, que o nobre Deputado Luiz Salomão é co-autor dessa emenda. Em seguida, a Presidência dará a palavra a S. Exª por cinco minutos.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco Parlamentar — SP. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srª e Srs.

Deputados, tenho acompanhado — não é de hoje — o problema das exportações no nosso País.

Por várias vezes, acompanhei Ministros e delegações, estive no GATT, em Genebra, e no Departamento Americano de Importações, em Washington, tentando reduzir a verdadeira carga fiscal que recai sobre o nosso País, as retaliações feitas aos nossos produtos exportados.

Percebemos em todos os contatos mantidos com os exportadores norte-americanos que nossas leis não tinham um dispositivo legal que pudesse enfrentar a estrutura comercial, principalmente a norte-americana. Verificamos nesses contatos que nosso Governo não tinha, em seu manuseio fiscal, condições de pressionar o governo norte-americano e de outros países que tributavam e tributam nossos produtos.

Apenas para que esta Casa tome conhecimento, registro que há mais de 15 anos, o suco de laranja brasileiro é taxado nos Estados Unidos em 492 dólares por tonelada, mais taxa de equalização de 17%, mais propaganda americana de 2%, mais taxa de frete de 7%. O suco brasileiro durante muito tempo foi vendido nos Estados Unidos por 350 dólares. E só para receber um carimbo em Miami, em Tampa, em São Francisco, ou em Nova York, pagávamos aproximadamente 492 dólares de taxas. Nesses 15 anos, recolhemos aos cofres americanos 5 bilhões, 270 milhões de dólares.

Isto é um absurdo, uma infâmia para o exportador brasileiro.

Esta Casa tem hoje a grande oportunidade de aprovar uma lei igual à lei americana de nº 301, uma lei que aplicam em cima de todos os países que exportam para eles.

A meu ver, o legislador brasileiro não pode perder a oportunidade de criar uma lei que permita ao governante brasileiro o uso das mesmas leis, do mesmo peso, da mesma medida, da mesma retaliação que eles praticam em cima de nós. Não é pedir muito ao legislador brasileiro que estabeleça as mesmas condições das leis norte-americanas para importação e exportação. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao co-autor da emenda, Deputado Luiz Salomão.

**O SR. LUIZ SALOMÃO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, a emenda aglutinativa que tenho a honra de apresentar juntamente com o Deputado Nelson Marquizezelli já foi brilhantemente exposta pelo orador que me antecedeu quanto aos aspectos econômicos e aos interesses dos exportadores brasileiros.

Ressalto, agora, o lado político desta questão.

Sou Deputado de duas legislaturas, já tive oportunidade de ver não o povo norte-americano, não o conjunto do governo norte-americano, mas os lobbies incrustados na United States Trade Representative ameaçarem e, de certa forma, diminuírem a soberania brasileira e de outros países com essas ameaças quase infantis em relação aos interesses das exportações brasileiras.

A atitude dos exportadores brasileiros tem sido a de negociar. Eles contratam lobistas nos Estados Unidos com o objetivo de esclarecer ao governo norte-americano que o Brasil não está fazendo *dumping*: o Brasil está apenas usufruindo das suas vantagens comparativas ao colocar seus produtos no exterior. Não obstante essa posição construtiva dos exportadores brasileiros, os interesses dessas empresas que recentemente se fazem através do lobby da indústria farmacêutica representado pela PMA — Pharmaceutical Manufacturers Association — continuam a colocar sobre as nossas



exportações a espada de Dâmocles; impondo *countervailing duties*; e taxações completamente absurdas como a que incide hoje sobre o suco de laranja e que também ameaça incidir sobre os calçados e outros produtos da nossa pauta de exportações.

Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>e</sup> e Srs. Deputados, é preciso que o Congresso Nacional, o Governo brasileiro, e o poder constituinte nacional não se submetam a essas pressões. Volto a insistir que essas pressões não são provenientes do povo norte-americano, nem do governo norte-americano, mas, sim, de uma legislação absurda que permite que esses lobbies, esses interesses menores da economia norte-americana se valham da super Lei nº 301 para ameaçar o comércio exterior, as nações que não agradam aos Estados Unidos e a esses interesses. É por isso que esta proposta representa uma vacina, um antídoto contra essas pressões antidemocráticas, contra essas pressões do poder econômico de certos setores da indústria norte-americana.

O que estamos dizendo é que todas as vezes em que se aplicarem às exportações brasileiras retaliações injustas, discriminatórias e injustificadas, o poder público nacional terá o direito de contra-retaliar, suspendendo pagamento das patentes, de contratos de transferência de tecnologia e inclusive a tramitação administrativa dos pedidos de patentes.

Ora, Sr. Presidente, desta forma estamos criando aliados na economia norte-americana. Todas as vezes em que um determinado setor norte-americano — seja da siderurgia, seja de calçados — quiser retaliar as exportações brasileiras, os demais setores que se sentirem prejudicados, ou até ameaçados pela contra-retaliação, vão correndo a Michael Kantor, ou à sua antecessora, Karla Hills para fazer a contrapressão, para fazer o *lobby* brasileiro em função dos interesses norte-americanos. Eles não vão querer ficar privados dos recursos que transferimos para lá como pagamento das tecnologias que importamos. É por isso, Sr. Presidente, que essa medida não tem nenhum caráter ideológico, não tem nenhum caráter político-partidário, mas, sim, o interesse brasileiro dos exportadores nacionais e o interesse das forças políticas que não querem submeter a soberania nacional aos caprichos da Pharmaceutical Manufacturers Association.

Por isso, pedimos o apoio de todos os companheiros à emenda aglutinativa que tenho a honra de apresentar juntamente com o Deputado Nelson Markezelli.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Para oferecer parecer à emenda, concedo a palavra ao ilustre Relator Ney Lopes.

**O SR. NEY LOPES** (Bloco Parlamentar — RN. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, recebo, para opinar, emenda aglutinativa aditiva, em cuja ementa se lê:

“Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.”

Quanto ao aspecto formal da redação, nada tenho a opor.

Passo a opinar em relação ao mérito.

Na verdade, a intenção dos eminentes colegas, Deputados Nelson Markezelli e Luiz Salomão, é resguardar o interesse nacional nas hipóteses de retaliações contra o Brasil. Entretanto, a via usada destoa do sistema jurídico brasileiro.

Esta emenda aglutinativa pretende consagrar o princípio da pena de Talião nas relações econômicas externas de nosso País. Isso iria desnaturar e descaracterizar todo o sistema jurídico brasileiro.

Essa competência deve ser outorgada à diplomacia econômica ou, até mesmo, ao Congresso Nacional brasileiro, a exemplo do que já ocorre em outras nações do mundo.

Inclusive, informo ao Plenário que a Comissão que apreciou este projeto de lei teve preocupações em relação a essas retaliações sucessivas que o Brasil tem sofrido. É de autoria do Deputado Nelson Proença a proposta, já debatida preliminarmente na Comissão, de que esta Casa venha a aprovar, por resolução, uma comissão de Deputados para apreciar, nestas situações, qual deve ser a reação brasileira, a exemplo do que ocorre em países como os Estados Unidos, através da Resolução nº 301.

Portanto, Sr. Presidente, é inadequada, absolutamente antijurídica, em que pese a boa-fé e a boa intenção dos seus subscritores, a emenda aglutinativa aditiva que ora apreciamos.

Em razão disso, opino pelo seu não-acolhimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — O relator concluiu pelo voto “não”.

Como votam os Srs. Líderes?

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal solicita à sua bancada que vote “não”.

**O SR. NELSON PROENÇA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “não” e gostaria de, em duas palavras, explicar as razões deste encaminhamento.

O PMDB concorda com os argumentos apresentados pelo nobre Deputado Nelson Markezelli e entende que são bem fundamentados. Pondera, inclusive, que é hora de nos preocuparmos com mecanismos de proteção ao nosso comércio internacional. Porém, não considera o instrumento proposto pelo nobre Deputado Nelson Markezelli como o mais adequado para essa questão, e entende, portanto, que o Poder Legislativo deve chamar para si a tarefa de decidir sobre o comportamento comercial de parceiros do Brasil.

No nosso entendimento, isso pode ser feito por uma comissão mista do Congresso Nacional encarregada de zelar pelo comércio exterior do Brasil. Este o mecanismo mais adequado para que se possa chegar aos propósitos sugeridos pelo Deputado Nelson Markezelli.

Por esta razão, encaminha o voto “não”.

**O Sr. Odelmo Leão** — Sr. Presidente, peço a palavra em nome do PRN.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência concede a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres, pela Liderança do PDS, que a solicitou primeiramente. Em seguida, concederá a palavra ao nobre Deputado Odelmo Leão, em nome do PRN.

**O SR. GERSON PERES** (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sabe o ilustre e eminente colega, Deputado Nelson Markezelli, do apreço que nossa bancada tem por sua postura e por seus trabalhos.

A sua emenda tem um fundo patriótico acentuado. Entretanto, ao apreciá-la, nossos companheiros chegaram à conclusão de que era inoportuna para este projeto.

Ela terá a sua oportunidade no curso da aplicação da lei, se porventura houver retaliações posteriores. Não podemos prejudicar as retaliações: Por isso, ao tecer apenas uma consideração de ordem geral e analisar o aspecto futuro do

procedimento dos demais parceiros em relação à Lei de Patentes, encaminhamos o voto "não". Pedimos ao ilustre colega que compreenda o nosso procedimento.

**O SR. ODELMO LEÃO (PRN — MG.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PRN encaminha o voto a favor da agricultura brasileira e recomenda à bancada o voto "sim".

**O SR. JOÃO ABRÃO (PSDB — SP.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB entende que qualquer retaliação contra o Brasil merece uma reação, uma legislação pertinente e adequada. Entretanto, a Lei de Patentes ficaria contaminada por essa emenda aglutinativa aditiva ao propor que se apresente um projeto de lei específico para tratar completamente da matéria. O PSDB encaminha o voto "não".

**O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco Parlamentar — SP.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvi atentamente as observações dos Líderes do PFL, do PDS, do PMDB e de outros grandes Deputados desta Casa no que se refere ao mérito dessa emenda aglutinativa. Discordo de S. Ex<sup>a</sup> quando duvidam da oportunidade desse projeto de lei, porque esta é a grande oportunidade que o legislador brasileiro tem de elaborar um instrumento contra a retaliação que nos fazem no mundo inteiro. Todos os produtos brasileiros sofrem esse tipo de pressão — uns mais, outros menos — em todos os países que importam do Brasil. Não concordo com a observação dos nobres Deputados, pois esse é o momento de mostrarmos a outros países que aqui há brasileiros que entendem que é hora de se levantar a cabeça e deixar de dizer amém, para que possamos respirar,...

**O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira)** — A Presidência pede ao nobre Deputado que encaminhe o voto.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** — ... e dar oportunidade aos trabalhadores do nosso País.  
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço à bancada do PDT e a todos aqueles que zelam pela soberania nacional que votem "sim".

Lamentamos a afirmação do Vice-Líder do PSDB de que o Brasil precisa de uma legislação de contra-retaliação que deverá ser apresentada no futuro. Temos de construí-la passo a passo. O primeiro passo é a aprovação desta emenda aglutinativa.

Votamos "sim".

**O SR. JOÃO TEIXEIRA (PL — MT.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL libera a bancada para votar da maneira como entender, mas o voto do Deputado João Teixeira é "sim".

**O SR. ALDO REBELO (PC do B — SP.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

**A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP.** Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> e Srs. Deputados, o PT vota "sim", entendendo que talvez não seja este o melhor momento de se fazer uma lei de retaliação acoplada à Lei de Patentes. Mas a super Lei nº 301, citada pelo nobre Deputado Nelson Marquizezelli, existe nos Estados Unidos e em outros países e permite a qualquer cidadão reclamar sem processo judicial e pedir ao Governo americano a retaliação a qualquer produto, em qualquer parte do mundo.

O PT é favorável à emenda. Vota "sim".

**O SR. ROBERTO FREIRE (PPS — PE.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é necessário fazer o encaminhamento, deixando de lado toda e qualquer conotação ideológica que se queira dar à votação. Não acredito que haja na Casa algum Parlamentar que concorde com qualquer processo de retaliação que o País venha a sofrer. Ninguém pode querer ser mais patriota do que qualquer outro. Está-se discutindo a eficácia do instrumento e se haverá políticos que se contraponham às retaliações. A proposta foi discutida durante a reunião do Colégio de Líderes. Definuiu-se, juntamente com a Liderança do PMDB, a criação de uma comissão, nos mesmos termos em que isso é feito nos Estados Unidos, para que se procedesse a uma discussão, a fim de se saber onde a retaliação deve ser adotada, a qual será aberta a todo e qualquer cidadão brasileiro que se julgue prejudicado em suas relações comerciais, em âmbito internacional.

É neste sentido que o Governo irá caminhar, com consciência e seriedade, não fazendo concessões para questões comerciais de qualquer conjuntura, mas adotando uma política definitiva. Por isso, voto "não".

**O SR. SÉRGIO AROUCA (PPS — RJ.** Sem revisão do orador.) — O PPS vota "não", apoiando a proposta do PMDB.

**O SR. ONAIREVES MOURA (Bloco Parlamentar — PR.** Sem revisão do orador.) — "Não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira)** — Os Srs. Líderes encaminharam a votação, mas quem vota é o Plenário. Em votação a matéria.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a emenda, permaneçam como se encontram. Os Srs. Deputados que são contrários, levantem os braços. (Pausa.)

Vamos fazer o contrário. Em seguida, proclamarei o resultado da votação.

Os Srs. Deputados que são a favor da emenda, levantem os braços. Os que são contrários, permaneçam como se encontram. (Palmas.)

A decisão não está fácil.

A Presidência procederá à votação nominal pelo sistema eletrônico.

Como votam os Srs. Líderes?

**O SR. JOSÉ ABRÃO (PSDB — SP.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

**O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar — BA.** Sem revisão do orador.) — O PFL vota "não".

**O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS.** Sem revisão do orador.) — O PMDB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira)** — A Presidência solicita aos Srs. Deputados presentes nas diferentes dependências da Casa que compareçam imediatamente ao plenário, pois teremos, em breves instantes, votação nominal de matéria da maior importância, pelo sistema eletrônico.

**O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Frente Nacionalista encaminha o voto "sim".

**O SR. ODELMO LEÃO (PRN — MG.** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PRN, a favor da agricultura brasileira, vota "sim".

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com a licença do nosso líder do PMDB, como somos PMDB, votem “sim”.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — O PT vota “sim”.

**O SR. JOSÉ ABRÃO** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apelamos para os Srs. Deputados que ainda estão em seus gabinetes no sentido de que venham votar. O PSDB está votando “não”, apoiando a Comissão Mista.

**O SR. GERMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB orienta o voto “não”. E pede aos Srs. Deputados da bancada que acorram ao plenário para que possamos ter o número para a votação.

**O SR. RODRIGUES PALMA** (Bloco Parlamentar — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em que pese ser de autoria do nobre Deputado Nelson Marquezelli, do PTB, a emenda destacada, mesmo entendendo que S. Ex<sup>a</sup> tem suas razões, particularmente voto “não”, mas minha bancada tem liberdade de votar como quiser.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL libera a sua bancada e este Deputado, João Teixeira, vota “sim”.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PFL vota “não”.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “sim”.

**A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE** (PSB — CE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente o PSB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência solicita a todos os Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

(Processo de Votação.)

**O Sr. José Abrão** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ ABRÃO** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, voto “não”, apoiando a Comissão Mista.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, informo aos Deputados do PFL que não se encontravam no plenário que pela orientação do partido o voto é “não”.

**O Sr. Eliel Rodrigues** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ELIEL RODRIGUES** (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a atenção da Casa para

uma informação muito importante, pois respeita a todos nós que ocupamos este plenário.

De acordo com a Resolução nº 40 deste ano, publicada no DCN — “Diário do Congresso Nacional” — no dia 3 de abril, são estabelecidas sanções para aqueles que fumem em plenário. A insistência nessa prática é punível com censura verbal; havendo reincidência, procede-se à retirada do fumante do recinto; no caso de resistência à ordem de retirada, ocorrerá perda do exercício do mandato por 3 dias; depois da terceira reincidência, o fato configura-se como falta de decoro parlamentar para os efeitos regimentais. Tratando-se de servidor, a sanção será a retirada deste recinto, entre outras penalidades administrativas aplicáveis. Considera-se reincidência, para efeito dessa resolução, a repetição da prática do tabagismo durante o período da sessão.

A questão foi resolvida desta forma. A resolução foi aprovada e está em vigor.

Apelamos para os companheiros no sentido de que nos ajudem a manter a ordem, a decência, o respeito e a saúde de todos.

Quem quiser fumar, que fume em local apropriado, como, por exemplo, no seu gabinete, no fumódromo. Aqui dentro, vamos exigir respeito e cumprimento às normas regimentais. Apesar da amizade que temos por todos, não podemos deixar que a nossa saúde seja prejudicada por aqueles que usam e abusam dessa falta de ética para com os seus colegas.

**O Sr. Odelmo Leão** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O ODELMO SR. LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, informo aos colegas que o PRN recomenda o voto “sim”.

**O Sr. João Teixeira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero reiterar que o meu voto é “sim”.

**O SR. LUÍS EDUARDO** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, informo que o PFL vota “não”.

**A S<sup>a</sup> Maria Luíza Fontenele** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE** (PSB — CE. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, dois companheiros da maior credibilidade interpretaram nossa orientação de voto como sendo contrária. Quero esclarecer que o Partido Socialista Brasileiro recomenda o voto “sim”.

Aproveito a oportunidade para registrar a ausência do Deputado José Carlos Sabóia, que foi acidentado a ainda

não se recuperou, sendo impossível a sua presença, hoje, neste plenário.

**O Sr. Odelmo Leão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ODELMO LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aos Deputados que chegam agora ao plenário, repito: o PRN vota “sim”, a favor da agricultura.

**O Sr. José Abrão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ ABRÃO** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB recomenda à sua bancada o voto “não”, apoiando a Comissão Mista.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

**O Sr. Giovanni Queiroz** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT recomenda o voto “sim”, e, como logo em seguida votaremos outro destaque, referente a microorganismos, quero fazer aqui algumas considerações.

Há confusão em torno da qualificação de microorganismo, que é muito complexa. Sobre o assunto, passo a ler o seguinte:

“O projeto de diretiva sobre invenções biotecnológicas, enviado pelo Conselho das Comunidades Europeias, em 1988, ao Parlamento Europeu, por exemplo, entende a palavra microorganismos “no seu sentido mais amplo, incluindo todas as entidades microbiológicas, auto-replicas, compreendendo, por exemplo, *inter alia*, bactérias, fungos, vírus, micoplasmas, rickettsias, algas, protozoários e células. O termo “auto-replicante”, por outro lado, compreenderia também: a matéria que possui o material genético necessário para conduzir sua própria replicação via um organismo hospedeiro ou de qualquer outra via indireta, por exemplo, compreendendo *inter alia* sementes, plasmídeos, seqüências da ADN, protoplastos, replicantes e culturas de tecido. Vários exemplos indicam como o inciso III e o parágrafo único do art. 18 permitem o patenteamento de plantas e animais.”

E é isso, Sr. Presidente, que, com o nosso destaque para votação em separado, queremos retirar, porque, nessa conceituação, já adotada no documento enviado pelas Comunidades Europeias, em 1988, ao Parlamento Europeu, entende-se que está explícito, no inciso III, parágrafo único do art. 18, que será categoricamente permitido o patenteamento de plantas e animais.

Prossigo.

“Um gene patenteado dentro de células cultivadas de um feijoeiro para produzir resistência a determinada praga continuada cumprindo com sua função do processo agrícola de produção e reprodução de feijão. Aliás, as próprias células do novo feijoeiro poderiam ser patenteadas como “microorganismos” ou suas sementes como “matéria auto-replicante”. Por outro lado, um caso histórico de patenteamento de células isoladas do baço de um paciente com leucemia nos EUA, utilizadas para produzir em escala industrial um produto farmacêutico, também caberia nos requisitos do atual projeto para patenteamento de microorganismos em “determinado processo que gera um produto específico”.

A conclusão evidente, então, é que o patenteamento de microorganismos da forma proposta no acordo de líderes incluirá o patenteamento de plantas e animais, inclusive de seres humanos e de seus componentes.”

Sr. Presidente, essas afirmativas são de um cientista, Dr. David Hathaway, que esteve conosco na Comissão de Agricultura, e teve a oportunidade de, como especialista, prestar informações e tecer comentários sobre o parágrafo destacado e a conceituação de microorganismos.

Queremos lembrar aos companheiros da agricultura, aos companheiros da Amazônia, que permanecendo esse dispositivo no projeto de lei será permitido o patenteamento de toda riqueza biológica da Amazônia e do Brasil. Se assim for, teremos de pagar royalties por aquilo que temos hoje e de que não podemos usufruir, porque não dispomos ainda de estrutura tecnológica. Por isso alertamos os companheiros da Amazônia, da agricultura brasileira, a quem chamamos a atenção para que votem pela supressão do referido parágrafo, quando o destaque for colocado em votação.

**O Sr. João Paulo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Com a palavra o nobre Deputado João Paulo.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero retificar meu voto. Meu voto é “sim”.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem a palavra o nobre Deputado Luís Eduardo.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — O PFL recomenda o voto “não”.

**O Sr. Germano Rigotto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem a palavra o nobre Deputado Germano Rigotto.

**O SR. GERMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto “não”.

**O Sr. Nelson Marquezelli** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco Parlamentar — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apelo para que os companheiros votem “sim”. É a grande oportunidade que temos de inserir na lei brasileira dispositivo que atinge aqueles países que, a título de retaliação, sobretaxam produtos brasileiros — carne, soja, laranja, calçado, tecidos, confecções, enfim, todos aqueles produtos que o Brasil produz e, por razões de mercado, precisa exportar. Esta é a nossa grande oportunidade de criar aqui, com o voto “sim”, a mesma Lei nº 30 americana. O texto desse parágrafo é cópia daquela lei. Eles têm dispositivos legais para fazer retaliação, punindo os países que interferirem de alguma forma nos seus interesses econômicos. E vão até além: aplicam a retaliação sobretaxando produtos.

Quando ouço aqui dizerem que poderemos amanhã ter uma lei que para combater a retaliação, chego a perguntar: em que atrapalha essa emenda aglutinativa? Em nada, essa emenda apenas nos confere a oportunidade de agir como mais de duzentos países agem em relação aos produtos brasileiros.

Não quero dizer que sou um patriota. Nada disso. Sou um brasileiro revoltado com essa aquiescência, com esse “carneirismo” que existe no nosso País. Esta é a grande oportunidade de fazermos com que haja a reação do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

**O Sr. João Paulo** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOÃO PAULO** (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o ilustre Deputado Cardoso Alves, há algumas sessões, reclamou a retificação de um voto, registrado erradamente, não apontada no painel. Essa retificação que fiz há pouco será efetivada?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência está estudando o assunto e tomará uma decisão. Infelizmente, não pode fazê-lo nesta sessão. Mas será registrado nos nossos Anais que V. Exª pretendia votar “sim” e votou “não” por engano. Espero que a decisão a ser tomada seja das mais justas. Como ainda não foi aberto o painel eletrônico e não sabemos o resultado da votação, permitiremos aqueles que votaram equivocadamente ou que registraram voto contrário ao que pretendiam a possibilidade de retificá-lo para fins de registro em Ata. O nobre Deputado Gastone Righi também levantou questão de ordem nesse sentido, e a Presidência está levando o caso à consideração. Espero ter o mais breve possível a decisão sobre esse assunto.

**O SR. JOÃO PAULO** — Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a atenção.

**O Sr. Odelmo Leão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ODELMO LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PRN comunica aos Srs. Deputados que chegam ao plenário neste momento que o voto a favor da agricultura brasileira é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência indaga se há mais algum Deputado que queira votar.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PFL recomenda à sua bancada que vote “não”.

**O Sr. Carlos Kayath** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. CARLOS KAYATH** (Bloco Parlamentar — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PTB decidiu deixar a questão em aberto, mas quero pronunciar meu voto, que é “sim”.

**O Sr. Mendes Ribeiro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. MENDES RIBEIRO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se ouvi bem, V. Exª permitirá retificação de voto no painel?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência está estudando o assunto e espera ter uma decisão na próxima semana. Desde que o resultado ainda não tenha sido proclamado, desde que não exista influência, na decisão, sobre o resultado final, a Presidência quer respeitar a vontade dos Srs. Deputados, e está estudando uma forma de fazê-lo de acordo com o nosso Regimento Interno.

**O SR. MENDES RIBEIRO** — E a respeito desta votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Ainda não podemos fazê-lo, mas constarão dos Anais as eventuais retificações.

**O SR. MENDES RIBEIRO** — Sr. Presidente, acho que não me fiz entender. O esclarecimento que pedi...

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Nesta votação ainda não se pode permitir retificação de voto, mas a Presidência tomará decisão sobre o assunto, a ser adotada em futuras votações.

**O SR. MENDES RIBEIRO** — E a alteração vale apenas para registro em Ata, e não conta no resultado?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência está estudando, em função das questões de ordem levantadas pelos nobres Deputados Gastone Righi e Cardoso Alves, a possibilidade de o Deputado, antes de proclamado o resultado da votação, fazer retificação do seu voto. Neste caso, a Secretaria-Geral da Mesa faria o registro e, no final, contabilizaríamos os votos alterados para o resultado final, para que a livre vontade do Parlamento, no exercício do seu direito, seja respeitada.

**O Sr. Aldo Rebelo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para ajudar na argumentação

sobre a questão que V. Ex<sup>a</sup> irá apreciar, devo dizer que nesta Casa o proprietário do voto é o Deputado e não a máquina eletrônica. Por isso, quem apreciar o assunto — seja a Mesa, seja a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação — deverá levar em conta que, antes de o painel eletrônico ser aberto, o Deputado é o proprietário do voto. Havendo possibilidade de equívoco, deve poder retirá-lo, do contrário, estaríamos atribuindo o voto não ao Deputado, mas à máquina — que inclusive pode falhar no registro.

Espero, por isso, que essa questão de ordem seja resolvida com o acolhimento da argumentação dos Deputados Gastone Righi e João Paulo, porque somos nós os proprietários dos votos, enquanto o painel eletrônico não for aberto, como agora acontece.

**O Sr. Roberto Balestra** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROBERTO BALESTRA** (PDC — GO. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, primeiramente cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela atitude que — tenho certeza — tomará, se não nesta sessão, certamente em sessões futuras, com relação aos Deputados que, porventura, tenham se enganado na hora do voto. É o meu caso, pois votei “não”, quando pretendia votar “sim”.

**O Sr. Odelmo Leão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ODELMO LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há mais de 5 minutos o painel não é acionado.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que encerre a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência consulta se há mais algum Sr. Deputado que queira fazer uso do voto.

A Presidência comunica que na próxima semana teremos Ordem do Dia normal na terça e quarta-feira. Portanto, faço um apelo aos nobres pares no sentido de que compareçam na próxima semana, pois teremos matérias importantíssimas a serem votadas.

Esta Presidência já acertou com o Presidente do Senado que teremos recesso em julho. Há 3 anos isto não ocorre nesta Casa. Em dezembro, janeiro e fevereiro próximos não teremos recesso, porém, em julho sim, para que possamos visitar as nossas bases eleitorais, como é do nosso direito. Mas, para isso, é preciso que cumpramos a pauta.

Faço ainda um outro apelo. Na sessão de amanhã também teremos Ordem do Dia. Até agora, não tivemos falta de quorum nas terças, quartas e quintas-feiras, e isso é uma vitória para esta Casa. A Presidência agradece a todos por termos votado todas as matérias que estavam sobre a mesa. A Presidência está aguardando as matérias que virão das Comissões Técnicas. Acho que conseguimos bater um recorde. Não há nenhum projeto sobre a mesa. Limpamos a pauta. Nunca antes isso aconteceu na história desta Casa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Continuamos em processo de votação.

**O Sr. Roberto Jefferson** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (Bloco Parlamentar — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência consulta se ainda há algum Sr. Deputado que queira fazer uso do voto.

**O Sr. Roberto Jefferson** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (Bloco Parlamentar — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há mais de dez minutos o painel não se modifica. Sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que encerre a votação.

**O Sr. Valdomiro Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. VALDOMIRO LIMA** (PDT — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para deixar registrada nesta Casa a minha solidariedade ao Ministro Jamil Haddad, pelo excelente trabalho que vem realizando no Ministério da Saúde, enfrentando com coragem vários grupos deste País, muitas vezes considerados intocáveis. O Ministro tem tido a coragem de enfrentá-los, e além disso vem realizando um trabalho excelente, em favor da saúde brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência prorroga a sessão até o encerramento da Ordem do Dia.

Atenção: não há mais nenhum Sr. Deputado que queira fazer uso do voto?

**O Sr. Odelmo Leão** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ODELMO LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — O PRN vota “sim”, Sr. Presidente.

**O Sr. Germano Rigotto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. GERMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB está recomendando o voto “não”.

**O Sr. Carlos Lupi** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CARLOS LUPI** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT e os brasileiros votam “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Encerrada a votação.

Junho de 1993

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quinta-feira 3 11589

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) — A Mesa  
vai proclamar o resultado da votação.

## VOTARAM:

SIM	143
NÃO	188
ABSTENÇÃO	5

TOTAL	336
-------	-----

Rejeitada a emenda aglutinativa

Votaram os seguintes Srs. Deputados:

## Roraima

Alceste Almeida \_ Bloco \_ Não  
Francisco Rodrigues \_ Bloco \_ Sim  
João Fagundes \_ PMDB \_ Não  
Ruben Bento \_ Bloco \_ Não

## Amapá

Aroldo Góes \_ PDT \_ Sim  
Eraldo Trindade \_ PDS \_ Sim  
Gilvan Borges \_ PMDB \_ Sim  
Lourival Freitas \_ PT \_ Sim  
Murilo Pinheiro \_ Bloco \_ Não  
Valdenor Guedes \_ PP \_ Sim

## Pará

Alacid Nunes \_ Bloco \_ Não  
Carlos Kayath \_ Bloco \_ Sim  
Domingos Juvenil \_ PMDB \_ Não  
Eliel Rodrigues \_ PMDB \_ Não  
Gerson Peres \_ PDS \_ Não  
Giovanni Queiroz \_ PDT \_ Sim  
Hermínio Calvino \_ Bloco \_ Não  
Hilário Coimbra \_ Bloco \_ Sim  
Mário Martins \_ PMDB \_ Não  
Nícias Ribeiro \_ PMDB \_ Não  
Paulo Rocha \_ PT \_ Sim  
Socorro Gomes \_ PC do B \_ Sim  
Valdir Ganzer \_ PT \_ Sim

## Amazonas

Beth Azize \_ PDT \_ Sim  
Euler Ribeiro \_ PMD \_ Não  
João Thome \_ PMDB \_ Não  
José Dutra \_ PMDB \_ Não  
Ricardo Moraes \_ PT \_ Sim

## Rondônia

Maurício Calixto \_ Bloco \_ Sim  
Pascoal Novaes \_ Bloco \_ Sim

## Acre

Adelaide Neri \_ PMDB \_ Não  
Célia Mendes \_ PDS \_ Não  
Francisco Diógenes \_ PDS \_ Não  
João Tota \_ PDS \_ Não  
Ronivon Santiago \_ PDS \_ Não  
Zila Bezerra \_ PMDB \_ Não

## Tocantins

Darci Coelho \_ Bloco \_ Não  
Derval de Paiva \_ PMDB \_ Sim  
Edmundo Galdino \_ PSDB \_ Sim  
Osvaldo Reis \_ PP \_ Sim  
Paulo Mourão \_ PDS \_ Não

## Maranhão

César Bandeira \_ Bloco \_ Não  
Haroldo Sabóia \_ PT \_ Sim  
José Burnett \_ Bloco \_ Não  
José Reinaldo \_ Bloco \_ Não  
Mauro Fecury \_ Bloco \_ Não

## Ceará

Antônio dos Santos \_ Bloco \_ Não  
Ariosto Holanda \_ PSB \_ Sim  
Carlos Benevides \_ PMDB \_ Não  
Carlos Virgílio \_ PDS \_ Não  
Edson Silva \_ PDT \_ Sim  
Etevaldo Nogueira \_ Bloco \_ Não  
Gonzaga Mota \_ PMDB \_ Não  
Jackson Pereira \_ PSDB \_ Não  
José Linhares \_ PP \_ Sim  
Luiz Girão \_ PDT \_ Sim  
Marco Penaforte \_ PSB \_ Sim  
Maria Lúiza Fontenele \_ PSB \_ Não  
Mauro Sampaio \_ PSDB \_ Sim  
Moroni Torgan \_ PSDB \_ Não  
Ubiratan Aguiar \_ PMDB \_ Não  
Vicente Fialho \_ Bloco \_ Não

## Piauí

B. Sá \_ PP \_ Não  
Ciro Nogueira \_ Bloco \_ Não  
Jesus Tajra \_ Bloco \_ Não  
João Henrique \_ PMDB \_ Não  
Murilo Rezende \_ PMDB \_ Não  
Mussa Demeis \_ Bloco \_ Não  
Paulo Silva \_ PSDB \_ Sim

## Rio Grande do Norte

Alufio Alves \_ PMDB \_ Não  
Flávio Rocha \_ PL \_ Não  
Henrique Eduardo Alves \_ PMDB \_ Não  
Iberê Ferreira \_ Bloco \_ Não  
João Faustino \_ PSDB \_ Não  
Laíre Rosado \_ PMDB \_ Sim  
Ney Lopes \_ Bloco \_ Não

**Paraíba**

Ivandro Cunha Lima \_ PMDB \_ Não  
 José Luiz Clerot \_ PMDB \_ Não  
 Zuca Moreira \_ PMDB \_ Não

**Pernambuco**

Álvaro Ribeiro \_ PSDB \_ Sim  
 Gustavo Krause \_ Bloco \_ Não  
 Inocêncio Oliveira \_ Bloco \_ Abstenção  
 José Jorge \_ Bloco \_ Não  
 José Mendonça Bezerra \_ Bloco \_ Não  
 Luiz Piauhyllino \_ PSD \_ Sim  
 Maurílio Ferreira Lima \_ PMDB \_ Sim  
 Mavíael Cavalcanti \_ PRN \_ Não  
 Miguel Arraes \_ PSB \_ Sim  
 Nilson Gibson \_ PMDB \_ Não  
 Pedro Correa \_ Bloco \_ Não  
 Renildo Calheiros \_ PC do B \_ Sim  
 Ricardo Fúza \_ Bloco \_ Não  
 Roberto Franca \_ PSB \_ Sim  
 Roberto Freire \_ PPS \_ Não  
 Roberto Magalhães \_ Bloco \_ Não  
 Sérgio Guerra \_ PSB \_ Sim  
 Tony Gel \_ Bloco \_ Sim  
 Wilson Campos \_ PMDB \_ Sim

**Alagoas**

Augusto Farias \_ Bloco \_ Não  
 Cleto Falcão \_ Bloco \_ Sim  
 Mendonça Neto \_ PDT \_ Sim  
 Olavo Calheiros \_ PMDB \_ Sim

**Sergipe**

Benedito de Figueiredo \_ PDT \_ Sim  
 Cleonânio Fonseca \_ PRN \_ Não  
 Djenal Gonçalves \_ PDS \_ Não  
 Jerônimo Reis \_ Bloco \_ Não  
 José Teles \_ PDS \_ Não  
 Messias Góis \_ Bloco \_ Não

**Bahia**

Alcides Modesto \_ PT \_ Sim  
 Ângelo Magalhães \_ Bloco \_ Não  
 Aroldo Cedraz \_ Bloco \_ Não  
 Benito Gama \_ Bloco \_ Não  
 Beraldo Boaventura \_ S/P \_ Sim  
 Clóvis Assis \_ S/P \_ Não  
 Eraldo Tinoco \_ Bloco \_ Não  
 Félix Mendonça \_ Bloco \_ Sim  
 Geddel Vieira Lima \_ PMDB \_ Não  
 Genebaldo Correia \_ PMDB \_ Não  
 Haroldo Lima \_ PC do B \_ Sim  
 Jabes Ribeiro \_ PSDB \_ Não  
 Jairo Azi \_ PDC \_ Não  
 Jairo Carneiro \_ Bloco \_ Não  
 João Almeida \_ PMDB \_ Não  
 João Carlos Bacelar \_ Bloco \_ Não

Jonival Lucas \_ PDC \_ Não  
 José Carlos Aleluia \_ Bloco \_ Não  
 José Falcão \_ Bloco \_ Não  
 José Lourenço \_ PDS \_ Não  
 Leur Lomanto \_ Bloco \_ Não  
 Luís Eduardo \_ Bloco \_ Não  
 Luiz Moreira \_ PTB \_ Não  
 Luiz Viana Neto \_ Bloco \_ Não  
 Nestor Duarte \_ PMDB \_ Não  
 Pedro Irujo \_ PMDB \_ Não  
 Prisco Viana \_ PDS \_ Não  
 Ribeiro Tavares \_ PL \_ Não  
 Sérgio Brito \_ S/P \_ Sim  
 Tourinho Dantas \_ Bloco \_ Não  
 Ubaldo Dantas \_ PSDB \_ Não  
 Uldurico Pinto \_ PSB \_ Sim  
 Waldir Pires \_ S/P \_ Sim

**Minas Gerais**

Aécio Neves \_ PSDB \_ Não  
 Agostinho Valente \_ PT \_ Sim  
 Aloisio Vasconcelos \_ PMDB \_ Não  
 Annibal Teixeira \_ Bloco \_ Sim  
 Aracely de Paula \_ Bloco \_ Não  
 Armando Costa \_ PMDB \_ Não  
 Avelino Costa \_ PL \_ Não  
 Edinho Ferramenta \_ PT \_ Sim  
 Elias Murad \_ PSDB \_ Não  
 Felipe Neri \_ PMDB \_ Não  
 Fernando Diniz \_ PMDB \_ Sim  
 Genésio Bernardino \_ PMDB \_ Não  
 Getúlio Neiva \_ PL \_ Sim  
 Humberto Souto \_ Bloco \_ Não  
 Ibrahim Abi-Ackel \_ PDS \_ Não  
 João Paulo \_ PT \_ Não  
 José Aldo \_ Bloco \_ Sim  
 José Belato \_ PMDB \_ Sim  
 José Geraldo \_ PMDB \_ Abstenção  
 Marcos Lima \_ PMDB \_ Sim  
 Odelmo Leão \_ PRN \_ Sim  
 Osmânio Pereira \_ PSDB \_ Não  
 Paulo Delgado \_ PT \_ Sim  
 Paulo Heslander \_ Bloco \_ Sim  
 Paulo Romano \_ Bloco \_ Não  
 Pedro Tassis \_ PMDB \_ Não  
 Romel Anísio \_ PRN \_ Sim  
 Samir Tannús \_ PDC \_ Sim  
 Saulo Coelho \_ PSDB \_ Não  
 Sérgio Ferrara \_ PMDB \_ Não  
 Sérgio Miranda \_ PC do B \_ Sim  
 Tarcísio Delgado \_ PMDB \_ Não  
 Tilden Santiago \_ PT \_ Sim  
 Vittorio Mediolí \_ PSDB \_ Não  
 Wilson Cunha \_ Bloco \_ Sim  
 Zaire Rezende \_ PMDB \_ Não



**Espírito Santo**

Armando Viola \_ PMDB \_ Não  
 Etevalda Grassi de Menezes \_ Bloco \_ Sim  
 Helvécio Castello \_ PSDB \_ Não  
 Lézio Sathler \_ PSDB \_ Não  
 Nilton Baiano \_ PMDB \_ Não  
 Rose de Freitas \_ PSDB \_ Não

**Rio de Janeiro**

Aldir Cabral \_ Bloco \_ Sim  
 Arolde de Oliveira \_ Bloco \_ Não  
 Benedita da Silva \_ PT \_ Sim  
 Carlos Alberto Campista \_ PDT \_ Sim  
 Carlos Lupi \_ PDT \_ Sim  
 Carlos Santana \_ PT \_ Sim  
 Ciro Garcia \_ PT \_ Sim  
 Eduardo Mascarenhas \_ PDT \_ Não  
 Flávio Palmier da Veiga \_ PSDB \_ Não  
 Francisco Dornelles \_ PDS \_ Não  
 Francisco Silva \_ PP \_ Sim  
 Jandira Feghali \_ PC do B \_ Sim  
 José Carlos Coutinho \_ PDT \_ Sim  
 Junot Abi-Ramia \_ PDT \_ Sim  
 Luiz Salomão \_ PDT \_ Sim  
 Márcia Cibilis Viana \_ PDT \_ Sim  
 Roberto Jefferson \_ Bloco \_ Sim  
 Sérgio Arouca \_ PPS \_ Não  
 Sérgio Cury \_ PDT \_ Sim  
 Simão Sessim \_ Bloco \_ Sim  
 Vivaldo Barbosa \_ PDT \_ Sim  
 Vladimir Palmeira \_ PT \_ Sim  
 Wanda Reis \_ Bloco \_ Sim

**São Paulo**

Adilson Maluf \_ PMDB \_ Sim  
 Ayrton Sandoval \_ PMDB \_ Não  
 Aldo Rabelo \_ PC do B \_ Sim  
 Aloizio Mercadante \_ PT \_ Sim  
 Armando Pinheiro \_ PDS \_ Não  
 Ayres da Cunha \_ PL \_ Não  
 Beto Mansur \_ PDT \_ Sim  
 Cardoso Alves \_ Bloco \_ Sim  
 Carlos Nelson \_ PMDB \_ Não  
 Chico Amaral \_ PMDB \_ Não  
 Eduardo Jorge \_ PT \_ Sim  
 Ernesto Gradella \_ S/P \_ Sim  
 Euclydes Mello \_ Bloco \_ Sim  
 Fábio Feldmann \_ PSDB \_ Não  
 Fausto Rocha \_ Bloco \_ Não  
 Florestan Fernandes \_ PT \_ Sim  
 Gastone Righi \_ Bloco \_ Sim  
 Geraldo Alckmin Filho \_ PSDB \_ Não  
 Heitor Franco \_ Bloco \_ Não  
 Hélio Bicudo \_ PT \_ Sim  
 Hélio Rosas \_ PMDB \_ Não  
 Irma Passoni \_ PT \_ Sim  
 Jorge Tadeu Mudalen \_ PMDB \_ Não

José Abrão \_ PSDB \_ Não  
 José Cicote \_ PT \_ Sim  
 José Dirceu \_ PT \_ Sim  
 José Genoíno \_ PT \_ Sim  
 José Maria Bymael \_ PDC \_ Abstenção  
 José Serra \_ PSDB \_ Não  
 Koyu Iha \_ PSDB \_ Não  
 Liberato Caboclo \_ PDT \_ Sim  
 Luiz Gushiken \_ PT \_ Sim  
 Luiz Máximo \_ PSDB \_ Não  
 Manoel Moreira \_ PMDB \_ Abstenção  
 Marcelino Romano Machado \_ PDS \_ Não  
 Mendes Botelho \_ Bloco \_ Sim  
 Nelson Marquzelli \_ Bloco \_ Sim  
 Osvaldo Stecca \_ PMDB \_ Sim  
 Paulo Lima \_ Bloco \_ Não  
 Paulo Novais \_ PMDB \_ Não  
 Roberto Rollemberg \_ PMDB \_ Não  
 Tadashi Kuriki \_ PDS \_ Sim  
 Valdemar Costa \_ PL \_ Não  
 Walter Nory \_ PMDB \_ Não

**Mato Grosso**

Itsuo Takayama \_ Bloco \_ Não  
 João Teixeira \_ PL \_ Sim  
 Jonas Pinheiro \_ Bloco \_ Sim  
 Ricardo Corrêa \_ PL \_ Não  
 Rodrigues Palma \_ Bloco \_ Não

**Distrito Federal**

Augusto Carvalho \_ PPS \_ Não  
 Chico Vigilante \_ PT \_ Sim  
 Jofran Frejat \_ Bloco \_ Sim  
 Maria Laura \_ PT \_ Sim  
 Osório Adriano \_ Bloco \_ Não  
 Sigmaringa Seixas \_ PSDB \_ Sim

**Goiás**

Délio Braz \_ Bloco \_ Sim  
 Haly Margon \_ PMDB \_ Não  
 João Natal \_ PMDB \_ Sim  
 Lázaro Barbosa \_ PMDB \_ Não  
 Luiz Soyer \_ PMDB \_ Não  
 Maria Valadão \_ PDS \_ Sim  
 Mauro Miranda \_ PMDB \_ Não  
 Paulo Mandarino \_ PDC \_ Não  
 Pedro Abrão \_ PP \_ Sim  
 Roberto Balestra \_ PDC \_ Não  
 Ronaldo Caiado \_ Bloco \_ Sim  
 Virmondes Cruvinel \_ PMDB \_ Não

**Mato Grosso do Sul**

Elísio Curvo \_ Bloco \_ Sim  
 George Takimoto \_ Bloco \_ Não  
 José Elias \_ Bloco \_ Sim  
 Marilu Guimarães \_ Bloco \_ Sim  
 Nelson Trad \_ Bloco \_ Sim

Valter Pereira \_ PMDB \_ Não  
Waldir Guerra \_ Bloco \_ Não

#### Paraná

Antônio Ueno \_ Bloco \_ Não  
Basílio Villani \_ PDS \_ Não  
Carlos Roberto Massa \_ PP \_ Sim  
Carlos Scarpelini \_ PP \_ Sim  
Delcino Tavares \_ PP \_ Sim  
Deni Schwartz \_ PSDB \_ Não  
Edésio Passos \_ PT \_ Sim  
Edi Siliprandi \_ PDT \_ Abstenção  
Élio Dalla-Vecchia \_ PDT \_ Sim  
Flávio Arns \_ PSDB \_ Não  
Ivânio Guerra \_ Bloco \_ Não  
Luciano Pizzatto \_ Bloco \_ Sim  
Max Rosenmann \_ PDT \_ Sim  
Moacir Micheletto \_ PMDB \_ Sim  
Munhoz da Rocha \_ PSDB \_ Sim  
Onaireves Moura \_ PSD \_ Não  
Otto Cunha \_ PRN \_ Sim  
Pedro Tonelli \_ PT \_ Sim  
Pinga Fogo de Oliveira \_ PP \_ Sim  
Reinhold Stephanes \_ Bloco \_ Não

#### Santa Catarina

Ângela Amin \_ PDS \_ Não  
Dejandir Dalpasquale \_ PMDB \_ Não  
Dércio Knop \_ PDT \_ Sim  
Edson Andrino \_ PMDB \_ Não  
Hugo Biehl \_ PDS \_ Sim  
Luiz Henrique \_ PMDB \_ Não  
Nelson Morro \_ Bloco \_ Não  
Neuto de Conto \_ PMDB \_ Não  
Orlando Pacheco \_ Bloco \_ Não  
Paulo Duarte \_ PDS \_ Sim  
Valdir Colatto \_ PMDB \_ Sim  
Vasco Furlan \_ PDS \_ Não

#### Rio Grande do Sul

Adão Pretto \_ PT \_ Sim  
Adroaldo Streck \_ PSDB \_ Não  
Adylson Motta \_ PDS \_ Não  
Aldo Pinto \_ PDT \_ Sim  
Amaury Müller \_ PDT \_ Sim  
Arno Magarinos \_ PDS \_ Sim  
Carlos Azambuja \_ PDS \_ Não  
Celso Bernardi \_ PDS \_ Não  
Fetter Júnior \_ PDS \_ Não  
Germano Rigotto \_ PMDB \_ Não  
Ibsen Pinheiro \_ PMDB \_ Não  
Ivo Mainardi \_ PMDB \_ Não  
João de Deus Antunes \_ PDS \_ Não  
Jorge Ueque \_ PSDB \_ Sim  
Mendes Ribeiro \_ PMDB \_ Não  
Nelson Jobim \_ PMDB \_ Não  
Nelson Proença \_ PMDB \_ Não

Odacir Klein \_ PMDB \_ Não  
Osvaldo Bender \_ PDS \_ Sim  
Paulo Paim \_ PT \_ Sim  
Pratini de Moraes \_ PDS \_ Não  
Valdomiro Lima \_ PDT \_ Sim  
Victor Faccioni \_ PDS \_ Não  
Waldomiro Fioravante \_ PT \_ Sim

O Sr. Maurício Najar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre minha presença em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Sobre a mesa o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeremos Destaque para votação em Separado para o parágrafo único do art. 18 do Substitutivo-C do PL nº 824/91, e para a expressão “quando isolado de processo industrial” constante do inciso III do referido artigo.

Art. 18 — Não são patenteáveis:

I — o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;

II — as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e seus respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e

III — seres vivos, inclusive microorganismos quando isolados de processo industrial.

Parágrafo único. As proibições deste artigo, observado o disposto no art. 10, inciso IX, não incluem as reivindicações de patentes de invenção relacionadas a microorganismos, desde que o objeto da referida patente seja utilizado em processo industrial.

O Sr. Zé Gomes da Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ZÉ GOMES DA ROCHA (PRN — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre o meu voto “sim” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — A Presidência pede aos partidos que quiserem encaminhar a votação que o façam neste momento.

Concedo a palavra ao nobre Relator Deputado Ney Lopes para emitir parecer sobre o destaque.

O SR. NEY LOPES (PFL — RN. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, o destaque em exame não está previsto no acordo. Foi incluído no texto básico o termo “microorganismos em processo industrial”. Por esse motivo e também porque, no mérito, desaprovamos o destaque, nosso parecer é pelo não acolhimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Esta Presidência determina que seja aberto o painel eletrônico. Aqueles que ainda não registraram presença, façam-no agora.

Vamos iniciar a votação.

✓ **Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o acordo sobre essa emenda, firmado há uma hora, é no sentido de se proceder à votação simbólica.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A votação será simbólica.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar recomenda o voto “não”, rejeitando o destaque.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, votamos contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A matéria está em votação. Quem quiser que o texto seja mantido votará “sim”.

**O Sr. Roberto Freire** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero esclarecer que, em função do acordo, foi garantida, evidentemente por força regimental, a apresentação desse destaque, mas as Lideranças que acordaram no texto vão votar pela manutenção do disposto. Portanto, recomendamos o voto “sim”.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para a manutenção do acordo, o PFL encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Como votam os Srs. Líderes? O Bloco Parlamentar e o Líder do Governo votam “sim”.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”, para manter o texto e o acordo.

**O SR. JOÃO TEIXEIRA** (PL — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL também vota “sim”, para manter o acordo.

**O SR. JOSÉ LOURENÇO** (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

**O SR. GERMANO RIGOTTO** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

**O Sr. Giovanni Queiroz** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (PDT — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como co-autor do Destaque para Votação em Separado, quero fazer um esclarecimento. Diz o art. 18 que são patenteáveis os seres vivos, inclusive os microorganismos, e diz o seu parágrafo único que “as proibições deste artigo (...) não incluem as reivindicações de patentes de invenções relacionadas a microorganismos”. Ou seja, nocauput se diz que não são patenteáveis microorganismos e no parágrafo único se diz que são patenteáveis os microorganismos.

E o que significa isso, Sr. Presidente (Agora mesmo, ouvi um Deputado pedir a outro que definisse o que é microorganismo. E S. Ex<sup>a</sup> não soube explicar o que é microorganismo!)? Sr. Presidente, isso significa permitir que grupos internacionais, que estão cem anos à nossa frente em avanços na área de biotecnologia, patenteiem a nossa riqueza biológica e depois nos façam pagar royalties por aquilo que a natureza nos permitiu ter.

A Austrália está agora patenteando toda a sua riqueza biológica, para que amanhã não venha a pagar royalties quando engenheirados os seus microorganismos, ao contrário do que o Brasil está fazendo neste momento, ou seja, entregando a grupos internacionais o monopólio de produtos que virão, no futuro, engenheirados para o nosso mercado.

Por isso, Sr. Presidente, tenho certeza de que o grupo da agricultura, o grupo da Amazônia, dos brasileiros conscientes de que isso é realmente um mal para a Nação, votará “não” ao DVS, pois não faz sentido entregarmos toda a riqueza do País quando nem sequer sabemos definir o que são microorganismos. Aliás, nem mesmo a comunidade internacional há uma definição precisa quanto a isso.

Por isso, apelamos aos companheiros da agricultura, da Amazônia, aos brasileiros que têm plena consciência de que essa é uma matéria nova, que trata de biotecnologia e de elementos engenheirados, termos com os quais não nos acostumamos ainda, no sentido de que estejam atentos à discussão dessa legislação, a fim de podermos definir a posição do Brasil em relação à matéria tão complexa.

Sr. Presidente, é o alerta que faço aos companheiros da agricultura, da Amazônia, aos brasileiros em geral: a matéria é nociva aos interesses nacionais.

**O SR. ODELMO LEÃO** (PRN — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PRN novamente vota com o agricultor; vota “não”.

**O Sr. Luís Roberto Ponte** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUÍS ROBERTO PONTE** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que registre o meu voto “não” na votação anterior.

**O SR. NELSON PROENÇA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero esclarecer dois pontos importantíssimos do projeto de lei.

Este texto, talvez fruto do mais árduo esforço de negociação aqui empreendido, define a possibilidade de patenteamento de microorganismos incluídos em um processo industrial específico e vinculados a um único produto.

Quero dizer aos companheiros aqui presentes que a lei é clara. Ela não permite e não permitirá o patenteamento de seres vivos, de plantas ou de animais, com a única e exclusiva exceção de microorganismos, desde que resultantes da capacidade inventiva do homem.

Portanto, Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, imaginar que qualquer pessoa possa tentar patentear, por exemplo, a biodiversidade da Amazônia é um completo absurdo, um completonsense, porque não é possível, segundo os termos da lei, patentear algo que seja encontrável na natureza. Só serão passíveis de patenteamento os microorganismos exclusivos, fruto da capacidade inventiva do homem, fruto da engenharia genética. Antes de expor a nossa biodiversidade, na verdade o texto protege importantíssimos setores de pesquisa da biotecnologia brasileira, que precisam do amparo da lei para garantir investimentos para eles.

Por essa razão, o PMDB vota pela manutenção do acordo.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, concordamos com o que disse o Deputado Nelson Proença. De fato, a lei não permite o patenteamento do microorganismo isolado. Queremos apenas detalhar — e isso a emenda defendida pelo Deputado Giovanni Queiroz faz de maneira competente — sem contrariar o que já votamos anteriormente.

Em defesa da soberania do Brasil e da nossa agricultura, votamos “não”.

**O SR. ONAIREVES MOURA** (PSD — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSD vota “sim”.

**O SR. JOSÉ LINHARES** (PP — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PP vota “sim”.

**O SR. VIVALDO BARBOSA** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento para o processo de votação. Essa matéria foi objeto do entendimento anterior. Após a alteração do acordo verificada nesta tarde, com a concordância global foi permitido aos Parlamentares apoiar a emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural.

Portanto, segundo a acordo de hoje à tarde, os Parlamentares estão liberados para votar favoravelmente à emenda.

Por isso, a Bancada do PDT, no seu conjunto, votará “sim” à emenda da Comissão de Agricultura e Política Rural.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, respeitamos muito a Comissão, e após o entendimento se liberou a votação. Mas eu, como representante da minha bancada em uma negociação, tenho

que manter o acordo. E é um dos pontos explícitos na questão de microorganismos. Lamentavelmente tenho que manter o princípio. Votamos “não”.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (PPS — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para esclarecer, o voto do PT, é “sim”, seguindo o acordo. Quero ressaltar a posição democrática e de cumprimento de acordo adotada pela Liderança do PT. Falou “não”, mas vota pelo acordo, que é “sim”.

Quero dizer mais: não se rompeu nenhum acordo. Esta Liderança não ia permitir que, por via transversa, se quebrasse o acordo. Portanto, o voto para quem fez o acordo e quer cumpri-lo — enaltecendo a posição do PT — é “sim”.

**O Sr. Vivaldo Barbosa** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência não vai permitir aos Srs. Líderes que já encaminharam o voto que o façam novamente.

**O SR. SÉRGIO AROUCA** (PPS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Popular Socialista acompanhou atentamente as discussões. Uma série de afirmativas feitas sobre a biodiversidade não tem o menor sentido. Não existe a possibilidade de patenteamento de plantas e de animais. A única possibilidade de patenteamento de microorganismos é no caso de processo industrial. Isso foi muito discutido. Um mesmo microorganismo, se usado em processos industriais distintos, não está garantido pelo acordo nem pelo que está colocado no texto. Portanto, Sr. Presidente, o Partido Popular Socialista vota conforme o acordo.

Lamentamos que ontem e hoje os acordos feitos — e eram uma tradição na Casa — tenham começado a ser violentados. Estamos chegando a um ponto em que, de repente, em reunião de Liderança será necessário haver gravação e ata para assinar no final. Acho isso profundamente desagradável, visto o clima de seriedade que tem a Casa.

O PPS vota pelo acordo, tal como foi profunda e exaustivamente discutido na negociação.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Os Srs. Líderes encaminharam.

Em votação a matéria destacada. (Pausa.)

Aprovado, por longa margem.

**O Sr. Valdir Colatto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para fazer uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto é “não”, em favor da agricultura brasileira. Isso foi votado na Comissão de Agricultura e Política Rural por unanimidade e foi rejeitado no Colégio de Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Ficam mantidos a expressão e o dispositivos.

Ficam prejudicados a proposição inicial (PL nº 824/91); as Emendas de Plenário; e, os Projetos de Lei nº 207/91, 1.217/91, 3.088/89, 2.187/91, 4.998/90 (2.757/89 e 2.252/91), apensados.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte Redação Final:

**PROJETO DE LEI Nº 824-D, DE 1991**

Redação Final

**Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.**

O Congresso Nacional decreta:

**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se mediante:

I — concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade;

II — concessão de registro de desenho industrial;

III — concessão de registro de marca;

IV — repressão às falsas indicações geográficas; e

V — repressão à concorrência desleal.

Art. 3º Aplica-se também o disposto nesta lei:

I — ao pedido de patente ou de registro proveniente do exterior e depositado no País por quem tenha proteção assegurada por tratado ou convenção em vigor no Brasil; e

II — aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade de direitos iguais ou equivalentes.

Art. 4º Os dispositivos dos tratados ou convenções internacionais, após sua aprovação pelo Congresso Nacional, são aplicáveis, em igualdade de condições, às pessoas físicas e jurídicas nacionais ou domiciliadas no País.

Art. 5º Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial.

**TÍTULO I****Das Patentes****CAPÍTULO I****Da Titularidade**

Art. 6º Ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º Salvo prova em contrário, presume-se o requerente legitimado a obter a patente.

§ 2º A patente poderá ser requerida em nome próprio, pelos herdeiros ou sucessores do autor, pelo cessionário ou por aquele a quem a lei ou o contrato de trabalho ou de prestação de serviços determinar que pertença a titularidade.

§ 3º Quando se tratar de invenção ou de modelo de utilidade realizado conjuntamente por duas ou mais pessoas, a patente poderá ser requerida por todas ou qualquer delas, mediante nomeação e qualificação das demais, para ressalva dos respectivos direitos.

§ 4º O inventor será nomeado e qualificado, podendo requerer a não divulgação de sua nomeação.

Art. 7º Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação.

Parágrafo único. A retirada de depósito anterior sem produção de qualquer efeito dará prioridade ao depósito imediatamente posterior.

**CAPÍTULO II**  
**Da Patenteabilidade****SEÇÃO I****Das Invenções e dos Modelos de Utilidade Patentáveis**

Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Art. 9º É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade:

I — descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos;

II — concepções puramente abstratas;

III — esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização;

IV — as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética;

V — programas de computador em si;

VI — apresentação de informações;

VII — regras de jogo;

VIII — técnicas operatórias ou cirúrgicas e métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal; e

IX — o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais.

Art. 11. A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando não compreendidos no estado da técnica.

§ 1º O estado da técnica é constituído por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior, ressalvado o disposto nos arts. 12, 16 e 17.

§ 2º Para fins de aferição da novidade, o conteúdo completo de pedido depositado no Brasil, e ainda não publicado, será considerado estado da técnica a partir da data de depósito, ou da prioridade reivindicada, desde que venha a ser publicado, mesmo que subseqüentemente.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior será aplicado ao pedido internacional de patente depositado segundo tratado ou convenção em vigor no Brasil, desde que haja processamento nacional.

Art. 12. Não será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 (doze) meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente, se promovida:

I — pelo inventor;

II — pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI, através de publicação oficial do pedido de patente depositado sem o consentimento do inventor, baseado em informações deste obtidas ou em decorrência de atos por ele realizados; ou

III — por terceiros, com base em informações obtidas direta ou indiretamente do inventor ou em decorrência de atos por este realizados.

Parágrafo único. O INPI poderá exigir do inventor declaração relativa à divulgação, acompanhada ou não de provas, nas condições estabelecidas em regulamento.

Art. 13. A invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.

Art. 14. O modelo de utilidade é dotado de ato inventivo sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira comum ou vulgar do estado da técnica.

Art. 15. A invenção e o modelo de utilidade são considerados suscetíveis de aplicação industrial quando possam ser utilizados ou produzidos em qualquer tipo de indústria, inclusive agrícola e extrativa e de produtos manufaturados ou naturais.

## SEÇÃO II Da Prioridade

Art. 16. Ao pedido de patente depositado em país que mantenha acordo com o Brasil, ou em organização internacional, que produza efeito de depósito nacional, será assegurado direito de prioridade, nos prazos estabelecidos no acordo, não sendo o depósito invalidado nem prejudicado por fatos ocorridos nesses prazos.

§ 1º A reivindicação de prioridade será feita no ato de depósito, podendo ser suplementada dentro de 60 (sessenta) dias por outras prioridades anteriores à data do depósito no Brasil.

§ 2º A reivindicação de prioridade será comprovada por documento hábil da origem, contendo número, data, título, relatório descritivo e, se for o caso, reivindicações e desenhos, acompanhado de tradução simples da certidão de depósito ou documento equivalente, contendo dados identificadores do pedido, cujo teor será de inteira responsabilidade do depositante.

§ 3º Se não efetuada por ocasião do depósito, a comprovação deverá ocorrer em até 6 (seis) meses contados do depósito.

§ 4º Para os pedidos internacionais depositados em virtude de tratado em vigor no Brasil, a tradução prevista no § 2º deverá ser apresentada no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da entrada no processamento nacional.

§ 5º No caso de o pedido depositado no Brasil estar fielmente contido no documento da origem, será suficiente uma declaração do depositante a este respeito para substituir a tradução simples.

§ 6º Tratando-se de prioridade obtida por cessão, o documento correspondente deverá ser apresentado dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados do depósito, ou, se for o caso, da data da entrada no processamento nacional.

§ 7º A falta de comprovação nos prazos estabelecidos neste artigo acarretará a perda da prioridade.

§ 8º Em caso de pedido depositado com reivindicação de prioridade, o requerimento para antecipação de publicação deverá ser instruído com a comprovação da prioridade.

Art. 17. O pedido de patente de invenção ou de modelo de utilidade depositado originalmente no Brasil, sem reivindicação de prioridade e não publicado, assegurará o direito de prioridade ao pedido posterior sobre a mesma matéria depositado no Brasil pelo mesmo requerente ou sucessores, dentro do prazo de 1 (um) ano.

§ 1º A prioridade será admitida apenas para a matéria revelada no pedido anterior, não se estendendo a matéria nova introduzida.

§ 2º O pedido anterior ainda pendente será considerado definitivamente arquivado.

§ 3º O pedido de patente originário de divisão de pedido anterior não poderá servir de base a reivindicação de prioridade.

## SEÇÃO III Das Invenções e Dos Modelos de Utilidade Não Patenteáveis

Art. 18. Não são patenteáveis:

I — o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;

II — as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e seus respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e

III — seres vivos, inclusive microorganismos quando isolados de processo industrial.

Parágrafo único. As proibições deste artigo, observado o disposto no inciso IX do art. 10 não incluem as reivindicações de patentes de invenção relacionadas a microorganismos, desde que sua utilização se dê unicamente para um determinado processo que gera um produto específico.

## CAPÍTULO III Do Pedido de Patente

### SEÇÃO I Do Depósito do Pedido

Art. 19. O pedido de patente, nas condições estabelecidas pelo INPI, conterá:

I — requerimento;

II — relatório descritivo;

III — reivindicações;

IV — desenhos, se for o caso;

V — resumo; e

VI — comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito.

Art. 20. Apresentado o pedido, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data de depósito a da sua apresentação.

Art. 21. O pedido que não atender formalmente ao disposto no art. 19, mas que contiver dados relativos ao objeto, ao depositante e ao inventor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser considerado inexistente.

Parágrafo único. Cumpridas as exigências, o depósito será considerado como efetuado na data da apresentação do pedido.

### SEÇÃO II Das Condições do Pedido

Art. 22. O pedido de patente de invenção terá de se referir a uma única invenção ou a um grupo de invenções inter-relacionadas de maneira a compreenderem um único conceito inventivo.

Art. 23. O pedido de patente de modelo de utilidade terá de se referir a um único modelo principal, que poderá

Junho de 1993

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quinta-feira 3 11597

incluir uma pluralidade de elementos distintos, adicionais ou variantes construtivas ou configurativas, desde que mantida a unidade técnico-funcional e corporal do objeto.

Art. 24. O relatório deverá descrever clara e suficientemente o objeto, de modo a possibilitar sua realização por técnico no assunto e indicar, quando for o caso, a melhor forma de execução.

Parágrafo único. No caso de material biológico essencial à realização prática do objeto do pedido que não possa ser descrito na forma do caput e que não estiver acessível ao público, o relatório será suplementado por depósito do material em instituição autorizado pelo INPI ou indicada em acordo internacional.

Art. 25. As reivindicações deverão ser fundamentadas no relatório descritivo, caracterizando as particularidades do pedido e definindo, de modo claro e preciso, a matéria objeto da proteção.

Art. 26. O pedido de patente poderá ser dividido em dois ou mais, de ofício ou a requerimento do depositante, até o final do exame, desde que o pedido dividido:

I — faça referência específica ao pedido original; e

II — não exceda à matéria revelada constante do pedido original.

Parágrafo único. O requerimento de divisão em desacordo com o disposto neste artigo será arquivado.

Art. 27. Os pedidos divididos terão a data de depósito do pedido original e o benefício de prioridade deste, se for o caso.

Art. 28. Cada pedido dividido será sujeito a pagamento das retribuições correspondentes.

Art. 29. O pedido de patente retirado ou abandonado será obrigatoriamente publicado.

§ 1º O pedido de retirada deverá ser apresentado em até 16 (dezesesseis) meses, contados da data do depósito ou da prioridade mais antiga.

§ 2º A retirada de um depósito anterior sem produção de qualquer efeito dará prioridade ao depósito imediatamente posterior.

### SEÇÃO III Do Processo e do Exame do Pedido

Art. 30. O pedido de patente será mantido em sigilo durante 18 (dezoito) meses contados da data de depósito ou da prioridade mais antiga, quando houver, após o que será publicado, à exceção do caso previsto no art. 75.

§ 1º A publicação do pedido poderá ser antecipada a requerimento do depositante.

§ 2º Da publicação deverão constar dados identificadores do pedido de patente, ficando cópia do relatório descritivo, das reivindicações, do resumo e dos desenhos à disposição do público no INPI.

§ 3º No caso previsto no parágrafo único do art. 24, o material biológico tornar-se-á acessível ao público com a publicação de que trata este artigo.

Art. 31. Publicado o pedido e até o final do exame, será facultada a apresentação, pelos interessados, de documentos e informações para subsidiarem o exame.

Parágrafo único. O exame não será iniciado antes de decorridos 60 (sessenta) dias da publicação.

Art. 32. Para melhor esclarecer ou definir o pedido de patente, o depositante poderá efetuar alterações até o requeri-

mento do exame, desde que estas se limitem à matéria inicialmente revelada no pedido.

Art. 33. O exame do pedido de patente deverá ser requerido pelo depositante ou por qualquer interessado, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data do depósito, sob pena do arquivamento do pedido.

Parágrafo único. O pedido de patente poderá ser desarquivado, se o depositante assim o requerer, dentro de 60 (sessenta) dias contados do arquivamento, mediante pagamento de uma retribuição específica, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 34. Requerido o exame, deverão ser apresentados, no prazo de 60 (sessenta) dias, sempre que solicitado, sob pena de arquivamento do pedido:

I — objeções, buscas de anterioridade e resultados de exame para concessão de pedido correspondente em outros países, quando houver reivindicação de prioridade;

II — documentos necessários à regularização do processo e exame do pedido; e

III — tradução simples do documento hábil referido no § 2º do art. 16, caso esta tenha sido substituída pela declaração prevista no § 5º do mesmo artigo.

Art. 35. Por ocasião do exame técnico, será elaborado o relatório de busca e parecer relativo a:

I — patenteabilidade do pedido;

II — adaptação do pedido à natureza reivindicada;

III — reformulação do pedido ou divisão; ou

IV — exigências técnicas.

Art. 36. Quando o parecer for pela não patenteabilidade ou pelo não enquadramento do pedido na natureza reivindicada ou formular qualquer exigência, o depositante será intimado para manifestar-se no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Não respondida a exigência, o pedido será definitivamente arquivado.

§ 2º Respondida a exigência, ainda que não cumprida, ou contestada sua formulação, e havendo ou não manifestação sobre a patenteabilidade ou o enquadramento, dar-se-á prosseguimento ao exame.

Art. 37. Concluído o exame, será proferida decisão, deferindo ou indeferindo o pedido de patente.

### CAPÍTULO IV Da Concessão e da Vigência Da Patente SEÇÃO I Da Concessão da Patente

Art. 38. A patente será concedida depois de deferido o pedido, e comprovado o pagamento da retribuição correspondente, expedindo-se a respectiva carta-patente.

§ 1º O pagamento da retribuição e respectiva comprovação deverão ser efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento.

§ 2º A retribuição prevista neste artigo poderá ainda ser paga e comprovada dentro de 30 (trinta) dias após o prazo previsto no § 1º, independentemente de notificação, mediante pagamento de retribuição específica, sob pena de arquivamento definitivo do pedido.

§ 3º Reputa-se concedida a patente na data de publicação do respectivo ato.

Art. 39. Da carta-patente deverão constar o número, o título e a natureza respectivos, o nome do inventor, observado o disposto no § 4º do art. 6º, a qualificação e o domicílio

do titular, o prazo de vigência, o relatório descritivo, as reivindicações e os desenhos, bem como os dados relativos à prioridade.

## SEÇÃO II

### Da Vigência da Patente

Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 10 (dez) anos contados da data de depósito.

Parágrafo único. O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para as patentes de invenção e a 7 (sete) anos para as patentes de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

## CAPÍTULO V

### Da Proteção Conferida Pela Patente

## SEÇÃO I

### Dos Direitos

Art. 41. A extensão da proteção conferida pela patente será determinada pelo teor das reivindicações, interpretado com base no relatório descritivo e nos desenhos.

Art. 42. A patente confere a seu titular o direito de impedir terceiro, sem seu consentimento, de fabricar, usar, vender, expor à venda, comprar, ofertar, importar, exportar ou estocar:

I — produto objeto de patente;

II — processo ou produto obtido por processo patenteado;

III — componente de um produto patenteado, ou material ou equipamento para realizar um processo patenteado, desde que a aplicação final do componente, material ou equipamento induza, necessariamente, à exploração da invenção ou modelo objeto do privilégio.

§ 1º Ao titular da patente é assegurado ainda o direito de impedir que terceiros contribuam para que outros pratiquem os atos estipulados neste artigo.

§ 2º Ocorrerá violação de direito da patente de processo, a que se refere o inciso II deste artigo, quando o possuidor ou proprietário não comprovar que o seu produto foi obtido por processo de fabricação diverso daquele protegido pela patente.

Art. 43. O disposto no artigo anterior não se aplica:

I — aos atos praticados por terceiros não autorizados, em caráter privado e sem finalidade comercial, desde que não acarretem prejuízo ao interesse econômico do titular da patente;

II — aos atos praticados por terceiros não autorizados, com finalidade experimental, relacionados a estudos ou pesquisas científicas ou tecnológicas;

III — à preparação de medicamento de acordo com prescrição médica para casos individuais, executada por profissional habilitado, bem como ao medicamento assim preparado;

IV — a produto fabricado de acordo com patente de processo ou de produto que tiver sido colocado no mercado interno ou externo diretamente pelo titular da patente ou com seu consentimento;

V — a terceiros que, no caso de patentes relacionadas com matéria viva, utilizem, sem finalidade econômica, o pro-

duto patenteado com fonte inicial de variação ou propagação para obter outros produtos; e

VI — a terceiros que, no caso de patentes relacionadas com matéria viva, utilizem, ponham em circulação ou comercializem um produto patenteado que haja sido introduzido licitamente no comércio pelo detentor da patente ou detentor de licença, desde que o produto patenteado não seja utilizado para multiplicação ou propagação comercial da matéria viva em causa.

Art. 44. Ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.

§ 1º Se o infrator obteve, por qualquer meio, conhecimento do conteúdo do pedido depositado, anteriormente à publicação contar-se-á o período da exploração indevida para efeito da indenização a partir da data de tal conhecimento.

§ 2º Quando o objeto do pedido de patente se referir a material biológico, depositado na forma do parágrafo único do art. 24, o direito à indenização será somente conferido quando o material biológico se tiver tornado acessível ao público.

§ 3º O direito de obter indenização por exploração indevida, inclusive com relação ao período anterior à concessão da patente, está limitado ao conteúdo do seu objeto, na forma do art. 41.

## SEÇÃO II

### Do Usuário Anterior

Art. 45. À pessoa de boa-fé que, antes da data de depósito ou de prioridade de pedido de patente, explorava seu objeto no País, será assegurado o direito de continuar a exploração, sem ônus, na forma e condição anteriores.

§ 1º O direito conferido na forma deste artigo só poderá ser cedido juntamente com o negócio ou empresa, ou parte desta que tenha direta relação com a exploração do objeto da patente, por alienação ou arrendamento.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será assegurado a pessoa que tenha tido conhecimento do objeto da patente através de divulgação na forma do art. 12, desde que o pedido tenha sido depositado no prazo de 1 (um) ano, contado da divulgação.

## CAPÍTULO VI

### Da Nulidade da Patente

## SEÇÃO I

### Das Disposições Gerais

Art. 46. É nula a patente concedida contrariando as disposições desta lei.

Art. 47. A nulidade poderá não incidir sobre todas as reivindicações, sendo condição para a nulidade parcial que as reivindicações subsistentes constituam matéria patenteável por si mesmas.

Art. 48. A nulidade da patente produzirá efeitos a partir da data do depósito do pedido.

Art. 49. No caso de inobservância do disposto no art. 6º, o inventor poderá, alternativamente, reivindicar, em ação judicial, a adjudicação da patente.

## SEÇÃO II

### Do Processo Administrativo

#### De Nulidade

Art. 50. A nulidade da patente será declarada administrativamente quando:



I — Não tiver sido atendido qualquer dos requisitos estabelecidos nos arts. 6º a 10;

II — o relatório e as reivindicações não atenderem ao disposto nos arts. 24 e 25, respectivamente;

III — o objeto da patente se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado; ou

IV — no seu processamento, tiver sido omitida qualquer das formalidades essenciais, indispensáveis à concessão.

Art. 51. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 6 (seis) meses contados da concessão da patente.

Art. 52. O titular será intimado para se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 53. Havendo ou não manifestação, decorrido o prazo fixado no artigo anterior, o INPI emitirá parecer, intimando o titular e o requerente para se manifestarem no prazo comum de 60 (sessenta) dias.

Art. 54. Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, mesmo que não apresentadas as manifestações, o processo será decidido pelo Presidente do INPI, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 55. O processo de nulidade prosseguirá ainda que extinta a patente.

### SEÇÃO III

#### Da Ação de Nulidade

Art. 56. A ação de nulidade poderá ser proposta a qualquer tempo da vigência da patente, pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse.

§ 1º A nulidade da patente poderá ser argüida, a qualquer tempo, como matéria de defesa.

§ 2º O juiz poderá, preventiva ou incidentalmente, determinar a suspensão dos efeitos da patente, atendidos os requisitos processuais próprios.

Art. 57. A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da Justiça Federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.

§ 1º O prazo para resposta do réu titular da patente será de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros.

### CAPÍTULO VII

#### Da Cessão e das Anotações

Art. 58. O pedido de patente e a patente, cujo conteúdo é indivisível, poderão ser cedidos, total ou parcialmente.

Art. 59. O INPI fará as seguintes anotações:

I — da cessão, fazendo constar a qualificação completa do cessionário;

II — de qualquer limitação ou ônus que recaia sobre o pedido ou a patente; e

III — das alterações de nome, sede ou endereço do depositante ou titular.

Art. 60. As anotações produzirão efeito em relação a terceiros a partir da data de seu requerimento ao INPI.

### CAPÍTULO VIII

#### Das Licenças

### SEÇÃO I

#### Da Licença Voluntária

Art. 61. O titular de patente ou o depositante, cujo pedido tenha sido publicado e seu exame requerido, poderá celebrar contrato de licença para exploração.

Parágrafo único. O licenciado poderá ser investido pelo titular de todos os poderes para agir em defesa da patente.

Art. 62. O contrato de licença deverá ser averbado no INPI para que produza efeitos em relação a terceiros.

§ 1º A averbação produzirá efeitos em relação a terceiros a partir da data de seu requerimento ao INPI.

§ 2º Para efeito de validade de prova de uso, o contrato de licença não precisará estar averbado no INPI.

Art. 63. O aperfeiçoamento introduzido em patente licenciada pertence a quem o fizer, sendo assegurado à outra parte contratante o direito de preferência para sua licenciamento.

### SEÇÃO II

#### Da Oferta de Licença

Art. 64. O titular da patente poderá solicitar ao INPI que a coloque em oferta para fins de exploração.

§ 1º O INPI promoverá a publicação da oferta.

§ 2º Nenhum contrato de licença voluntária de caráter exclusivo será averbado no INPI sem que o titular tenha desistido da oferta.

§ 3º A patente sob licença voluntária, com caráter de exclusividade, não poderá ser objeto de oferta.

§ 4º O titular poderá, a qualquer momento, antes da concessão da licença, desistir da oferta.

Art. 65. Na falta de acordo entre o titular e o licenciado, as partes poderão requerer ao INPI o arbitramento da remuneração.

§ 1º Para efeito deste artigo, o INPI observará o disposto no § 3º do art. 73.

§ 2º A remuneração poderá ser revista decorrido 1 (um) ano de sua fixação.

Art. 66. A patente em oferta terá sua anuidade reduzida à metade no período compreendido entre o oferecimento e a concessão da primeira licença, a qualquer título.

Art. 67. O titular da patente poderá requerer o cancelamento da licença se o licenciado não der início à exploração efetiva dentro de 1 (um) ano da concessão, interromper a exploração por prazo superior a 1 (um) ano ou, ainda, se não forem obedecidas as condições para a exploração.

### SEÇÃO III

#### Da Licença Compulsória

Art. 68. O titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º Ensejam, igualmente, licença compulsória:

I — a não exploração do objeto da patente no território brasileiro, por falta de fabricação ou fabricação incompleta do produto ou, ainda, a falta de uso integral do processo patenteado; ou

II — a comercialização que não satisfazer às necessidades do mercado.

§ 2º A licença só poderá ser requerida por pessoa com legítimo interesse e que tenha capacidade técnica e econômica para realizar a exploração eficiente do objeto da patente.

§ 3º A licença compulsória de que trata o § 1º deste artigo somente será requerida após decorridos 3 (três) anos da concessão da patente.

Art. 69. A licença compulsória não será concedida se, à data do requerimento, o titular:

- I — comprovar motivo de força maior;
- II — comprovar a realização de sérios e efetivos preparativos para a exploração; ou
- III — justificar a falta de fabricação ou comercialização por obstáculos de ordem legal.

Art. 70. A licença compulsória será ainda concedida quando, cumulativamente, se verificarem as seguintes hipóteses:

- I — ficar caracterizada situação de dependência de uma patente em relação a outra;
- II — o objeto da patente dependente constituir substancial progresso técnico em relação à patente anterior; e
- III — o titular não realizar acordo com o titular da patente dependente para exploração da patente anterior.

§ 1º Para os fins deste artigo considerar-se patente dependente aquela cuja exploração depende obrigatoriamente da utilização do objeto de patente anterior.

§ 2º Para efeito deste artigo, uma patente de processo poderá ser considerada dependente de patente do produto respectivo, bem como uma patente de produto poderá ser dependente de patente de processo.

§ 3º O titular da patente licenciada na forma deste artigo terá direito a licença compulsória cruzada da patente dependente.

Art. 71. Nos casos de emergência nacional ou interesse público, declarados em ato do Poder Executivo Federal, desde que o titular da patente ou seu licenciado não atenda a essa necessidade, poderá ser concedida, de ofício, licença compulsória, temporária e não exclusiva, para a exploração da patente, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular.

Parágrafo único. O ato de concessão da licença estabelecerá seu prazo de vigência e a possibilidade de prorrogação.

Art. 72. As licenças compulsórias serão sempre concedidas sem exclusividade, não se admitindo o sublicenciamento.

Art. 73. O pedido de licença compulsória deverá ser formulado mediante indicação das condições oferecidas ao titular da patente.

§ 1º Apresentado o pedido de licença, o titular será intimado para manifestar-se no prazo de 60 (sessenta) dias, findo o qual, sem manifestação do titular, será considerada aceita a proposta nas condições oferecidas.

§ 2º O requerente de licença que invocar abuso de direitos patentários ou abuso do poder econômico deverá juntar documentação que o comprove.

§ 3º No caso de a licença compulsória ser requerida com fundamento na falta de exploração, caberá ao titular da patente comprovar a exploração.

§ 4º Havendo contestação, o INPI poderá realizar as necessárias diligências, bem como designar comissão que poderá incluir especialistas não integrantes dos quadros da autarquia, visando arbitrar a remuneração que será paga ao titular.

§ 5º Os órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta, federal, estadual e municipal, prestarão ao INPI as informações solicitadas com o objetivo de subsidiar o arbitramento da remuneração.

§ 6º No arbitramento da remuneração, serão consideradas as circunstâncias de cada caso, levando-se em conta, obrigatoriamente, o valor econômico da licença concedida.

§ 7º Instruído o processo, o INPI decidirá sobre a concessão e condições da licença compulsória no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 8º O recurso da decisão que conceder a licença compulsória não terá efeito suspensivo.

Art. 74. Salvo razões legítimas, o licenciado deverá iniciar a exploração do objeto da patente no prazo de 1 (um) ano da concessão da licença, admitida a interrupção por igual prazo.

§ 1º O titular poderá requerer a cassação da licença quando não cumprido o disposto no caput.

§ 2º O licenciado ficará investido de todos os poderes para agir em defesa da patente.

§ 3º Após a concessão da licença compulsória, somente será admitida a sua cessão quando realizada conjuntamente com a cessão, alienação ou arrendamento da parte do empreendimento que a explore.

## CAPÍTULO IX

### Da Patente de Interesse da Defesa Nacional

Art. 75. O pedido de patente originário do Brasil cujo objeto interesse à defesa nacional será processado em caráter sigiloso e não estará sujeito às publicações previstas nesta Lei.

§ 1º O INPI encaminhará o pedido, de imediato, ao órgão competente do Poder Executivo para, no prazo de 60 (sessenta) dias, manifestar-se sobre o caráter sigiloso. Decorrido o prazo sem a manifestação do órgão competente, o pedido será processado normalmente.

§ 2º É vedado o depósito no exterior de pedido de patente cujo objeto tenha sido considerado de interesse da defesa nacional, bem como qualquer divulgação do mesmo, salvo expressa autorização do órgão competente.

§ 3º A exploração e a cessão do pedido ou da patente de interesse da defesa nacional estão condicionadas à prévia autorização do órgão competente.

## CAPÍTULO X

### Do Certificado de Adição de Invenção

Art. 76. O depositante do pedido ou titular de patente de invenção poderá requerer, mediante pagamento de retribuição específica, certificado de adição para proteger aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, desde que a matéria se inclua no mesmo conceito inventivo.

§ 1º Quando tiver ocorrido a publicação do pedido principal, o pedido de certificado de adição será imediatamente publicado.

§ 2º O exame do pedido de certificado de adição obedecerá ao disposto nos arts. 30 a 37, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º O pedido de certificado de adição será indeferido se o seu objeto não apresentar o mesmo conceito inventivo.

§ 4º O depositante poderá, no prazo do recurso, requerer a transformação do pedido de certificado de adição em pedido de patente, beneficiando-se da data de depósito do pedido de certificado, mediante pagamento das retribuições cabíveis.

Art. 77. O certificado de adição é acessório da patente, tem a data final de vigência desta e acompanha-a para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. No processo de nulidade, o titular poderá requerer que a matéria contida no certificado de adição

seja analisada para se verificar a possibilidade de sua subsistência, sem prejuízo do prazo de vigência da patente.

### CAPÍTULO XI

#### Da Extinção da Patente

Art. 78. A patente extingue-se:

I — pela expiração do prazo de vigência;

II — pela renúncia de seu titular, ressalvado o direito de terceiros;

III — pela caducidade;

IV — pela falta de pagamento da retribuição anual, nos prazos previstos no § 2º do art. 84 e no art. 87; e

V — pela inobservância do disposto no art. 215.

Parágrafo único. Extinta a patente, o seu objeto cai em domínio público.

Art. 79. A renúncia só será admitida se não prejudicar direitos de terceiros.

Art. 80. Caducará a patente, de ofício ou a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, se, decorridos 2 (dois) anos da concessão da primeira licença compulsória, tal não tiver sido suficiente para prevenir ou sanar o abuso ou desuso, salvo motivos justificáveis.

§ 1º A patente caducará quando, na data do requerimento da caducidade ou da instauração de ofício do respectivo processo, não tiver sido iniciada a exploração.

§ 2º No processo de caducidade instaurado a requerimento, o INPI poderá prosseguir se houver desistência do requerente.

Art. 81. O titular será intimado mediante publicação para se manifestar, no prazo de 60 (sessenta) dias, cabendo-lhe o ônus da prova quanto à exploração.

Art. 82. A decisão será proferida dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo mencionado no artigo anterior.

Art. 83. A decisão da caducidade produzirá efeitos a partir da data do requerimento ou da publicação da instauração de ofício do processo.

### CAPÍTULO XII

#### Da Retribuição Anual

Art. 84. O depositante do pedido e o titular da patente estão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, a partir do início do terceiro ano da data do depósito.

§ 1º O pagamento antecipado da retribuição anual será regulado pelo INPI.

§ 2º O pagamento deverá ser efetuado dentro dos primeiros 3 (três) meses de cada período anual, podendo, ainda, ser feito, independente de notificação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes, mediante pagamento de retribuição adicional.

Art. 85. O disposto no artigo anterior aplica-se aos pedidos internacionais depositados em virtude de tratado em vigor no Brasil, devendo o pagamento das retribuições anuais vencidas antes da data de entrada no processamento nacional ser efetuado no prazo de 3 (três) meses dessa data.

Art. 86. A falta de pagamento da retribuição anual, nos termos dos arts. 84 e 85, acarretará o arquivamento do pedido ou a extinção da patente.

### CAPÍTULO XIII

#### Da Restauração

Art. 87. O pedido de patente e a patente poderão ser restaurados, se o depositante ou o titular assim o requerer,

dentro de 3 (três) meses, contados da notificação do arquivamento do pedido ou da extinção da patente, mediante pagamento de retribuição específica.

### CAPÍTULO XIV

#### Da Invenção e do Modelo de Utilidade Realizado por Empregado ou Prestador de Serviço

Art. 88. A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrerem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado.

§ 1º Salvo expressa disposição contratual em contrário, a retribuição pelo trabalho a que se refere este artigo limita-se ao salário ajustado.

§ 2º Salvo prova em contrário, consideram-se desenvolvidos na vigência do contrato a invenção ou o modelo de utilidade, cuja patente seja requerida pelo empregado até 1 (um) ano após a extinção do vínculo empregatício.

Art. 89. O empregador, titular da patente, poderá conceder ao empregado, autor do invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa.

Parágrafo único. A participação referida no caput não se incorpora, a qualquer título, ao salário do empregado.

Art. 90. Pertencerá exclusivamente ao empregado a invenção ou o modelo de utilidade por ele desenvolvido, desde que desvinculado do contrato de trabalho e não decorrente da utilização de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

Art. 91. A propriedade de invenção ou de modelo de utilidade será comum, em partes iguais, quando resulte da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, ressalvada expressa disposição contratual em contrário.

§ 1º Sendo mais de um empregado, a parte que lhes couber será dividida igualmente entre todos, salvo ajuste em contrário.

§ 2º É garantido ao empregador o direito exclusivo de licença de exploração e assegurado ao empregado a justa remuneração.

§ 3º A exploração do objeto da patente, na falta de acordo, deverá ser iniciada pelo empregador dentro do prazo de 1 (um) ano, contado da data de sua concessão, sob pena de passar à exclusiva propriedade do empregado a titularidade da patente, ressalvadas as hipóteses de falta de exploração por razões legítimas.

§ 4º No caso de cessão, qualquer dos co-titulares, em igualdade de condições, poderá exercer o direito de preferência.

Art. 92. O disposto nos artigos anteriores aplica-se, no que couber, às relações entre o trabalhador autônomo ou o estagiário, e a empresa contratante e entre empresas contratantes e contratadas.

Art. 93. Aplica-se o disposto neste Capítulo, no que couber, às entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo único. Na hipótese do art. 88, será assegurada ao inventor, na forma e condições previstas no estatuto ou regimento interno da entidade a que se refere este artigo,

premiação de parcela no valor das vantagens auferidas com o pedido ou com a patente, a título de incentivo.

## TÍTULO II

### Dos Desenhos Industriais

#### CAPÍTULO I

##### Da Titularidade

Art. 94. Ao autor será assegurado o direito de obter registro de desenho industrial que lhe confira a propriedade, nas condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Aplicam-se ao registro de desenho industrial, no que couber, as disposições dos arts. 6º e 7º

#### CAPÍTULO II

##### Da Registrabilidade

### SEÇÃO I

#### Dos Desenhos Industriais Registráveis

Art. 95. Considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.

Art. 96. O desenho industrial é considerado novo quando não compreendido no estado da técnica.

§ 1º O estado da técnica é constituído por tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito do pedido, no Brasil ou no exterior, por uso ou qualquer outro meio, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo e no art. 99.

§ 2º Para aferição unicamente da novidade, o conteúdo completo de pedido de patente ou de registro depositado no Brasil, e ainda não publicado, será considerado como incluído no estado da técnica a partir da data de depósito; ou da prioridade reivindicada, desde que venha a ser publicado, mesmo que subsequentemente.

§ 3º Não será considerado como incluído no estado da técnica o desenho industrial cuja divulgação tenha ocorrido durante os 6 (seis) meses que precederem a data do depósito ou a da prioridade reivindicada, se promovida nas situações previstas nos incisos I a III do art. 12.

Art. 97. O desenho industrial é considerado original quando dele resulte uma configuração visual distintiva, em relação a outros objetos anteriores.

Parágrafo único. O resultado visual original poderá ser decorrente da combinação de elementos conhecidos.

Art. 98. Não se considera desenho industrial qualquer obras de caráter puramente artístico.

### SEÇÃO II

#### Da Prioridade

Art. 99. Aplicam-se ao pedido de registro, no que couber, as disposições do art. 16, exceto o prazo previsto no seu § 3º, que será de 3 (três) meses.

### SEÇÃO III

#### Dos Desenhos Industriais

##### Não Registráveis

Art. 100. Não é registrável como desenho industrial o que for contrário à moral e aos bons costumes ou que ofenda a honra ou imagem de pessoas, ou atente contra liberdade de consciência, crença, culto religioso ou idéia e sentimentos dignos de respeito e veneração.

### CAPÍTULO III

#### Do Pedido de Registro

#### SEÇÃO I

##### Do Depósito do Pedido

Art. 101. O pedido de registro, nas condições estabelecidas pelo INPI, conterá:

- I — requerimento;
- II — relatório descritivo, se for o caso;
- III — reivindicações, se for o caso;
- IV — desenhos ou fotografias;
- V — campo de aplicação do objeto; e
- VI — comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito.

Parágrafo único. Os documentos que integram o pedido de registro deverão ser apresentados em língua portuguesa.

Art. 102. Apresentado o pedido, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data do depósito a da sua apresentação.

Art. 103. O pedido que não atender formalmente ao disposto no art. 101, mas que contiver dados suficientes relativos ao depositante, ao desenho industrial e ao autor, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas, em 5 (cinco) dias, sob pena de ser considerado inexistente.

Parágrafo único. Cumpridas as exigências, o depósito será considerado como efetuado na data da apresentação do pedido.

### SEÇÃO II

#### Das Condições do Pedido

Art. 104. O pedido de registro de desenho industrial terá que se referir a um único objeto, permitida uma pluralidade de variações, desde que se destinem ao mesmo propósito e guardem entre si a mesma característica distintiva preponderante, limitado cada pedido ao máximo de 20 (vinte) variações.

Parágrafo único. O desenho deverá representar clara e suficientemente o objeto e suas variações, se houver, de modo a possibilitar sua reprodução por técnico no assunto.

Art. 105. Se solicitado o sigilo na forma do § 1º do art. 106, poderá o pedido ser retirado em até (três) meses contados da data do depósito.

Parágrafo único. A retirada de um depósito anterior sem produção de qualquer efeito dará prioridade ao depósito imediatamente posterior.

### SEÇÃO III

#### Do Processo e do Exame do Pedido

Art. 106. Depositado o pedido de registro de desenho industrial e observado o disposto nos arts. 100, 101 e 104, será automaticamente publicado e simultaneamente concedido o registro, expedindo-se o respectivo certificado.

§ 1º A requerimento do depositante, por ocasião do depósito, poderá ser mantido em sigilo o pedido, pelo prazo de 6 (seis) meses contados da data do depósito, após o que será processado.

§ 2º Se o depositante se beneficiar do disposto no art. 99, aguardar-se-á a apresentação do documento de prioridade para o processamento do pedido.

§ 3º Não atendido o disposto nos arts. 101 e 104, será formulada exigência, que deverá ser respondida em 60 (sessenta) dias, sob pena de arquivamento definitivo.

§ 4º Não atendido o disposto no art. 100, o pedido de registro será indeferido.

#### CAPÍTULO IV Da Concessão e da Vigência Do Registro

Art. 107. Do certificado deverão constar o número e o título, nome do autor, observado o disposto no § 4º do art. 6º, o nome, a nacionalidade e o domicílio do titular, o prazo de vigência, os desenhos, os dados relativos à prioridade estrangeira, e, quando houver, relatório descritivo e reivindicações.

Art. 108. O registro vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data do depósito, prorrogável por 3 (três) períodos sucessivos de 5 (cinco) anos cada.

§ 1º O pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição.

§ 2º Se o pedido de prorrogação não tiver sido requerido até o termo final da vigência do registro, o titular poderá fazê-lo nos 6 (seis) meses subseqüentes, mediante o pagamento de retribuição adicional.

#### CAPÍTULO V Da Proteção Conferida pelo Registro

Art. 109. A propriedade do desenho industrial adquire-se pelo registro validamente concedido.

Parágrafo único. Aplicam-se ao registro do desenho industrial, no que couber, as disposições do art. 42 e dos incisos I, II e IV do art. 43.

Art. 110. A pessoa que, de boa fé, antes da data do depósito ou da prioridade do pedido de registro explorava seu objeto no País, será assegurado o direito de continuar a exploração, sem ônus, na forma e condição anteriores.

§ 1º O direito conferido na forma deste artigo só poderá ser cedido juntamente com o negócio ou empresa, ou parte deste, que tenha direta relação com a exploração do objeto do registro, por alienação ou arrendamento.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será assegurado a pessoa que tenha tido conhecimento do objeto do registro através de divulgação nos termos do § 3º do art. 96, desde que o pedido tenha sido depositado no prazo de 6 (seis) meses contados da divulgação.

#### CAPÍTULO VI Do Exame de Mérito

Art. 111. O titular do desenho industrial poderá requerer o exame do objeto do registro, a qualquer tempo da vigência, quanto aos aspectos de novidade e de originalidade.

Parágrafo único. O INPI emitirá parecer de mérito, que, se concluir pela ausência de pelo menos um dos requisitos definidos nos arts. 95 a 98, servirá de fundamento para instauração de ofício de processo de nulidade do registro.

#### CAPÍTULO VII Da Nulidade do Registro

##### SEÇÃO I Das Disposições Gerais

Art. 112. É nulo o registro concedido em desacordo com as disposições desta lei.

§ 1º A nulidade do registro produzirá efeitos a partir da data do depósito do pedido.

§ 2º No caso de inobservância do disposto no art. 94, o autor poderá, alternativamente, reivindicar a adjudicação do registro.

#### SEÇÃO II Do Processo Administrativo de Nulidade

Art. 113. A nulidade do registro será declarada administrativamente quando tiver sido concedido com infringência dos arts. 94 a 98.

§ 1º O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 5 (cinco) anos contados da concessão do registro, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 111.

§ 2º O requerimento ou a instauração de ofício suspenderá os efeitos da concessão do registro se apresentada ou publicada no prazo de 60 (sessenta) dias da concessão.

Art. 114. O titular será intimado para se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação.

Art. 115. Havendo ou não manifestação, decorrido o prazo fixado no artigo anterior, o INPI emitirá parecer, intimando o titular e o requerente para se manifestarem no prazo comum de 60 (sessenta) dias.

Art. 116. Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, mesmo que não apresentadas as manifestações, o processo será decidido pelo Presidente do INPI, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 117. O processo de nulidade prosseguirá, ainda que extinto o registro.

#### SEÇÃO III Da Ação de Nulidade

Art. 118. Aplicam-se à ação de nulidade de registro de desenho industrial, no que couber, as disposições dos arts. 56 e 57.

#### CAPÍTULO VIII Da Extinção do Registro

Art. 119. O registro extingue-se:  
I — pela expiração do prazo de vigência;  
II — pela renúncia de seu titular, ressalvado o direito de terceiros;  
III — pela falta de pagamento da retribuição prevista nos arts. 108 e 120; ou  
IV — pela inobservância do disposto no art. 215.

#### CAPÍTULO IX Da Retribuição Quinquenal

Art. 120. O titular do registro está sujeito ao pagamento de retribuição quinquenal, a partir do segundo quinquênio da data do depósito.

§ 1º O pagamento do segundo quinquênio será feito durante o 5º (quinto) ano da vigência do registro.

§ 2º O pagamento dos demais quinquênios será apresentado junto com o pedido de prorrogação a que se refere o art. 108.

§ 3º O pagamento dos quinquênios poderá ainda ser efetuado dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes ao prazo estabelecido no parágrafo anterior, mediante pagamento de retribuição adicional.

**CAPÍTULO X****Das Disposições finais**

Art. 121. As disposições dos arts. 58 a 63 aplicam-se, no que couber, a matéria de que trata o presente Título, disciplinando-se o direito do empregado ou prestador de serviços pelas disposições dos arts. 88 a 93.

**TÍTULO III****Das Marcas****CAPÍTULO I****Da Registrabilidade****SEÇÃO I****Dos Sinais Registráveis como Marca**

Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais.

Art. 123. Para os efeitos desta lei, considera-se:

I — marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;

II — marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e

III — marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços providos de membros de uma determinada entidade.

**SEÇÃO II****Dos Sinais não Registráveis como Marca**

Art. 124. Não é registrável como marca:

I — brasão, armas, medalha, bandeira, emblema, distintivo e monumentos oficiais, público, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como a respectiva designação, figura ou imitação;

II — letra, algarismo e data, isoladamente, salvo quando revestidos de suficiente forma distintiva;

III — expressão, figura, desenho ou qualquer outro sinal contrário à moral e aos bons costumes ou que ofenda a honra ou imagem de pessoas ou atente contra liberdade de consciência, crença, culto religioso ou idéia e sentimento dignos de respeito e veneração;

IV — designação ou sigla de entidade ou órgão público, quando não requerido o registro pela própria entidade ou órgãos público;

V — reprodução ou imitação de elemento característico ou diferenciador de título de estabelecimento ou nome de empresa de terceiros, susceptíveis de causar confusão ou associação com estes sinais distintivos;

VI — sinal de caráter genérico, necessário, comum, vulgar ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, ou aquele empregado comumente para designar uma característica do produto ou serviço, quanto à natureza, nacionalidade, peso, valor, qualidade e época de produção ou de prestação do serviço, salvo quando revestidos de suficiente forma distintiva;

VII — sinal ou expressão empregada apenas como meio de propaganda;

VIII — cores e suas denominações, salvo se dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo;

IX — indicação geográfica, sua imitação suscetível de causar confusão ou sinal que possa falsamente induzir indicação geográfica;

X — sinal que induza a falsa indicação quanto à origem, procedência, natureza, qualidade ou utilidade do produto ou serviço a que a marca se destina;

XI — reprodução ou imitação de cunho oficial, regularmente adotada para garantia de padrão de qualquer gênero ou natureza;

XII — reprodução ou imitação de sinal que tenha sido registrado como marca coletiva ou de certificação por terceiro, observado o disposto no art. 154;

XIII — nome, prêmio ou símbolo de evento esportivo, artístico, cultural, social, político, econômico ou técnico, oficial ou oficialmente reconhecido, bem como a imitação suscetível de criar confusão, salvo quando autorizados pela autoridade competente ou entidade promotora do evento;

XIV — reprodução ou imitação de título, apólice, moeda e cédula da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, ou de país;

XV — nome civil ou sua assinatura, nome de famílias ou patronímico e imagem de terceiros, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores;

XVI — pseudônimo ou apelido notoriamente conhecidos, nome artístico singular ou coletivo, salvo com consentimento do titular, herdeiros ou sucessores;

XVII — obra literária, artística ou científica, assim como os títulos que estejam protegidos pelo direito autoral e sejam suscetíveis de causar confusão ou associação, salvo com consentimento do autor ou titular;

XVIII — termo técnico usado na indústria, na ciência e na arte, que tenha relação com o produto ou serviço a distinguir;

XIX — reprodução ou imitação, no todo ou em parte, ainda que com acréscimo, de marca alheia registrada, para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, suscetível de causar confusão ou associação com marca alheia;

XX — dualidade de marcas de um só titular para o mesmo produto ou serviço, salvo quando, no caso de marcas de mesma natureza, se revestirem de suficiente forma distintiva;

XXI — a forma necessária, comum ou vulgar do produto ou de acondicionamento, ou, ainda, aquela que não possa ser dissociada de efeito técnico;

XXII — objeto que estiver protegido por registro de desenho industrial de terceiro; e

XXIII — sinal que imite ou reproduza, no todo ou em parte, marca que o requerente evidentemente não poderia desconhecer em razão de sua atividade, cujo titular seja sediado ou domiciliado em território nacional ou em país com o qual o Brasil mantenha acordo ou que assegure reciprocidade de tratamento, se a marca se destinar a distinguir produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, suscetível de causar confusão ou associação com aquela marca alheia.

**SEÇÃO III****Marca de Alto Renome**

Art. 125. A marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.

## SEÇÃO IV

## Marca Notoriamente Conhecida

Art. 126. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º bis (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

§ 1º A proteção de que trata o caput aplica-se também às marcas de serviço.

§ 2º O INPI poderá indeferir de ofício pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida.

## CAPÍTULO II

## Prioridade

Art. 127. Ao pedido de registro de marca depositado em país que mantenha acordo com o Brasil ou em organização internacional, que produza efeito de depósito nacional, será assegurado direito de prioridade, nos prazos estabelecidos no acordo, não sendo o depósito invalidado nem prejudicado por fatos ocorridos nesses prazos.

§ 1º A reivindicação da prioridade será feita no ato de depósito, podendo ser suplementada dentro de 60 (sessenta) dias, por outras prioridades anteriores à data do depósito no Brasil.

§ 2º A reivindicação da prioridade será comprovada por documento hábil da origem, contendo o número, a data e a reprodução do pedido ou do registro, acompanhado de tradução simples, cujo teor será de inteira responsabilidade do depositante.

§ 3º Se não efetuada por ocasião do depósito, a comprovação deverá ocorrer em até 4 (quatro) meses, contados do depósito, sob pena de perda da prioridade.

§ 4º Tratando-se de prioridade obtida por cessão, o documento correspondente deverá ser apresentado junto com o próprio documento de prioridade.

## CAPÍTULO III

## Dos Requerentes de Registro

Art. 128. Podem requerer registro de marca as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

§ 1º As pessoas de direito privado só podem requerer registro de marca relativo à atividade que exerçam efetiva e lícitamente, de modo direto ou através de empresas que controlem direta ou indiretamente, declarando, no próprio requerimento, esta condição, sob as penas da lei.

§ 2º O registro de marca coletiva poderá ser requerido por pessoa jurídica representativa de coletividade, a qual poderá exercer atividade distinta da de seus membros.

§ 3º O registro da marca de certificação só poderá ser requerido por pessoa sem interesse comercial ou industrial direto no produto ou serviço atestado.

§ 4º A reivindicação de prioridade não isenta o pedido da aplicação dos dispositivos constantes deste Título.

## CAPÍTULO IV

## Dos Direitos Sobre a Marca

## SEÇÃO I

## Aquisição

Art. 129. A propriedade da marca adquire-se pelo registro validamente expedido, conforme as disposições desta

lei, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional, observado quanto às marcas coletivas e de certificação o disposto nos arts. 147 e 148.

§ 1º Toda pessoa que, de boa fé, na data da prioridade ou depósito, usava no País, há pelo menos 6 (seis) meses, marca idêntica ou semelhante, para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, terá direito de precedência ao registro.

§ 2º O direito de precedência somente poderá ser cedido juntamente com o negócio da empresa, ou parte deste, que tenha direta relação com o uso da marca, por alienação ou arrendamento.

## SEÇÃO II

## Da Proteção Conferida Pelo Registro

Art. 130. Ao titular da marca é ainda assegurado o direito de:

I — ceder seu registro ou pedido de registro;

II — licenciar seu uso;

III — zelar pela sua integridade material ou reputação.

Art. 131. A proteção de que trata esta lei abrange o uso da marca em papéis, impressos, propaganda e documentos relativos à atividade do titular.

Art. 132. O titular da marca não poderá:

I — impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto, na sua promoção e comercialização;

II — impedir que fabricantes de acessórios utilizem a marca para indicar a destinação do produto, desde que obedecidas as práticas leais de concorrência;

III — impedir a livre circulação de produto colocado no mercado por ele mesmo ou por outrem com seu consentimento; e

IV — impedir a citação da marca em discurso, obra científica ou literária ou qualquer outra publicação, desde que sem conotação comercial e sem prejuízo para seu caráter distintivo.

## CAPÍTULO V

## Da Vigência, da Cessão e Das Anotações

## SEÇÃO I

## Da Vigência

Art. 133. O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º O pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição.

§ 2º Se o pedido de prorrogação não tiver sido efetuado até o termo final da vigência do registro, o titular poderá fazê-lo nos 6 (seis) meses subsequentes, mediante o pagamento de retribuição adicional.

§ 3º A prorrogação não será concedida se não atendido o disposto no art. 128.

## SEÇÃO II

## Da Cessão

Art. 134. O pedido de registro e o registro, cujo conteúdo é indivisível, poderão ser cedidos total ou parcialmente, desde que o cessionário atenda aos requisitos legais para requerer tal registro.

Art. 135. A cessão deverá compreender todos os registros ou pedidos, em nome de cedente, de marcas iguais ou



semelhantes, relativas a produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, sob pena de cancelamento dos registros ou arquivamento dos pedidos não cedidos.

### SEÇÃO III Das Anotações

Art. 136. O INPI fará as seguintes anotações:

I — da cessão, fazendo constar a qualificação completa do cessionário;

II — de qualquer limitação ou ônus que recaia sobre o pedido ou registro; e

III — das alterações de nome, sede ou endereço do depositante ou titular.

Art. 137. As anotações produzirão efeitos em relação a terceiros a partir da data de seu requerimento ao INPI.

Art. 138. Cabe recurso da decisão que:

I — indeferir anotação de cessão;

II — cancelar o registro ou arquivar o pedido, nos termos do art. 135.

### SEÇÃO IV Da Licença de Uso

Art. 139. O titular de registro ou o depositante de pedido de registro poderá celebrar contrato de licença para uso da marca, sem prejuízo de seu direito de exercer controle efetivo sobre as especificações, natureza e qualidade dos respectivos produtos ou serviços.

Parágrafo único. O licenciado poderá ser investido pelo titular de todos os poderes para agir em defesa da marca, sem prejuízo dos seus próprios direitos.

Art. 140. O contrato de licença deverá ser averbado no INPI para que produza efeitos em relação a terceiros.

§ 1º A averbação produzirá efeitos em relação a terceiros a partir da data de seu requerimento ao INPI.

§ 2º Para efeito de validade de prova de uso, o contrato de licença não precisará estar averbado no INPI.

Art. 141. Da decisão que indeferir a averbação do contrato de licença cabe recurso.

### CAPÍTULO VI Da Perda dos Direitos

Art. 142. O registro da marca extingue-se:

I — pela expiração do prazo de vigência;

II — pela renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca;

III — pela caducidade; ou

IV — pela inobservância do disposto no art. 215.

Art. 143. Caducará o registro, de ofício ou a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos mais de 5 (cinco) anos da sua concessão, na data do requerimento ou da instauração de ofício:

I — o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil; ou

II — o uso da marca tiver sido interrompido por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro.

§ 1º Não ocorrerá caducidade se o titular justificar o desuso da marca por razões legítimas.

§ 2º O titular será intimado para se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias, cabendo-lhe o ônus de provar o uso da marca ou justificar seu desuso por razões legítimas.

Art. 144. O uso da marca deverá compreender produtos ou serviços constantes do certificado, sob pena de caducar parcialmente o registro em relação aos não semelhantes ou afins daqueles para os quais a marca foi comprovadamente usada.

Art. 145. Não se conhecerá do requerimento de caducidade se o uso da marca tiver sido comprovado ou justificado seu desuso em processo anterior, requerido há menos de 5 (cinco) anos.

Art. 146. Da decisão que declarar ou denegar a caducidade caberá recurso.

### CAPÍTULO VII Das Marcas Coletivas e De Certificação

Art. 147. O pedido de registro de marca coletiva conterá regulamento de utilização, dispondo sobre condições e proibições de uso da marca.

Parágrafo único. O regulamento de utilização, quando não acompanhar o pedido, deverá ser protocolizado no prazo de 60 (sessenta) dias do depósito, sob pena de arquivamento definitivo do pedido.

Art. 148. O pedido de registro da marca de certificação conterá:

I — as características do produto ou serviço objeto de certificação; e

II — as medidas de controle que serão adotadas pelo titular.

Parágrafo único. A documentação prevista nos incisos I e II deste artigo, quando não acompanhar o pedido, deverá ser protocolizada no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de arquivamento definitivo do pedido.

Art. 149. Qualquer alteração no regulamento de utilização deverá ser comunicada ao INPI, mediante petição protocolizada, contendo todas as condições alteradas, sob pena de não ser considerada.

Art. 150. O uso da marca independe de licença, bastando sua autorização no regulamento de utilização.

Art. 151. Além das causas de extinção estabelecidas no art. 142, o registro da marca coletiva e de certificação extingue-se quando:

I — a entidade deixar de existir; ou

II — a marca for utilizada em condições outras que não aquelas previstas no regulamento de utilização.

Art. 152. Só será admitida a renúncia ao registro de marca coletiva quando requerida nos termos do contrato social ou estatuto da própria entidade.

Art. 153. A caducidade do registro será declarada se a marca coletiva não for usada por mais de uma pessoa autorizada, observado, ainda, o disposto nos arts. 143 e 146.

Art. 154. A marca coletiva e a de certificação que já tenham sido usadas e cujos registros tenham sido extintos não poderão ser registradas em nome de terceiro, antes de expirado o prazo de 5 (cinco) anos, contados da extinção do registro.

### CAPÍTULO VIII Do Depósito

Art. 155. O pedido deverá referir-se a um único sinal distintivo e, nas condições estabelecidas pelo INPI, deverá conter:

I — requerimento;

II — etiquetas, quando for o caso; e



III — comprovante do pagamento da retribuição relativa ao depósito.

Parágrafo único. O requerimento e qualquer documento que o acompanhe deverão ser apresentados em língua portuguesa e, quando houver documento em língua estrangeira, sua tradução simples deverá ser apresentada no ato do depósito ou dentro dos 60 (sessenta) dias subseqüentes, sob pena de não ser considerado o documento.

Art. 156. Apresentado o pedido, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data de depósito a da sua apresentação.

Art. 157. O pedido que não atender formalmente ao disposto no art. 155, mas que contiver dados suficientes relativos ao depositante, sinal marcário e classe, poderá ser entregue, mediante recibo datado, ao INPI, que estabelecerá as exigências a serem cumpridas pelo depositante, em 5 (cinco) dias, sob pena de ser considerado inexistente.

Parágrafo único. Cumpridas as exigências, o depósito será considerado como efetuado na data da apresentação do pedido.

#### CAPÍTULO IX Do Exame

Art. 158. Protocolizado, o pedido será publicado para apresentação de oposição no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º O depositante será intimado da oposição, podendo se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Não se conhecerá da oposição, nulidade administrativa ou de ação de nulidade se, fundamentada no inciso XXIII do art. 124 ou no art. 126, não se comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias após a interposição, o depósito do pedido de registro da marca na forma desta lei.

Art. 159. Decorrido o prazo de oposição ou, se interposta esta, findo o prazo de manifestação, será feito o exame, durante o qual poderão ser formuladas exigências, que deverão ser respondidas no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Não respondida a exigência, o pedido será definitivamente arquivado.

§ 2º Respondida a exigência, ainda que não cumprida, ou contestada a sua formulação, dar-se-á prosseguimento ao exame.

Art. 160. Concluído o exame, será proferido decisão, deferindo ou indeferindo o pedido de registro.

#### CAPÍTULO X Da Expedição do Certificado De Registro

Art. 161. O certificado de registro será concedido depois de deferido o pedido e comprovado o pagamento das retribuições correspondentes.

Art. 162. O pagamento das retribuições e respectiva comprovação, relativas à expedição do certificado de registro e ao primeiro decênio de sua vigência, deverão ser efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento.

Parágrafo único. A retribuição prevista neste artigo poderá ainda ser paga e comprovada dentro de 30 (trinta) dias após o prazo previsto no caput, independentemente de notificação, mediante o pagamento de retribuição específica, sob pena de arquivamento definitivo do pedido.

Art. 163. Reputa-se concedido o certificado de registro na data da publicação do respectivo ato.

Art. 164. Do certificado deverão constar a marca, o número e data do registro, nome, nacionalidade e domicílio do titular, os produtos ou serviços, as características do registro e a prioridade estrangeira.

#### CAPÍTULO XI Da Nulidade do Registro

##### SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 165. É nulo o registro que for concedido em desacordo com as disposições desta lei.

Parágrafo único. A nulidade do registro poderá ser total ou parcial, sendo condição para a nulidade parcial que a parte subsistente possa ser considerada registrável.

Art. 166. O titular de uma marca registrada em país signatário da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial poderá, alternativamente, reivindicar, através de ação judicial, a adjudicação do registro, nos termos previstos no art. 6º septies (1) daquela Convenção.

Art. 167. A declaração de nulidade produzirá efeito a partir da data do depósito do pedido.

##### SEÇÃO II Do Processo Administrativo De Nulidade

Art. 168. A nulidade do registro será declarada administrativamente quando tiver sido concedida com infringência do disposto nesta lei.

Art. 169. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 6 (seis) meses contados da data da expedição do certificado de registro.

Art. 170. O titular será intimado para se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 171. Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, mesmo que não apresentada a manifestação, o processo será decidido pelo Presidente do INPI, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 172. O processo de nulidade prosseguirá ainda que extinto o registro.

##### SEÇÃO III Da Ação de Nulidade

Art. 173. A ação de nulidade poderá ser proposta pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse.

Parágrafo único. O juiz poderá, nos autos da ação de nulidade, determinar liminarmente a suspensão dos efeitos do registro e do uso da marca, atendidos os requisitos processuais próprios.

Art. 174. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação para declarar a nulidade do registro, contados da data da sua concessão.

Art. 175. A ação de nulidade do registro será ajuizada no foro da justiça federal e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito.

§ 1º O prazo para resposta do réu titular do registro será de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Transitada em julgado a decisão da ação de nulidade, o INPI publicará anotação, para ciência de terceiros.

#### TÍTULO III Das Indicações Geográficas

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.

Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.

Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

Parágrafo único. O INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas.

#### TÍTULO IV

##### Dos Crimes Contra a Propriedade Industrial

#### CAPÍTULO I

##### Dos Crimes Contra as Patentes

Art. 183. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem:

I — fabrica produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade, sem autorização do titular; ou

II — usa meio ou processo que seja objeto de patente de invenção, sem autorização do titular.

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 184. Comete crime contra patente de invenção ou de modelo de utilidade quem:

I — exporta, vende, expõe ou oferece à venda, tem em estoque, oculta ou recebe, para utilização com fins econômicos, produto fabricado com violação de patente de invenção ou de modelo de utilidade, ou obtido por meio ou processo patenteado; ou

II — importa produto que seja objeto de patente de invenção ou de modelo de utilidade ou obtido por meio ou processo patenteado no País, para os fins previstos no inciso anterior, e que não tenha sido colocado no mercado externo diretamente pelo titular da patente ou com seu consentimento.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Art. 185. Fornecer componente de um produto patenteado, ou material ou equipamento para realizar um processo patenteado, desde que a aplicação final do componente, material ou equipamento induza, necessariamente, à exploração do objeto da patente.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Art. 186. Os crimes deste capítulo caracterizam-se ainda que a violação não atinja todas as reivindicações da patente

ou se restrinja à utilização de meios equivalentes ao objeto da patente.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Crimes Contra os Desenhos Industriais

Art. 187. Fabricar, sem autorização do titular, produto que incorpore desenho industrial registrado, ou imitação substancial que possa induzir em erro ou confusão.

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 188. Comete crime contra registro de desenho industrial, quem:

I — exporta, vende, expõe ou oferece à venda, tem em estoque, oculta ou recebe, para utilização com fins econômicos, objeto que incorpore ilicitamente desenho industrial registrado, ou imitação substancial que possa induzir em erro ou confusão, ou

II — importa produto que incorpore desenho industrial registrado no País, ou imitação substancial que possa induzir em erro ou confusão, para os fins previstos no inciso anterior, e que não tenha sido colocado no mercado externo diretamente pelo titular ou com seu consentimento.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

#### CAPÍTULO III

##### Dos Crimes Contra as Marcas

Art. 189. Comete crime contra registro de marca quem:

I — reproduz, sem autorização do titular, no todo ou em parte, marca registrada, ou imita-a de modo que possa induzir confusão; ou

II — altera marca registrada de outrem já aposta em produto colocado no mercado.

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 190. Comete crime contra registro de marca quem importa, exporta, vende, oferece ou expõe à venda, oculta ou tem em estoque:

a) produto assinalado com marca reproduzida ou imitada, de outrem, no todo ou em parte; ou

b) produto de sua indústria ou comércio, contido em vasilhame, recipiente ou embalagem que contenha marca legítima de outrem.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos Crimes Cometidos Por Meio De Marca, Título de Estabelecimento E Sinal de Propaganda

Art. 191. Reproduzir ou imitar, de modo que possa induzir em erro ou confusão, armas, brasões ou distintivos oficiais nacionais, estrangeiros ou internacionais, sem a necessária autorização, no todo ou em parte, em marca, título de estabelecimento, nome comercial, insígnia ou sinal de propaganda, ou usar essas reproduções ou imitações com fins econômicos.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou expõe ou oferece à venda produtos assinalados com essas marcas.

#### CAPÍTULO V

##### Dos Crimes Contra Indicações Geográficas: E Demais Indicações

Art. 192. Fabricar, importar, exportar, vender, expor ou oferecer à venda ou ter em estoque produto que apresente falsa indicação geográfica.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Art. 193. Usar, em produto, recipiente, invólucro, cinta, rótulo, fatura, circular, cartaz ou em outro meio de divulgação ou propaganda, termos retificativos, tais como "tipo", "espécie", "gênero", "sistema", "semelhante", "sucedâneo", "idêntico", ou equivalente, não ressaltando a verdadeira procedência do produto.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Art. 194. Usar marca, nome comercial, título de estabelecimento, insígnia, expressão ou sinal de propaganda ou qualquer outra forma que indique procedência que não a verdadeira, ou vender ou expor à venda produto com esses sinais.

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

## CAPÍTULO VI

### Dos Crimes de Concorrência Desleal

Art. 195. Comete crime de concorrência desleal quem:

I — publica, por qualquer meio, falsa afirmação, em detrimento de concorrente, com o fim de obter vantagem;

II — presta ou divulga, acerca de concorrente, falsa informação, com o fim de obter vantagem;

III — emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

IV — usa expressão ou sinal de propaganda alheio, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos;

V — usa, indevidamente, nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios ou vende, expõe ou oferece à venda ou tem em estoque produto com essas referências;

VI — substitui, pelo seu próprio nome ou razão social, em produto de outrem, o nome ou razão social deste, sem o seu consentimento;

VII — atribui-se, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve;

VIII — vende ou expõe ou oferece à venda, em recipiente ou invólucro de outrem, produto adulterado ou falsificado, ou dele se utiliza para negociar com produto da mesma espécie, embora não adulterado ou falsificado, se o fato não constituir crime mais grave;

IX — dá ou promete dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que o empregado, faltando ao dever do emprego, lhe proporcione vantagem;

X — recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar vantagem a concorrente do empregador;

XI — divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços, excluídos aqueles que sejam de conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término do contrato;

XII — divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos ou informações a que se refere o inciso anterior, obtidos por meios ilícitos ou a que teve acesso mediante fraude; ou

XIII — vende, expõe ou oferece à venda produto, declarando ser objeto de patente depositada, ou concedida, ou de desenho industrial registrado, que não o seja, ou menciona-o, em anúncio ou papel comercial, como depositado ou patenteado, ou registrado, sem o ser.

Pena — detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único. Inclui-se nas hipóteses a que se referem os incisos XI e XII deste artigo o empregador, sócio ou administrador da empresa, que incorrer nas tipificações estabelecidas nos mencionados dispositivos.

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Gerais

Art. 196. As penas de detenção previstas nos Capítulos I, II e III deste título serão aumentadas de um terço à metade se:

I — o agente é ou foi representante, mandatário, preposto, sócio ou empregado do titular da patente ou do registro, ou, ainda, do seu licenciado; ou

II — a marca alterada, reproduzida ou imitada for de alto renome, notoriamente conhecida, de certificação ou coletiva.

Art. 197. As multas previstas neste título serão fixadas, no mínimo, em Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) e, no máximo, em Cr\$1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros).

§ 1º A partir da publicação desta lei, as multas serão atualizadas no primeiro dia útil de cada mês, pelo mesmo critério de atualização dos débitos fiscais da União.

§ 2º A multa poderá ser aumentada ou reduzida, em até dez vezes, em face das condições pessoais do agente e da magnitude da vantagem auferida, independentemente da norma do art. 196 desta lei.

Art. 198. Poderão ser apreendidos, de ofício ou a requerimento do interessado, pelas autoridades alfandegárias, no ato de conferência, os produtos assinalados com marcas falsificadas, alteradas ou imitadas ou que apresentem falsa indicação de procedência.

Art. 199. Nos crimes previstos neste título somente se procede mediante queixa, salvo quanto ao crime do art. 191, em que a ação penal será pública.

Art. 200. A ação penal e as diligências preliminares de busca e apreensão, nos crimes contra a propriedade industrial, regulam-se pelo disposto no Código de Processo Penal, com as modificações constantes dos artigos deste capítulo.

Art. 201. Na diligência de busca e apreensão, em crime contra patente que tenha por objeto a invenção de processo, o oficial do juízo será acompanhado por perito, que verificará, preliminarmente, a existência do ilícito, podendo o juiz ordenar a apreensão de produtos obtidos pelo contrafator com o emprego do processo patenteado.

Art. 202. Além das diligências preliminares de busca e apreensão, o interessado poderá requerer:

I — apreensão de marca falsificada, alterada ou imitada onde for preparada ou onde quer que seja encontrada, antes de utilizada para fins criminosos; ou

II — destruição de marca falsificada nos volumes ou produtos que a contiverem, antes de serem distribuídos, ainda que fiquem destruídos os envoltórios ou os próprios produtos.

Art. 203. Tratando-se de estabelecimentos industriais ou comerciais legalmente organizados e que estejam funcionando publicamente, as diligências preliminares se limitarão à vistoria e apreensão dos produtos, quando ordenadas pelo juiz, não podendo ser paralisada a sua atividade lícitamente exercida.

Art. 204. Realizada a diligência de busca e apreensão, responderá por perdas e danos a parte que a tiver requerido de má-fé, por espírito de emulação, mero capricho ou erro grosseiro.

Art. 205. Poderá constituir matéria de defesa na ação penal a alegação de nulidade da patente ou registro em que a ação se fundar. A absolvição do réu, entretanto, não importará a nulidade da patente ou do registro, que só poderá ser demandada pela ação competente.

Art. 206. Independentemente da ação criminal, o prejudicado poderá intentar as ações cíveis que considerar cabíveis na forma do Código de Processo Civil.

Art. 207. Fica ressalvado ao prejudicado o direito de haver perdas e danos em ressarcimento de prejuízos causados por atos de violação de direitos de propriedade industrial e atos de concorrência desleal não previstos nesta lei, tendentes a prejudicar a reputação ou os negócios alheios, a criar confusão entre estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço, ou entre os produtos e serviços postos no comércio.

§ 1º Poderá o juiz, nos autos da própria ação, para evitar dano irreparável ou de difícil reparação, determinar liminarmente a sustação da violação ou de ato que a enseje, antes da citação do réu, mediante, caso julgue necessário, caução em dinheiro ou garantia fidejussória.

§ 2º Nos casos de reprodução ou de imitação flagrante de marca registrada, o juiz poderá determinar a apreensão de todas as mercadorias, produtos, objetos, embalagens, etiquetas e outros que contenham a marca falsificada ou imitada.

Art. 208. Os lucros cessantes serão determinados pelo critério mais favorável ao prejudicado, dentre os seguintes:

I — os benefícios que o prejudicado teria auferido se a violação não tivesse ocorrido; ou

II — os benefícios que foram auferidos pelo autor da violação do direito; ou

III — a remuneração que o autor da violação teria pago ao titular do direito violado pela concessão de uma licença que lhe permitisse legalmente explorar o bem.

## TÍTULO VI

### Da Transferência de Tecnologia E da Franquia

Art. 209. O INPI fará o registro dos contratos que impliquem transferência de tecnologia, contratos de franquia e similares para produzirem efeitos em relação a terceiros.

§ 1º A decisão relativa aos pedidos de registro de contratos de que trata o caput será proferida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do pedido de registro.

§ 2º O Poder Executivo poderá definir, através de decreto, os contratos de transferência de tecnologia que ficarão sujeitos a averbação junto ao INPI.

## TÍTULO VII

### Das Disposições Gerais

#### CAPÍTULO I Dos Recursos

Art. 210. Salvo expressa disposição em contrário, das decisões de que trata esta lei cabe recurso, que será interposto no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Os recursos serão recebidos nos efeitos suspensivo e devolutivo pleno, aplicando-se todos os dispositivos pertinentes ao exame de primeira instância, no que couber.

§ 2º Não cabe recurso da decisão que determinar o arquivamento definitivo de pedido de patente ou de registro e da que deferir pedido de patente, de certificado de adição ou de registro de marca.

§ 3º Os recursos serão decididos pelo Presidente do INPI, encerrando-se a instância administrativa.

Art. 211. Os interessados serão intimados para, no prazo de 60 (sessenta) dias, oferecerem contra-razões ao recurso.

Art. 212. Para fins de complementação das razões oferecidas a título de recurso, o INPI poderá formular exigências que deverão ser cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo do caput, será decidido o recurso.

Art. 213. A decisão do recurso é final e irrecurável na esfera administrativa.

## CAPÍTULO II

### Dos Atos das Partes

Art. 214. Os atos previstos nesta lei serão praticados pelas partes ou por seus procuradores, devidamente qualificados.

§ 1º O instrumento de procuração, no original, traslado ou fotocópia autenticada, deverá ser em língua portuguesa, dispensados a legalização consular e o reconhecimento de firma.

§ 2º A procuração deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias contados da prática do primeiro ato da parte no processo, independente de notificação ou exigência, sob pena de arquivamento, sendo definitivo o arquivamento do pedido de patente, do pedido de registro de desenho industrial e de registro de marca.

Art. 215. A pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações.

Art. 216. Não se conhecerá da petição:

I — se apresentada fora do prazo legal; ou

II — se desacompanhada do comprovante da respectiva retribuição no valor vigente à data de sua apresentação.

Art. 217. Não serão conhecidos a petição, a oposição e o recurso, quando:

a) apresentados fora do prazo previsto nesta lei;

b) não contiverem fundamentação legal; ou

c) desacompanhados do comprovante do pagamento da retribuição correspondente.

Art. 218. O INPI aproveitará os atos das partes, sempre que possível, fazendo as exigências cabíveis.

## CAPÍTULO III

### Dos Prazos

Art. 219. Os prazos estabelecidos nesta lei são contínuos, extinguindo-se automaticamente o direito de praticar o ato, após seu decurso, salvo se a parte provar que não o realizou por justa causa.

§ 1º Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato.

§ 2º Reconhecida justa causa, a parte praticará o ato no prazo que lhe for concedido pelo INPI.

Art. 220. No cômputo dos prazos, exclui-se o dia do começo e inclui-se o do vencimento.

Art. 221. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação, que será feita mediante publicação no órgão oficial do INPI.

Art. 222. Não havendo expressa estipulação nesta lei, o prazo para a prática do ato será de 60 (sessenta) dias.

#### CAPÍTULO IV Da Prescrição

Art. 223. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação para reparação de dano causado ao direito de propriedade industrial.

#### CAPÍTULO V Dos Atos do INPI

Art. 224. Os atos do INPI nos processos administrativos referentes à propriedade industrial só produzem efeitos a partir da sua publicação no respectivo órgão oficial, ressalvados:

I — os que expressamente independerem de notificação ou publicação por força do disposto nesta lei;

II — os despachos interlocutórios, quando feita notificação por via postal ou por ciência dada ao interessado no processo; e

III — os pareceres e despachos internos que não necessitem ser do conhecimento das partes.

#### CAPÍTULO VI Das Classificações

Art. 225. As classificações relativas às matérias dos Títulos I, II e III desta lei serão estabelecidas pelo INPI, quando não fixadas em tratado ou acordo internacional em vigor no Brasil.

#### CAPÍTULO VII Da Retribuição

Art. 226. Para os serviços previstos nesta lei será cobrada retribuição, cujo valor e processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do Ministro de Estado a que estiver vinculado o INPI.

#### TÍTULO VIII Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 227. Aos pedidos em andamento serão aplicadas as disposições desta lei, exceto quanto à patenteabilidade das matérias previstas nos arts. 228 e 229, que serão regidas segundo o disposto no art. 9º da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 228. Poderá ser depositado pedido de patente relativo às matérias de que tratam as alíneas b e c do art. 9º da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, por quem tenha proteção garantida em tratado ou convenção em vigor no Brasil, ficando assegurada a data do primeiro depósito no exterior, desde que não tenha sido concedida a patente no país de origem, que seu objeto não tenha sido colocado em qualquer mercado, por iniciativa direta do titular da patente ou por terceiro com seu consentimento, nem tenham sido realizados, por terceiros, no País, sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto da patente.

§ 1º O depósito deverá ser feito dentro do prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta lei, e deverá indicar a data do primeiro depósito no exterior.

§ 2º O pedido de patente depositado com base neste artigo será automaticamente publicado, sendo facultado a qualquer interessado manifestar-se, no prazo de 90 (noventa) dias quanto ao atendimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Respeitados os arts. 10 e 18 desta lei, e uma vez atendidas as condições estabelecidas neste artigo e comprovada a concessão da patente no país onde foi depositado o

primeiro pedido, será concedida a patente no Brasil, tal como concedida no país de origem.

§ 4º Fica assegurado à patente concedida com base neste artigo o prazo remanescente de proteção no país onde foi depositado o primeiro pedido, contado da data do depósito no Brasil e limitado ao prazo previsto no art. 40, não se aplicando o disposto no seu parágrafo único.

§ 5º O depositante que tiver pedido de patente em andamento, relativo às matérias de que tratam as alíneas b e c do art. 9º da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, poderá apresentar novo pedido, no prazo e condições estabelecidos neste artigo, juntando prova de desistência do pedido em andamento.

§ 6º Aplicam-se as disposições desta lei, no que couber, ao pedido depositado e à patente concedida com base neste artigo.

Art. 229. Poderá ser depositado pedido de patente relativo às matérias de que trata o artigo anterior, por nacional ou pessoa domiciliada no País, ficando assegurada a data de divulgação do invento, desde que seu objeto não tenha sido colocado em qualquer mercado, por iniciativa direta do titular da patente ou por terceiro com seu consentimento, nem tenham sido realizados, por terceiros, no País, sérios e efetivos preparativos para a exploração do objeto da patente.

§ 1º O depósito deverá ser feito dentro do prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta lei.

§ 2º O pedido de patente depositado com base neste artigo será processado nos termos desta lei.

§ 3º Fica assegurado à patente concedida com base neste artigo o prazo remanescente de proteção de 20 (vinte) anos contados da data da divulgação do invento, a partir do depósito no Brasil.

§ 4º O depositante que tiver pedido de patente em andamento, relativo às matérias de que trata o caput do artigo anterior, poderá apresentar novo pedido, no prazo e condições estabelecidos neste artigo, juntando prova de desistência do pedido em andamento.

Art. 230. Os pedidos de registro de expressão e sinal de propaganda e de declaração de notoriedade serão definitivamente arquivados e os registros e declaração permanecerão em vigor pela prazo de vigência restante, não podendo ser prorrogados.

Art. 231. Fica assegurada ao depositante a garantia de prioridade de que trata o art. 7º da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, até o término do prazo em curso.

Art. 232. É assegurado o prazo em curso concedido na vigência da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 233. O pedido de patente de modelo ou de desenho industrial depositado na vigência da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, será automaticamente denominado pedido de registro de desenho industrial, considerando-se, para todos os efeitos legais, a publicação já feita.

Parágrafo único. Nos pedidos adaptados serão considerados os pagamentos para efeito de cálculo de retribuição quinquenal devida.

Art. 234. Aos pedidos de patente de modelo ou de desenho industrial que tiverem sido objeto de exame na forma da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, não se aplicará o disposto no art. 111.

Art. 235. Os recursos interpostos na vigência da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, serão decididos na forma nela prevista.

Art. 236. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as necessárias transformações no INPI, para assegurar à Autarquia autonomia financeira e administrativa, podendo esta:

I — contratar pessoal técnico e administrativo mediante concurso público;

II — fixar tabela de salários para os seus funcionários, sujeita à aprovação do Ministério a que estiver vinculado o INPI; e

III — dispor sobre a estrutura básica e regimento interno, que serão aprovados pelo Ministério a que estiver vinculado o INPI.

Parágrafo único. As despesas resultantes da aplicação deste artigo correrão por conta de recursos próprios do INPI.

Art. 237. O art. 2º da Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, passa a gerir a seguinte redação:

“Art. 2º O INPI tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial.”

Art. 238. Fica o Poder Judiciário autorizado a criar juízos especiais para dirimir questões relativas à propriedade intelectual.

Art. 239. O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional projeto de lei destinado a promover, sempre que necessário, a harmonização desta lei com a política para propriedade industrial adotada pelos demais países integrantes do Mercosul.

Art. 240. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação quanto às matérias disciplinadas no arts. 228 e 229, e 1 (um) ano após sua publicação quanto aos demais artigos.

Art. 241. Revogam-se a Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, a Lei nº 6.348, de 7 de julho de 1976, os arts. 187 a 196 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, os arts. 169 a 189 do Decreto-Lei nº 7.903, de 27 de agosto de 1945, o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — **Ney Lopes**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Os Senhores que a aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)  
Aprovada  
Vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Antes de passar ao próximo item, a Presidência deseja congratular-se com o ilustre Deputado Ney Lopes, Relator da matéria, pelo extraordinário trabalho de conciliação e pelo conhecimento da matéria; com os Srs. Líderes por terem possibilitado o acordo; e com o Plenário por ter sido sensível à votação da matéria, uma das mais importantes já votadas nesta Sessão Legislativa.

Portanto, a Câmara dos Deputados está de parabéns pela votação de projeto de tamanha importância para a vida do nosso País.

Muito obrigado aos Srs. Deputados.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no momento em que encerramos a votação da Lei de Propriedade Intelectual, em nome do meu partido quero congratular-me com o nobre Deputado Ney Lopes, por seu trabalho, por sua capacidade de articulação, por sua competência e por seu talento. (Palmas.)

Ao tempo em que, mais uma vez, insisto em deixar registrado que esse não é o projeto de meus sonhos. Espero que o Senado da República possa aperfeiçoá-lo, a fim de que tenhamos uma verdadeira Lei de Propriedade Intelectual.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência informa que o painel foi reaberto para aqueles que queiram registrar suas presenças.

**O Sr. José Serra** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou aqui para me congratular com a Câmara dos Deputados pela aprovação de uma Lei de Propriedade Industrial em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ SERRA** — Trata-se de uma lei abrangente, que atualiza o Brasil em muitos aspectos. Não é a lei que cada um de nós queria, porque é fruto de acordo. Há aspectos que eu teria preferido que fossem melhor ajustados ao padrão internacional, ao que, em geral, tende a prevalecer nos demais países. Mas inegavelmente a lei representa um bom avanço. Esperamos que o Senado Federal possa examiná-la com a celeridade que merece.

Quero deixar registrado nosso cumprimento ao Deputado Ney Lopes, que, sem abdicar de suas posições e de suas convicções, foi o Relator que soube explicar, trabalhar, perseverar e procurar uma saída de entendimento para a questão. Deixo, portanto, meus parabéns ao Deputado Ney Lopes, que merece o reconhecimento desta Casa por seu trabalho.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Por uma questão de justiça, a Presidência ressalta também o trabalho do nobre Deputado Nelson Proença, um baluarte para que pudéssemos conduzir os entendimentos nesta tarde, e o empenho dos Srs. Líderes, que possibilitaram a votação de tão importante matéria.

**O Sr. Luís Eduardo** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. LUÍS EDUARDO** (Bloco Parlamentar — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trata-se de uma lei complementar, do projeto que cria o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. Uma lei complementar necessita, para sua aprovação, de maioria absoluta. Consulto a Mesa sobre o quorum necessário para a votação dessa lei nas Comissões Técnicas: se maioria simples ou quorum qualificado. 'Tra-

tando-se de lei complementar, também é necessário maioria absoluta nas Comissões Técnicas? Adianto que na Comissão de Justiça se costuma votar lei complementar com a maioria absoluta de seus membros. Gostaria de saber se as demais Comissões Técnicas devem proceder da mesma maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — A Presidência, em atenção à questão formulada pelo nobre Líder Lufs Eduardo, informa que nas Comissões Técnicas a votação de projeto de lei complementar necessita de maioria simples, porque não se vota a matéria, mas o parecer do Relator. No plenário, precisamos de maioria absoluta, de 252 votos, e já existe jurisprudência firmada sobre o assunto.

**O Sr. Aldo Rebelo** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação à votação anterior, quero deixar registrada a nossa homenagem — e creio que também de V. Exª e desta Casa — a todas as entidades presentes no Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento. Elas participaram desse debate e dessa batalha e deram a contribuição da sociedade brasileira para que a lei aqui votada não atendessem pura e simplesmente às exigências dos laboratórios estrangeiros e do Governo dos Estados Unidos. O pouco que se conseguiu, Sr. Presidente, foi fruto do esforço desta Casa e principalmente dessas entidades, que tão bem representaram a sociedade brasileira na defesa da soberania do nosso País e dos interesses do nosso povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Muito obrigado a V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Há sobre a mesa e vai à publicação a seguinte:

Declaração de Voto

Declaro que meu voto ao Projeto de Lei nº 824/91, (Propriedade Industrial) foi não.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — Deputada Raquel Cândido.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) —

— 6 —

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226-A, DE 1992

(Da Comissão de Relações Exteriores)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 1992, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 15 de julho de 1992; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Sr. José Luiz Clerot).

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Como vota o PSDB?

**O SR. JOSÉ ABRÃO** (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — O PSDB acompanha as Comissões, Sr. Presidente, pela aprovação. O PSDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Vou submeter a votos o Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 15 de julho de 1992..

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação deste Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do artigo 48, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Os Senhores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte Redação Final:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 226-B, DE 1992

Redação Final

Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 15 de julho de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 15 de julho de 1992.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação deste Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1993. — Nilson Gibson, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) — Os Senhores que a aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Aprovada.

Vai ao Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) —